

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA

**INVASÃO / OCUPAÇÃO DA UFRGS:
diálogo com docentes de cursos de licenciaturas sobre Programa de Ações Afirmativas e
Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER**

PORTO ALEGRE

2017

MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA

**INVASÃO / OCUPAÇÃO DA UFRGS:
diálogo com docentes de cursos de licenciaturas sobre Programa de Ações Afirmativas e
Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Doris Bittencourt Almeida

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Fontoura, Maria Conceição Lopes
Invasão / Ocupação da UFRGS: diálogo com docentes
de cursos de licenciaturas sobre Programa de Ações
Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais -
ERER / Maria Conceição Lopes Fontoura. -- 2017.
280 f.
Orientadora: Doris Bittencourt Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Invasão/Ocupação. 2. Docentes. 3. Ações Afirmativas.
4. Educação das Relações Étnico-Raciais. I. Almeida, Doris
Bittencourt, orient. II. Título.

Maria Conceição Lopes Fontoura

**INVASÃO / OCUPAÇÃO DA UFRGS:
diálogo com docentes de cursos de licenciaturas sobre Programa de Ações Afirmativas e
Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em 30 de outubro de 2017

Prof.^a Dr.^a Doris Bittencourt Almeida – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Carla Beatriz Meinerz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – Universidade Federal de São Carlos

Prof.^a Dr.^a Lúcia Regina Brito Pereira – Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul

À minha mãe Talita e ao meu pai Lucidio (ambos in memoriam) por terem descoberto, acreditado e incentivado o desenvolvimento dos meus talentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade de encarnar. Por isso sou grata a Talita e a Lucidio por terem aceitado a tarefa de me trazerem à vida. Aos dois agradeço os ensinamentos e as oportunidades de desenvolver o talento.

Agradeço aos demais parentes pela bondade que tiveram e têm comigo.

Agradeço a Malizi por aceitar ser minha filha. Agradeço os presentes que me deu sob forma de neto e neta.

Agradeço ao Kamau, primeiro neto, por me ensinar que o babreiro é para avós babonas.

Agradeço à Talita por me fazer recordar minha mãe. A lembrança vai além do nome, está presente na forma como age.

Agradeço a todas as forças imateriais que me ajudaram a chegar até a conclusão da tese. São responsáveis pelo meu reerguimento. Deram-me força, coragem e capacidade para chegar ao fim dessa jornada.

Agradeço às companheiras da Biblioteca Central pelos momentos de descontração, de alegria e de reenergização. Foram necessários para oxigenar minha mente e impulsionar a continuidade da tese.

Agradeço à bibliotecária Letícia Strehl, pelo empréstimo dos *ouvidos* e da *voz questionadora*. Houve inúmeros momentos em que precisei de quem me ouvisse *ouvindo*. Em outros necessitei de questionamento sobre *¿O quê mesmo tu queres dizer com isso?*

Agradeço à Fernanda Nogueira pelo compartilhamento de informações provenientes de coleta meticulosa sobre disciplinas de todos os cursos da UFRGS que mencionavam temática étnico-racial e pelo texto *Cultura, Afro-brasileiros, África, Negros, Indígenas, Ameríndios, Quilombolas, Raça e Racismo*.

Agradeço à Glória Maria Amaral Rita pela amizade, pela solidariedade e pela confiança. Vaticinaste que eu conseguiria fazer o trabalho. Disseste e não esqueci: - Conceição, tu tens escrita própria!

Agradeço às companheiras com as quais convivi e convivo em Maria Mulher Organização de Mulheres Negras pela sororidade, pelos ensinamentos e pelo exemplo de subir e puxar a outra.

Agradeço às componentes das organizações que fazem parte da AMNB pelo enfrentamento em conjunto aos racismos, às violências e pela busca do bem-viver!

Agradeço à professora Dra. Arabela Campos Oliven que sempre acreditou na possibilidade da feitura da tese de doutorado. Pelos momentos de convivência alegre, fraterna e solidária.

Agradeço ao professor Dr. Ruben Oliven pela amizade, pela consideração e pelos deliciosos cafés que saboreei feitos por ele, enquanto traçava esse trabalho.

Agradeço ao colega e Mestre Edilson Amaral Nabarro pelas *inticações*. Ajudaram a dar rumo a esse trabalho. Alertou sobre avaliação prematura do Programa de Ações Afirmativas. Registrou que há emissão de julgamento irresponsável com a vida de alunas e de alunos *cotistas* em trabalhos acadêmicos açodados, oportunistas e precipitados. Sou grata pelos textos *O Significado Político da Marcha Zumbi dos Palmares -1995;*, *O Programa de Ação Afirmativa na UFRGS – 10 Anos Depois* e *Gestão das Ações Afirmativas*.

Agradeço ao colega e amigo Silvio Roberto Ramos Corrêa, Silvinho. Trilhamos a mesma trajetória em diferentes momentos da carreira de servidora técnica-administrativa e de servidor técnico-administrativo da UFRGS. Estivemos juntos na direção da ASSUFRGS. Formamos dupla eleita repetidas vezes para representar a categoria de técnicas-administrativas e de técnicos-administrativos no CONSUN. Participamos de cargos de gestão da UFRGS. Desejo que permaneçamos *imprescindivelmente* fieis lutadores pela transformação da sociedade. Grata pelo texto *Não Fosse a Desconfiança Natural dos Técnicos-Administrativos em Educação*.

Agradeço ao colega Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa que, junto com companheiras e companheiros do CONSUN: estudantes, servidoras e servidores técnicos-administrativos e servidoras e servidores docentes identificados com a construção de sociedade justa, fraterna e equânime, defenderam o *pedido de vista* no processo que propunha alteração para pior no Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Tua identificação, participação e compromisso com a luta antirracismo é fundante.

Agradeço a Antonio Carlos Cortês pela caminhada em defesa dos direitos do povo negro.

Agradeço a Lúcia Regina Brito Pereira pelo exemplo de vida, pela seriedade com a causa negra e pela competência.

Agradeço a Kenia Lopes de Moraes pela alegria, pelo talento e pela participação na luta pelo empoderamento das jovens negras.

Agradeço a Camila Lopes de Moraes, querida afilhada, jornalista e produtora cinematográfica. Segues passos de mulheres negras que vêm de longe! Belo texto: sou Camila de Moraes, Jornalista, Cineasta, Produtora Cultural, uma Mulher Negra Brasileira.

Agradeço a Horácio Lopes de Moraes melhor irmão da Camila e da Quênia. Valeu o texto *Atitude Precursora e Polêmica*.

Agradeço a Vera Lucia Lopes, uma das seis comadres, multiartista, defensora da cultura negra. Autora do texto *Militante Vó Doutora – Nós Podemos!*

Agradeço a Vera Daisy Barcellos pelo companheirismo e pelo texto *O Jornalismo Como Essência do Meu Viver e Instrumento de Luta nos Movimentos Sociais*.

Agradeço a Jeanice Dias Ramos, jornalista, bibliotecária pelas várias trajetórias juntas e pelo texto *O Impacto da Revista Tição na Comunidade Negra Repercute Até Hoje*.

Agradeço a Jones Lopes da Silva ativista da luta antirracismo, jornalista competente. Contribuiu com o texto *A Paixão Negra nos Hinos do Grêmio e Inter*.

Agradeço a José Carlos dos Reis, Zé Reis, pelo compromisso com as lutas do povo negro e pelo texto *Minha Trajetória na UFRGS*.

Agradeço a Laura Soares Sito pela luta incansável em defesa da juventude negra e pelo texto *Nossos Desafios São Grandes*.

Agradeço a Rita Helena Soares Brito, afilhada, servidora pública comprometida. Valeu o texto *Mas tu és a Rita? Ela é a Rita?*

Agradeço a Gilciane Beatriz Aguiar das Neves pela perseverança, pela bravura e pela coragem. Excepcional negra lutadora. Grata pelo texto *Aprendi que não Podemos Fraquejar e Desistir*.

Agradeço a Mariana Boeno pelo exemplo de vida para jovens negras de bairros populares e pelo texto *É Preciso Sonhar e Acreditar*.

Agradeço a Vilmar Fontoura da Silva Junior, sobrinho estudioso, exemplo pra jovens negros de escola pública. Autor do texto *Se Pudessem Voltar no Tempo, Faria Novamente Tudo Igual*.

Agradeço a amizade e a colaboração do ativista do Movimento Social Negro e artesão Jaime da Silva. Revisitou no texto – *Essas pessoas são TERRORISTAS!* – a participação de intrépidos, audaciosos e inquietos militantes da luta antirracismo.

Agradeço a Malizi Fontoura Gonçalves: *respeitar as diferenças*. Tua história de vida serve para demonstrar que, brincando, também se aprende.

Agradeço ao Osvaldo dos Reis (Vavá) por repartir conhecimentos preciosos, substanciais e informadores sobre a história das religiões africanas.

Agradeço ao multiartista Paulo Soares, o Paulo Só, desenhista, empalhador e poeta, por demonstrar que seu vigoroso talento exige oportunidades.

Agradeço ao compadre, jornalista, poeta, pessoa de sensibilidade aguçada: Paulo Ricardo de Moraes, Baiano, pelas diferentes contribuições oferecidas no enfrentamento ao racismo.

Agradeço às companheiras, *in memoriam*, Sayonara Luz Santos, Sonia Saraí Soares, Nelma Soares e Luiza Helena de Bairros, pela grandeza dos ensinamentos partilhados.

Agradeço ao companheiro, *in memoriam*, ao professor Guarani Amir Quites dos Santos, pela brilhante trajetória de vida. Historiador, professor e político de aguçada visão.

Agradeço à fotógrafa, historiadora Irene Santos, pela ajuda inestimável.

Agradeço à ativista Cidinha da Silva pelos textos que induzem à reflexão sobre negras vidas brasileiras. Sua escrita poética, aguçada e contundente brada contra a vulgarização da vida / e / da morte de pessoas negras.

Agradeço à professora Dra. Doris Bittencourt Almeida por ter aceitado a tarefa de continuar minha orientação. Nossos encontros sempre foram proveitosos. O olhar aguçado de pesquisadora ajudou a sulear a tese na fase final. Foram nove meses de trabalho. Gestação levada a termo!

Agradeço ao colega de trabalho Edson Leonel de Oliveira pela ajuda inestimável na formatação da tese, sem a qual não teria como dar conta dessa parte do trabalho.

Agradeço à equipe de editoras e editores de Educação & Realidade pelo tratamento respeitoso e compreensivo, bem como a todas as colegas e a todos os colegas pela belíssima amizade construída.

Agradeço a todas às pessoas que lutaram e lutam por um mundo melhor, com respeito a todas as pessoas.

PUNHOS

Não adianta me darem a liberdade,
se me tratam como escravo.
Não adianta me livrarem da chibata,
se me batem com palavras.
Não adianta pregarem a igualdade,
se me prendem o cérebro.
Não adianta dizerem que não existe o racismo,
se me discriminam por ser preto.
O que adianta,
é que eu e meus irmãos
estamos tomando força,
bebendo ideias e nos conscientizando.
Pois a liberdade é como um salto,
o impulso são os nossos punhos.
Paulo Ricardo de Moraes (1987, p. 1).

RESUMO

Abordo nesta tese a invasão / ocupação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, desde o seu surgimento, por pessoas negras. Trago como objetivo principal o registro da percepção de seis docentes de três cursos de licenciatura: História, Letras e Pedagogia, sobre modificações ocorridas na universidade, considerando a adoção do Programa de Ações Afirmativas, inserido a partir de 2008. No trabalho utilizo o método da entrevista compreensiva, para conhecer o posicionamento do grupo de docentes frente à adoção do Programa de Ações Afirmativas, do desempenho do *alunado cotista* e de possíveis alterações na grade curricular, levando em conta o disposto na legislação referente à Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER. Busquei destacar a permanente presença de mulheres negras e de homens negros na UFRGS. Conte com grupo de pessoas negras e não negras que invadiram / ocuparam a tese com escritos. São textos que denotam o compromisso da população negra com a educação em seus diversos níveis. Referem também o compromisso com a mudança da sociedade. Cabe evidenciar que a tese foi efetivada após passados 30 anos da elaboração da dissertação de mestrado intitulada *¿A Exclusão da Cultura Negra dos Currículos Escolares: uma questão só de desconhecimento histórico?*, na qual entrevistei docentes de escolas públicas estaduais. Naquele período inexistia legislação determinando o ensino da cultura e da história africana, afro-brasileira e indígena. A possível originalidade esboçada na tese referiu-se à investigação do compromisso de docentes de licenciaturas da UFRGS no tocante ao ingresso de alunos pelo Programa de Ações Afirmativas, como também pela valorização das culturas africana / afro-brasileira e indígena, tendo em vista a invasão / ocupação da UFRGS por alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, que trazem em seus corpos marcas inalienáveis de outras culturas.

Palavras-chave: **Invasão/Ocupação. Docentes. Ações Afirmativas. Educação das Relações Étnico-Raciais.**

ABSTRACT

I approach on this thesis the invasion / occupation by black people of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS since the beginning of this institution. I bring as main objective the registration of the perception of six different professors from three teaching courses: History, Languages and Pedagogy, about the modifications within the university, considering the adoption of the Affirmative Actions Program, founded in 2008. In the study, I use the method of comprehensive interview, in order to get to know the perspective of this group of professors about the adoption of the Affirmative Actions Program, the performance of students who are a part of the Affirmative Action Program and possible alterations in the curricular schedule, taking into consideration the legislation regarding the Education of Ethnic-Racial Relations - EREER. I seeked to highlight the permanent presence of black women and men at UFRGS. Black and non-black people had also invaded/occupied the thesis with written pieces. They are texts that denote the commitment of the black population with the education in its different levels. They also refer the commitment with the change in society. It is important to highlight that the thesis was made 30 years after the elaboration of the dissertation of master's called *The Exclusion of the Black Culture from School Schedule: a mere issue of historical ignorance?* in which I interviewed teachers of public schools within the state. In that period, there wasn't any law determining the teaching of African, Afro-brazilian and indigenous culture and history. The possible originality sketched in the thesis referred the investigation of the commitment of professors of teaching courses at UFRGS in regards to the ingression of students of the Program of Affirmative Actions, as well as for the valuation of the African/afro-Brazilian and indigenous cultures, taking into consideration the invasion/occupation of UFRGS by self-declared black, brown and indigenous students, who bring in their bodies inalienable marks of other cultures.

Keywords: Invasion/Occupation. Professors. Affirmative actions. Education of Ethnic-Racial Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cachoeira do Sul	33
Figura 2 – Lucidio Fontoura e Talita Lopes Fontoura	34
Figura 3 – Formatura no Jardim da Infância (1956)	38
Figura 4 – Lembrança Escolar (1960)	38
Figura 5 – Formatura no Ginásio (1965).....	39
Figura 6 – Formatura no Curso Normal (1969)	40
Figura 7 – Colegas de Formatura no Curso Normal (1969).....	41
Figura 8 – Formatura no Curso de Letras/UFRGS (1975).....	41
Figura 9 – Texto e Músicas do Show “Do Carnaval ao Quilombo”, criação do Grupo Palmares (1973).....	48
Figura 10 – Maria Mulher 30 Anos	58
Figura 11 – Família Reunida	60
Figura 12 – Crachás de Participação em Eventos	62
Figura 13 – Participação na Direção da ASSUFRGS	65
Figura 14 – Representação Servidor@s Técnico@s-Administrativ@s no CONSUN.....	65
Figura 15 – Manifesto de 1972. Publicado no Jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 19/11/1972...77	
Figura 16 – Seminário Cultura Africana: na voz de africanos residentes em Porto Alegre (1989).....	81
Figura 17 – Confraternização no Seminário Cultura Africana: na voz de africanos residentes em Porto Alegre (1989).....	82
Figura 18 – Curso de Extensão: O Negro no Rio Grande do Sul (1990).....	82
Figura 19 – Show ‘Negro, Negrada, Negrice’ na 42ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1990).....	83
Figura 20 – Contracapa livro <i>Zumbi: a epopeia de quilombo de palmares</i>	194
Figura 21 – Militantes e Simpatizantes da Luta Antirracismo que Contribuíram com Textos-Depoimentos	232
Figura 22 – Revista <i>Tiçã</i>	239
Quadro 1 – Quadro Simbólico das Pessoas Negras Invasoras ou Ocupantes da UFRGS.....	84
Quadro 2 – Distância de Dois Bairros até o Complexo Cultural do Porto Seco e até o Centro Histórico de Porto Alegre.....	119
Quadro 3 – Docentes Participantes da Pesquisa.....	160
Quadro 4 – Sobre o Grau de Instrução do Pai e a Atividade Desenvolvida	162
Quadro 5 – Sobre o Grau de Instrução da Mãe e Atividade Desenvolvida	162
Quadro 6 – Disciplinas Curriculares da Graduação da UFRGS que abordam temáticas da Educação das Relações Étnico-Raciais–ERER	203

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFA – Academia da Força Aérea
AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
CADOP – Colégio Agrícola Estadual Daniel de Oliveira Paiva
CAF – Coordenadoria de Ações Afirmativas
CAIA – Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afro-brasileiros
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFOAV – Curso de Formação de Oficiais Aviadores
COMPÓS EDU – Comissão de Pós-Graduação em Educação
COORLICEN – Coordenação de Licenciaturas
CONSUN – Conselho Universitário
CMB – Colégio Militar de Brasília
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno
CPCAr – Curso Preparatório de Cadetes do Ar
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CV – Concurso Vestibular
CVV-AFA – Clube de Voo a Vela da AFA - Academia da Força Aérea
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central de Estudantes
DECORDI – Departamento de Consultoria em Registro Discentes
DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
ERER – Educação das Relações Étnico Raciais
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPCAr – Escola Preparatória de Cadetes do Ar
FAB – Força Aérea Brasileira
FACED – Faculdade de Educação
FAPA – Faculdade Porto Alegre
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFEs – Instituições Federais de Ensino Superior

IFETs – Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

ILEA – Instituto de Estudos Latino-Americano da UFRGS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

III CMCRDR – III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata

III CONAPIR – III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

MMIRDH – Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

MNU – Movimento Negro Unificado

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PN – Portaria Normativa

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SINEPE – Sindicato das Escolas Privadas do Estado do RS

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
¿QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DESTA TESE?	19
MUDANDO O RUMO DA PROSA. É HORA DE SABER O QUE PENSAM DOCENTES DA UFRGS	19
CONSTRUÇÃO DA TESE	20
O PAPEL DO PLEONASMO E A REPETIÇÃO NECESSÁRIA	25
UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS	27
O PRIMEIRO PASSO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS	30
1 MOTIVAÇÕES - ¿SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?	32
1.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA FAMÍLIA	35
1.2 ¿QUEM SOU EU?	36
1.3 A IMPORTÂNCIA DA CUMPLICIDADE ENTRE PESSOAS NEGRAS	42
1.4 INVADINDO / OCUPANDO E CONQUISTANDO PORTO ALEGRE	43
1.5 MINHA VIDA MUDOU. ENCONTREI O GRUPO PALMARES.....	46
1.6 INVADINDO O PPGEDU COM A AUSÊNCIA DA CULTURA NEGRA NOS CURRÍCULOS	57
1.7 FORMANDO MINHA FAMÍLIA.....	59
1.8 PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA.....	60
1.9 INDO ALÉM DA DENÚNCIA.....	61
1.10 MEU LADO SINDICALISTA E OTRAS COSITAS MAS	64
1.11 DESVELANDO AS MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA DA TESE	68
2 OCUPANDO A UFRGS: HISTORICIZANDO A PRESENÇA NEGRA NA UNIVERSIDADE	72
2.1 ¿INVADIR OU OCUPAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL?	74
2.2 A LARGADA PARA A OCUPAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRGS.....	79
2.3 DATA: 8 A 13 DE JULHO DE 1990. TEMA: “A CIÊNCIA E A INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA”	84
2.4 CONHECENDO ALGUMAS PESSOAS OCUPANTES / INVASORAS DA UFRGS	85
2.5 SOMOS AS HEROÍNAS E SOMOS OS HERÓIS DE NOSSA HISTÓRIA.....	89
2.6 A MARCHA ZUMBI E A OCUPAÇÃO/INVASÃO DE BRASÍLIA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1995	89
2.7 INVADINDO/OCUPANDO E AMPLIANDO CONQUISTAS.....	100

2.8	¿QUEM AJUDA A DAR CONTA DA ELIMINAÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL?	101
2.9	A PRESENÇA DE ATIVISTAS NEGRAS E NEGROS E INVASÃO / OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE VISIBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	105
2.10	A OCUPAÇÃO DO DEDS PELA DIVERSIDADE.....	106
2.11	¿QUE PUBLICAÇÕES INVADEM / OCUPAM O DEDS?	107
2.12	O NEAB E A PROREXT	111
2.12.1	¿Que setor poderia acolher o NEAB?	111
2.12.2	Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas – CAF: espaço ocupado e invadido para promoção do Programa de Ações Afirmativas e da Educação Para as Relações Étnico-Raciais	112
2.13	ESCRITOS SOBRE A EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	114
3	REFERENCIAL TEÓRICO. TEORIZANDO SOBRE OUTRA EPISTEMOLOGIA POSSÍVEL.....	116
3.1	POR OUTRA FORMA DE VER /E / REPRESENTAR AS CULTURAS AFRICANA / AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA UFRGS	116
3.2	AS CULTURAS DO SUL DO MUNDO	126
3.3	A BUSCA DE MUDANÇAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA	129
3.4	ENCONTRANDO OUTROS SUPORTES EPISTEMOLÓGICOS	131
3.5	¿É POSSÍVEL FILOSOFAR EM ÁFRICA, OU SÓ SE FILOSOFA EM ALEMÃO?.....	134
3.6	VOLTANDO OS OLHOS PARA O SUL	139
3.7	¿QUAL O PAPEL DA ECOLOGIA DOS SABERES EM RELAÇÃO À INTELECTUALIDADE NEGRA BRASILEIRA?.....	144
3.8	SULEAR UMA PALAVRA QUE NÃO EXISTE NO DICIONÁRIO, AINDA!	150
3.9	PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA	152
4	DÍÁLOGO COM SEIS DOCENTES DE TRÊS CURSOS DE LICENCIATURAS (HISTÓRIA, LETRAS E PEDAGOGIA) SOBRE MUDANÇAS NA UFRGS, TENDO EM VISTA A INSERÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – ERER NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS.....	155
4.1	UM POUCO DE METODOLOGIA.....	156
4.2	IDENTIFICANDO AS PESSOAS ENTREVISTADAS.....	159
4.3	INICIANDO O ESQUADRINHAMENTO DA VIDA DAS PESSOAS PARTÍCIPES DA PESQUISA.....	161

4.4	APROFUNDANDO A CONVERSA COM DOCENTES DE TRÊS CURSOS DE LICENCIATURA	163
4.5	LEMBRANÇAS DA PRESENÇA DE ALUNOS NEGROS E INDÍGENAS EM SEU PERCURSO PROFISSIONAL.....	167
4.6	¿O QUE DIZEM OS PROFESSORES SOBRE O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS?.....	175
4.7	ABRINDO BRECHAS E OCUPANDO ESPAÇOS.....	192
4.8	AINDA SOBRE AUSÊNCIAS E PRESENÇAS	200
	À GUISA DE CONCLUSÃO.....	209
	A TÍTULO DE POSFÁCIO.....	216
	REFERÊNCIAS.....	217
	ANEXO A – O Jornalismo Como Essência do Meu Viver e Instrumento de Luta nos Movimentos Sociais.....	233
	ANEXO B – “Mas tu é a Rita?” “Ela é a Rita?”	235
	ANEXO C – Minha Trajetória na UFRGS.....	236
	ANEXO D – O Impacto da Revista Tição na Comunidade Negra Repercuta Até Hoje.....	239
	ANEXO E – Sou Camila de Moraes, Jornalista, Cineasta, Produtora Cultural, uma Mulher Negra Brasileira	241
	ANEXO F – Atitude Precursora e Polêmica	243
	ANEXO G – Militante Vó Doutora – Nós Podemos!	244
	ANEXO H – O Significado Político da Marcha Zumbi dos Palmares -1995.....	247
	ANEXO I – O Programa de Ação Afirmativa na UFRGS – 10 Anos Depois.....	248
	ANEXO J – Gestão das Ações Afirmativas.....	249
	ANEXO K – Nossos Desafios São Grandes	252
	ANEXO L – Cultura, Afrobrasileiros, África, Negros, Indígenas, Ameríndios, Quilombolas, Raça e Racismo	253
	ANEXO M – Não Fosse a Desconfiança Natural dos Técnicos-Administrativos em Educação	255
	ANEXO N – Aprendi que não Podemos Fraquejar e Desistir.....	256
	ANEXO O – Se Pudessem Voltar no Tempo, Faria Novamente Tudo Igual.....	260
	ANEXO P – É Preciso Sonhar e Acreditar.....	263
	ANEXO Q – Essas pessoas são TERRORISTAS!.....	266
	ANEXO R – A Paixão Negra nos Hinos do Grêmio e Inter	272
	ANEXO S – Respeitar as Diferenças.....	274
	ANEXO T – Homenagem às Servidoras e aos Servidores Técnico-Administrativos da FAGED na Inauguração da Memória da FAGED.....	275

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na **universidade** os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2005, p. 46, grifo nosso).

Eu acredito principalmente na força da fase da pré-escola. **O preconceito que as crianças têm, elas trazem da orientação de casa e vão se tornando assim, se nada é feito.** E nada é feito, porque a maioria deste país é branca. Quer dizer, a maioria é negra, mas eles são mais bem protegidos – não vou nem dizer que eles têm mais força, porque se eles tivessem mais força a gente nem existiria (GUIMARÃES, 2017, online, grifo do autor).

Início a tese com a intuição. ¿É possível identificar diferença entre trabalho acadêmico realizado por pessoas negras e aquele feito por pessoas não negras?

É sempre necessário manifestar que educação é um dos direitos humanos fundamentais em constante busca pela população negra brasileira. Segundo Nilma Lino Gomes (2011), por volta da metade do século XX, a educação encontrava-se como principal demanda das pessoas negras. Visitando dados do último censo demográfico, realizado decenalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – encontra-se atribuição à população negra de número maior de pessoas afastadas de escola. Para esse instituto, é considerada analfabeta a pessoa que não tem capacidade de ler ou escrever uma mensagem em Língua Portuguesa. De acordo com o Censo de 2010, a taxa de analfabetismo total no Brasil era de 9,6%, a percentagem para os brancos foi de 5,9%, para pretos o percentual totalizou 14,4% e para pardos atingiu 13%. Somando os dois últimos dados, obtém-se 27,4% de analfabetos na população negra do Brasil. Valendo-se, ainda, da estatística, pretos e pardos detém 4,5 vezes mais pessoas analfabetas do que o grupo branco.

A universalização da educação é recente no Brasil, sendo uma das conquistas garantidas pela Constituição Brasileira de 1988, designada de Constituição Cidadã por ser considerada uma das mais avançadas e democráticas do planeta, buscou garantir direitos e garantias individuais da cidadã brasileira e do cidadão brasileiro. Encontra-se em fase de consolidação, *justificando*, talvez, por isso a existência do alto percentil de pessoas negras mergulhadas no analfabetismo no cotejo com a quantidade de pessoas brancas nessa situação.

¿QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DESTA TESE?

Trago de início o objetivo principal que *suleia*¹ a tese: analisar o cumprimento da legislação que dispõe sobre a inserção do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS e da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER. Escolhi como foco as licenciaturas de História, de Letras e de Pedagogia.

¿Quais são os objetivos específicos da tese? Os objetivos específicos da tese são:

Conhecer a percepção de seis docentes de três cursos de licenciatura sobre mudanças² ocorridas na UFRGS, tendo em vista a adoção do Programa de Ações Afirmativas incluído oficialmente a partir do Concurso Vestibular - CV de 2008;

Ouvir suas manifestações sobre presença e desempenho de alunos ingressantes pelo Programa de Ações Afirmativas;

Analisar se ocorreram alterações nos currículos dos Cursos, tendo em vista a inclusão do Programa de Ações Afirmativas e da Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER.

MUDANDO O RUMO DA PROSA. É HORA DE SABER O QUE PENSAM DOCENTES DA UFRGS

A instalação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS gerou novo objeto de pesquisa para ser esquadriado. Era o alunado ingressante através da política afirmativa. Em especial o grupo de autodeclarados pretos e pardos. Para substituir o sujeito *da hora* pesquisado, em conversa com a professora Arabela Campos Oliven, minha primeira orientadora, chego à proposição de trabalhar com outro integrante do Programa de Ações Afirmativas: a servidora e o servidor docente.

¿Que fazer? Efetuar diálogo com seis docentes de três cursos de licenciaturas. Sendo dois docentes de cada curso. As licenciaturas escolhidas foram: História, Letras e Pedagogia. ¿Quais os temas para conversar? O Programa de Ações Afirmativas e a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER. Para iniciar, referência à história de vida pessoal (antes de trabalhar na

¹ Utilizo verbo forjado por Paulo Freire significando voltar os olhos para o Sul do mundo, em contraposição a nortear, que carrega como sentido, ter o norte do mundo como modelo.

² Isto é, transformações, modificações e alterações ocorridas na UFRGS, tendo em vista a adoção do Programa de Ações Afirmativas e a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER. Considerando a presença da diversidade étnico-racial dos alunos; a atuação dos docentes e os currículos do seu curso de atuação.

UFRGS) e profissional (depois de ingressar na UFRGS); dando sequência sua participação / ou não na discussão sobre a inclusão do Programa de Ações Afirmativas; a seguir avaliação sobre o desempenho de alunos cotistas e relação da(s) disciplina(s) do currículo do curso a que pertence com a temática étnico-racial.

CONSTRUÇÃO DA TESE

A presente tese constitui-se de cinco partes.

INTRODUÇÃO. Nessa parte apresento a intenção motivadora da tese. Realizar entrevistas com seis docentes de cursos de licenciatura da UFRGS - História, Letras e Pedagogia - abordando como centralidade o Programa de Ações Afirmativas e a Educação Para as Relações Étnico-Raciais. Início explicitando os objetivos da tese. Apresento como será estruturada a parte escrita. A constituição dos cinco Capítulos. A presença de Anexos. Referências.

CAPÍTULO 1 MOTIVAÇÕES. ¿SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO? É muito difícil para quem tem sessenta e sete anos, é negra, em uma sociedade como a brasileira, estruturada pelo preconceito, pela discriminação racial e pelos racismos e não possuir marcas inalienáveis. A seção é uma retrospectiva da minha vida. Detalho situações vividas em Cachoeira do Sul, minha terra natal. Foram dezenove anos bem vividos. Digo assim, porque a cidade me delineou para a caminhada seguinte em Porto Alegre, cidade em que resido a partir do final do ano de 1969. Estudos, trabalho, militância no movimento social negro e movimento social de mulheres negras, atuação sindical e participação política-partidária estão registradas nessa parte.

CAPÍTULO 2 OCUPANDO A UFRGS: HISTORICIZANDO A PRESENÇA NEGRA NA UNIVERSIDADE. Abordo nessa parte da tese a presença negra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos três segmentos que a compõem. Desenvolvo os conceitos de invasão e ocupação, para referir que ao longo da existência da UFRGS pessoas negras sempre estiveram presentes na sua construção, tanto física quanto intelectual. Referencio a participação de pessoas negras nos três segmentos constitutivos da universidade: discentes, docentes e servidoras e servidores técnicos-administrativos. Destacando-se entre tantos, a professora

Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul, Alceu de Deus Collares, o ex-Secretário Municipal de Administração, José Carlos dos Reis, em cuja gestão foi proposta, debatida e inserida a política de reserva de vagas para pessoas autodeclaradas pretas e pardas nos concursos públicos para o município de Porto Alegre. Registro informação sobre o primeiro professor negro da UFRGS - José Maria Viana Rodrigues. Referencio como servidora técnica-administrativa a Dra. Vera Rosane de Oliveira. É tratada nessa parte a invasão / ocupação do DEDS pela Educação das Relações Etnico-Racial – EREER.

CAPÍTULO 3 REFERENCIAL TEÓRICO. TEORIZANDO SOBRE OUTRA EPISTEMOLOGIA POSSÍVEL. Nesse capítulo trago autoras / autores e obras que servem para embasar a tese. Cerco-me de intelectuais cujo pensamento externado fosse além da visão eurocêntrica. Procurei e encontrei quem apontasse para outras epistemologias. Nesse sentido, abordei, com destaque, parte da obra de Epistemologias do Sul, organizado por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. Destaquei a presença da professora Dra. Nilma Lino Gomes, que na Parte 3, sob o título Geo-políticas e sua Subversão, escreve o Capítulo 13, denominado Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. A Professora Dra. Nilma Lino Gomes é a única pessoa do Brasil a participar da obra. Durante outras partes da tese trouxe autoras e autores cujas obras dão embasamento teórico à tese.

CAPÍTULO 4 DIÁLOGO COM SEIS DOCENTES DE TRÊS CURSOS DE LICENCIATURAS: HISTÓRIA, LETRAS E PEDAGOGIA SOBRE MUDANÇAS NA UFRGS, TENDO EM VISTA A INSERÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – EREER NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS. No capítulo, encontram-se os resultados das entrevistas feitas. Trago fragmentos de respostas dadas às perguntas feitas a seis docentes da UFRGS, envolvidos em três cursos de licenciaturas: História, Letras e Pedagogia. A entrevista compreensiva foi a metodologia utilizada para construir o diálogo necessário entre pesquisadora e o grupo de docentes partícipes da pesquisa. Estabeleceu-se nível compatível de relacionamento, possibilitando o êxito das entrevistas. Inicialmente as perguntas foram feitas para conhecer aspectos da vida pessoal. Após partiu-se para questões referentes à atividade profissional. Busquei informações sobre a análise que fazem a respeito de mudanças na universidade ocorridas a partir da introdução do Programa de Ações Afirmativas, envolvendo: presença, desempenho do

alunado cotista e inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER nos currículos dos cursos.

À *GUISA DE CONCLUSÃO*. A parte final da tese traz anotações, comentários e reflexões, que buscam dar respostas aos objetivos elencados para o trabalho. Estão registradas carências percebidas na execução do Programa de Ações Afirmativas e na efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER nos cursos de licenciatura de História, Letras e Pedagogia, considerando as respostas dadas pelos seis docentes entrevistados. No tocante às ausências constantes dos currículos desses cursos, as mesmas são observáveis através do Quadro – Disciplinas Curriculares da Graduação da UFRGS que abordam temáticas da Educação das Relações Étnico-Raciais–ERER, de autoria da Doutoranda Fernanda Nogueira. No quadro aparecem o conjunto de disciplinas identificadas com a temática étnico-racial nos diversos cursos da UFRGS. Verifica-se que, nos cursos de História, Letras e Pedagogia, as disciplinas identificadas com a EREER possuem caráter eletivo.

Aquela pessoa que regressa ao mundo acadêmico formal, após vinte e cinco anos, ou seja, depois de uma geração completa, possui marcas visíveis e invisíveis. No meu caso, as últimas são substantivas, fortes e imprescindíveis. Por isso, considero e trato meu trabalho de conclusão do Curso de Doutorado, como algo mais do que uma tarefa seguidora de regras gerais, de preceitos linguísticos, de normas estabelecidas pela ABNT ou provenientes do PPGEDU. Sigo-as, mas ousar transgredir.

Informo para quem, por ventura, por sorte, ou porventura ler essa tese, que pessoas negras, ao longo dos tempos, ocuparam, ocupam e ocuparão a UFRGS, bem como outras instituições de ensino superior, sejam de caráter público ou de cunho privado. Do mesmo modo, defendo, alto e bom som, que pessoas negras trabalharam, trabalham e trabalharão com competência em serviço público e privado. Para amparar as duas assertivas, decidi acrescentar, no corpo da tese, textos construídos por pessoas reais. São heroínas e heróis que participaram e participam de diferentes fases da elaboração do Programa de Ação Afirmativa na UFRGS, entre outros espaços de ensino superior brasileiro. São lutadoras e lutadores que, de diferentes formas, em suas trajetórias de vida contribuem para que, diferentes setores da sociedade brasileira, acolham, respeitem e valorizem as pessoas negras, construtoras históricas do Brasil, que durante quase quatro séculos estiveram sob o jugo de regras cruéis.

A história brasileira mostra por inteiro que, quando foi extinto o período escravista, nada foi concedido a pessoas negras como forma de indenização pelos anos de serviços

prestados gratuitamente. Lembro o poeta Paulo Colina (1987), ao versejar, denuncia a despreocupação da sociedade brasileira com indenização, inserção ou aproveitamento de pessoas negras na nova ordem que seguiu o extermínio da abolição do regime escravista. O autor verseja.

Pressentimento

Maio,
treze,
mil oitocentos e oitenta e oito,
me soam como um sussurro cósmico.
A noite sobressaltada
por sirenes me sacode.
Reviro os bolsos à procura do passe
que me permite, São Paulo, cruzar ruas
em latente paz.
**A Princesa esqueceu-se de assinar
nossas carteiras de trabalho.**
Desconfio, sim, que Palmares vivo
é necessário (Grifo meu).

Os versos de Paulo Colina dão sustentação à ousadia que cometo nesta tese. Após a *liberdade sem asas* como versou Oliveira Silveira (2009) e a falta de assinatura na nossa carteira de trabalho, expressada por Paulo Colina (1987), existimos, sobre/e/vivemos e resistimos por nossa própria conta. Tendo em vista avançar mais, convidei e pedi escritos para algumas pessoas que têm ajudado a tornar a sociedade local e nacional, justa, solidária e inclusiva. Precisamos ir mais longe, conforme aponta provérbio africano. *Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo.*

Incluo textos-depoimentos construídos por Camila Lopes de Moraes, Edilson Amaral Nabarro, Fernanda Nogueira, Gilciane Beatriz Aguiar das Neves, Horacio Lopes de Moraes, Jaime da Silva, Jeanice Dias Ramos, Jones Lopes da Silva, José Carlos dos Reis, Laura Sito, Malizi Fontoura Gonçalves, Mariana Boeno, Rita Helena Soares Brito, Silvio Roberto Ramos Correa, Vera Lucia Lopes, Vera Daisy Barcellos, Vilmar Fontoura da Silva Júnior, na seção Anexos. São escritos elaborados por pessoas negras e não negras atuantes. Algumas pertencem a organizações de movimentos sociais, outras não. Em comum: identificação, compromisso e atuação para construir outro mundo possível em que o respeito seja abundante. Assim como o bem viver seja compartilhado por todas as pessoas.

Ainda sobre a transgressão, assumo o risco de ser penalizada pela ousadia. A convocatória para a escrita, a reunião dos textos e a divulgação do que foi confidenciado não se deveu à necessidade de colocar mais páginas na tese. O intuito foi compartilhar feitos vividos, escritos por mulheres heroínas e homens heróis, por pessoas negras, por pessoas não

negras, todas solidárias, comprometidas e atuantes no enfrentamento, sem tréguas, às diferentes faces do preconceito, da discriminação racial e dos racismos, tanto na universidade, quanto em outros setores da sociedade sul-rio-grandense, brasileira e mundial. Quebrar barreiras sempre foi preciso. Não fora isso. Estaríamos escravizadas e escravizados. Leia-se o que dizem versos do poema épico *Protesto*³, de autoria de Carlos de Assumpção.

[...] Muitos dos meus ancestrais
 Já mortos há muito tempo
 Reúnem-se em minha casa
 E nos pomos a conversar
 Sobre coisas amargas
 Sobre grilhões e correntes
 Que no passado eram visíveis
 Sobre grilhões e correntes
 Que no presente são invisíveis
 Invisíveis mas existentes
 Nos braços no pensamento
 Nos passos nos sonhos na vida
 De cada um dos que vivem
 Juntos comigo enfeitados da Pátria [...]

Nada é mais educativo do que o exemplo. Por isso durante diferentes momentos da tese estarão presentes fragmentos de textos-depoimentos, mostrando participações de vida militante.

³ Carlos de Assumpção, nascido em 1927 em Tietê – SP, é referência na literatura negra brasileira. Autor dos livros ‘Protesto’ e ‘Quilombo’, coautor do CD ‘Quilombo das Palavras’ com Cuti, participou de diversas antologias como ‘Cadernos Negros’ – Quilombhoje – e ‘Negro Escrito’ – Org. Oswaldo de Camargo. Foi frequentador assíduo da Associação Cultural do Negro, no centro de São Paulo nos anos 50, onde se encontrava com ativistas da extinta Frente Negra Brasileira e com escritores e intelectuais de grande importância como Solano Trindade, Aristides Barbosa e Oswaldo. Membro da Academia Francana de Letras, formado em Letras e Direito, escolheu a cidade de Franca/SP para estudar e lecionar. Em 1982 Carlos de Assumpção ficou em 1º lugar no II Concurso de Poesia Falada de Araraquara/SP com o poema *Protesto*. Em 1958, por ocasião do 70º aniversário da Abolição, recebeu o título de Personalidade Negra, conferido pela Associação Cultural do Negro, em São Paulo/SP. Carlos de Assumpção deve ser lembrado sempre pela sua obra gigante, em especial o poema ‘O Protesto’ para muitos o maior e o mais significativo poema brasileiro, o Hino Nacional dos negros. ‘O Protesto’ reflete sobre a escravidão em sua dor e as cicatrizes contemporâneas da inconsciência pragmática da alta sociedade permanente perversa. O mestre Milton Santos dizia os versos do *Protesto* e o discurso de Martin Luther King Jr. em Washington, D. C., a capital dos Estados Unidos da América em 28 de agosto de 1963, após a Marcha para Washington. ‘I Have a Dream’ (Eu tenho um sonho) foram os dois maiores clamores pela liberdade, direitos, paz e justiça dos afros-americanos (CARLOS ASSUMPÇÃO, 2013, online).

O PAPEL DO PLEONASMO E A REPETIÇÃO NECESSÁRIA

“Pleonasma é uma figura de linguagem usada para intensificar o significado de um termo através da repetição da própria palavra ou da ideia contida nela. A palavra pleonasma tem origem no latim “pleonasmu” e significa redundância”. Entendida a significação da palavra pleonasma, informo que haverá abundância de repetição da sentença – a educação sempre foi objetivo buscado pela população negra brasileira – ao longo desse tratado.

Como já mencionado, propus como mote, argumento e alegação para intentar a tese, entrevistar seis docentes sobre o Programa de Ações Afirmativas adotado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir do Concurso Vestibular 2008. A respeito do Programa de Ações Afirmativas, vale enfatizar que visa a inclusão de alunos originários de escolas públicas, para os quais foi feita reserva de trinta por cento das vagas destinadas ao certame. Do percentil, quinze por cento destinou-se ao grupo de alunas e de alunos que se autodeclarassem como pessoas pretas. Havia também um número de vagas, em determinados cursos, reservados para alunos indígenas. Era esse o primeiro desenho do Programa de Ações Afirmativas utilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O processo de nº 23078.013633/07-10 trata da Adoção do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS. Faz parte do corpo do processo, localizando-se uma folha antes da cópia da Decisão emanada pelo Conselho Universitário, artigo intitulado *A hora da reparação na UFRGS*, de minha autoria junto com Camila Lopes de Moraes, à época, acadêmica de Jornalismo pelo Instituto Porto Alegre – IPA, publicado no jornal Zero Hora no dia 15 de junho de 2007.

Artigos >

A hora da reparação na UFRGS

CAMILA LOPES DE MORAES*
MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA**

As ações afirmativas foram instituídas para atender grupos identitários que estão em situação de desvantagem e sub-representados nas posições sociais mais elevadas da sociedade, lugares estes ocupados por pessoas pertencentes aos setores dominantes. As políticas de ação afirmativa surgiram na Índia no início do século 20 e destinavam-se a melhorar a situação de integrantes dos grupos dos Dalits e Adivasis. Os Estados Unidos adotam essas políticas a partir dos anos 60 do século passado, como resposta ao movimento de direitos civis liderado por afro-americanos.

No Brasil, o tema torna-se discussão prioritária a partir de 1995, quando se celebra o tricentenário da imortalidade de Zumbi. Cerca de 40 mil militantes da luta anti-racismo reúnem-se em Brasília e bradam por políticas de promoção da igualdade racial. O governo brasileiro da época assume a existência do racismo no país, dando os passos iniciais para o estabelecimento de políticas afirmativas para a população negra em alguns de seus ministérios.

Em 2001, a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada na África do Sul, declara ser o tráfico transatlântico um crime de lesa-humanidade. Os países que se valeram de escravidão de africanos e seus descendentes devem implementar políticas para reparar os danos causados pelo regime escravista. O Brasil, por quase quatro séculos, valeu-se da escravidão para produzir as suas riquezas. Já a abolição não foi acompanhada de políticas para inserir os ex-trabalhadores escravizados na nova ordem econômica e social.

É nesse cenário de reparações que as universidades públicas federais são convocadas a adotarem ações afirmativas. O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou a Comissão Especial de Ações Afirmativas para elaborar uma proposta de inclusão de cotas raciais e sociais, que será analisada por seus integrantes, para vigorar a partir do vestibular de 2008. Chegou a hora de a UFRGS demonstrar o seu compromisso com a construção de uma sociedade justa, multiétnica e pluricultural, incluindo e valorizando a riqueza trazida por negros, por índios e pelo alunado da escola pública que bate à sua porta. Militantes e simpatizantes da luta pela construção de uma universidade pública plural, estejamos todos unidos nesta causa.

* Estudante de Jornalismo (IPA)

** Servidora da UFRGS

ZERO HORA

Fundada em 4 de maio de 1964

Unidade Jornal

Vice-presidente: Geraldo Carreira

Fonte: Moraes e Fontoura (2007, p. 20).

O pioneirismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em inserir o Programa de Ações Afirmativas é louvável, considerando papel de destaque que ocupa na cena das universidades públicas brasileiras. A Decisão Nº 134/2007, emanada do CONSUN sofre mudança, quando é instituída a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, o Decreto Nº 7.824 de 11 de outubro de 2012 e a Portaria Normativa Nº 18 de 11 de outubro de 2012 que regulam a implementação da reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para alunado oriundo de escolas públicas. A legislação advinda do governo federal engloba, inclui e abarca os institutos federais. Dessarte, universidades federais que registravam resistência, evidenciavam desinteresse em discutir o tema e postergavam assumir o programa são instadas legalmente a efetua-lo.

UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Valho-me, inicialmente, de artigo escrito por Arabela Campos Oliven (2007b), para historiar o que se entende por Política de Ação Afirmativa. Afirma a professora (2007b, p. 30):

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, **universidades** e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando

Cabe aqui referir que embora houvesse e haja pessoas que se manifestem contrárias à adoção do Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, essa prática já ocorrera anteriormente no seio da instituição. Sobre esse tema, Hédio Silva Junior, no artigo intitulado Ação afirmativa para negros (as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade (2003, p. 113), sob o subtítulo *Cotas no vestibular: uma experiência que remonta aos anos 60 do século passado* grafa:

No dia 3 de julho de 1968, o Congresso Nacional aprovava a Lei nº 5.465, atualmente revogada, que ‘dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola’.

O art. 1º dessa lei apresentava a seguinte redação:

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

Continuando, Hédio Silva Junior (2003, p. 113) remete a acordos internacionais firmados pelo Brasil na área da educação. Escreve:

Devemos lembrar ainda que, desde os anos 70, o Brasil é signatário de acordos de cooperação científico-tecnológica com países africanos. Por meio desses acordos, os estudantes são selecionados nos seus países de origem e ingressam nas melhores universidades brasileiras sem passarem pelo discutível crivo do vestibular.

A chamada ‘Lei do Boi’ e a experiência de ingresso diferenciado de estudantes africanos atestam que o verdadeiro mérito é aquele mensurável no desempenho dos alunos, no decorrer do curso, e não na ante-sala das universidades.

Os dois modelos citados acima são exemplos de ações afirmativas inseridas no tecido das universidades públicas federais algum tempo atrás. A primeira, denominada de Lei do Boi, já foi derogada. Durante sua vigência, catapultava filhos de agricultores e fazendeiros para o interior de universidades públicas. Já os intercâmbios continuam oportunizando o

ingresso de estudantes africanos via convênio. Cabe atentar para a informação transcrita a seguir. A mensagem enfatiza que o mérito não é dado pela forma de ingresso, mas pelo desempenho em sala de aula, conforme menciona Hédio da Silva Junior (2003, p. 113).

Decerto, a proposta de ação afirmativa destinada a impulsionar o ingresso de estudantes negros nas universidades, que nada tem de novo, visa corrigir uma desigualdade histórica, superar a cota de 100% para brancos e permitir que os talentos e potencialidades possam em igualdade de condições, ser revelada, com base no que negros e brancos apresentem em sala de aula.
Que venha o mérito!

Entendo que o pensamento do professor ajuda a dissipar o mal-estar sob o tema da política afirmativa. Embora não tivesse esse apelido, igual ação já fora utilizada para outro grupo de pessoas pertencentes à sociedade brasileira.

Continuando com a explanação sobre a política pública que visa diminuir a diferença entre universitários brancos e negros em instituições públicas de ensino superior, atente-se para o afirmado por Oliven (2007, p. 30), quando diz que

[...] a sub-representação de minorias, em instituições e posições de maior prestígio e poder na sociedade pode ser considerado um reflexo de discriminação. Portanto, visa-se, por um período provisório, a criação de incentivos aos grupos minoritários, que busque o equilíbrio dessas mesmas minorias na composição dos grupos de poder nas diversas instituições que fazem parte da sociedade.

Ainda salientando a importância de tratar desiguais de forma diferenciada, a fim de alcançar em tempo vindouro equidade entre ambos, Oliven (2007, p. 30) informa.

A Ação Afirmativa, como forma de discriminação positiva, é uma política de aplicação prática e tem sido implementada em diversos países, variando o público a que se destina. A Índia, por exemplo, reserva um percentual de vagas em suas universidades públicas a castas consideradas inferiores, os *dalits* ou 'intocáveis'. O debate sobre ações afirmativas tem, pois, um caráter internacional, transcendendo as fronteiras nacionais.

O conhecimento da história da implementação da política afirmativa traz para o cenário da discussão uma série de informações necessárias para amparar e sustentar o debate. Basear-se em preconceitos e discriminações fortalecidas por ideias preestabelecidas não conduz a caminhos venturosos. Entrando no campo das ciências jurídicas e sociais, viajo um pouco pelo artigo *As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva* de autoria de Joaquim Benedito Barbosa Gomes (2003), jurista e ex-magistrado brasileiro. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 2003 a 2014, tendo sido presidente desse Tribunal de 2012 a 2014 e de Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva, Doutora em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC/RJ registram.

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão-somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção, as ações afirmativas têm natureza multifacetária e, visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, enraizadas nas práticas culturais e no imaginário coletivo (GOMES; SILVA, 2003, p. 94).

As ações afirmativas são de diferentes naturezas. Visam abranger grupos de pessoas que sofrem discriminação negativa, que impedem, dificultam ou obstaculizam o exercício de direitos fundamentais. Arrematam os autores:

Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas a concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES; SILVA, 2003, p. 95).

Como é continuamente referido nessa tese, a sociedade brasileira carrega fortes marcas de preconceitos, de discriminações, de racismos e de intolerâncias correlatas, atingindo, sobretudo, milhões de pessoas pretas e pardas, as impedindo de ter pleno acesso aos direitos humanos fundamentais. Torna-se urgente, inadiável e imperiosa a elaboração e implementação de políticas afirmativas, tanto na seara pública quanto na privada, para diminuir as distâncias socioeconômicas e culturais, tendo em vista a valorização e a promoção dos grupos étnico-raciais, que tiveram/têm seu desenvolvimento obstruído. Há também que atentar para o respeito, a valorização de manifestações ligadas ao mundo imaterial, bem como acatar diferentes expressões da sexualidade humana... Políticas públicas construídas atendendo as especificidades surtem efeitos de maior abrangência, com mais eficácia, pois tratam demandas específicas. O único remédio que funciona para todas as pessoas é o respeito!

Sobre o tema Ação Afirmativa, ainda há muito a ser dito. Considerando que no PPGEDU/UFRGS a cada ano ingressam mais alunos do grupo de pessoas autodeclaradas negras, fico tranquila. Sei que o tema continuará sendo estudado. Ausências, omissões e carências aqui existentes, serão aprofundadas posteriormente.

O PRIMEIRO PASSO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A inserção de Programas de Ações Afirmativas ocorre inicialmente por proposição do movimento social negro e movimento social de mulheres negras. O projeto de inclusão de alunado negro foi exposto a órgãos superiores de universidades públicas, quer federal, quer pertencente ao âmbito estadual. Como universidade pioneira na consolidação dessa política pública, encontra-se a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Retrato a seguir fragmento do artigo *Política de Cotas Raciais nas Universidades Brasileiras: o caso da UERJ*, de autoria de Emerson dos Santos (2006, p. 21-22).

Emblemática dos impactos alcançados pela capilarização de militantes do movimento negro em diversas entidades e instâncias de atuação, a lei que deu origem às cotas raciais na UERJ foi gerada a partir de um projeto enviado por um parlamentar cujo partido tinha um assessor com destacada atuação no campo das lutas antirracismo. Esse assessor sugeriu a medida e o parlamentar, ainda que sem envolvimento com a temática racial – anterior ou posterior à lei que ele próprio propôs!!! –, submeteu o projeto, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governo do estado, na forma da **Lei 3.708, de 9 de novembro de 2001, que instituiu 40% das vagas para negros e pardos**.² A aprovação da lei foi marcada, portanto, por um protagonismo do movimento negro submerso numa capitalização dúbia por parte do governo do estado: os então mandatários se apresentavam, mais do que o próprio parlamentar que propôs, como os “pais” da política, ao mesmo tempo em que silenciavam em relação ao veto imposto ao tópico que determinava a responsabilidade do governo do estado na alocação de recursos para a implementação de medidas visando a garantir a permanência dos alunos ingressantes pelo sistema de cotas; silenciaram-se, também, quando da emergência de polêmica e contestações em âmbito nacional contra a implementação da política (grifo meu).

O texto informa o papel protagonista do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras para a instalação do Programa de Ações Afirmativas na UERJ. Fica estampado, como será referido ao longo do trabalho, compromisso de pessoas negras, presentes em diversos e diferentes setores da sociedade brasileira, sobretudo em instâncias de governo, com implantação, aperfeiçoamento e aprimoramento de políticas afirmativas.

Feito registro, reconhecimento e divulgação sobre o lócus desaguador do Programa de Ações Afirmativas no ensino superior brasileiro, urge saber que, a partir da criação dessa política pública, surgiu uma *mina de ouro* para pesquisa, análise e variadas manifestações de opinião, quer visando a continuidade, ao aprofundamento e à melhoria do Programa, quer manifestando intenção contrária, ao propugnar pela interrupção, pelo cancelamento ou pelo extermínio da política afirmativa. Qualquer das escolhas está atravessada pela visão de mundo de quem a defende.

Muitos estudantes de cursos de pós-graduação, sobretudo das denominadas áreas das ciências humanas, debruçam-se sobre o Programa. Especulam sobre a trajetória de aluna ou

de aluno que ingressa no ensino superior através da referida política pública. Embora conste na sua definição que a reserva de vagas destina-se a alunos de escolas públicas, entre esses, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiências, conforme excerto abaixo da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, verifica-se que são os alunos pretos e pardos os escolhidos, aqueles colocados na alça de mira e esquadrihados em pesquisas de pós-graduação. A lei é nítida. O Programa abarca outras modalidades de alunado de escolas públicas. Inexiste exclusividade para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. Lendo e atentando para o disposto na legislação.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação **reservarão**, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, **no mínimo 50%** (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em **escolas públicas**.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, **por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência**, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Uma leitura mal feita conduz à má interpretação, mesmo quando efetivada por pessoas frequentadoras, visitantes ou residentes em espaços acadêmicos. Para essa gente – *cotistas* – como é vulgarmente designada a clientela de Programas de Ação Afirmativa, são todos aqueles seres identificáveis como pretos ou pardos. Respondo com frase composta por palavras monossilábicas: *Ná, né, ni, nó, não!* ¿Qual é o significado ao fim e ao cabo dessa miscelânea monossilábica? Significa: Não! São também *cotistas* alunos brancos de escolas públicas, que escolheram ingressar na universidade através da política pública.

Falta para muitos componentes do grupo de *cotistas* brancos um sentimento: *solidariedade*. Exemplifico, no ano de 2016, quando alunas e alunos ocuparam/invadiram o prédio da Reitoria da UFRGS, para impedir alteração da legislação que instituiu o Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, pequeno era o número de representação do alunado *branco cotista*. Ficou a cargo de pessoas negras resolverem o pepino! Sobre esse assunto será feita análise e emitido pronunciamento durante a tese.

A resposta para a pergunta instigante do início da Introdução talvez ocorra ao longo da tese. Se não aparecer ficou a *inticação*, ou seja, a provocação.

1 MOTIVAÇÕES - ¿SABES COM QUEM ESTÁS FALANDO?⁴

Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Que sete anos!
Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua
me gritaram Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
'Por acaso sou negra?' – me disse
SIM! [...]
(SANTA CRUZ, s. d., online)

Nesta parte da tese, relato fatos de minha história de vida. Apresento-me como mulher negra, nascida no interior do Rio Grande do Sul, Estado que tem como característica a forte presença de pessoas de ascendência europeia. De acordo com dados do IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012, o Estado tem 10.802 milhões de habitantes, sendo 80,3% identificados como brancos e 19,4 são classificados como pretos e pardos. Creio ser válido, nesse momento, fazer comentário inicial a respeito da presença de pessoas negras no Rio Grande do Sul. Apesar de a população negra gaúcha ter comparência quase quatro vezes menos do que a branca, deve-se considerar sua postura. O grupo negro tem papel significativo na história sul-rio-grandense, dentre os feitos encontra-se postulação, construção e apresentação de uma data nacional de referência eminentemente negra: *Dia Vinte de Novembro*⁵.

Nasci em Cachoeira do Sul, cidade assentada na Depressão Central. Morei em Cachoeira, forma reduzida como é tratada a cidade, de 14 de fevereiro de 1950 até 17 de dezembro de 1969. Naquele período imperava na cidade a cultura arrozeira. A cidade é epitetada de *Capital Nacional do Arroz*. Os engenhos de beneficiamento de arroz detinham o sobrenome de famílias locais: Roesch, Tischler, Bachin-Lewis, Trevisan entre outros. Mesmo sem regras escritas, como as do *apartheid*, que vigorou na África do Sul de 1948 a 1994, a cidade apresentava particularidades *discriminatórias negativas*⁶. Tomando-se como referência

⁴ Para indicar frases interrogativas nesse trabalho acadêmico, valer-me-ei de ¿ (ponto de interrogação invertido). Segundo consta da página de *Perspectivas*, a utilização do ponto de interrogação invertido ao iniciar uma frase, marca de frases interrogativas na língua espanhola, foi utilizado também no português arcaico. Refere que Alexandre Herculano ainda o utilizou. Retirei a sugestão de um bilhete que a mestrandia Patrícia Xavier, do DEDS/PROEXT/UFRGS me enviou.

⁵ “A evocação do dia Vinte de Novembro como data negra foi lançada nacionalmente em 1971 pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul” (SILVEIRA, 2003, p. 23).

⁶ Uso nessa tese três diferentes significados da palavra discriminação, valendo também para o vocábulo discriminatório. Uma acepção representa “[...] aquela atitude em que uma pessoa ou grupo tem um

o Rio Jacuí, em boa parte do século XX, pessoas negras *estavam impedidas* de transitar pelo lado direito da rua principal. Não frequentavam o Bar América. O grupo negro transitava no lado esquerdo da Rua Sete de Setembro e quando queria lanchar, valia-se do Bar Ciganinha. Tais práticas eram comuns em boa parte das cidades rio-grandenses de colonização portuguesa.

Figura 1 – Cachoeira do Sul



Fonte: Arquivo pessoal.

Sou filha de Talita Lopes Fontoura, mãe extraordinária, com um saber magistral. Aprendeu a ser mãe a partir de si própria. Ficou órfã de mãe ainda criança. Demonstrava constantemente sua sagacidade, perspicácia e astúcia. Fazia meu irmão mais velho, aluno de colégio particular, estudar francês e latim. *Tomava* a lição dele, dizendo depois: - “*Não está bem ainda. Estuda mais um pouco*”. Anos mais tarde é que nos demos conta do truque usado para fazer o filho estudar. Nunca estudara francês nem latim. Gostava de ditados populares e

comportamento que tende a excluir uma outra pessoa ou grupo do convívio social”. Outro sentido é “[...] a discriminação positiva, também chamada ação afirmativa, é como é conhecida a ação que, diferentemente da discriminação negativa (ou discriminação), visa empreender políticas que darão a um determinado grupo social, étnico, minoria ou vítima de injustiças sociais, o tratamento preferencial no acesso ou distribuição de certos recursos ou serviços, bem como o acesso a determinados bens, a fim de melhorar a qualidade de vida dos grupos desfavorecidos, e para compensar o prejuízo ou discriminação de que foram vítimas” (2017, significado online). A discriminação negativa “[...] marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em favor da exclusão” (CASTEL, 2008, p. 14).

era levemente humorada. Creio que *herdei* essa característica, só que utilizo de forma mais ostensiva.

Figura 2 – Lucidio Fontoura e Talita Lopes Fontoura



Fonte: Arquivo pessoal.

Lucidio Fontoura era o nome do meu pai. Possuía pouca instrução escolar. Costumava dizer que tinha *segundo ano de campanha*. Traduzindo-se como: - *Aprendi a ler e a escrever. Saí da escola, porque precisava trabalhar e ajudar a família*. Ter pouco estudo, talvez lhe tenha feito dar valor à educação de seus filhos. Recordo uma de suas frases, quando um dia cheguei em casa, falando de que uma vizinha havia ganhado roupa nova: - *O que eu posso dar a vocês é comida e estudo. Estudem, depois arranjem um trabalho, aí vocês podem comprar o que quiserem*". Simples assim! Esse ensinamento *suleou* minha vida. Fico feliz por ter sido acompanhada por ele em vários momentos de conclusão de estudos. Foi meu par na formatura do ginásio, no Curso Normal e estive presente na minha colação de grau no Curso de Letras

na UFRGS. Acredito que segui ao pé da letra seu conselho. Estudei e me nutri física e intelectualmente com a alimentação material e imaterial que tinha para nos dar. As diferentes inserções que fiz na vida⁷: no movimento social negro e movimento social de mulheres negras, na vida sindical, no Conselho Superior da Universidade e no mundo da representação política- partidária tiveram em meu pai o exemplo. Foi uma liderança. Dirigiu time de várzea. Foi patrono de quermesses, era consultado, seguido e respeitado. Além de mim, havia mais três filhos, um mais velho – Antonio Carlos, uma irmã mais nova do que eu – Maria da Graça e – Julio Cezar, o irmão caçula.

1.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Discorro um pouco mais sobre a história de minha mãe e de meu pai. Talita era natural de Cachoeira do Sul e Nego Lucidio, como era conhecido, nasceu em Bagé. Minha mãe foi criada por sua irmã Cecília que se casou com Rubens, motorista de ônibus. Ele foi transferido por necessidade de serviço para Bagé. Foi nesse período que meu pai e minha mãe se conheceram. Por ocasião do regresso do trio: Rubens, Cecília e Talita para Cachoeira do Sul, meu pai transfere-se para lá. Talita e Lucidio Casaram em Cachoeira. No início, minha mãe era somente dona de casa. Meu pai trabalhava como sapateiro. Naquele período o sapateiro fazia *artesanamente* sapatos, botas, coturnos... Trabalhou em uma sapataria, que depois se tornou de sua propriedade. Entre seus clientes, encontrava-se o futuro compadre, José Nicolau Barbosa. Trabalhava no Imposto de Renda e era Vereador. Barbosa, como era conhecido, o convida para labutar como servidor público. Meu pai ingressa como contínuo na Delegacia do Imposto de Renda e acaba se desfazendo da sapataria. Realizo aqui uma quebra para manifestar que eles aproveitaram os talentos e as oportunidades. A situação de trabalho de minha mãe e de meu pai mudou com o tempo. Ela fez concursos, tornando-se inicialmente servente, depois passa para auxiliar de disciplina de escola estadual. Meu pai, quando nos transferimos para Porto Alegre, trabalhou na Receita Federal, ocupando função administrativa.

⁷ Ainda nessa parte da tese discorrerei sobre diferentes inserções políticas que tenho participado. Farei considerações sobre movimento social negro, movimento social de mulheres negras, movimento sindical e militância político-partidária.

1.2 ¿QUEM SOU EU?

Retornando à minha história. Frequentei escola pública que, naquele tempo, acolhia filhas e filhos de pessoas destacadas na cidade. Durante cerca de quinze anos os acompanhei. Entre fatos marcantes de minha trajetória escolar, um deles ocorreu no segundo ano primário. Muitas pessoas lembram com saudade da primeira professora, a alfabetizadora. Sou diferente, recordo com carinho da professora Aretê Saldanha do segundo ano. Naquele período, minha mãe trabalhava como *doméstica* na escola em que estudava. O governo do Estado, via Secretaria de Educação, contratava pessoal para realizar o trabalho de limpeza e manutenção de escolas. Eram pessoas recrutadas, sem a exigência de concurso. A professora Aretê descobriu minha mãe. Em sua atividade docente costumava andar pela sala e olhar os cadernos dos alunos. Passava de classe em classe para ver como havíamos feito o tema. Costumava colocar um C ao lado dos exercícios feitos corretamente. O C era maior quando se tratava das *contas*. Meu caderno e minhas operações matemáticas eram repletos de C. Algumas vezes, a professora Aretê dizia para eu ir mostrar o caderno para minha mãe. Seguia as ordens da docente. Saía da aula, procurava minha mãe, apresentava o caderno para ela ver que eu havia feito tudo certo. Minha mãe olhava, sorria e me mandava voltar para a sala de aula. Ela continuava sua tarefa na faxina da escola.

Ah! Mas uma vez errei uma conta, uma operação matemática de multiplicar. Naquele dia não fui sozinha mostrar meu caderno à minha mãe. A professora Aretê foi comigo. A educadora, em tom sério, como se houvesse ocorrido um terremoto, disse para minha mãe que eu havia errado *uma conta*. A recomendação era estudar mais a tabuada de multiplicar. Resultado, tive que me dedicar intensivamente ao estudo da *tabuada de vezes*. Meu irmão mais velho, por determinação materna, ficou encarregado de *tomá-la*. Tomar a tabuada de multiplicar, era a denominação usada para aferir que a aluna deveria saber de cor e de forma salteada o resultado da multiplicação de 1 x 1 até 10 x 10. Lembro que *meu professor de tabuada* não gostava de que eu dissesse: - *É*, antes do resultado. Exemplo, ele perguntava, olhando para a tabuada, quando era 4 x 7. Para dar tempo de pensar, eu dizia: - *É*, para em seguida completar vinte e oito.

Caberia aqui uma pergunta e a devida explicitação. ¿O quê ficou desses fatos? Respondendo, percebo a professora Aretê como uma incentivadora do meu desenvolvimento pessoal. Conheceu e valorizou o meu potencial para estudar. Incentivou que fosse bastante estudiosa para que, no futuro, tivesse um fazer / um afazer diferente do exercido por minha mãe. Imagino que ela pensasse da seguinte forma: “*Essa menina negra tem que estudar,*

enquanto sua mãe trabalha, para obter no futuro um trabalho diferenciado do que a mãe executa, porque estudar é a única tarefa que faz”. Afirmo que a professora Aretê acreditou no meu talento. Aprendi que qualquer pessoa vitoriosa, precisa conjugar talento pessoal e oportunidade para desenvolvê-lo. Talento eu tinha, a oportunidade de seu desenvolvimento foi-me oferecida por minha mãe, servidora doméstica da escola em que estudava, e por meu pai, também servidor público.

Passar de ano em ano, de série em série, sem repetir, foi o modo utilizado para obter o respeito de colegas e do grupo de docentes. Faço, nesse momento, dueto com manifestação feita por Carmen Rangel da Silva (2008). A autora, ao relatar fatos de sua história de vida, refere à recomendação materna de que deveria ser muito boa aluna para no futuro *ser alguém*. Assim ela escreve:

Me vejo sentada próximo à janela (sempre gostei de poder ver a rua...) Sentava numa posição que me permitisse estar atenta à aula, sem perder a luz da janela. Tinha muito presente que estar na sala de aula era muito importante, mas os respingos da liberdade que vinham do pátio eram fundamentais. Minha mãe forjara em mim uma convicção - partilhada por ela e pelas camadas populares que viam na escola a única forma de ascensão social - a da importância do estudo. A única forma possível de destaque para uma menina pobre e mestiça no seu entender: estudar, ser uma boa aluna, para quem sabe, um dia, 'ser alguém'. Boa era pouco... teria que ser, no mínimo, 'muito boa', tal como ela na escolinha rural de sua infância, destaque que carregou como um troféu - quem sabe o único - pela vida toda (SILVA, 2008, p. 111).

Morando em locais diferentes, identifico similaridade nos aconselhamentos de familiares e de quem gostava de nós: - estudar. Era a saída apontada naquele momento, sobretudo para quem não tinha o privilégio da brancura/branquidade⁸. Saltando no tempo, percebe-se nos dias de hoje, quando se conversa com jovens negras e negros, a presença dessa carga. Estudantes negras e negros ainda precisam evidenciar que *são melhores estudantes* de que colegas brancos. Essa exigência não está escrita, entretanto se encontra presente de forma vívida, indica a existência do racismo na instituição educacional em pleno século XXI⁹.

Fotografias de diferentes fases retratam a minha trajetória escolar. Jardim de Infância, Primário, Ginásio, Clássico e Curso Normal concluídos em minha terra natal. Abandono Cachoeira do Sul no final do ano de 1969. Na maioria dos anos de estudo realizados em Cachoeira do Sul, lembro que tive pequeno número de colegas negras e negros. No Curso Normal, excepcionalmente, éramos três. Na maior parte dos meus anos de estudos na *Capital*

⁸ Dedicarei um item da tese para abordar os dois temas branquitude e branquidade, pois são assuntos de interesse desse trabalho acadêmico.

⁹ Abordaremos com detalhes na parte em que será tratado o tema do racismo institucional.

Nacional do Arroz era *estrela solitária*. Essa expressão é referência do time carioca Botafogo de Futebol e Regatas¹⁰.

Figura 3 – Formatura no Jardim da Infância (1956)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 4 – Lembrança Escolar (1960)



Fonte: Arquivo pessoal.

¹⁰ [...] uma agremiação poliesportiva brasileira, com sede no bairro homônimo ao clube, na cidade do Rio de Janeiro. Nascido da fusão do Club de Regatas Botafogo (fundado para o remo em 1894) com o Botafogo Football Club (formado para o futebol em 1904) [...] Conhecido pela estrela de cinco pontas em seu distintivo, que lhe dá a alcunha de clube da *Estrela Solitária* (2017, online).

Figura 5 – Formatura no Ginásio (1965)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 6 – Formatura no Curso Normal (1969)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 7 – Colegas de Formatura no Curso Normal (1969)



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 8 – Formatura no Curso de Letras/UFRGS (1975)



Fonte: Arquivo pessoal.

1.3 A IMPORTÂNCIA DA CUMPLICIDADE ENTRE PESSOAS NEGRAS

Sobre o exercício da cumplicidade, trago como exemplo vivo a experiência de adolescência. Morei dos doze anos aos dezenove no *Beco do Conforto*, que ficava próximo à parte central da cidade. Era considerado continuação da Rua Dr. Milan Krás, desaguando na Rua Andrade Neves. Havia um mato, fazia fronteira com o fundo de casas vizinhas à que eu morava. Havia uma fonte de água, chamada de *pocinho*. No período de verão, os jovens saíam do Colégio Liberato Salzano Vieira da Cunha, os de outras escolas mais distantes matavam aula para se banhar nesse córrego. A escola em que estudava: Escola Normal João Neves da Fontoura e Colégio Estadual Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, localizadas no mesmo prédio, ficavam próximos de minha casa. Ia-se a pé para a escola.

Minha família tinha como vizinhos: Seu Jairo, Dona Dalcira e sete filhos; Dona Teresa, seu Adão e oito filhos; mais uma mãe que criava sozinha duas filhas; em minha casa éramos pai, mãe e quatro filhos. Um pouco mais distante, moravam um casal de primos, eram filhos do Tio Ari, irmão de minha mãe, e da Tia Dejanira. Não eram moradores diretos, mas frequentavam o beco. Usávamos a rua para jogar futebol, caçador, bolita, pular corda, conversar e rir muito. Nas tardes de domingo, o grupo formado por cerca de quinze pessoas entre crianças pequenas e o pessoal *mais velho*, entre os quais me encontrava, seguíamos para a Praça José Bonifácio, onde havia brinquedos como balanços para a piazada, outros para os *miorzinhos*, escorregador, gira-gira...

Quando lá chegávamos, os balanços estavam ocupados. Divertíamos-nos com outros passatempos, esperando a oportunidade de conseguir um balanço. A oportunidade aparecia e o grupo se revezava. A seguir, desocupava outro balanço e nós o pegávamos. Lembro de ficarmos quase de *donas e donos* desse brinquedo. Quando um de nós se cansava, ou se quisesse trocar de brinquedo, chamávamos outra pessoa do grupo, para ocupá-lo. Assim ia, até que a turma cansada e de olho na hora de voltar pra casa, deixávamos os brinquedos. Para fortalecer a valorização que atribuo ao grupo, servi-me de uma *silepse*¹¹ de pessoa. Na volta pra casa, os mais velhos carregavam os menores. Ríamos da nossa trama e marcávamos o próximo encontro. Tomo essa brincadeira como exemplo de vida. Passar o balanço de uma pessoa para outra do grupo é um forte exemplo de cumplicidade necessária para que pessoas

¹¹ Silepse. “A palavra silepse vem do grego e significa *ato de compreender*, “compreensão”. É uma figura de construção. Trata-se da concordância que acontece, não com o que está explícito na frase, mas com o que está mentalmente subentendido, com o que está oculto. É, portanto, uma concordância ideológica, que ocorre com a ideia que o falante quer transmitir. É também chamada de concordância irregular (FABRE, 2017, online).

se juntem e busquem a construção de uma sociedade / de um mundo melhor. É o caso do programa de ações afirmativas, tema explorado nessa tese.

Ainda sobre formas de diversão existentes em Cachoeira, cabe mencionar a existência de clubes sociais negros. Em Cachoeira do Sul no período em que lá vivi, frequentava o Clube União Independente¹². Estava localizado na parte central da cidade. Recordo de ter ido a diferentes tipos de festejos como bailes com orquestras, *soirées*, festas de jovens que ocorriam aos domingos de tardezinha, indo até às vinte e uma horas impreterivelmente. Havia duas mães que acompanhavam esse festejo e britanicamente no horário diziam: - Última. E a turma de jovens obedecia!

Acredito ter vivido com a intensidade possível os 19 anos que morei em Cachoeira do Sul. Viver lá foi definidor para minha vida. Tive meu talento para o estudo incentivado. Conquistei boas amizades. Vivi lá bons momentos. Assim como ocorre com milhares de pessoas que moram em diferentes municípios do estado, surge aquele momento em que famílias ou indivíduos isolados decidem abandonar a cidade de origem e *tentar vida melhor* em localidade maior, em especial, na capital do estado. O trabalho para pessoas negras, mesmo com qualificação é difícil. Foi a busca de oportunidades para três filhos, considerando que o mais velho fazia carreira no exército, o móvel da transferência de minha família para Porto Alegre.

1.4 INVADINDO / OCUPANDO E CONQUISTANDO PORTO ALEGRE

Acredito que, mesmo nos dias de hoje, mudar-se de uma cidade do interior – Cachoeira do Sul – para uma metrópole, como é o caso de Porto Alegre, provoca desacomodação, causa insegurança e dá uma vontade enorme de voltar para cidade *da gente*.

¹² Entre as formas de associação utilizadas pela população negra em diversas partes do Brasil encontram-se a participação em clubes sociais. Locais em que se dava a reunião de pessoas negras, com a finalidade de oportunizar conagração, diversão, atividades artístico-culturais, fortalecimento da auto-estima e da solidariedade entre as pessoas participantes. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Fundação Cultural Palmares (FCP) através de Portaria publicada em 14 de março de 2014 realizaram um levantamento e tombamento dessas instituições. Há várias sociedades negras espalhadas ao longo do Rio Grande do Sul. Os clubes negros ofereceram / oferecem oportunidade de reunir pessoas negras com diferentes finalidades. Serviram / servem para divulgar a cultura negra, fortalecer a identidade, exercitar a solidariedade, realizar aprendizagens de caráter informal, como alfabetização de adultos, cursos de reforço escolar, preparação para exames vestibulares, concursos entre outras atividades. Há informação de que a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora - SBCFA teria como um dos objetivos iniciais reunir fundos para oportunizar enterros para pessoas negras carentes.

Entende-se na pele, com cores fortes o louvor romântico da terra natal poetizado por Gonçalves Dias em *Canção do Exílio*

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores [...]
(GONÇALVES DIAS, 2017, online).

Andar pelas ruas, passar por pessoas que *não davam adeus*, forma popular de dizer que não cumprimentavam, fazia-me sentir quase invisível. Sair em Cachoeira do Sul era ser vista e reconhecida, sobretudo por ser filha do *Nego Lucídio*. Além disso, havia um medo advindo da oitiva do programa radiofônico *Aconteceu*, transmitido pela Radio Itai¹³. Lembro que o radialista narrava alguns crimes da época. Iam os anos iniciais da década de 1970. O medo advindo das cruentas narrativas durante cerca de dois anos cercearam o livre andar pela capital, minha nova cidade. A seguir outras famílias que moravam no Beco do Conformo transferiram-se de Cachoeira para Porto Alegre. Era a busca por melhores oportunidades. A família da dona Tereza e seu Adão Rodrigues veio toda para Porto Alegre. Já da família de dona Dalcira e seu Jairo vieram alguns filhos e filhas. Tia Dejanira, viúva de tio Ari, veio com os filhos Terêncio e Regina Fátima em 1972. O grupo de jovens volta a se encontrar em alguns momentos. Fechando essa parte, digo que hoje seria uma alienígena / uma em Cachoeira do Sul. A cidade mudou e não acompanhei suas mudanças. Poucas vezes voltei à eterna Capital do Arroz. Mas minha cidade natal é fundamental em minha trajetória de vida. Cachoeira do Sul e o grupo de pessoas com que convivi, me ensinaram a ser uma pessoa negra!

Minha vida em Porto Alegre a partir de 1970 conjugou trabalho, estudo e movimento social. Meu primeiro serviço foi no Ginásio Estadual Presidente Costa e Silva, na época era assim chamado e abrigava o *ensino ginásial*. Localiza-se na Avenida Niterói, número 472, no Bairro Gloria. Divide o prédio com a Escola Municipal de Ensino Médio Emílio Meyer. Trabalhei na secretaria. Fazia serviço burocrático. Fiquei ali de fevereiro de 1970 a novembro

¹³ A Rádio Itai tinha seus estúdios em Porto Alegre, mas os transmissores estavam em Guaíba, na região metropolitana da capital gaúcha. Consta, em nossos registros, que a Rádio Itai foi fundada em 8 de março de 1952, por Marino Esperança, que trabalhava na Rádio Gaúcha. [...] Luiz de Oliveira Betat e o Aconteceu, noticiário policial, com dramatização, narrado por Sérgio Zambiasi (RÁDIO ITAÍ, 2017, online).

de 1972. A seguir participei de uma seleção e trabalhei por cerca de seis meses na Justiça Federal. Desde 1973 trabalho na UFRGS, em função de concurso público que havia feito em 1972. Contabilizando o tempo, estou às voltas da UFRGS desde final de 1970. O primeiro encontro foi com acadêmicos integrantes do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, que naquele período representava a área das ciências humanas, ofereceram uma série de atividades preparatórias para o vestibular de 1971. Foi o último vestibular por área. Fiquei sabendo e participei de algumas atividades. Prestei o concurso vestibular e ingressei no Curso de Letras. A partir de 1973, passo a ser servidora técnica-administrativa. Em 1973, começo minha militância no movimento social negro a partir do encontro com pessoas negras ligadas à universidade. Graduei-me em 1975. A partir da metade de 1980 passo a fazer parte da diretoria da ASSUFRGS - Associação dos Servidores da Universidade¹⁴. Tenho uma ligação figadal com a UFRGS.

Sobre a participação na militância no movimento social negro e no movimento social de mulheres negras, posso afirmar que foi uma escolha instigante, apaixonante e decisiva em minha vida. Por ocasião da data de 20 Novembro de 1972, o jornal ZH publicou uma reportagem com Oliveira Silveira¹⁵. Ele discorreu sobre Palmares, sua importância e seu herói maior - Zumbi. Falou do Grupo Palmares. Adornando a reportagem, estava a foto de Oliveira, Helena Vitória Machado, Marli Carolino, Marisa Carolina e Anita Abad. Depois de ler, decidi que queria conhecer aquelas pessoas e fazer parte do grupo. Marli cursava Letras. Antonia Marisa e Anita estudavam Sociologia. Helena Vitória era graduada em Arquitetura. Oliveira Silveira, licenciado em letras, lecionava em colégio estadual. Quem me incluiu no grupo foi Anita Abad. A conheci através de uma pessoa de nosso conhecimento em comum. Ambas moravam na Casa da Estudante que havia na Avenida Getúlio Vargas naquele período. Marli Maldaner era estudante de Química e estagiava na biblioteca do Instituto de Química. Naquele período trabalhava no Instituto de Química. Meu local de trabalho como servidora técnica-administrativa da UFRGS era na secretaria. A biblioteca ficava ao lado. No final da tarde quando nossas respectivas chefes iam embora, íamos para o local de trabalho de uma de nós duas e conversávamos. Um dia Marli me falou de Anita. Revelou que era de gênio forte e

¹⁴ Até aquele período era designada de ABSURGS - Associação Beneficente dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possuía um caráter mais beneficente do que sindical.

¹⁵ “Oliveira Ferreira da Silveira nasceu em 1941 na área rural de Rosário do Sul, município do estado do Rio Grande do Sul. Filho de Felisberto Martins Silveira e de Anair Ferreira da Silveira, Oliveira graduou-se em Letras – Português e Francês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Foi pesquisador, historiador, Poeta, e um dos idealizadores da transformação do 20 de novembro, no dia da consciência negra no Brasil” (PALMARES, 2017, online).

não levava desaforo para casa. Marli fez nossas aproximações. Assim, tornei-me conhecida de Anita. Lembro-me de ir alguns sábados até a Casa da Estudante, naquele período situava-se na Avenida Getúlio Vargas. Conversávamos e, às vezes, saíamos para um passeio. Anita me apresentou as outras pessoas do Grupo Palmares.

1.5 MINHA VIDA MUDOU. ENCONTREI O GRUPO PALMARES

Considero necessário um comentário. A importância do Grupo Palmares como introdutor da data máxima para a população negra brasileira ainda precisa ser espalhado nacional e internacionalmente. Existem muitas pessoas estudiosas do protagonismo negro na sociedade brasileira que desconhecem que é no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre que surge a data máxima da negritude brasileira: Vinte de Novembro, que já foi chamado de Dia do Negro, atualmente é designado e celebrado como Dia Nacional da Consciência Negra, sendo feriado em algumas cidades. Para prestar homenagem aos seus artífices, trago excerto do artigo *Vinte de Novembro: história e conteúdo*, de autoria de Oliveira Silveira (2003), publicado na obra *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*.

[...] Foram quatro os participantes da primeira reunião, iniciadores da agremiação ainda sem nome: Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes. Um quinto, de nome Luiz Paulo, assistiu mas não quis fazer parte do trabalho. A idéia era um grupo cultural com espaço para estudos e para as artes, notadamente literatura e teatro. Afinal estavam bem presentes e atuantes os exemplos do Teatro Experimental do Negro (TEN), a militância de Abdias do Nascimento, os exemplos do poeta Solano Trindade e do Teatro Popular Brasileiro. Era preciso conhecer mais a história, debater as questões raciais, sociais. Vinham do exterior instigações como capitalismo *versus* socialismo, negritude, independências africanas e movimentos negros estadunidenses. A reunião foi por volta de 20/7/1971. Já na próxima ou em alguma das reuniões seguintes ingressaram Anita Leocádia Prestes Abad e Nara Helena Medeiros Soares (falecida), também consideradas fundadoras. O local da primeira reunião foi a casa dos professores José Maria Vianna Rodrigues (falecido no ano anterior), Maria Aracy dos Santos Rodrigues, Julieta Maria Rodrigues, Oliveira Silveira e da menina Naiara Rodrigues Silveira, futura docente, e residência também da Jovelina Godoy Santana, guardiã de lições de vida (longa), situada na Rua Tomás Flores nº 303, bairro Bonfim. Ali haviam sido corroborados os estudos do vinte de novembro, e de Palmares, com a leitura do livro de Ernesto Ennes, num esquecido e mal folheado exemplar cedido ainda em vida pelo professor José Maria. Lembrado e retomado em momento oportuno, o volume passou a ser devidamente reconhecido como valioso. Casa de professores negros. A segunda reunião e algumas das seguintes foram em casa de Antônio Carlos Cortes e seus familiares, no prédio da Loteria estadual sito à Rua da Praia, quase esquina com a Rua João Manuel. Foi onde e quando o trabalho nascente recebeu o nome de Grupo Palmares [...].

¿Que aconteceu com Marli e Anita? Marli Maldaner tornou-se professora do Instituto de Química. Anita Abad transferiu-se para São Paulo. Buscou trabalhar com Florestan

Fernandes de quem era discípula/admiradora. Outras informações não confirmadas dizem que depois mudara-se para o continente africano, regressando posteriormente ao Brasil e se instalado no Rio de Janeiro.

Minha primeira atuação como integrante do movimento social negro, fazendo parte do Grupo Palmares, ocorreu por ocasião da celebração do Vinte de Novembro de 1973. Vivia-se em plena ditadura civil militar. Para a construção daquele Vinte de Novembro, foi preciso muita articulação. Lembro bem de duas atividades ocorridas naquele ano. Uma exposição com os artistas plásticos J. Altair¹⁶, Maria Lidia Magliani¹⁷ e Paulo Ximendes¹⁸ e a apresentação da peça *Do Carnaval ao Quilombo*, criação do Grupo Palmares. O espetáculo visitou a História do Brasil, trouxe para o palco informação sobre a história negra brasileira que não se aprendia na escola naquele período. Músicas identificadas com o tema embalavam a encenação. Como se vivia no período ditatorial, para a apresentação de atividade artística era necessária a aprovação e a liberação do evento pela censura federal. Como batismo de fogo, fui encarregada de levar o texto até a Delegacia da Polícia Federal, para a devida aprovação. O prédio da delegacia naquele período ficava na Avenida Paraná. Cumpri a tarefa. Minha mãe e meu pai morreram sem saber que realizei aquela tarefa. Se soubessem, talvez me desaconselhassem, pois o pavor de possíveis represálias por parte de pessoas identificadas/representantes do regime de exceção era grande. Tudo correu bem. Lembro de o show ter sido apresentado antes a uma pessoa da censura, que autorizou sua exibição. O espetáculo foi apresentado no Teatro de Câmara, atualmente designado como Teatro de Câmara Túlio Piva, localizado na Rua da República, 575, na Cidade Baixa. O local esteve lotado. Foi um sucesso. Participaram do espetáculo interpretando as músicas da peça¹⁹ Ivaldo Roque, Carlos Alberto Roxo Barcellos e a Banda Café, Som e Leite, Lúcia Helena, a preta /

¹⁶ “O pintor naif ou primitivista como muitos dizem, J. ALTAIR (João Altair de Barros) como era conhecido no mundo artístico, nasceu em 13 de agosto de 1934 e faleceu em 15 de fevereiro de 2013 em Porto Alegre [...] desenvolveu o primitivo de forma original através de cores vivas, criando um mundo místico originado pela cultura afro-brasileira (MINUTO, 2013, online).

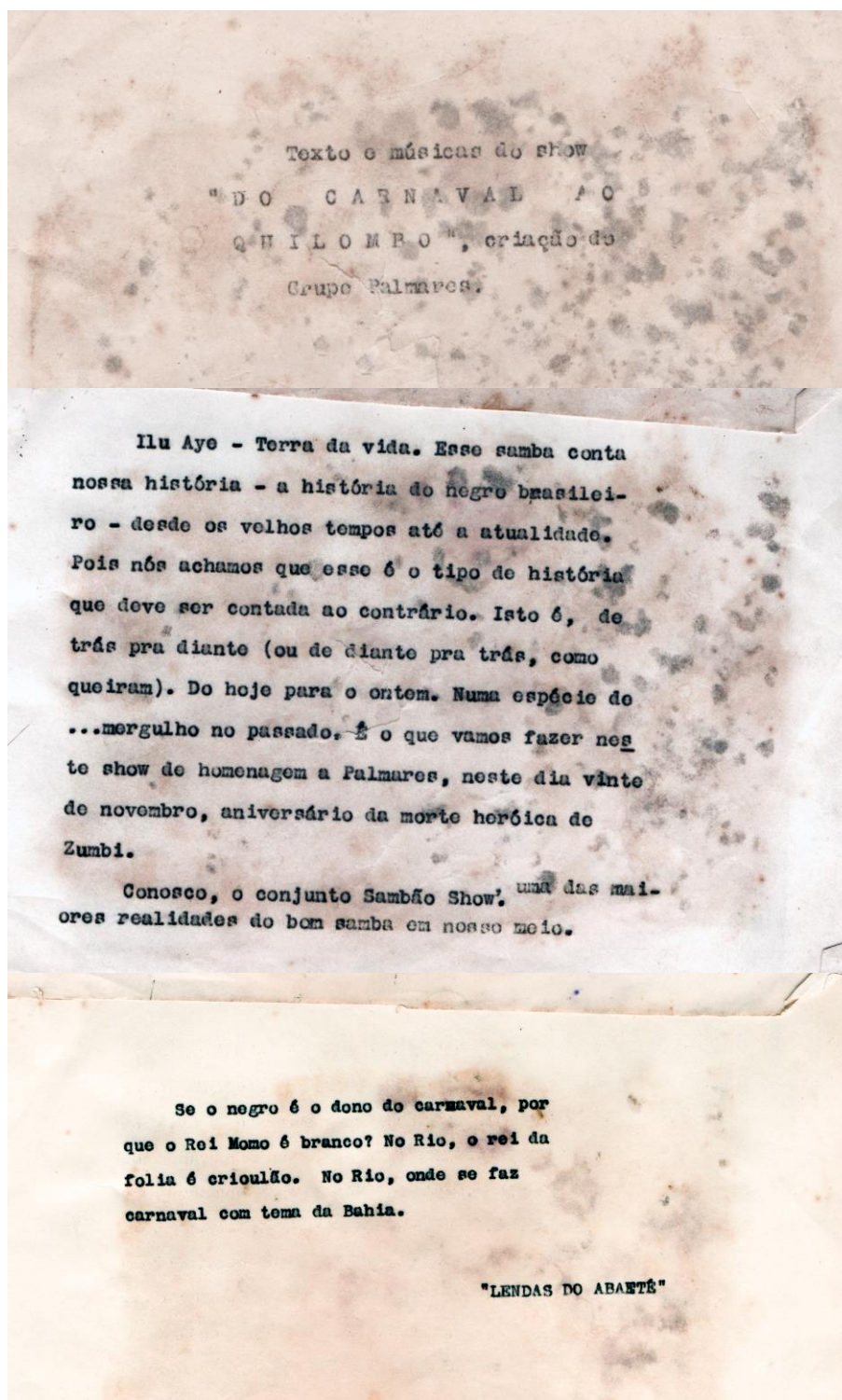
¹⁷ Pintora e desenhista. Formada em Artes Plásticas em 1966 pela Escola de Artes da UFRGS, onde também fez aperfeiçoamento com Ado Malagoli. A partir da década de 60 realizou diversas exposições individuais de impacto. Durante os anos 1970 fez ilustrações para jornais de Porto Alegre e também criou capas de livros e cartazes. Em 1980 transferiu-se para São Paulo; ficou um período em Minas Gerais e, a partir de 1997, mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 2010 expôs na Casa de Gravura de Porto Alegre. Seu trabalho apresenta forte engajamento feminista (ACERVO..., 2017, online).

¹⁸ Paulo Ximendes era o mais jovem do trio.

¹⁹ Ivaldo Roque, Wilson Ney, Haroldo Roberto, Sergio Bastos, Jajá, Carlos Alberto Roxo de Barcellos e Banda Café Som e Leite e Lucia Helena eram artistas locais daquele período. José Alberto foi o narrador/apresentador da peça.

prata da casa como era chamada e Jajá. Músicas dos compositores Wilson Ney, Haroldo Roberto, Sergio Bastos, Jajá, Vinicius de Moraes, Toquinho e Jorge Ben. José Alberto Silva era o narrador do espetáculo.

Figura 9 – Texto e Músicas do Show “Do Carnaval ao Quilombo”, criação do Grupo Palmares (1973)



"Ilu Aye", que ouvimos, é um samba, de carnaval. Samba-enredo da Portela. Negro hoje é isso. Carnaval.

Carnaval. Faca de dois gumes; testemunha de nossa arte e cúmplice de nossa alienação. Três dias pra gente ser dono da cidade. Tão pouco. Três dias que a gente fica batendo pé, batendo pé.

" BATE O PÉ CRIOULO "

"Ilu Aye", que ouvimos, é um samba, de carnaval. Samba-enredo da Portela. Negro hoje é isso. Carnaval.

Carnaval. Faca de dois gumes; testemunha de nossa arte e cúmplice de nossa alienação. Três dias pra gente ser dono da cidade. Tão pouco. Três dias que a gente fica batendo pé, batendo pé.

" BATE O PÉ CRIOULO "

Ivaldo Roque foi um dos integrantes do extinto conjunto "Canta Povo". Como compositor, tem vários sambas, para carnaval ou não, e já teve um deles gravado por Eliana Pittmann.

O "Samba do Conselho" é de Ivaldo em parceria com João Palmeiro. "Se Não Tentar" tem música de Ivaldo e letra de Osval Lopes.

Para interpretá-los, a bela voz de Lúcia Helena.

" SAMBA DO CONSELHO "
" SE NÃO TENTAR "

No Carnaval de 73 a Praiana trouxe para o asfalto da João Pessoa este samba, "Portinho 200", de Ivaldo Roque e Valdomiro Oliveira, interpretado por Jajá.

"PORTO ALEGRE BICENTENÁRIA"

OBSERVACÃO: Em vez de
"Portinho 200", leia-se
"Porto Alegre Bicentenária"

Futebol, outra faca de dois gumes. Pelé andou dando entrevistas no exterior. Malharam o negrão. Motivo: a imprensa estrangeira verificou que entre o que tem na cabeça dele e o que tem dentro de uma número cinco não há muita diferença.

Comparando: de um lado Cassius Clay, o atleta consciente, participante, engajado. De outro, Pelé. Será que tem termo de comparação?

De um chute do Pelé e um murro do Cassius Clay, escapamos por um Fio.

" FIO MARAVILHA "

Lá detrás daquele cerro
passa boi passa boiada
também passa uma negrinha
de cabelo engruvinhado.

Negro preto cor da noite
cabelo de pixaim
faz um ano e sete mês
que tu não olha pra mim.

Cabelo. Alisar ou não alisar? Peruca ou black-power?
Carvão ou prata?

A prata da casa, ou melhor, a preta da casa:

Lúcia Helena.

" NEGA DO CABELO DURO "

Lúcia Helena traz a glória de diversos festivais e shows de MPB. Ano passado, cantando ao lado de Leopoldo Rassiê na Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, classificou música de Marco Aurélio Vasconcelos e Luiz Coronel. No Carná 73 defendeu o samba-enredo dos Pirilampus.

Lucinha canta agora músicas do Edu-Guarnieri e Milton Nascimento-Ronaldinho Bustos.

" UPA NEGUINHO "

" NADA SERÁ COMO ANTES "

Minha negritude não é uma pedra, surdez que é lançada
contra o clamor do dia.

Minha negritude não é ~~uma~~ uma casarata de água
morta

sobre o olho morto da terra

minha negritude não é nem torre nem catedral

ela mergulha na carne rubra da terra

ela mergulha na ardente carne do céu

ela fura o opaco desânimo com sua precisa paciência.

Palavras do poeta negro Aimé Césaire, da Martinica. Tãf um cara pãf frente dizendo que gosta de ser negro.

(Lúcia Helena: "Eu não gosto de negro
nem que se ja meu parente
~~o negro~~ e negro tem o costume
de mexer no que é da gente.")

" N E G A "

"Ser Negro". Tem um livro americano com esse título.
Autor: Turner Brown Jr.. Diz ele:

"Ser negro é saber que Elvis Presley arranjou milhões a fazer aquilo que o teu primo já fez melhor, e há mais de trinta anos."

"Ser negro é estar nos melhores lugares da cidade até os pratos do jantar estarem lavados."

E agora uma frase do livro, muito ~~importante~~ conhecida, porém muito importante para as comissões julgadoras de concursos tipo boneca-café-com-leite/carregando-no-leite. Aquelas comissões que julgam a beleza da mulher negra segundo o padrão estético da cultura branca. Eis a frase:

"Ser negro é belo."

" NEGRO É LINDO "

"...ver meu filho nascer e crescer e ser um campeão, sem prejudicar ninguém." Coisas do Jorge Ben.

Mas este, como todo mundo sabe, é Jajá, conhecido pela participação no "Afro Show" e presença infalível na noite do Portinho.

Mais precisamente: na Protásio Alves, onde também pintam o Zé Grande e o Sambafalto Show. Onde o sopapo do Giba faz misérias em sambão e em som bom.

Jajá - intérprete e compositor - vai lembrar que negro hoje é também religião. É candomblé na Bahia, ~~axaxax~~ xangô no Recife, casa de mina no Mg ranhão, batuque no Rio Grande do Sul e macumba na Guanabara. É candomblé de caboclo e linha de um banda.

Um canto em nagô, um samba de Vinícius e Toquinho inspirado no candomblé e uma composição do próprio Jajá dedicada a rainha das águas.

Canto religioso em nagô

" TATAMIRÔ "

" PRECE A IEMANJÁ "

Negro hoje continua sendo folclore. É a lenda do negrinho do pastoreio, é maracatu, congadas, reisa dos, capoeira, bumba-meu-boi, etc. e tal. Base segura para muita música popular.

Em janeiro, no dia dos reis, tem congadas em Osório - o macambique, como dizem lá.

"O nosso rei de Congo
pisa devagã
que a nossa rainha
não pode avud."

" BERIMBAU "

" TEM CAPOEIRA "

Pra desfazer a tenção e dar ao escravo a ilusão da bondade, o senhor permitia às vezes que a negrada fizesse... uma festa na senzala.

O compositor negro Sérgio Bastos, prata da casa, botou essa festa no samba-enredo dos Bambas da Orgia.

" FESTA NA SENZALA "

Antes da abolição, tinha a escravidão. Era brabo.

Era brabo no tempo em que o negro era escravo e o branco era senhor.

" T E R R A S E C A "

Abolição da escravatura.
Treze de maio.
Princesinha-Isabel-bem-coração. A redentora.

Sabem porque foi abolida a escravatura? Não foi por pena dos negrinhos não. Foram bem outros os motivos.

Pressão e interesse econômico da Inglaterra.

Pressão dos republicanos - que depois nos chutaram pra escanteio.

Abolindo a escravidão, a império ganhava a simpatia da negrada, neutralizava a ameaça republicana e conseguia se manter mais um pouco.

Além de mil outras transas.

Depois da abolição, o negro ficou na mesma, ou seja, na pior. O pouco que conseguiu até hoje foi por esforço próprio e isolado.

Em suma: treze de maio já era. E ainda tem gente querendo oficializar o treze de maio como dia nacional do negro. Dojdera da grossa! Mas, também, o jeito como é contada a história do negro, e a própria história do Brasil, é mesmo pra deixar um crioulo doído.

" SAMBA DO CRIOULO DOÍDO "

Até aqui falamos do negro hoje. Vai começar o negro ontem. Não é mole falar do negro nas primeiras décadas deste século. Também não foi mole ser negro nesses primeiros tempos de liberdade entre aspas. A escravidão foi substituída pelo preconceito e a dureza continuou.

Pô, mas houve várias manifestações importantes da raça. Aqui na capital o jornal de negros O Exemplo durou 37 anos, de 1893 a 1930.

Vamos recuar mais um pouco no tempo.

Sambão, tá dormindo?

" TAVA DORMINDO "

Quilombo é uma palavra que originariamente significa acampamento. No caso do Brasil, significa povoação ou aldeamento de escravos fugidos que se organizavam para resistir.

Segundo Décio Freitas, autor da importante obra "Palmares - A Guerra dos Escravos", "seria mais correto definir-se o quilombo como a peculiar organização econômica, social e política criada pelos escravos brasileiros para lutar contra a escravidão."

Quilombo significa principalmente ^{o nosso inconformismo} a nossa redenção, o nosso brío, a nossa honra, ~~o nosso orgulho~~ a nossa dignidade.

" FOLGA NEGRO "

Com festa ou sem festa, o negro escravo nunca se conformou com a escravidão. Lutou sempre pela liberdade. Essa história de que sempre fomos ~~uma~~ mão-preta, pai João, nega fulô e outras micuinhas é onda careca, conversa pra boi dormir.

Táí a Bahia. Lá teve várias rebeliões urbanas - a guerra dos malês, a guerra dos nagôs, tinha Luiza Mahin (mãe do Luís Gama) e a preta Zéferina de ~~uma~~ arma na mão.

Eh, Bahia! Boa terra de ontem e de hoje! Onde tem um pouco de cada um de nós.

" BAHIA, BERÇO DO BRASIL "

Palmares - um século de liberdade!

Liberdade que começou antes de 1600, quando os primeiros escravos rebeldes se refugiaram na região dos Palmares! E que continuou com o crescimento do quilombo.

Palmares chegou a ter cerca de trinta mil habitantes e se auto-sustentava.

Os ~~seus~~ quilombolas, como se chamavam os participantes do quilombo, faziam tecelagem, trabalhavam o ferro e mantinham seus cultos religiosos afro-brasileiros.

Além de contar com os recursos naturais, cultivavam a cana-de-açúcar, o milho, a mandioca e muitos outros gêneros.

Havia a marca da dignidade humana em tudo aquilo que a mão livre do negro tocava com amor.

" ESTATUINHA "

Houve quilombos, revoltas ou tentativas de rebelião em quase todos os estados escravagistas do Brasil. Em Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e até no Rio Grande do Sul consta que se esboçaram insurreições.

O mais importante quilombo, motivo de nosso encontro de hoje, razão desta comemoração e desta homenagem, foi o Quilombo dos Palmares, que Sérgio Bastos reverenciou neste vibrante samba-enredo dos Imperadores.

" QUILOMBOS E PALMARES "

Palmares tinha diferentes núcleos ou mocambos, cada um com seu chefe e todos subordinados a um rei.

Foram deis os ~~maiores~~ grandes reis palmarinos conhecidos: Ganga Zumba e Zumbi.

Ganga Zumba, já velho, acabou aceitando uma paz que o levaria a trair seu povo, razão de seu assassinato.

Zumbi foi o grande guerreiro, o verdadeiro herói - certamente a maior figura de herói da história brasileira.

" ZUMBI "

Segundo Décio Freitas, cerca de quarenta expedições tiveram de ser enviadas contra Palmares pelo governo e pelos senhores de engenho, chefiadas por alguns dos melhores cabos-de-guerra da época.

Palmares era um verdadeiro estado livre dentro de um país que era colônia de Portugal.

A história de Palmares também é contada por Wilson Nei e Haroldo Robert, autores deste ^{outro} samba dos Imperadores: "De Ganga Zumba até Zumbi".

" DE GANGA ZUMBA ATÉ ZUMBI "

Vinte de novembro : data da morte heróica de Zumbi. Zumbi que não se suicidou jogando-se de um precipício, como contavam os livros de história.

Zumbi traído, ferido mortalmente, lutando com bravura até a morte.

Morte heróica de Zumbi. Vinte de novembro. Hoje. Dia de Palmares. O verdadeiro dia do negro no Brasil.

Palmares! Um século de liberdade! Nossa redenção, nossa honra, nossa dignidade!

PALMARES , O MOMENTO MAIOR !

" QUILOMBOS E PALMARES "

Gosto de referir que o campo da educação sempre chamou minha atenção. Tinha a formação de professora primária e cursava licenciatura em Letras nos anos 1970. Lembro de diálogos sobre a necessidade de a educação valorizar e retratar a história do povo negro brasileiro, extirpando falácias, como o mito da escravidão bondosa; da aceitação passiva e pacífica do regime escravista; bem como a baixa referência aos movimentos libertários conduzidos e realizados por pessoas escravizadas no enfrentamento aos escravizadores...

O envolvimento com ideias veiculadas pelo Grupo Palmares conduziam-me a aludir à cultura negra em trabalhos acadêmicos do Curso de Letras. A referência, às vezes, consistia em adornar o título do escrito com fragmento de texto ou de versos de autoria de pessoas negras. Lembro, por ocasião da conversa sobre um trabalho de Literatura Brasileira, de ser questionada pelo professor da disciplina, por que não havia escolhido trabalhar com a obra de Oliveira Silveira. Confesso que fiquei espantada, maravilhada e surpreendida. O referido professor era conceituado, fez parte do movimento modernista. Foi também escritor, jornalista, crítico literário e historiador. A resposta foi dizer que não havia pensado nessa possibilidade. O docente em tela disse que gostava muito da obra do Oliveira Silveira. Fora seu professor. Havia manifestado a Oliveira que gostaria de conversar com ele. Lembro bem que ele me disse: “*O Oliveira usa muito conetivo*”. Lembrando que conetivos são palavras usadas para unir orações.

Naquele momento, não trabalhei com a obra de Oliveira Silveira, porque, em geral, o professorado de universidade valorizava autores consagrados. Oliveira tratava-se de uma referência em construção, porém tinha o respeito e consideração de um integrante destacado da Semana de Arte Moderna entre outras participações que aquele acadêmico realizara. Ao escrever essa tese, vale referir que no Concurso Vestibular 2017 da UFRGS na prova de Literatura Portuguesa a questão 44 trouxe a poesia *Terra de Negro*, de Oliveira Silveira²⁰ e exercício interpretativo sobre ela. Considero que assumi no Curso de Letras, na forma como pude, o compromisso com a valorização da cultura negra em um currículo eurocêntrico.

²⁰ Poema *Terra de Negros*, de Oliveira Silveira. Terra de engenhos/negro moendo/cana escorrendo/suor amargando/terra de minas/negro cavando/ ouro sorrindo/ (ouro dos outros)/ terra café/ cacau e milho/ negro plantando/ negro colhendo/ esperanças renascendo/ terra de estância/ charqueada grande/ negro se salgando/ terra quilombo/ choça e mocambo/ negro lutando/ e resistindo/ se libertando/ terra xangô/ tambor de mina/ e candomblé/ linha de umbanda/ batuque e samba/ macumba e negro/ reza-dançando/ terra congada/ maracatu/ reisado e negro/ representando/ terra comida/ pratos baianos/ quindim quitutes/ negro fazendo/ terra capoeira/ rabo-de-arraia/ negro golpeando/ terra favela/ morro e miséria/ e o negro nela/ (breque) até quando?

1.6 INVADINDO O PPGEDU COM A AUSÊNCIA DA CULTURA NEGRA NOS CURRÍCULOS

Em 1981, candidatei-me a uma vaga no Curso de Mestrado em Educação na FAGED/UFRGS. Desejava conhecer mais sobre educação. O Curso Normal deu ensinamentos básicos. A licenciatura em Letras ofertou outros conhecimentos, entretanto queria mais informações. Conversas com integrantes do movimento social negro apontavam para a invisibilidade, a existência de falácias sobre a cultura negra na educação. Ouso dizer que as tímidas tentativas de abordar elementos ligados à cultura negra no curso em que me graduei, deram lugar a uma inserção consistente no momento de realizar o trabalho de dissertação.

Considero importante mencionar que havia tocado no tema da cultura negra em duas disciplinas. Uma das professoras teceu comentários elogiosos sobre o trabalho, aconselhando que continuasse tratando do tema. Peguei-a pela palavra. Convidei-a para ser minha orientadora. A professora Marilú Fontoura de Medeiros²¹ aceitou. Acredito que, ao nos consorciarmos, minha orientadora carregou para si significativo conhecimento sobre cultura negra. Meu aprendizado com ela foi sobre as regras de uma tarefa acadêmica. Em uma época em que era, de certo modo, exclusividade de militantes negras e negros o compromisso de incluir a cultura de origem africana na educação brasileira, apostar no assunto, era compromisso de poucos docentes. Naquele período, a questão racial quer negra, quer indígena como tema preferencial de dissertações e de teses não era *a bola da vez*²².

Conforme referido por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva no dia da defesa do projeto de tese, fui a primeira aluna do PPGEDU/ UFRGS a tratar da cultura negra como tema de dissertação. Considero necessário referir que durante a construção da tarefa acadêmica,

²¹ “Professora Doutora pesquisadora Titular da UFRGS. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985). [...] Professora Titular, Orientadora e pesquisadora de Mestrado e Doutorado da UFRGS (1973-1991) e da PUCRS (1991-2005), Chefe de Departamento do DEE da FAGED/UFRGS, de 1986-88. Pesquisadora do CNPq. Diretora da PUCRS Virtual. Secretária da Educação do Município de Porto Alegre/RS (2005–2009). Consultora. Atualmente é associado fundador do Instituto Piracema. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Subjetividade Social, singularidade, Educação e micro política do desejo, atuando principalmente nos seguintes temas: administração e gestão democrática, cidadania e democracia radical, universidade virtual, educação a distancia, cidade inclusiva e educação e capacitação de professores. Uma ecologia da diferença. Estuda autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari e Jürgen Habermas (Texto informado pelo autor)” (CIÊNCIA..., 2016, online).

²² Em conformidade com o Dicionário Informal (2017, significado online) a definição para *bola da vez* é: “O que está in, na moda, o quente do momento”.

passei a fazer parte de Maria Mulher Organização de Mulheres Negras²³, criada em 8 de março de 1987. O Grupo tinha como missão enfrentar as opressões de gênero, de raça e de classe social. Maria Mulher impunha-se tanto dentro do Movimento Social Negro, como no Movimento Feminista, defendendo pautas da agenda de mulheres negras.

Figura 10 – Maria Mulher 30 Anos



Fonte: Arquivo pessoal.

²³ Maria Mulher Organização de Mulheres Negras foi criada em (8) oito de março de 1987. O nome presta homenagem às mulheres negras que têm construído a sociedade brasileira. Surgiu pela atuação de cerca de trinta mulheres negras. Havia algumas que participavam do movimento social negro. Outras vinham do movimento feminista. Umas eram sindicalistas. O grupo tinha também mulheres negras que não pertenciam a qualquer movimento. Maria Mulher, com sua atuação, contribui para a melhoria da vida das mulheres, em especial, das mulheres negras em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e em todo o país. A organização elabora, executa e participa de atividades envolvendo temáticas de interesse das mulheres negras. Maria Mulher foi uma das entidades envolvidas na criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB – em 2001, fazendo parte de sua primeira coordenação, juntamente com CRIOLA do Rio de Janeiro e Geledés de São Paulo. A organização atua nas seguintes linhas: empoderamento das mulheres; construção da cidadania de meninas e adolescentes; promoção de igualdade racial; intervenção política e educação (MARIA MULHER, 2015, online).

Motivada por ensinamentos adquiridos em minha história pessoal e daquela advinda da militância do enfrentamento ao machismo, ao racismo e à opressão de classe, construí a dissertação intitulada *A Exclusão da Cultura Afro-Brasileira dos Currículos Escolares: uma questão só de desconhecimento histórico?* Não houve defesa pública da dissertação. Naquele período podia escolher entre receber os pareceres, sem a necessidade de defender publicamente o trabalho. A pesquisa envolveu dezoito professores de escolas públicas de primeiro grau de ensino, localizadas em Porto Alegre. O objetivo do trabalho era identificar fatores que, segundo o entendimento dos professores entrevistados, eram responsáveis pela exclusão de conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira nos currículos escolares. As respostas dadas pelo grupo de docentes consultados demonstraram que pouco conheciam sobre a cultura afro-brasileira, tanto professores de primeira à quarta série, que possuíam o Curso Normal, ou Magistério como era designado à época, quanto docentes, detentores de licenciatura em cursos superiores.

1.7 FORMANDO MINHA FAMÍLIA

Em meio à militância, à atividade profissional e à atuação acadêmica, conheci Paulo Augusto Gonçalves, em 1980. Vivemos juntos cinco anos. Através dele, conheci minha segunda família. Dona Maria de Lourdes e Seu Aristides me receberam com amor, carinho e confiança. Recém haviam me conhecido e me confiavam a tarefa de receber valores de suas aposentadorias. Frequentei muitos domingos a casa deles e era mimada por almoços especiais. Seu Aristides e Dona Lourdes se esmeravam no preparo do banquete. Mesmo depois de separada do filho, continuei com a amizade e a confiança de minha sogra. Seu Aristides faleceu no início dos anos de 1990. Malizi Fontoura Gonçalves é o fruto da relação com o filho mais velho. O nome Malizi *significa amiga nas horas difíceis*. Paulo morreu cedo, com quarenta e cinco anos, de AVC fulminante. Tenho dois netos, Kamau e Talita. Kamau é nome de origem africana, cujo significado é *guerreiro silencioso*. O nome Talita é de origem latina e significa *menina*. Uma homenagem à primeira Talita em minha vida, minha mãe. A família de sangue e as famílias de entrecruzamentos são alicerce, combustível e incentivo para a busca de um mundo melhor, para aquelas e aqueles que possuem histórias em comum. Afirmando mais uma vez: só quem sente sabe!

Figura 11 – Família Reunida



Fonte: Arquivo pessoal.

1.8 PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Na trajetória de vida militante, tive inserção político-partidária. Mesmo antes de minha filiação, em 1992, no Partido dos Trabalhadores²⁴, frequentava sua sede, recorde de uma que ficava embaixo do viaduto da Avenida João Pessoa. Participava de debates do setor que discutia a temática racial e a representação político-partidária de pessoas negras. Ocupei o papel de Secretária do Núcleo de Negras e Negros do PT²⁵. Fui Secretária Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores.

Fui candidata em sete eleições. Três vezes concorri para o cargo de vereadora, duas para deputada estadual e em duas oportunidades para deputada federal. A primeira ocorreu em

²⁴ Partido dos Trabalhadores - PT - foi fundado em 10 de fevereiro de 1980. Tem como característica identificar-se com setores de movimentos de esquerda da América Latina. Conforme página do PT: <<http://www.pt.org.br/estrutura-partidaria/>>, o Partido dos Trabalhadores define-se como: “[...] uma associação voluntária de cidadãs e cidadãos que se propõe a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático” (Estatuto do PT, Artigo 1º).

²⁵ São setores existentes na estrutura do Partido dos Trabalhadores - PT - dedicados à discussão da temática étnico-racial, tendo em vista inserir questões ligadas às lutas da população negra trazidas pela militância negra partidária, para as diferentes instâncias do Partido dos Trabalhadores. O Núcleo de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores é de caráter municipal, liga-se ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre. A Secretaria Estadual de Combate ao Racismo está ligada ao PT Estadual e a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo está relacionado ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

1998, quando Olívio Dutra, meu colega de aula no Curso de Letras, foi eleito o primeiro governador do campo democrático-popular. Concorri ao cargo de deputada estadual. Amealhei 4.126 votos. A última vez aconteceu em 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita Presidenta da República. Mesmo sem conseguir os sufrágios necessários para ser eleita, ficaram ensinamentos. Advogo que mulheres negras precisam ocupar espaços de representação política em todos os níveis, em número equivalente ao de nossa presença na sociedade brasileira. Não se transfere representação. Só quem sente, sabe! Outra lição refere-se à necessidade de uma reforma política radical, eliminando vícios existentes na atual forma de escolha de representantes. Urge alterar a forma como são financiadas as campanhas. Nesse momento o poder econômico financia pessoas, para defender seus interesses. Há que se possibilitar a participação e a representação de diferentes segmentos e setores da sociedade nos parlamentos.

1.9 INDO ALÉM DA DENÚNCIA

Olhando as centenas de crachás colecionados, lembro das muitas participações em encontros, seminários, reuniões, colóquios. Em muitos desses eventos, estavam em disputa concepções de enfrentamento ao racismo, ao sexismo, ao aumento de poder de incidir em diferentes instâncias da sociedade brasileira. Um dos belos momentos de participação foi na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocorrida de 05 a 07 de novembro de 2013, em Brasília. Na solenidade de abertura do evento esteve presente a Presidenta da República Dilma Rousseff e a saudosa Ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR - Luíza Bairos, falecida em 12 de julho de 2016.

Figura 12 – Crachás de Participação em Eventos



Fonte: Arquivo pessoal.

Na abertura da Conferência, em sua fala a ministra relembrou uma história ocorrida em uma cidade dos Estados Unidos que passava por dificuldades, obrigando moradores a procurar outros espaços que oferecessem melhores condições para viver. Relatou que em uma cidade que oferecia oportunidades de trabalho havia na entrada da cidade um anúncio que dizia: *Se não estiver preparada não venha*. Aproveitando o mote, a Presidenta, em seu pronunciamento, demonstrou que estava preparada. Comprometeu-se, diante da plateia composta por pessoas negras de diferentes seguimentos, em enviar para o Congresso uma proposta de política afirmativa no serviço público federal. O que realmente ocorreu. A comprovação está presente na UFRGS. Há colegas servidoras técnicas-administrativas e servidores técnico-administrativos que ingressaram através dessa política pública. Esperamos que o mesmo ocorra no tocante a concursos a serem realizados para servidoras/servidores docentes.

Ao falar da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR - havia pensado em colocar uma nota. Mas falar da SEPPIR requer mais do que uma nota. É uma conquista histórica da população negra. É um espaço de re-conhecimento/ de transmissão/ do protagonismo negro na sociedade brasileira. Segue um breve histórico desse ministério que teve vida ativa, comprometida com a promoção da igualdade racial, durante quase quinze anos. É necessário informar que essa avaliação refere-se ao período que compreende sua criação em 21 de março 2003 até 11 de maio de 2016. A partir daí assume nova conformação efetuada pelo vice-presidente Michel Temer, no exercício da presidência.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR - foi criada através da Medida Provisória nº 111, em 21 de março de 2003. Foi transformada na Lei Nº 10.678 em 23 de maio de 2003. Esses atos oficiais foram assinados no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A criação da SEPPIR foi fruto de demanda do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras. A SEPPIR, embora continuasse designada como Secretaria, passou a ter status de ministério por força da Lei Nº 11 de junho de 2008. O anúncio da instituição da SEPPIR no dia 21 de março serviu de homenagem ao *Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial*. Nessa data em 1960 ocorreu o Massacre de Sharperville. Cerca de 69 pessoas negras foram assassinadas durante manifestação na África do Sul. O protesto pacífico consistia em manifestação contra a Lei do Passe. Pessoas negras eram obrigadas a portarem um cartão que mostrava os locais em que eram permitidas sua circulação. A África do Sul adotou o apartheid²⁶, regime de segregação racial, de 1948 a 1994. O *Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial* foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em referência ao Massacre de Shaperville²⁷.

Na estrutura da SEPPIR está presente o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR. É órgão de cunho consultivo. Tem como função primordial propor políticas de promoção da igualdade racial, baseado na população negra e em outros segmentos étnico-raciais que se encontram presentes na população brasileira. Exerceram o cargo de Secretárias/ de Ministras e de Secretários/ de Ministros da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR: Matilde Ribeiro (21.03.2003 - 06.02.2008); Martvs Chagas (Adjunto) (06.02.2008 - 20.02.2008); Édson Santos (20.02.2008 - 31.03.2010); Eloi Ferreira (31.03.2010 - 31.12.2010); Luiza Helena de Bairros (falecida em 12 de julho de 2016) (1º.01.2011 - 1º.01.2015); Nilma Lino Gomes (1º.01.2015. 1º.10.2015). Em 2 de outubro de

²⁶ “O *Apartheid* foi um sistema de segregação da população negra, que vigorou entre 1948 e 1994, comandado pela minoria branca na África do Sul. A política racista do apartheid, pretendia impedir todo o relacionamento entre os indivíduos de ‘raças’ diferentes e submeter a maioria da população a uma reduzida minoria caucasiana. Criado pelo Partido Nacional da República da África do Sul, o *apartheid* tinha como objetivo alcançar o desenvolvimento através da separação política, econômica, social e espacial de diferentes ‘raças’. Apenas as pessoas brancas podiam votar e o casamento e relações sexuais entre pessoas de diferentes raças eram proibidas” (2017, significado online).

²⁷ “Em 21 de março de 1960, ocorreu em Sharpeville, na província de Gauteng, África do Sul, um protesto realizado pelo Congresso Pan-Africano contra a Lei do Passe, um documento que detalhava onde os negros poderiam ir. Caso os negros não apresentassem o passe, eles eram sumariamente detidos. Neste dia, milhares de manifestantes caminhavam por Sharpeville para um protesto pacífico, que foi reprimido pela polícia sul-africana com arma de fogo provocando a morte de 69 pessoas e ferindo cerca de 180. [...] Após esse dia, a opinião pública mundial passou a olhar com mais atenção para o regime do apartheid. Em 21 de novembro de 1969, as Nações Unidas implementaram o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, que passou a ser comemorado todo dia 21 de março” (POR DENTRO..., 2015, online).

2015 com mudanças no ministério, a SEPPIR passa a integrar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Deu-se a união das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Política para as Mulheres. Nilma Lino Gomes foi indicada para a direção do ministério até ser extinto pelo governo Temer e passar a fazer parte do Ministério da Justiça. O CNPIR constitui parte da estrutura da SEPPIR. Quando foi criado e durante o tempo em que fez parte dele e até ser transformado, tinha a seguinte definição e configuração:

O Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) é um órgão colegiado, de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da SEPPIR. Sua principal missão é propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira. Presidido pela ministra da SEPPIR, o CNPIR é composto por 22 órgãos do Poder Público Federal, 19 entidades da sociedade civil, escolhidas através de edital público, e por três notáveis indicados pela SEPPIR (SEPPIR, 2015, online)

1.10 MEU LADO SINDICALISTA E *OTRAS COSITAS MAS*

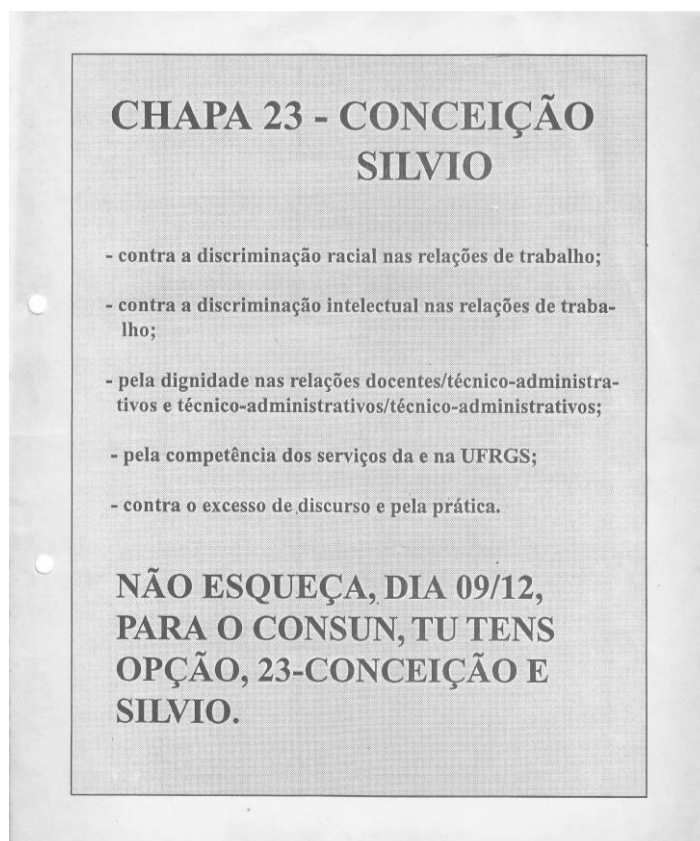
Além da vida acadêmica, meu lado profissional é ligado à UFRGS. Em 1971, tornei-me aluna. Ingressei em 1973 como servidora técnica-administrativa. Nessa caminhada, unome a colegas e faço parte da direção da ASSUFRGS, vivenciando com eles a transformação de associação de cunho mais beneficente - ABSURGS - Associação Beneficente dos Servidores da UFRGS, para uma associação que, além de oferecer benefícios, coloca-se como entidade de defesa dos direitos dos servidores técnicos-administrativos, como também defensora do ensino público, gratuito e de qualidade. No dia 25 de abril de 1985, a CHAPA 1 - RECONSTRUÇÃO vence a CHAPA 2 - NOVA ABSURGS. Nesse trajeto fiz parte de representação da categoria no Conselho Universitário durante quatro mandatos.

Figura 13 – Participação na Direção da ASSUFRGS



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 14 – Representação Servidor@s Técnic@s-Administrativ@s no CONSUN



Fonte: Arquivo pessoal.

Julgo importante referir que haveria outras informações a serem colocadas, mas creio que as apresentadas servem para mostrar um pouco da trajetória de vida e meus

envolvimentos com a temática da educação antirracismo. Em outras oportunidades dessa tese far-se-á referências a momentos de participação no movimento social negro e movimento social de mulheres negras.

Volto aos estudos na UFRGS em 2013. Decorriam vinte e cinco anos da conclusão do Mestrado. Inicialmente, cursei uma disciplina do Curso de Pós-Graduação na condição de aluna PEC - Projeto de Educação Continuada. O Seminário Avançado: Diversidades Étnico-culturais, Educação e Interculturalidade, ministrado pela Professora Maria Aparecida Bergamaschi. Senti o gosto de voltar *aos bancos escolares*. Havia também o desejo de saber como cursos da UFRGS se portavam diante da implantação do Programa de Ações Afirmativas, uma conquista histórica no setor da educação do Rio Grande do Sul, pois a instituição da política afirmativa em 2007 acontecia em um Estado com marcas indelévels de racismo e em uma universidade conceituada no concerto nacional e internacional da educação superior. Na sequência, juntei meu material, me inscrevi para a Seleção do Doutorado. Cursei os trinta e seis créditos exigidos. Realizei a proficiência na segunda língua.

Tenho referido ao longo dessa parte da tese que, nos diferentes graus de ensino que frequentei, havia poucos colegas de aula negras e negros. Em Cachoeira do Sul, curso os níveis de primeiro e segundo graus. Em Porto Alegre, realizo meus estudos em nível de graduação e pós-graduação *strictu sensu*. A quantidade de colegas negras e negros não se altera. Só recentemente no Seminário Avançado: Diversidade Étnico-culturais, Educação e Interculturalidade, ministrado pela Professora Carla Beatriz Meinerz, tive a oportunidade de ter a companhia de cerca de uma dúzia de colegas negras e negros, a maioria era aluna ou aluno PEC. Nesse momento, vários integrantes daquele grupo tornaram-se alunos *strictu sensu* do PPGEDU. Com eles, pude exercitar a cumplicidade do olhar e da fala, quando algo estapafúrdio surgia em sala de aula. Foi maravilhoso, fiz questão de mencionar esse fato em sala de aula. Só quem sente sabe!

Realizei a defesa de meu Projeto de Tese sob a orientação da professora Dra. Arabela Campos Oliven, em 30 de julho de 2015. O Projeto de Tese tinha como título: *Mudanças na Universidade: diálogo com professores universitários sobre política de ações afirmativas, ingresso e desempenho de estudantes cotistas*. Participaram da Banca Examinadora: Dra. Carla Beatriz Meinerz (PPGEDU/UFRGS), Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves da Silva (UFSCar) e Dra. Lúcia Regina Brito Pereira (SEDUC). O Projeto foi aprovado com aconselhamento de sugestões tendo em vista a escrita final do trabalho acadêmico. O que ia bem, parecendo conduzir à conclusão da tese sofreu solução de continuidade.

A professora Dra. Arabela Campos Oliven, tendo em vista a necessidade de cumprir regras que passaram a vigorar no Curso de Pós-Graduação em Educação que, entre outros quesitos, exigia a publicação em Revista da área educacional, deixou de ser a pessoa encarregada de minha orientação. Ao receber informação da professora da manifestação da Coordenação do PPGEDU, junto com outras duas orientandas nos mobilizamos para que houvesse reversão da situação. Depois de um tempo, a decisão da Coordenação da PPGEDU foi prorrogar até setembro de 2016 o período de orientação. Viver esse período de instabilidade causou transtornos em minha vida. Desde antes do processo de seleção pensava em uma orientação que tivesse uma identificação com as motivações que me fizeram voltar ao mundo da academia. A professora Arabela tratava do tema das ações afirmativas mesmo antes de serem febre e fazerem brotar milhares de estudiosos desse tema. A aproximação de ideias com a professora Arabela me fez lutar pela continuidade de sua orientação.

Vale lembrar que realização de uma tese, por si só, não é um processo fácil. Requer, no período de sua construção, que se possa viver uma fase de maior *normalidade* possível, para atingir plena execução da tarefa. A possibilidade da perda da orientadora com a qual buscava realizar a tese causou-me abalos. Travei a escrita, que fluía dentro da normalidade durante a realização das disciplinas para completar os 36 créditos necessários, indo até a defesa do projeto de tese. Chegado o prazo final da orientação, tive que procurar nova orientadora.

Em conversas com a professora Maria Aparecida Bergamaschi, à época vice-coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Educação, tratamos da busca de uma nova orientadora. Dos encontros com Maria Aparecida em busca de uma outra orientação desponta o nome da professora Doris Bittencourt Almeida, pesquisadora na área de história da Educação, que se mostrou sensível para aceitar esse desafio. A professora, respondendo à consulta de Maria Aparecida, concorda em continuar a minha orientação. Desde janeiro de 2017 estamos trabalhando juntas para buscar a conclusão desta tese. Face à mudança de orientadora, solicitei à Comissão de Pós-Graduação em Educação - COMPÓS EDU dilatação do prazo de conclusão da tese, inicialmente prevista para 31 de julho de 2017. Com a solicitação o período final dilatou-se até 30 de setembro de 2017, com a defesa da tese no dia 31 de outubro de 2017.

1.11 DESVELANDO AS MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA DA TESE

Nesses vinte e cinco anos em que estive afastada dos *bancos escolares*, entendendo essa expressão como: não fui aluna de escolas, faculdades ou universidades, locais formais de ensino, continuei acompanhando e participando vários momentos em que se tratava de propostas e de ações visando a inclusão da cultura africana/cultura de matriz africana/cultura afro-brasileira/cultura negra²⁸ nos diferentes níveis do sistema educacional brasileiro. Por isso, no momento em que retornei para realizar o Curso de Doutorado, escolho utilizar como alicerce cinco suportes motivadores para a edificação desse trabalho acadêmico. Todos têm a ver com a educação antirracismo.

O primeiro suporte é a dissertação realizada como requisito da obtenção do título de Mestra em Educação: *¿A Exclusão da Cultura Afro-Brasileira dos Currículos Escolares: uma questão só de desconhecimento histórico?*²⁹ oportunizou realizar investigação sobre a presença da cultura negra nos currículos escolares de seis *escolas estaduais de primeiro grau*, assim designadas naquele período, atualmente denominam-se de escola estadual de ensino fundamental. As escolas que fizeram parte da pesquisa localizavam-se em Porto Alegre. Respostas dadas pelas pessoas entrevistadas indicavam escassez de referência às culturas africana e afro-brasileira nos seus cursos de formação. Entre as sugestões apontadas nas conclusões encontrava-se:

Um dos caminhos apontados por educadores negros principalmente para a valorização da cultura afro-brasileira nos currículos é a introdução de disciplinas, contendo ensinamentos sobre África, combinados com a revisão da história do negro no Brasil. [...] Os conteúdos transmitidos oportunizarão aos alunos negros e não-negros, por exemplo, conhecimentos da organização política africana e da participação negra na nossa história. Como importante subsídio, tais disciplinas favorecerão, por certo, a identificação do aluno negro com seu grupo racial, pois os ensinamentos advindos, farão cair por terra os aspectos negativos envolvem os negros (FONTOURA, 1988, p. 82).

Embora o trabalho abarcasse a participação de dezoito professores de seis escolas públicas de Porto Alegre em diversas ocasiões, na trajetória que realizei como integrante do movimento social de mulheres negras, houve referência a situações assemelhadas em cursos/debates/encontros/reuniões/oficinas versando sobre o tema: o negro e a educação. Nos

²⁸ Nesta tese, usarei as expressões: cultura africana / cultura de matriz africana / cultura afro-brasileira / cultura negra como sinónimas. Referindo-me ao que trata a Lei 10.639/2003, versando sobre a introdução nos currículos dos diversos graus de ensino da cultura originária de África.

²⁹ Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, para obtenção do título de Mestra em Educação.

eventos de que participei, havia referência a situações assemelhadas às aquelas referidas pelo professorado participante da pesquisa. Considero válido o apontamento feito sobre a necessidade de os currículos escolares retratarem a cultura africana e afro-brasileira, da qual mais de metade da população brasileira é herdeira.

O segundo alicerce para dar sustentação a essa tese é a Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, adotada em 8 de setembro de 2001. A Conferência reconheceu a escravidão e o tráfico transatlântico como crimes de lesa humanidade, conforme disposto no tópico da Declaração de Durban, abordando: Origens, Causas, Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, detalhada, entre outros, no item 12, que aponta:

12. Reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas; ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a humanidade e assim devem ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que os Africanos e afrodescendentes, Asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas destes atos e de suas consequências (BRASIL, 2011, p. 6).

A fim de realizar tarefa indispensável, de grande magnitude, a Declaração de Durban insta os Estados que se valeram dessa forma de exploração de seres humanos/africanos e seus descendentes, para elaborarem e implementarem políticas de reparação aos danos causados a essa população em diferentes setores da sociedade. Atente-se para o disposto no item 113 do documento final da III CMCRDR

Encoraja os Estados a adotarem estratégias, programas e políticas, incluindo, inter alia, ações afirmativas ou medidas positivas e estratégias ou ações, para possibilitar que as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata exerçam plenamente seus direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, incluindo o melhor acesso a instituições políticas, judiciais e administrativas, e concedendo aos mesmos maior oportunidade de participarem totalmente em todas as esferas de vida das sociedades nas quais elas vivem;

O terceiro embasamento que motiva a presente pesquisa reflete uma conquista das lutas empreendidas pelo movimento social negro e pelo movimento social de mulheres negras. Em 2003 é sancionada pelo Presidente da República a Lei 10.639, em 9 de janeiro. Esse instrumento legal tornou obrigatório o ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira,

fazendo parte da Resolução N. 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF. Atente-se para o disposto abaixo:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. § 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afro-descendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. § 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

O quarto arrimo desta tese iniciou em 2005 e é fruto do diálogo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com integrantes do movimento social negro e movimento social de mulheres negras do Estado iniciou em 2005. Como resultado da conversa, deu-se a constituição em 2006 da Comissão Especial formada por integrantes do Conselho Universitário³⁰ - CONSUN - e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão³¹ - CEPE -, com o objetivo de formular uma proposta de Programa de Ações Afirmativas para ser adotada pela UFRGS. Em 2007, após intensos debates, considerando a existência de opiniões favoráveis e contrárias a implementação do Programa, a UFRGS adota Programa de Ações Afirmativas para ingresso, via participação no Concurso Vestibular, para alunado oriundo do ensino público, na percentagem de 30%, sendo 15% destinados ao grupo de estudantes autodeclarados negros. A introdução do Programa de Ações Afirmativas ocorreu no Concurso Vestibular de 2008. No quesito - Das Disposições Gerais constou o item

1.5 - Para o CV/2008, a ocupação das vagas oferecidas para cada curso dar-se-á em dois sistemas de ingresso. a) por Acesso Universal, g) por Acesso Universal e Reserva de Vagas.

1.5.1 - Todo candidato estará concorrendo por Acesso Universal.

1.5.2 - O candidato que desejar concorrer também às vagas do sistema de ingresso por Reserva de Vagas, deverá assinalar sua opção no ato da inscrição no CV/2008. Neste caso, o candidato deverá assinalar uma das duas opções: a) candidato egresso do ensino público ou b) candidato egresso do ensino público autodeclarado negro.

³⁰ O Conselho Universitário é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral da UFRGS (UNIVERSIDADE..., 2017, online).

³¹ O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, órgão técnico, com funções deliberativa, normativa e consultiva sobre ensino, pesquisa e extensão, é integrado por Plenário e câmaras de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, cujas competências serão definidas em seu Regimento Interno (Art. 14 do Estatuto da UFRGS) (UNIVERSIDADE..., 2017, online).

Como quinto ancoradouro, tem-se a partir de 2013, o atendimento ao disposto na Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, ao Decreto Nº 7.824 de 11 de outubro de 2012 e à Portaria Normativa Nº 18 de 11 de outubro de 2012, regulando a implementação da reserva de vagas em Instituições Federais de Ensino Superior – IFEs. Tendo em vista adequar-se à lei oriunda do governo federal sobre a reserva de vagas. Veja o que dispõe o Capítulo II - Das Modalidades de Reservas de Vagas, da Portaria Normativa Nº 18 de 11 de outubro de 2012.

Art. 3º As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação - MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata o caput serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita; e II - proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Cabe mencionar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul possui 17 (dezessete) cursos de licenciatura, que são coordenados pela Coordenadoria das Licenciaturas - COORLICEN³² – vinculada à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, elenco como principal objetivo “[...] articular o Projeto Institucional da Universidade no que se refere à formação de Professores com os Projetos Pedagógicos dos 17 cursos de licenciatura da UFRGS”.

³² “A *Coordenadoria das Licenciaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (COORLICEN)* é um órgão colegiado, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, responsável pela articulação interna dos Cursos de Licenciatura. Envolve todas as áreas da Universidade que configuram domínios de conhecimento relativos à formação docente, como Escolas e Institutos Centrais, Faculdade de Educação, Colégio de Aplicação, em reciprocidade à articulação externa promovendo o diálogo com as Secretarias e Conselhos de Educação do Estado e Municípios, bem como representantes sindicais e patronais da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul. A COORLICEN tem a seguinte Estrutura Operacional: I – Núcleo de Desenvolvimento das Licenciaturas; II – Núcleo de Formação de Professores; III – Núcleo de Incentivo e Iniciação à Docência” (UNIVERSIDADE..., 2017, online).

2 OCUPANDO A UFRGS: HISTORICIZANDO³³ A PRESENÇA NEGRA NA UNIVERSIDADE

[...] O Brazil não conhece o Brasil
O Brasil nunca foi ao Brazil [...]
O Brazil não merece o Brasil
O Brazil tá matando o Brasil [...] (REGINA, 1978, online)

O presente capítulo trata da presença negra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Informo e afirmo que pessoas negras estão presentes ao longo de toda a história da universidade. Iniciando, valho-me de quatro versos da música *Querela do Brasil*. A poesia é de Aldir Blanc. A música foi composta por Maurício Tapajós. Toda a composição, para quem se dedicar a escutá-la com atenção que merece, apresenta, além da riqueza poética e musical, um interessante jogo de palavras. Inúmeros substantivos de origem indígena, entremeados de nomes de pessoas conhecidas, decoram a melodia. Ao buscar a letra por inteiro, pois lembrava apenas fragmentos, encontrei um artigo referindo a *Querelas*³⁴ como contraponto à *Aquarela do Brasil* de autoria de Ary Barroso³⁵. Concordei com a ideia de contrapor e me debrucei um pouco sobre a música que, até aqui, tem sido o símbolo do Brasil. Os versos realizados por Barroso louvam a terra brasileira. Entretanto, identificam-se referências estereotipadas sobre pessoas negras que desfilam em seus versos. Começa pelo mulato inzoneiro³⁶. Lembrando que mulato é substantivo derivado de mula. A mula não se reproduz³⁷. Passa pela *morena*, entendendo como forma de denominar a mulher negra para o autor, a seguir adjetivada de *sestrosa*³⁸. Lapidar, entretanto, é a introdução da música, quando o verso diz: [...] tira a mãe

³³ “Que está colocando um fato ou um acontecimento em uma perspectiva histórica” (2017, significado online).

³⁴ Comentário de Tulio Vilaca no Blog Discoteca Brasília (2012, online).

³⁵ Sobre o compositor o sítio e-biografia refere que “Ary Barroso (1903-1964) foi um compositor brasileiro, autor de ‘Aquarela do Brasil’, música que consolidou o estilo samba-exaltação, com versos ufanistas que ajudou a elevar o gênero samba à categoria de símbolo musical nacional” (FRAZÃO, 2017, online).

³⁶ De acordo com o Dicionário de Sinônimos (2017, sinônimo online) significa: sonso, enredador, intrigante, mexeriqueiro, afetado.

³⁷ “Mulato” vem etimologicamente de “mula”, que é o resultado do cruzamento do jumento com a égua. As mulas são estéreis, ou seja, não podem ter filhos. Com isso, os europeus e brasileiros que aderiram à tal postura estavam dizendo que se um branco se casasse com um negro eles não teriam filhos, logo os pais que permitissem que os filhos descumprissem essa regra seriam condenados a não serem avós. Era, sem dúvida, uma atitude preconceituosa (FERNANDES, 2009, online).

³⁸ Astuciosa, maliciosa, matreira, manhosa, afetada (2017, significado online).

preta³⁹ do serrado [...]. Pode-se referir que Barroso não abarcou, como tem sido comum na sociedade brasileira, os papéis desempenhados por essa mulher negra. Era mãe porque tivera um filho nascido de seu ventre. Já o seu leite alimentava primeiro o filho da mulher branca no período escravista, sobretudo. Para mitigar a importância dessa mulher negra, disseminou-se o conceito de que a *mãe preta* aceitou passivamente o sistema escravagista. Tal construção serviu até para que pessoas negras tivessem olhar e pensar negativos sobre a figura da *mãe preta*. Insiro aqui, magistral manifestação de Lélia Gonzalez, retirando dos ombros das *mães pretas* a carga negativa, colocando-a no local de destaque merecido.

Lélia Gonzalez, antropóloga e feminista negra propôs na década de 1980, uma releitura da personagem estereotipada da 'mãe-preta'. Para ela, essa figura, em vez de representar a aceitação da condição de escrava, afirmava a resistência negra construída no cotidiano das relações entre senhores e escravos. Já que por meio das cantigas de ninar repletas de palavras africanas e na linguagem cotidiana ensinada às crianças brancas a 'mãe-preta' marcava traços africanos na sociedade brasileira. Para Lélia Gonzalez a língua brasileira deveria se chamar 'pretuguês', tamanha a influência da África e das mulheres negras em sua formação (SILVA, 2008, p. 48).

Voltando para Querelas do Brasil, saliento fragmento do texto de *Discoteca Brasília: Brasil, Querelas do*. Blog de autoria de Túlio Ceci Villaça. O autor ressalta a riqueza vocabular usada pelo letrista.

[...] Versos enumerativos como Pererê, camará, tororó, olererê / Piriri, ratatá, karatê, olará (além de Blabláblá, bafafá, sururu, todas sinônimos de querela) não se referem a nada a não ser a própria sintaxe. Em versos como estes, Aldir celebra a possibilidade que a língua portuguesa (com suas influências múltiplas, indígenas e africanas principalmente) lhe dá de criar versos como estes, com estas sonoridades onomatopéicas e abertas que a vocalização de Elis só faz acentuar e escancarar (VILLAÇA, 2012, online).

O realce dado aos quatro versos de *Querela do Brasil* tem o intuito de ancorar ações que valorizam as culturas africana, afro-brasileira e indígena, em especial, no campo da educação. Torna-se inalienável a propositura de textos legais nos últimos quatorze anos para cumprir essa atribuição de reconhecer a importância dessas culturas, para a formação da cultura brasileira. Destaco as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Trazem para a cena educacional a obrigatoriedade de a educação contemplar as culturas de origem africana, afro-brasileira e indígena, para eliminar estereótipos.

³⁹ Mulher negra que com seu leite amamentava o filho da mulher branca. A mãe preta, saudada por Ari Barroso merece um outro debruçar-se sobre o papel que teve. Para amamentar filhos de outrem, foi obrigada a abandonar o nascido de seu ventre.

Exemplificando, manifesto inconformidade ao presenciar na Faculdade de Educação da UFRGS *estereotípias culturais*. São manifestações, que julgo não serem condizentes com a extensão das culturas africana, afro-brasileira e indígena. Assiste-se, por ocasião de datas/de períodos em que se reverenciam essas culturas, o pátio, salas e andares da FACED receberem artesãs, artesões, artistas desses grupos étnico-raciais, para exibir fragmentos culturais. As culturas de origem africana, afro-brasileira e indígena vão além de fragmentos culturais como a capoeira, a música, a feitura de artesanato. Detém saberes ancestrais. Por isso, ficam no ar algumas questões. ¿Quando o alunado da UFRGS conhecerá a África, o berço da humanidade? ¿E a riqueza da cultura indígena, quando receberá o mesmo (re)conhecimento da cultura de origem europeia?

Parodiando os versos citados em *Querela Brasileira*, urge que a UFRGS conheça e valorize as culturas africana, afro-brasileira e indígena, para vencer a máxima que diz o Brasil não conhecer o Brasil e o Brasil nunca ter ido ao Brasil. Para se compreender um pouco da presença de pessoas negras durante toda a existência da UFRGS, mostrarei fragmentos de *invasão* e de *ocupação* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por pessoas negras.

2.1 ¿INVADIR OU OCUPAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL?

Houve tempo em que o verbo e o substantivo eram: invadir e invasão. O primeiro verbete designava a ação. O segundo vocábulo denominava o ato de rejeitar a espera do direito que custava a vir. Urgia ter atitude, furar o bloqueio e derrubar o *muro* que separava direitos humanos. Invadir para se ter vida digna. A invasão tinha por fim ver extintos derogados privilégios. Nos dias atuais, o verbo e o substantivo são: ocupar e ocupação. Tratar desses quatro vocábulos dariam uma nova tese. Procurando alicerce para abordá-los, de forma breve, encontro inicialmente artigo versando sobre ocupação da Câmara dos Deputados por integrantes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra⁴⁰. O autor do artigo *Invasão ou Ocupação* é Guilherme de Almeida, 2006, publicado na *Revista Jus Navigandi*. O texto com a informação do valor a ser gasto para consertar o estrago feito por ocasião de manifestação de trabalhadores sem-terra nos salões da Câmara Federal em Brasília. Esse espaço pode ser visto

⁴⁰ “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos maiores e mais significativos movimentos sociais instalados em território brasileiro. O seu principal objetivo está centrado em vertentes ligadas ao funcionário do campo, especialmente no que se refere à luta em busca da reforma agrária nas terras de nosso país” (MOVIMENTO..., 2017, online).

/entendido/classificado como a *Casa do Povo*. O valor a ser pago para restaurar o ambiente, face à atuação dos manifestantes, daria para adquirir uma quitinete em um bairro distante do centro de Porto Alegre. Voltando ao texto, o autor se questiona sobre a dualidade dos substantivos.

Depois de me inteirar do fato e da notícia, restou-me clara a seguinte indagação: os movimentos e manifestações promovidas pelos ditos “sem-terra” tratam de OCUPAÇÃO ou de INVASÃO do espaço físico que é seu alvo. Devo confessar que antes não via muita importância nisso, já que a resposta me parecia simplesmente um tema para a semântica.

Considero importante ressaltar a preocupação do autor com o significado do ato efetuado por trabalhadores sem-terra na Câmara dos Deputados. Busca amparo em nas Ciências Sociais⁴¹, valendo-se da Sociologia e da Política assevera que:

Ocorre que, a carga sociológica e política por trás da singela definição de INVASÃO e OCUPAÇÃO afigurou-se muito mais necessária para mim neste momento. Há muito mais entre o céu e a terra do que a nossa vã filosofia.

A última frase do autor apresenta um pensamento que fazia parte do corolário de ditos populares referido por minha mãe. Na sua fala, colocava um elemento a mais: a imaginação. Dizia Talita Lopes Fontoura: “Há muito mais entre o céu e a terra do que a nossa vã filosofia imagina”. Cabe referir que o tema da vã filosofia encontra-se em Hamlet, personagem consagrado por William Shakespeare. Pela riqueza de suas obras, em que estão presentes personagens densos, Shakespeare é tido como um dos mais destacados autores de peças teatrais e escritor de todos os tempos. Voltando ao tema, buscando ir além do pensamento comum, para auxiliar na conceituação dos substantivos, Guilherme de Almeida (2006, p. 1) define:

INVASÃO, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Como afirmam os dicionaristas, denota algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. De seu turno, a OCUPAÇÃO mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Ocupação, aliás, possui até mesmo um sentido outro: o de trabalho, de labor, de emprego de força intelectual ou física para auferir renda ou para produção de algo.

⁴¹ “As ciências sociais são um conjunto de disciplinas científicas que estudam os aspectos sociais das diversas realidades humanas. Em geral, são postas em contraste com as ciências naturais e exatas, já que essas podem ser avaliadas e quantificadas pelo método científico e na área social os métodos utilizados são outros. As ciências sociais nos ajudam a ‘limpar a lente’ para enxergarmos melhor as diferentes realidades com que convivemos. Elas têm como objeto de estudo tudo o que diz respeito às culturas humanas, sua história, suas realizações, seus modos de vida e seus comportamentos individuais e sociais. Elas ajudam a identificar e compreender os diferentes grupos sociais, contextualizando seus hábitos e costumes na estrutura de valores que rege cada um deles” (PROFICIÊNCIA, 2017, online).

Invasão era o termo inicialmente usado. Tinha característica de ilegalidade, de inconstitucionalidade e era visto como abuso. As pessoas proponentes e aquelas que as colocassem em execução seriam passíveis de reprimendas legais. Já ocupação dialoga com exercitar direitos humanos fundamentais, emanados pela Declaração dos Direitos Humanos, datada 10 de Dezembro de 1948. Sobre o direito humano à terra, objeto necessário para quem trabalha com terra, registro os dois incisos do Artigo 17 da referida declaração.

- §1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
- §2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Voltando ao texto de Almeida (2006, p. 6), o autor, ao concluir o artigo, afirma:

Ao responder a pergunta que serve de título a este texto, chego à conclusão de que a definição de ocupação ou invasão não faz a mínima diferença. Tanto faz. Essa discussão não garante a dignidade da pessoa humana e também não traz solução para a negligência institucionalizada do povo e do Estado.

Concordo com a conclusão do autor, Guilherme de Almeida, sobre a similaridade dos conceitos invasão/ocupação. Ocupar e invadir são formas de se buscar atender ao direito humano de morar. Indo além, serve para a busca da garantia de direitos que cada pessoa precisa ver assegurado para ser de fato uma cidadã brasileira ou um cidadão brasileiro.

Junto ao exposto por Almeida (2006), a manifestação de Ronilso Pacheco, autor da obra *Ocupar, Resistir, Subverter*, no artigo intitulado *Ocupações são a “reintegração de posse”, da política a partir de baixo*. O texto nasce por influência das ocupações de escolas públicas no ano de 2013 em vários Estados da federação. O autor, por ser integrante da ONG Viva Rio, creio, destaca a atuação de estudantes do Rio de Janeiro. O destemor, o vigor e a crença da juventude são retratados por Pacheco (2016, p. 130) ao afirmar “[...] Esses jovens não devem desistir, e mesmo que eles parem, a lição já foi dada. As ocupações empreendidas por eles já são um dos muitos caminhos abertos de enfrentamento ao *status quo* repetitivo, burocrático, legalista, pesado”.

Continuando, o autor aponta para os locais que devem ser ocupados para que se desafie o que está, até então, estabelecido.

Então devemos ocupar tudo. Hospitais, teatros, Tribunais de Justiça, mais escolas, **universidades**, câmaras de deputados e vereadores, igrejas. As ocupações são a materialização do diálogo que sem essa presença forte e desconfortável dos inconformados, é negligenciado por quem detém o poder e a autoridade. As vias institucionais não comportam mais os que querem participar de baixo para cima. Se quisermos ter de volta – um dia tivemos? – o comum a todos, já está passando da hora de compreender a necessidade de transgredir, marginalizar, subverter as formas de reivindicação. Estes alunos estão nos ajudando a reinventar a nossa comunidade,

mais ativa e participativa, ao mostrar que repensar a política de baixo para cima é como uma oração, súplica impertinente que só é feita por quem crê (PACHECO, 2016, p. 130-131, grifo meu).

Dialogando com o tema invasão/ocupação, afirmo que a UFRGS há tempo é invadida/ocupada pelo movimento social negro e pelo movimento social de mulheres negras. Nos anos de 1970, o Bar do antigo Diretório Franklin Delano Roosevelt, epitetado de Bar da Filosofia, atual Bar do Antônio, serviu de *sede* para o Grupo Palmares. O manifesto de integrantes do Grupo, publicado no Jornal Zero Hora em 19 de novembro de 1972 teve como local da entrevista o referido estabelecimento. A reportagem retrata a foto das militantes Helena Vitória, Marisa Carolino, Anita Abad, Marli Carolino e de Oliveira Silveira.

Figura 15 – Manifesto de 1972. Publicado no Jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 19/11/1972



Fonte: Campos (2006, p. 183).

No período subsequente, quando passo a fazer parte do Grupo Palmares, sempre que se precisa de local para reunião, usava-se espaço no Prédio da Filosofia. Ser aluna e servidora da UFRGS ajudou em alguns momentos a atuação do movimento social negro nos anos de 1970. Diferente dos dias atuais, naquele momento, havia dificuldade para se conseguir espaço para reuniões. Usavam-se mais as casas das pessoas militantes. Multiplicar material de divulgação também era difícil naquele período.

A relação de amizade construída com *seu Milton*⁴², colega de trabalho, porteiro do prédio da antiga Filosofia, irmão de Olívia da Silva Matsumura, servidora da UFRGS que, assim como eu, trabalhava no Instituto de Química, favoreceu minha trajetória militante naquele período. Milton Geraldo da Silva, *Seu Milton* conseguia sala, que durante o dia era *de um professor*, para que fizéssemos reunião no turno da noite. O *conselho* que nos dava, era sempre o mesmo: - Usem a sala, mas deixem do jeito que encontraram. O que era dito, depois era feito. Quando havia material para reproduzir, contava-se com a ajuda de outro colega. Seu Antônio se prontificava. Não lembro todo o nome dele. Precisávamos levar a matriz e as folhas.

Outro local que era ocupado/invadido para reuniões do Grupo Palmares era o Prédio do “Curtume”, situado atrás do Instituto de Química, no Campus Central da UFRGS. Nesse caso, o responsável pela invasão/ocupação foi Volni Antunes, na época professor colaborador. Lembro que Volni Antunes da Silva contava com apoio do chefe, Professor Lech Anusz, que coordenava o Curso de Tecnólogo em Curtumes e Tanantes.

Um dos passos importantes da invasão/ocupação da UFRGS por pessoas negras acontece na FACED. A Faculdade de Educação da UFRGS durante a gestão do Professor Balduino Antonio Andreola, período de 1988 a 1992, presenciou a invasão/a ocupação do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras. Registre-se o surgimento do Grupo de Estudos Sobre Cultura Negra criado na Faculdade, durante a sua gestão como diretor. Ressalte-se que a inspiradora foi a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, primeira coordenadora do grupo. Com sua ida para exercer o magistério na Universidade de São Carlos, em São Paulo, passei a ocupar a função. O Grupo teve início em 1989 e durou até final da gestão do Professor Baldô, como era e é carinhosamente chamado o Professor Balduino⁴³.

⁴² Seu Milton era o nome do porteiro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, localizado no Campus Central, até o IFCH ser transferido para o Campus do Vale. O prédio hoje é chamado de Prédio da Filosofia. Assim como Milton Antonio da Silva, Olívia da Silva Matsumura era servidora da UFRGS. Ela trabalhava no Instituto de Química. Hoje chamado de ex-Instituto de Química, ou Quindão, por sua cor amarelada. O prédio está também localizado no Campus Central da UFRGS. Seu Antonio era também servidor do IFCH.

⁴³ Pós-doutorando em Educação pela UFRGS (2015). Doutorado em Ciências da Educação pela Université Catholique de Louvain - Bélgica (1985); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1977); Mestrado em Psicopedagogia - Université Catholique de Louvain (1983); Bacharelado em Filosofia pelo Seminário Central de São Leopoldo (1952); Bacharelado em Teologia pelo Instituto San Pietro - Itália (1959); Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira - São Paulo (1968). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle de Canoas - UNILASALLE (2006 - atual). Professor titular da UFRGS (1978 - 1996); Diretor da Faculdade de Educação da UFRGS (1988 - 1992); Professor Visitante do PPG/EDU da UFPel - Pelotas (1997 - 2000); Professor do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação/ IEPG da Escola Superior de Teologia/EST - São Leopoldo (2001 - 2005); Professor do Ensino

2.2 A LARGADA PARA A OCUPAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRGS

Lendo o artigo *Um Lugar Memorável: a Faculdade de Educação/UFRGS, entre afetos e trabalho (1970-2016)*, de autoria de Almeida e Lima (2016), deparei-me com uma constatação, estou inserida na FACED nesse conjunto de anos. Confidenciei em outra parte da tese o período em que invadi / ocupei as bordas da universidade. Frequentei aulas-encontros à moda pré-vestibular em 1970. Firmei o contrato com a UFRGS a partir de 1971, quando *ocupei* como aluna o Curso de Letras. Daí para frente não larguei a instituição. Destaco esse fragmento do artigo.

E como seria a Faculdade naqueles anos 1970? Seria um lugar distinto do que hoje se apresenta? Especificamente falando do Curso de Pedagogia, sabemos que um diminuto grupo de pessoas tinha acesso à informação em nível superior. Em tempos de pouca gente na escola, raros eram aqueles que conseguiam ingressar na Universidade Pública. As entrevistas indicam que as alunas da Pedagogia se mantinham em uma condição de *enclausuramento* no prédio da Faculdade e dele não saíam, nem ao menos para fazerem seus estágios que eram realizados nas turmas do Colégio de Aplicação, alguns andares abaixo das salas em que estudavam (ALMEIDA; LIMA, 2016, p. 1354).

Acredito que o referido sobre a realização de estágios não era somente com as *gurias* da Pedagogia da época. Em 1975, como aluna do Curso de Letras, precisava cumprir a Prática de Ensino, ou seja, realizar o dito estágio. Junto com outros colegas, assim no masculino mesmo, havia decidido fazer a Prática de Ensino de Português, tratando de Literatura Brasileira. Por isso, o estágio seria realizado com alunos do Curso Médio/ Segundo Grau, não lembro a devida designação utilizada no período. O lócus seria o Colégio de Aplicação - APL e o alunado de segundo grau. Era responsável pela orientação do estágio a professora Isolda Holmer Paes.

De início, as tratativas seguiram os passos normais. De repente, houve uma quebra. Naquele ano, os alunos do segundo grau não receberiam estagiários para a disciplina de Literatura Brasileira. O motivo não sei bem explicar. Parece que era por causa do vestibular! Lembro meus colegas da turma de estágio. Eram, entre outros, Olívio Dutra, Décio Shauren, João Ernesto Weber, Davi Schmidt e Sergio dos Anjos. Acredito que Dilvo Ivo Ristoff era também desse grupo. Encontro, em minha memória, uma reunião do nosso *grupo seleta* na

Fundamental e Médio no Estado e em Escolas Particulares do Rio Grande do Sul (1953 - 1975). Áreas de atuação na docência e pesquisa (no Ensino Superior): Filosofia e História da Educação, Educação Popular e Movimentos Sociais, Educação do Campo, Formação de Professores, Educação e Ecologia, Dinâmica de Grupo e Educação. Estudioso das obras de Paulo Freire, Ernani M. Fiori, Emmanuel Mounier e Paul Ricoeur (texto informado pelo autor).

casa da professora Isolda. O mote foi tratar do que seria feito a partir do impedimento de estagiar com alunos do segundo grau do APL. A decisão foi fazer trabalho escrito, descrevendo como seria a aula que lecionaríamos, caso o encontro acontecesse na realidade. Olhando meu histórico escolar ali consta: Prática de Ensino em Português: 45 h aula – B.

Confesso que nesse período não imaginava o que aconteceria tempo depois. Concluído o Curso de Letras, dedico-me à atividade de servidora técnica-administrativa até voltar à FACED em 1981, na condição de aluna, para realizar o Curso de Mestrado, que concluo em 1988. Nesse período meu local de trabalho é a Pró-Reitoria de Graduação. Em 1989, recebo e aceito convite da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva para fazer parte de um grupo de estudos nascido através de parceria com a direção da FACED à época. Reproduzo texto constante do documento de criação do Grupo de Estudos Sobre Cultura Negra.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA NEGRA

1 - Integrantes: Funcionários, alunos e professores da UFRGS.
Grupos do Movimento Negro

2 - Objetivos: - Sensibilizar as agências de formação de professores, a começar pela FACED/UFRS, para questões relativas a: cultura negra, educação do cidadão brasileiro, racismo, movimento negro.

- Por-se a serviço da comunidade negra mais despossuída, trazendo-a para discutir seus problemas com a Universidade.

- Possibilitar a criação de espaço físico e psicológico para discussão e propostas relativas a questões que afligem a população negra, respeitando seu modo próprio de ser.



- Apoiar a realização de pesquisas, inclusive de pesquisas produzidas fora do ambiente acadêmico.

- Promover, juntamente com grupos de Movimento Negro, estudos e outros eventos.

Os dados acima mostram uma faceta de invasão/ocupação da UFRGS. As pessoas ocupantes realizaram o ato de invadir/ocupar em conluio com a direção da FACED/UFRGS no período de 1988 a 1992. Setores do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras produziram momentos de troca de saberes. Entre as atividades encontraram-se

– Seminário: CULTURA AFRICANA: na voz de africanos residentes em Porto Alegre. Data: 16 a 27/10/89. Folder do evento abaixo. Fotos da atividade de encerramento.

Figura 16 – Seminário Cultura Africana: na voz de africanos residentes em Porto Alegre (1989)

<p>EXPOSIÇÃO DE ARTE E LITERATURA NEGRAS</p> 	<p>UFRGS – FACULDADE DE EDUCAÇÃO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA NEGRA GRUPO MARIA MULHER</p>  <p>SEMINÁRIO: CULTURA AFRICANA NA VOZ DE AFRICANOS RESIDENTES EM PORTO ALEGRE</p> <p>APOIO: PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO</p>	
<p>Minha Mãe (as mães negras cujos filhos partiram)</p> <p>tu me ensinaste a esperar como esperaste nas horas difíceis.</p> <p>Mas a vida matou em mim essa mística esperança. Eu já não espero sou aquele por quem se espera. (...)</p> <p>Agostinho Neto</p>	<p>PROGRAMAÇÃO</p> <p>Dia 16/10 – Kofi Appiah Essel – Gana “África: um continente em crise”</p> <p>Dia 17/10 – Camilo Graça – Cabo Verde “História da África Contemporânea”</p> <p>Dia 18/10 – Gideon Babalolá Idowu – Nigéria “Nigéria: país com uma cultura desrespeitada”</p> <p>Dia 19/10 – Mamadou Wahab Sene – Senegal “Senegal: história e costumes”</p> <p>Dia 20/10 – Mateus, Isabel, Gil e Carlos Wazza – Angola “Aspectos gerais da cultura angolana”</p> <p>Local: UFRGS Reitoria 2º andar Salão Museu</p> <p>Horário: 20 h</p> <p>Aberto à comunidade Entrada franca</p>	<p>EXPOSIÇÃO DOS ARTISTAS NEGROS:</p> <p>Adão Roza Cárem Conceição Georgina Paulo Montiel</p> <p>Data: 16 A 27/10/89 Horário: 9h ÀS 18h</p>

Fonte: Arquivo pessoal.


Figura 17 – Confraternização no Seminário Cultura Africana: na voz de africanos residentes em Porto Alegre (1989)



Fonte: Arquivo pessoal.

– Curso de Extensão: O Negro no Rio Grande do Sul. Promoção Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação / Grupo de Estudos Sobre Cultura Negra/FACED. Data: 26 a 30 de novembro de 1990.

Figura 18 – Curso de Extensão: O Negro no Rio Grande do Sul (1990)

UFRGS  **PROEXT**

O NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL

PROMOÇÃO
Departamento de Estudos Básicos da
Faculdade de Educação – Grupo de
Estudos sobre Cultura Negra/FACED

DATA
26 a 30 de novembro de 1990

LOCAL
Faculdade de Educação - Sala 601
Campus Central

HORÁRIO
Das 19h às 22h

INSCRIÇÕES
PROEXT - Av. Paulo Gama, 110 - 5.º andar
Das 9h às 11h30min e das 14h às 17h30min
Telefones: 27-5131 e 28-1023 ramal 95

Fonte: Arquivo pessoal.

– Exposição de Arte Negra Nigéria-Brasil/RS. Local: Museu Universitário da UFRGS. Data: 15 a 31 de janeiro de 1991. Expositores: Abiola Fashina (nigeriana), Caren Fortunato, Ireno Jardim, João Batista Barcellos, Beto Rodrigues, Paulo Só, Paulo Montiel e Ubirajara Rodrigues. Promoção: Associação Negra de Cultura - Produto Nacional - GENC/FACED/UFRGS - Iyá Dudu e militantes do movimento negro de Porto Alegre.

– Exposição de Artistas Negros Gaúchos. Local: Museu Universitário da UFRGS. Data: 15 a 31 de janeiro de 1992. Promoção: Grupo de Estudos de Cultura Negra / FACED/UFRGS, Associação Negra de Cultura, Iyá Dudu e membros do Movimento Negro de Porto Alegre.

– Participação na 42ª edição da Reunião da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Porto Alegre/RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Figura 19 – Show ‘Negro, Negra, Negrice’ na 42ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1990)

**TEATRO PARA
SBPC**

A Secretaria Municipal de Cultura cria programação especial de teatro para a 42ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência.

**PERÍODO
DE 8 A 13 DE JULHO DE 1990**

<p style="text-align: center;">TEATRO RENASCENÇA</p> <p>Dia 8 (domingo) 16 horas - Alice no País das Maravilhas Adaptação da obra de Lewis Carroll por Camilo de Lélis 21 horas - Nisso se vai metade do nosso sangue Baseada em Yerma, de Garcia Lorca</p> <p>Dia 12 (quinta-feira) 21 horas - Negro, Negra, Negrice Show musical com entrada franca, com Giba-Giba, Gelson Oliveira, Coisapreta, Produto Nacional, Iyadudu, Semba.</p> <p>Dia 13 (sexta-feira) 21 horas - Nisso se vai metade do nosso sangue</p>	<p style="text-align: center;">SALA ÁLVARO MOREYRA</p> <p>Dia 8 (domingo) 16 horas - Por um punhado de jujubas. 21 horas - Sonata de Solidão - com textos de Samuel Beckett</p> <p>Dias 8, 9, 10, 11, 12 Das 17 às 19 horas - Festival de Arte do Atelier</p> <p>Dia 13 (sexta) 21 horas - Sonata de Solidão - com textos de Samuel Beckett</p>
<p style="text-align: center;">TEATRO DE CÂMARA</p> <p>Dia 8 (domingo) 16 horas - Chapéuzinho Vermelho, de Maria Clara Machado. 21 horas - Uma lição longe demais, de Zeno Wilde. Dias 11, 12 e 13 21 horas - Flávio Adônis - Violão e voz</p>	<p style="text-align: center;">Participantes da 42ª Reunião Anual da SBPC têm direito a 50% de desconto em toda a programação.</p> <p style="text-align: center;"><small>Prefeitura Municipal de Porto Alegre</small> ADMINISTRAÇÃO POPULAR SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA</p>

Fonte: Arquivo pessoal.

2.3 DATA: 8 A 13 DE JULHO DE 1990. TEMA: “A CIÊNCIA E A INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA”

Show *Negro, Negrada, Negrice: a arte negra do Rio Grande*. Local: Teatro Renascença. Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues.

O conjunto de atividades realizadas incluiu outras performances, das quais não consegui comprovantes. O movimento social negro e o movimento social de mulheres negras realizaram invasão/ocupação durante o período de férias, na época em que foi Reitor o Professor Tuiscon Dick. Conseguiu-se, junto ao Gabinete, permissão para nos meses de janeiro e fevereiro realizar encontros na Sala Fahrion, no segundo andar da Reitoria. Ocorreram exposições artísticas/debates.

Afianço que a invasão ou a ocupação da UFRGS por pessoas negras ocorre desde sempre. Mencionem-se pessoas negras ingressantes na universidade na condição de alunas/de alunos. Outra referência são professoras negras/professores negros do corpo docente da universidade. Completando o tripé, podem ser apontadas servidoras técnicas-administrativas negras/servidores técnicos-administrativos negros. Para evidenciar a perene presença de pessoas negras na universidade, destaco alguns nomes como referências para representar integrantes dos três segmentos constituintes da comunidade da UFRGS desde sempre.

Quadro 1 – Quadro Simbólico das Pessoas Negras Invasoras ou Ocupantes da UFRGS⁴⁴

Nome	Curso Realizado na UFRGS	Atividade desenvolvida
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	Colégio de Aplicação / Curso de Licenciatura em Língua Francesa/ Mestrado em Educação / Doutorado em Educação	Professora UFSCAR
Alceu de Deus Collares	Direito	Prefeito Porto Alegre / Governador RS
Vera Rosane de Oliveira	Mestrado e Doutorado em Educação	Técnica-administrativa
José Antônio dos Santos	Licenciado e Bacharel em História	Técnico-administrativo
José Maria Vianna Rodrigues	Licenciado em Ciências Naturais	Professor
Sandra de Fatima Batista de Deus	Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Professora

Fonte: Dados constantes em sítios de Currículos.

⁴⁴ Escolhi essas pessoas para representarem o grupo maior de mulheres negras e de homens negros que fazem parte da história da UFRGS. É um quadro simbólico. Petronilha Gonçalves Silva e Alceu Collares representam o alunado. Vera Rosane de Oliveira e José Antonio dos Santos simbolizam o grupo de servidores técnicos-administrativos. José Maria Rodrigues e Sandra de Deus retratam o grupo de docentes negros.

No Quadro acima, estão listadas pessoas negras que fizeram e fazem parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São exemplos de que pessoas negras sempre estiveram presentes na estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ocupando/invadindo os diferentes espaços universitários.

2.4 CONHECENDO ALGUMAS PESSOAS OCUPANTES / INVASORAS DA UFRGS

Para ilustrar a presença de alunas negras no corpo discente da UFRGS, faço referência à Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Foi aluna do Colégio de Aplicação, fez cursos de graduação e de pós-graduação na UFRGS. É licenciada em Letras e Francês (1964), possui Mestrado em Educação (1979) e é Doutora em Ciências Humanas em Educação (1987), todos cursos realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lastimável foi a UFRGS não a ter aproveitado como docente. Mas a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) reconheceu, acolheu e valorizou a talentosa docente. A educação brasileira deve muito à professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. O movimento social negro e o movimento social de mulheres negras reconhecem e valorizam a trajetória de Petrô, como carinhosamente é chamada, para a valorização da cultura de matriz africana e afro-brasileira na educação brasileira.

Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nessa condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e participou da relatoria do Parecer CNE/CP 3/2004 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (PETRONILHA..., 2012, online).

Representando na invasão/ocupação o aluno negro na UFRGS, evidencio o advogado Alceu de Deus Collares. Graduou-se na Faculdade de Direito em 1960. Saliente-se sua carreira política, na qual ocupou cargos de vereador por Porto Alegre, eleito em 1964; deputado federal em cinco mandatos: 1970, 1974, 1978, 1998 e 2002. Alceu de Deus Collares foi o primeiro prefeito de Porto Alegre eleito quando o Brasil redemocratiza-se, após período ditatorial que durou de 1964 a 1985. Seu mandato foi de 1986 a 1988. Collares governou o estado do Rio Grande do Sul de 1991 a 1995 (COLLARES..., 2006).

Em homenagem às servidoras técnicas-administrativas, referencio Vera Rosane Rodrigues de Oliveira. É graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996). Possui Mestrado (2006) e Doutorado em Educação pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Fez parte da coordenação da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - ASSUFRGS. Tem inserção político-partidária. Foi candidata a vice-governadora na eleição de 2014, pelo PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (VERA..., 2017, online).

Focalizando os servidores técnicos-administrativos que invadem/ocupam a UFRGS, destaco José Antônio dos Santos. É licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997). Mestre em História Social na Universidade Federal Fluminense (2001), Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Professor e pesquisador da história e da cultura negra no Brasil república e da diáspora africana nas Américas (JOSÉ..., 2017, online).

Em nome de José Mana Vianna Rodrigues, primeiro professor negro da UFRGS, presto homenagem ao corpo docente negro da universidade, que a invadiram/que a ocupam/que a ocuparão com dignidade igual à demonstrada pelo primeiro *ocupante negro*/pelo primeiro *invasor negro* da carreira docente do magistério superior da universidade. Trago excerto para conhecer um pouco de sua história de vida.

De origem humilde, José Maria teve de batalhar muito para conquistar seu lugar. Trabalhando para se manter estudando para crescer, José Maria teve honra de ser o primeiro professor negro a lecionar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado pela Faculdade de Filosofia no Curso de Ciências Naturais em 1951, José Maria exerceu suas atividades em inúmeros estabelecimentos de Porto Alegre. Ao longo de sua vida, integrou corpo docente do Colégio Estadual Júlio de Castilhos; do Curso de Revisão dos Programas para Exames Vestibulares, mantido pelo Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt; da Escola Técnica do Comércio Rui Barbosa; do Colégio Cruzeiro do Sul do Instituto Porto Alegre, onde chegou a exercer cargo de Diretor do Museu de História Natural. Em 1960, assumiu cargo de Assistente da Cadeira de Biologia Educacional da Faculdade de Filosofia da UFRGS. O professor José Maria Vianna Rodrigues sempre lutou em prol da comunidade negra, buscando sua valorização e integração na sociedade brasileira. No dia 23 de abril de 1970, veio a falecer na cidade onde sempre residiu Porto Alegre. Nesta cidade, em homenagem a sua pessoa e em reconhecimento ao seu valoroso trabalho, existe, hoje, no bairro Jardim Itu, Sabará, uma rua que leva seu nome (ARQUIVOS... 2011, online).

As informações sobre o professor José Maria Vianna Rodrigues constam do *Calendário Vultos Negros no Rio Grande do Sul*, publicado pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, por ocasião do Centenário da Abolição da Escravatura em 1988. O Calendário foi organizado pela pesquisadora e militante do movimento social negro professora estadual Vera Regina dos Santos Triumpho.

Simbolizando as docentes negras invasoras/ocupantes da UFRGS, homenageio/destaco/ressalto a professora negra Sandra de Fatima Batista de Deus pelo compromisso com a cultura africana, afro-brasileira e indígena demonstrado na condução da

Pró-Reitoria de Extensão - PROREXT. De seu lattes, extraem-se informações de sua história de vida. Sandra de Deus, como é conhecida dentro da universidade tem como história:

Graduação em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (1980); Especialização em Pensamento Político Brasileiro pela Universidade Federal de Santa Maria (1990); Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). É professora Associada da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenadora do Curso de Especialização Jornalismo Esportivo e Pró-reitora de Extensão. Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Esportivo certificado pela Instituição. Tem experiência na área de Jornalismo, com ênfase em Rádio, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, rádio, jornalismo esportivo, extensão universitária, cidadania e direitos humanos (SANDRA..., 2017, online).

Diferentes fragmentos da vida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul evidenciam a contínua presença de pessoas negras nessa instituição de ensino superior. Lembrando papel desempenhado por trabalhadores negros na vida do país, dos estados e das cidades, é possível afirmar, independente de possuir outras provas cabais, que mãos negras participaram da construção física tanto dos primeiros prédios, como dos atuais, que servem para ampliar os domínios da UFRGS.

Um dos trabalhadores na área da construção civil em determinado período foi Aristides Timóteo Gonçalves, avô paterno de minha filha. Contou que trabalhou na primeira construção do Salão de Atos. Esse é um espaço da UFRGS, onde semestralmente acontecem formaturas. O local acolhe espetáculos artísticos, conferências diversificadas, entre outros eventos. Ainda sobre trabalhadores dessa universidade, vale salientar a presença de Lupicínio Rodrigues, destacado compositor afro-gaúcho, que desempenhou a função de bedel, na Faculdade de Direito, de 1935 a 1947 (10 CURIOSIDADES..., 2014, online).

O Pequeno Quadro Simbólico de Pessoas Negras Invasoras ou Ocupantes da UFRGS serviu como simples demonstração de que integrantes da população negra fazem parte das fileiras da universidade, nos diferentes segmentos a partir de 1934, ano de sua fundação.

Abordar o tema da invasão/ocupação da UFRGS por pessoas negras desde o início da universidade, quer como trabalhadores que construíram fisicamente os prédios em que se localizam escolas, faculdades, institutos e espaços outros em que acontece a cultura universitária; quer como discentes dos diferentes cursos oferecidos pela universidade; quer como docentes e quer como servidoras e servidores técnicos-administrativos tem por finalidade apresentar para toda a sociedade a constante relação existente entre pessoas negras e a UFRGS. A invasão/ocupação como atitude necessária e legítima é um direito, quando campeia a desigualdade entre grupos humanos, como é o caso do Brasil. Embora a população

negra constitua mais de metade do povo brasileiro, não possui ainda esta percentagem em relação ao número de estudantes frequentando cursos universitários. Destaco o pensamento do professor Hélio Santos (2001, p. 327) ao afirmar que

A universidade pública de um país com as características do Brasil deveria ser, antes de qualquer coisa, uma usina geradora de ideias que auxiliasse a reduzir a colossal distância social existente entre os grupos. Uma das alternativas é albergar os talentos provindos dos mais diferentes setores. Mas isso não ocorre. Diante dessa postura da academia, há uma pergunta que se impõe: qual a razão da escassez de ideias que apresentem alternativas a esse quadro de flagrante injustiça?

Ao transcrever na íntegra o texto de Santos (2001, p. 327), faço para registrar a força do pensamento formulado. Universidade pública como usina, local/ de produção de ideias, tendo como um de seus objetivos contribuir para a diminuição da diferença abismal existente em relação à posição social de integrantes do grupo de pessoas brancas e daquele constituído por pessoas negras. A redução de distância entre os grupos étnico-raciais brasileiros legitima a o ato de ocupar/invasão os diferentes espaços constitutivos da universidade pública.

No caso da UFRGS cabe exortar que é uma ocupação/invasão constante, evolutiva e interminável. Integrantes do grupo social negro e indígena que ocupam/invasão a UFRGS com seus talentos, demonstrando a justeza do Programa de Ações Afirmativas. Continuando, Santos (2001, p. 327) afirma:

A verdade é que o silêncio de chumbo da chamada *intelligentsia* brasileira, diante dessa situação, ocasiona um imenso vazio que constringe. Há um peso inercial que, para ser removido, depende de um combustível escasso nesse lado do país: ousadia, alguma ousadia. O que ocorre é que a universidade pública brasileira é moderna (estuda e ensina a trabalhar com alta tecnologia) mas tem imensa dificuldade de apontar para a modernidade, que busca conquistar um desenvolvimento mais harmonioso da sociedade.

Tendo acordo com o exposto por Santos (2001), urge enfrentar a inação de universidades públicas para acolher a pluralidade étnico-racial representada pelos grupos formados por pessoas negras e indígenas. A assunção da diversidade por parte das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ajudaria, dentro do espectro em que atua, a sociedade brasileira a alcançar um desenvolvimento caracterizado pela inclusão, pelo respeito às diversidades: étnico-racial, social, religiosa, de manifestação da sexualidade, entre outras. Entender o que significam os ensinamentos e os fins primários da invasão/ocupação é fundamental. Pessoas negras de forma individual, ou através de organizações, entidades usam a ação de ocupar/de invadir, para buscar não só o acesso a um grau mais elevado no mundo da educação brasileira, como também conhecer mais sobre temas que são de seu interesse e inundar, compartilhar e enriquecer com suas culturas o ambiente universitário.

2.5 SOMOS AS HEROÍNAS E SOMOS OS HERÓIS DE NOSSA HISTÓRIA

O anseio de obter vida digna para a população negra brasileira mobiliza pessoas negras individualmente, bem como as que fazem parte de organizações não governamentais de vários matizes. Movimentações foram e são feitas ao longo de toda a vida nacional. Para ter sucesso no seu propósito há que se fazer contato, dialogar, propor e apresentar sugestões para distintos setores da vida nacional. Incluem-se as diferentes gerências governamentais de mais de 5000 cidades, 26 estados e o Distrito Federal.

Creio ser importante aduzir que esses diálogos necessários não se transmutam em adesão às ideias defendidas por seus dirigentes. O diálogo de ativistas do movimento social negro e do movimento de mulheres negras trava-se dentro do campo das relações de respeito que exigem as duas posições. A de quem invade/ocupa para ter acesso a seus direitos, bem como de quem está no papel gerencial, que recebe demandas e oferece a resposta dentro do compromisso em que está inserido. Cabe salientar que a fala dos movimentos é caracterizada pela radicalidade, entendendo-se, radical no sentido etimológico da palavra. Segundo o Dicionário Etimológico (2017, significado online), tem-se para radical a seguinte definição.

Do latim *radix*, que significa ‘raiz’. Na realidade, na língua portuguesa a palavra ‘radical’ se originou a partir do latim *radicalis*, que significa ‘relativo à raiz’. Porém, *radicalis* é uma derivação de *radix*, que quer dizer ‘raiz’. O significado do termo latino tinha um sentido filosófico, que era atribuído ao fato de alguém ou algo ‘ter raízes’, ou seja, ‘ter origens’. Este termo passou a significar ‘a essencial de algo’ ou ‘ir de encontro à origem de algo’ a partir do século XVII.

A construção de uma sociedade que respeite e valorize todas as pessoas requer a necessária radicalidade nas ações. Entenda-se radicalidade como busca da raiz, da essência e não como manifestação de intransigência, de intolerância ou ausência da capacidade de mudar de opinião mediante evidências comprovadas.

2.6 A MARCHA ZUMBI E A OCUPAÇÃO/INVASÃO DE BRASÍLIA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1995

No período em que Hélio Santos (2001), escreveu a obra *A Busca de um Caminho Para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*, o país era governado pelo PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, sob a bandeira do neoliberalismo, que tem como objetivo de programa de governo a existência de um estado mínimo, desonerado da responsabilidade com questões sociais, como a educação, saúde, assistência social. Por pressão do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras foi realizada em 20 de novembro de 1995, em

Brasília, a Marcha Zumbi Contra o Racismo pela Igualdade e Vida, data em que se celebrou o tricentenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares⁴⁵, o governo social democrata é forçado a dar ouvidos e intentar oferecer respostas à pressão que veio do grupo social negro. Participaram do evento cerca de trinta mil pessoas oriundas dos quatro cantos do país. Entendendo a motivação dessa ocupação/invasão:

A Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida é uma iniciativa do Movimento Negro brasileiro e se constitui num ato de indignação e protesto contra as condições subumanas em que vive o povo negro deste país, em função de processos de exclusão social determinados pelo racismo e a discriminação racial presentes em nossa sociedade. Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política (MARCHA ZUMBI..., 1996, p. 9).

As causas que levaram as trinta mil pessoas a invadir/ocupar Brasília em 20 de novembro de 1995, resultaram de uma construção coletiva, gestada em todo território brasileiro. Ainda na Introdução do documento da Marcha consta que

A temática racial, particularmente neste ano do Tricentenário de Zumbi, destaca-se de forma vigorosa no espaço brasileiro de discussão pública. Isto como furto do crescimento, sem precedentes em nossa história, da luta contra o racismo. Esta é uma das vitórias resultantes tanto do fortalecimento das organizações do Movimento Negro, quanto da multiplicação e interiorização das entidades (MARCHA ZUMBI..., 1996, p. 9).

A articulação nacional para a Marcha que bradou contra o racismo, defendendo a cidadania plena e o direito a uma vida digna para o povo negro brasileiro envolveu pessoas negras do Brasil inteiro, participantes de diferentes setores da sociedade. Tanto aqueles que detinham organização consagrada, como aqueles setores destituídos de estruturação formal. Destacando-se a presença militante e comprometida com a luta contra o racismo, o brado pela cidadania e pela vida de mulheres negras brasileiras dos quatro cantos do Brasil. A esse respeito o texto construído sobre a Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1996) afirma

As novas formas de articulação e de expressão da militância nos locais de trabalho, no campo, nos sindicatos, nos movimentos populares, partidos, universidades, parlamento, nas entidades religiosas, órgãos governamentais etc., vêm nos últimos

⁴⁵ A *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida* ocorreu em 20 de novembro de 1995, ano em que integrantes do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras celebraram a passagem dos 300 anos da imortalidade de Zumbi. A partir de sugestão do Grupo Palmares, data da morte heroica de Zumbi tornou-se o marco de celebração para a população negra brasileira. Zumbi morreu lutando em defesa da dignidade do Quilombo de Palmares, espaço de liberdade, de acolhimento e de vida digna para pessoas que viviam em situação de escravidão e que buscavam a liberdade.

anos acrescentando melhores armas no combate ao racismo. Há de se destacar ainda, nessa empreitada, a emergência do Movimento de Mulheres Negras, com fisionomia própria e caráter nacional, que duplamente luta contra a opressão racial e de gênero (MARCHA ZUMBI..., 1996, p. 9).

Esta invasão/ocupação ocorrida em 1995 foi vitoriosa porque reuniu pessoas negras de diversos matizes ideológicos e com variadas ações políticas para enfrentar o racismo presente no solo pátrio. A organização nacional do evento convocou e acolheu múltiplas maneiras de realizar o enfrentamento ao racismo, destacando o aspecto em comum naquele momento, urgia fazer uma manifestação de caráter nacional, para denunciar ao governo brasileiro a necessidade de o país fazer um enfrentamento ao racismo, que destruía e ainda destrói milhares de vidas humanas e obstaculiza o direito à cidadania. A esse respeito declara o texto.

Sem prejuízo da pluralidade de concepções e ações políticas, coloca-se hoje, para a militância que combate o racismo, o enorme desafio de priorizar os anseios e os interesses maiores da população afro-brasileira, através da formação de um amplo arco de força e aliança capaz de pautar a questão racial na agenda dos problemas nacionais.

Este é o sentido da Marcha a Brasília (MARCHA ZUMBI..., 1996, p. 9).

O alcance da ocupação/invasão de Brasília por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e Vida realizada em 20 de novembro de 1995 teve como resultado, encontro de organizadores do evento com o Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso. A força advinda do evento serviu para demonstrar que as pessoas presentes no evento representavam outras milhares que, mesmo distante da capital ocupada/invadida por trinta mil manifestantes, exigiam uma resposta do governo nacional para as postulações. O encontro rendeu frutos, deu-se o compromisso do governo identificado com o campo neoliberal vigente naquela fase da vida brasileira, oferecendo a possibilidade de dar resposta às demandas trazidas pelos participantes da Marcha Zumbi dos Palmares. Através do Decreto de 20 de novembro de 1995, ficou instituído o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, tendo como objetivo o desenvolvimento de políticas para valorização da População.

O resultado da ocupação/invasão está contido no marco legal abaixo transcrito.

DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995.

Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - propor ações integradas de combate à discriminação racial, visando ao desenvolvimento e à participação da População Negra;

II - elaborar, propor e promover políticas governamentais antidiscriminatórias e de consolidação da cidadania da População Negra;

III - estimular e apoiar a elaboração de estudos atualizados sobre a situação da População Negra;

IV - reunir, sistematizar, avaliar e divulgar informações relevantes para o desenvolvimento da População Negra;

V - incentivar e apoiar ações de iniciativa privada que contribuam para o desenvolvimento da População Negra;

VI - estabelecer diálogo permanente com instituições e entidades, incluídas as do movimento negro, nacionais e internacionais, cujos objetivos e atividades possam trazer contribuições relevantes para as questões da População Negra e seu desenvolvimento;

VII - estimular os diversos sistemas de produção e coleta de informações sobre a População Negra;

VIII - contribuir para a mobilização de novos recursos para programas e ações na criação de mecanismos eficientes e permanentes na defesa contra o racismo e em áreas de interesse da População Negra, a fim de sugerir prioridade para otimizar sua aplicação;

IX - estimular e apoiar iniciativas públicas e privadas que valorizem a presença do negro nos meios de comunicação;

X - examinar a legislação e propor as mudanças necessárias, buscando promover e consolidar a cidadania da População Negra;

XI - estabelecer mecanismos de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o propósito de promover a cidadania da População Negra.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será integrado por:

I - oito membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro;

II - um representante de cada Ministério a seguir indicado:

a) da Justiça;

b) da Cultura;

c) da Educação e do Desporto;

d) Extraordinário dos Esportes;

e) do Planejamento e Orçamento;

f) das Relações Exteriores;

g) da Saúde;

h) do Trabalho;

III - um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

IV - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. (Incluído pelo Decreto de 13 de junho de 1996).

§ 1º Os membros do Grupo de Trabalho serão designados pelo Presidente da República.

§ 2º O representante do Ministério da Justiça será o Presidente do Grupo de Trabalho, que submeterá os resultados das atividades desenvolvidas pelo colegiado ao exame do respectivo Ministro de Estado

§ 3º As funções dos membros do Grupo de Trabalho não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar outros representantes cuja colaboração seja necessária ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Pública Federal que integram o Grupo de Trabalho.

Art. 6º O Ministério da Justiça assegurará o apoio técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim (BRASIL, 1995, p. 18618).

Registro como importante o fato de o maior mandatário do país à época ter assumido que o Brasil era um país racista. Impedia-se o acesso de milhões de pessoas negras ao direito à cidadania e à vida. Esse Decreto que ficou registrado entre os atos presidenciais trouxe para o cenário da vida brasileira fatos significativos. Vale lembrar que o Ministério das Relações Exteriores passou a desenvolver um Programa de concessão de bolsas para candidatos afro-descendentes visando à preparação para realizar o exame para o ingresso na carreira diplomática.

Até aquele momento da história brasileira, somente duas pessoas negras serviram como representantes do Brasil em outros países. O ex-atleta Adhemar Ferreira da Silva, bicampeão olímpico e recordista de salto triplo, desempenhou o cargo de Adido Cultural em Embaixada Brasileira. Adhemar Ferreira da Silva exerceu essa atividade em Lagos, capital da Nigéria, no período de 1964 a 1969. Raymundo de Souza Dantas foi o primeiro embaixador negro do Brasil. Representou o país em Gana, durante o governo do presidente Janio Quadros. Foi também embaixador na Argentina. Oportunizar a formação para disputar posteriormente vaga junto ao Itamarati foi uma das ações com a qual o governo brasileiro comprometeu-se por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida.

Julgo ser válido destacar conquistas provenientes da invasão/ocupação realizada pela Marcha Zumbi, como passou a ser tratada, considerando os limites dos avanços sociais em governo nacional identificado com o campo neoliberal, cujos princípios se identificam com a execução da política de estado mínimo, que se caracteriza por

[...] garantir a ordem, a legalidade e **concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos** necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. Abrindo mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais. A concepção de Estado mínimo surge como reação ao padrão de acumulação vigente durante grande parte do século XX, em que o Estado financiava não só a acumulação do capital, mas também a reprodução da força de trabalho, via políticas sociais. Na medida em que este Estado deixa de financiar esta última, torna-se, ele próprio, 'máximo' para o capital. O suporte do fundo público (estatal) ao capital não só não deixa de ser aporte necessário ao processo de acumulação, como também ele se maximiza diante das necessidades cada vez mais exigentes do capital financeiro internacional (MARCHA ZUMBI..., 1996, grifo meu).

No que concerne à educação, foco de meu interesse, destaco que teve como resultado da ação do Grupo Interministerial para a Valorização da População Negra – GTI da População Negra – a produção do livro *Superando o Racismo na Escola*, cuja organização coube a Kabengele Munanga, professor da USP, editado pelo Ministério da Educação, cujo ministro era Paulo Renato Souza. O Ministro de Estado da Educação escreve no Prefácio da obra.

Catorze professores foram escolhidos para escrever os textos da obra, cuja leitura possibilita a professores e alunos debaterem amplamente o assunto. Claro que o tema não se esgota aqui. Mas junto com outras realizações do Ministério, como vídeos e publicações da TV Escola, a obra é outro passo importante para a implantação eficaz das políticas educacionais. A ideia da publicação e seu aproveitamento em sala de aula está perfeitamente adequada a outra realização do Ministério: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que objetivam a melhoria da qualidade da educação pública. Pode-se dizer o livro deriva dos Parâmetros (SOUZA, 2005, p. 7)⁴⁶.

Continuando, o Ministro da Educação Paulo Renato Souza refere que os PCN passaram a integrar a educação a partir de 1997. Afirma que foram “[...] preparados pelo Ministério para orientar os professores das redes estaduais e municipais na montagem de currículos adequados às peculiaridades regionais e culturais do Brasil” (2005, p. 7). Reputo/exalto como importante a obra organizada por Munanga. As outras onze pessoas convidadas para participar do livro eram / são intelectuais reconhecidos em nível nacional e internacional.

O organizador, na *Apresentação*, discorre de forma explícita, nítida e contundente sobre a quem está destinada a obra *Superando o Racismo na Escola*. Na primeira frase, desfere que

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultados colocam quotidianamente na nossa vida profissional (MUNANGA, 2005, p. 15).

Kabengele também refere à existência do preconceito presente

[...] na cabeça do professor e sua incapacidade de lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnicorraciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolares altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (MUNANGA, 2005, p. 16).

⁴⁶ [...] É uma coleção de dez volumes que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais organizados da seguinte forma: - um documento Introdução, que justifica e fundamenta as opções feitas para a elaboração dos documentos de áreas e Temas Transversais; - seis documentos referentes às áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física; - três volumes com seis documentos referentes aos Temas Transversais: o primeiro volume traz o documento de apresentação destes Temas, que explica e justifica a proposta de integrar questões sociais como Temas Transversais e o documento Ética; no segundo, encontram-se os documentos de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, e no terceiro, os de Meio Ambiente e Saúde.

Outra riqueza que destaco no texto de Munanga refere-se às denúncias de que muito se tem colocado no desprivilegiamento socioeconômico a responsabilidade do abandono escolar por parte de alunos negros. Entretanto, Munanga (2005, p. 16) aponta para outros fatores além desse.

Sem minimizar o impacto da situação sócio-econômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afro-descendentes, apagados no sistema educativo baseado no modelo europeu-cêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares.

Justificando necessidade da invasão/ocupação do espaço escolar pela cultura africana/afro-brasileira e indígena, atente-se para a denúncia da forma como vinha e, em certa dose, como ainda é apresentado estudo sobre a história da população negra. A esse respeito, proclama Munanga (2005, p. 16).

Todos, ou pelos menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do 'Outro' e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana.

Acrescenta mais Munanga (2005, p. 16).

Como descreveu o historiador Joseph Kizerbo, um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante. Como então ele poderia aprender com facilidade? As consequências de tudo isso na estrutura psíquica dos indivíduos negros são incomensuráveis por falta de ferramentas apropriadas. Mas elas existem certamente e devem, como mostra bem Franz Fanon no seu livro 'Pele Negra Máscara Branca', prejudicar o sucesso escolar do aluno negro de outros submetidos ao mesmo tratamento.

Continuando, o autor destaca que o respeito à cultura africana e afro-brasileira e aos integrantes do grupo étnico-racial de origem africana e afro-brasileira torna-se fundamental não somente para a sobrevivência dessa população, como também detém importância para integrantes do grupo branco, a fim de que não sejam envenenados totalmente pela doença da intolerância e do desrespeito aos integrantes de outros grupos étnico-raciais.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessam apenas aos alunos de ascendência negra. Interessam também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolveram, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

A invasão/ocupação do Ministério da Educação do Brasil através do livro *Superando o Racismo na Escola* serviu para mostrar a performance acadêmica de doze intelectuais negros. A obra abordou a riqueza de projeto coletivo. Desconstruiu a falácia de que ser ativista da luta empreendida pelos movimentos sociais negro e movimento social de mulheres negras reduziria a capacidade de formulação, pois as pessoas negras nessa condição estariam afetadas majoritariamente pelo sentimento, o que enevoaria a mente dificultando o distanciamento necessária para análise de questões advindas da temática étnico-racial.

A obra detona com a falsa premissa de se ter que optar entre ser ativista dos direitos humanos das pessoas negras ou ser intelectual. A dúzia de ativistas-intelectuais derrogam com essa falácia. A ocupação do MEC por Kabengele Munanga, Antonio Olímpio de Sant'Ana, Gloria Moura, Helena Theodoro, Heloisa Pires Lima, Inaldete Pinheiro de Andrade, Maria José Lopes da Silva, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Rafael Sazio Araújo dos Anjos e Véra Neusa Lopes firmaram um caminho que só tem crescido nos últimos períodos.

A leitura do livro *Superando o Racismo na Escola* é instigante. Poderia originar vários Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. É a apresentação da cultura africana e afro-brasileira valorizando o patrimônio do mundo africano. É o enfrentamento às situações de agressão/desrespeito à cultura de origem africana. Cultura milenar que demanda o devido apreço, reconhecimento e disseminação. Destaco, para representar a obra, fragmento do artigo “Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação”, de autoria de Nilma Lino Gomes.

Todos nós estamos desafiados a pensar diferentes maneiras de trabalhar com a questão racial na escola. Será que estamos dispostos? Podemos, enquanto educadores(as) comprometidos(as) com a democracia com a luta pela garantia dos direitos sociais, recusar essa tarefa? A nossa meta final como educadores(as) deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs. Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos de formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos... Dessa forma, entendo o processo educacional de uma maneira mais ampla e profunda. Poderemos avançar no nosso papel como educadores/as e realizar um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial (GOMES, 2000, p. 149).

Para a educação brasileira, a invasão/ocupação de Brasília em 1995 pela *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida* serviu para visibilizar a luta de milhares de pessoas negras por educação que respeite e valorize o patrimônio cultural africano e afro-descendente. A união de cidadãs negras e de cidadãos negros das cinco regiões

brasileiras conseguiu o compromisso do governo nacional com o enfrentamento ao preconceito racial, à discriminação racial e ao racismo presente nas instituições de educação ao longo de todo o Brasil. O livro *Superando o Racismo na Escola* foi uma ação de vulto.

Antes de mudar de assunto, trato, a título de informação, de que servidores técnicos-administrativos da UFRGS participaram da Marcha Zumbi. Na condição de integrante da luta antirracismo, representei a ASSUFRGS a convite da FASUBRA em reunião organizativa da Marcha. Não fui à Brasília por ocasião da Marcha Zumbi. A ASSUFRGS patrocinou a ida de colegas, entre eles Edilson Amaral Nabarro. Há que se atentar para a manifestação desse ativista, contida no Anexo H.

A Marcha de 1995 estabeleceu um novo marco para o perfil das reivindicações do negro. Um novo ator entrou em cena.: O Estado Brasileiro. Aquele Estado, que desde o Império e da República foram os responsáveis pela criação e manutenção das estruturas de desigualdade racial e exclusão da população negra, passaram a ser os responsáveis pela restauração dos danos provocados pela cruel e longa escravidão. Não caberia mais as vítimas, as responsabilidades pela 'desvitimização'. O Movimento Negro não mais poderia supor responsabilidades que não são suas.

Seguindo a linha que traço nessa parte da tese, considero que outra ocupação/invasão vitoriosa efetuada pelo movimento negro foi a edição da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. E, como coroamento, a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Mais uma vez faço referência ao Parecer dado pelo Pleno do Conselho Federal de Educação, do qual foi relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, do qual destaco o excerto:

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros (BRASIL, 2004, p. 1).

A prática integralizada da legislação fica a cargo do desempenho de pessoas e de organismos que desejam atingir *um outro mundo possível*, lema dos encontros realizados pelo

Fórum Social Mundial⁴⁷. Conforme já referido anteriormente, o espalhamento das culturas africana, afro-brasileira e indígena oportunizará o arreamento de pré-conceitos devotados a esses grupos, fruto da ignorância a respeito da vida de milhões de pessoas brasileiras que são estigmatizadas e tratadas de modo distorcido. Destaco aqui pensamento de Aimé Césaire (p. 104) ao dizer que constituímos “[...] uma comunidade de opressão sofrida, uma comunidade de exclusão imposta, uma comunidade de discriminação profunda”.

Reverter o quadro de discriminação profunda imposta ao povo negro, conforme denuncia Aimé Césaire, requer o atendimento aos pleitos daqueles que invadem/que ocupam para clamar, bradar e vociferar pelo atendimento a seus direitos. A justiça destes faz com que invasores/ocupantes batam em diferentes portas, independente de quem esteja em situação de comando. Assim agiram, agem e agirão integrantes do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras. Buscar junto aos governos das instâncias municipais, estaduais e federal o atendimento aos direitos humanos, não significa adesão a projetos políticos defendidos pelas pessoas que, eventualmente, ocupem cargos nesses diferentes domínios. Pessoas detentoras de cargos de direção em nível nacional, estadual e municipal, após eleitas, passam a ter compromissos com o todo. Não somente com o grupo que lhe tenha dedicado o voto.

É com a ideia de invasão/ocupação de espaços dentro da sociedade brasileira, como forma de atendimento a direitos humanos fundamentais, conforme preceituam os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos legais que atinam para esses preceitos, que se ocorrem diálogos entre ativistas e integrantes de setores governamentais, sem a eles se subjugar. O movimento social negro e o movimento social de mulheres negras têm como marca ser independente, ser radical e ser utópico, como propõe Freire (1980, p. 27).

Para mim o utópico não é o irrealizável: a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.

⁴⁷ “O Fórum Social Mundial surgiu através de uma associação entre ONGs (Organizações Não Governamentais) brasileiras e o jornal francês Le Monde Diplomatique. A ideia era organizar um encontro mundial de pessoas e movimentos sociais contrários às políticas neoliberais do FEM (Fórum Econômico Mundial). A realização do Fórum Social Mundial proporciona um debate democrático de ideias, reflexões, compartilhamento de experiências entre sociedade civil, movimentos sociais e ONGs. Não estabelece nenhuma posição partidária nem governamental. A intenção do fórum é atrair pessoas e movimentos sociais contrários ao processo de globalização neoliberal. A primeira edição do Fórum Social Mundial foi realizada em 2001, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande Sul, Brasil. Reuniu mais de 20 mil pessoas de 117 países diferentes, sob o lema “Um outro mundo é possível”. Devido ao sucesso, outros encontros foram realizados” (FÓRUM..., 2011, online).

Ainda recorrendo ao pensamento de Freire, menciono, em vários momentos desse estudo, a forma protagônica como atuam o movimento social negro e o movimento social de mulheres negras nas diversas invasões/ocupações realizadas. O grupo de ativistas possui conhecimento crítico, profundo e firme da sociedade brasileira. Atuam com conhecimento de causa, quando exigem o compromisso de dirigentes do país, dos estados membros, incluindo o Distrito Federal, dos municípios com a população afro-brasileira/africana e indígena. Por isso, faço coro com Freire (1980, p. 28).

A utopia exige o conhecimento crítico. É um ato de conhecimento. Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. Não posso anunciar se não conheço. Não posso anunciar se não conheço, mas entre o momento do anúncio e a realização de mesmo existe algo que deve ser destacado: é que o anúncio não é anúncio de um anteprojecto, porque é na práxis histórica que o anteprojecto se torna projecto. É atuando que posso transformar meu anteprojecto em projecto; na minha biblioteca tenho um anteprojecto que se faz projecto por meio da práxis e não por meio do blábláblá.

A respeito do anteprojecto e de sua consolidação, seguindo a ideia freireana, no que se refere à invasão/ocupação de diversos setores da sociedade brasileira por pessoas negras, urge insistir que toda e qualquer mudança na vida de afro-brasileiros foi, é fruto de luta, de busca e de procura efetivada por integrantes da população negra. Até a data da realização da Marcha Zumbi, a História do Brasil não registrava a preocupação com elaboração e a implementação de políticas públicas para atendimento de demandas oriundas da população afro-brasileira. Diferentes estudos apontam que a escravidão marcou indelevelmente o destino do povo afro-brasileiro. É responsável pela enorme distância existente entre o grupo de pessoas brancas e o de pessoas negras. Para ilustrar trago excerto de Santos (2001, p. 226), no item *Os brancos que habitam o segundo Brasil*:

Depois, ao falarmos da colossal desigualdade existente em nosso país, evidenciamos para todos que a assimetria reinante tem como matriz a longa escravidão, a qual não se abateu sobre os ancestrais dos brancos pobres, que poderão alegar como causa de sua pobreza tudo o que quiserem, até o imponderável argumento da falta de sorte: ‘Meu pai morreu cedo e eu não dei sorte’. Eis um curto exemplo de uma saga de um brasileiro branco e pobre. O que jamais poderá ser dito por esse brasileiro sem sorte é que seus antepassados foram escravizados e que por isso nada puderam amealhar em benefício próprio. O estigma do negro não tem como prejudicar a esse brasileiro pobre, porque ele é, no limite, um descendente de europeus e não de um grupo que foi escravizado.

O texto formulado por Santos desmonta afirmação que tem o intuito de relativizar, de minimizar e de demolir o impacto da escravidão na vida de descendentes de pessoas africanas e afro-brasileiras. Existe diferença entre as situações passadas por pessoas negras, independente da situação socioeconômica, dentre as vivenciadas por aquelas designadas como

peças brancas pobres. Jamais recaiu sobre estas o peso que se abateu sobre aquelas, como se acha notório na explanação. Fica evidenciado que a radicalidade do discurso de denúncia, a propositura dos pleitos oriundos do grupo de pessoas negras está ancorada na utopia. O projeto de reparação apresentado aos diferentes setores da sociedade brasileira, destacando as esferas governamentais, foi construído com base na vida real da população afro-brasileira. O período escravista impediu o desenvolvimento de milhões de pessoas colocadas na condição de coisa ou de *não pessoa*. O reflexo disso encontra-se presente na sociedade brasileira de nossos dias. A exigência de reparação para afro-brasileiras/afro-brasileiros é precípua para a busca de uma vida de qualidade para todas as pessoas pertencentes a essa população.

2.7 INVADINDO/OCUPANDO E AMPLIANDO CONQUISTAS

Destaco com força o resultado da invasão/ocupação representada pela Marcha Zumbi. Representação do governo nacional, incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso, senta à mesa com representantes da luta antirracismo. Assinaram Decreto Presidencial comprometendo-se em elaborar e implementar políticas públicas para enfrentamento ao racismo na sociedade brasileira, através de ações para serem realizadas por diversos ministérios. Na publicação sobre a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida há registro fotográfico do momento da assinatura do Decreto pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso, acompanhado de ministros e de representação da Marcha.

Reforço a importância da política afirmativa assumida pelo Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista preparar pessoas negras para prestar o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Já o Ministério da Educação lança a obra *Superando o Racismo na Escola*. O livro apresenta textos de intelectuais negras e negros, trazendo luz para enfrentar o racismo na escola. O Ministério da Justiça apoia a criação de Programas desenvolvidos por ONGs ao longo do Brasil para realizarem atividades de enfrentamento ao racismo. Exemplificando, Maria Mulher Organização de Mulheres Negras desenvolveu de 2000 a 2002 o Programa SOS Racismo: um serviço essencial para a cidadania, em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Na Cartilha: *PASSAPORTE PARA OS DIREITOS HUMANOS*, 1, elaborada por Maria Mulher, consta na apresentação do Programa que:

A instituição, em parceria com o Ministério da Justiça / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos / Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, está implantando o SOS Racismo: um serviço essencial para a cidadania no Estado, para intervir nos casos de discriminação racial.

Maria Mulher reconhece, até aqui, a baixa procurada pela aplicação da legislação antirracismo em nosso país. A *naturalização* da discriminação racial/étnica, a certeza da impunidade da(o) criminosa/criminoso e a forma *banal* como geralmente é tratada a denúncia de racismo, desencorajam que muitos afrodescendentes busquem o amparo da lei.

Somam-se a isto: a quase inexistência de estruturas institucionais consistentes para apoiar e assessorar, nas áreas jurídica e psicossocial, as pessoas discriminadas; a carência de uma política educativa que envolva a sociedade no debate e na busca da superação do racismo; o pouco número de operadoras / operadores sociais do direito para informar e assessorar no combate ao racismo e, finalizando, a necessidade de estudos sistemáticos da legislação antirracismo visando ao seu aperfeiçoamento.

Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras ao publicar a Cartilha SOS RACISMO: um serviço essencial para a Cidadania 0 inicia a série de publicações do PASSAPORTE PARA A CIDADANIA, uma coletânea de escritos sobre os serviços prestados pela instituição (MARIA MULHER, 2000, p. 7).

Além de Maria Mulher Organização de Mulheres Negras, outras organizações não governamentais desenvolveram Programas de enfrentamento ao racismo em parceria com o governo federal. Em São Paulo, Geledés Instituto da Mulher desenvolveu também esse serviço de defesa de direitos. Embora tenha destacado três ministérios, também foram instados a realizar ações afirmativas de combate ao racismo os Ministérios da Cultura, Extraordinário dos Esportes, do Planejamento e Orçamento, da Saúde, do Trabalho e representante da Secretaria de Comunicação social da Presidência da República.

Ainda sobre a invasão/ocupação causada pela Marcha de 20 de novembro de 1995, o depoimento de Sueli Carneiro

Considero a Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida ato político mais importante realizado pelo Movimento Negro Brasileiro nos últimos 20 anos. A Marcha demonstrou que somos capazes de dar à luta contra o racismo um caráter unitário e nacional, respeitando as diferentes perspectivas de ação política existentes no Movimento Negro. Esta ação unitária e nacional nos habilita como interlocutores dos poderes constituídos de nossa sociedade, e nos coloca como agentes de transformação das condições de vida do povo negro deste país. Neste sentido estamos diante de um desafio histórico: consolidar esta perspectiva política aberta pela Marcha ou retornar às velhas práticas que, a serviço do racismo, têm nos transformado em inimigos uns dos outros. Que os orixás nos iluminem para que estejamos à altura dos desafios que o avanço da nossa luta nos coloca hoje (Sueli Carneiro. Executiva da Marcha/Geledés) (CARNEIRO, 1996, p. 13).

2.8 ¿QUEM AJUDA A DAR CONTA DA ELIMINAÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL?

Uma referência que julgo importante fazer, considerando a invasão/ocupação de espaços governamentais pela agenda do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras, prende-se ao fato de que para sua efetivação é necessário a presença de

ativista no setor. Servirá como dínamo, para impulsar a execução da política pública. Isso tem ocorrido ao longo do tempo, em todos os lugares. No caso da invasão/ocupação da UFRGS isso fica bem evidenciado, a presença de pessoas negras identificadas com a valorização da cultura africana/afro-brasileira e indígena no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - DEDES, faz com que a Pró-Reitoria de Extensão seja o setor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em que mais se evidencie e se viva a diversidade.

O mesmo ocorre no cenário nacional. O racismo institucional faz com que, mesmo havendo a assinatura de leis, de acordos, de parâmetros e de diretrizes, forças identificadas com o racismo institucional ou racismo estrutural travancam o fluxo da política pública acertada. O andamento dos acordos feitos com diferentes governos, sobretudo devido à força empreendida por pessoas identificadas com a luta antirracismo. Exemplificando brevemente. Foi o caso do Programa SOS RACISMO ocorrido no segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A ativista Elaine Inocêncio⁴⁸, já falecida envidava esforços para que os convênios fossem efetivados.

Trago aqui explicitação sobre racismo institucional, presente na obra *Racismo Institucional: uma abordagem conceitual*, realizada por Geledés – Instituto de Mulher Negra.

[...] o racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados - negr@s, indígenas, cigan@s, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana - atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeit@s nestes grupos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior (GELEDÉS, 2013, p. 17).

Continuando, o texto traz importante contribuição do Grupo dos Panteras Negras para esse tema.

O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. Ele

⁴⁸ Sobre Elaine Inocêncio encontrei referência à homenagem de colegas em nota de falecimento. “O Programa Nacional de DST e Aids vem externar pesar pelo falecimento, neste domingo, 19, de Elaine Inocêncio, colega de trabalho e técnica da Área de Prevenção. Elaine esteve à frente do Programa Afroatitudo, colaborou no desenho do plano estratégico de DST e Aids para população negra com competência e sempre atenta aos princípios éticos. Mesmo nos momentos mais difíceis da vida colocava-se à disposição da área técnica para colaborar na luta contra o preconceito e a discriminação. Seu gesto sempre será lembrado por todos nós, técnicos, colegas de trabalho e militantes da luta contra aids de todo o país. A memória de Elaine será lembrada sempre como exemplo de luta contra a discriminação racial neste país. **Pedro Chequer** – Diretor do Programa Nacional de DST e Aids. **Mariângela Simão** – Diretora-adjunta do Programa Nacional de DST e Aids”.

foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, como capaz de produzir:

A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (Carmichael, S. e Hamilton, C. Black power: the politics of liberation in America. New York, Vintage, 1967, p. 4) (GELEDÉS, 2013, p. 17, grifo meu).

De acordo com aguda percepção de Stokely Carmichael e Charles Hamilton, existe falha do conjunto de cada organização, tendo em vista oferecer serviço apropriado às pessoas negras e indígenas. É essa falta de interesse, de compromisso e de respeito que faz, mais uma vez, afirmar que pessoas negras estão por sua própria conta. Somos nós por nós mesmos! Como dito à exaustão na tese, o Programa de Ação Afirmativa e a Educação das Relações Étnico-Racial ocorrem com mais fluidez, quando há a participação de ativistas da luta antirracismo.

Essa obrigatoriedade de dar conta do que o restante da estrutura propositalmente não quer dar conta, causa estresse, sensação de incompetência em pessoas que fazem parte de estruturas de governo, nos diferentes níveis, quer municipal, quer estadual ou quer em nível nacional. Não raro são vistas por outras pessoas, como sendo traidoras, acomodadas ou incompetentes. Quem assim julga, esquece de ver a raiz que faz isso acontecer. Atente-se para a necessidade de se conhecer a magnitude da perversidade do racismo institucional, a fim de que não se caia em armadilhas, como a de atribuir a outras vítimas do racismo institucional, responsabilidade que não possuem.

Desenvolvido como forma de deslocamento do olhar e da ação desde as culpas e riscos dos atingidos para as causas do acometimento, este conceito vai permitir também a visibilização e o enfrentamento de diferentes fatores concorrentes para a produção da infecção, expondo o plano das ações, políticas e, fundamentalmente, dos direitos (GELEDÉS, 2013, p. 18).

Dentre os diferentes tentáculos do racismo, há que se ver que ele determina prioridades.

No entanto, é importante também não perdermos de vista que, antes e além da ação institucional, o racismo se coloca como marco ideológico legitimador e definidor de prioridades, reivindicando e legitimando culturas e condutas cotidianas ou profissionais dentro e fora das instituições. Desse modo, podem propiciar e reafirmar a exclusão racial e o fortalecimento de seus resultados sobre os diferentes grupos raciais (GELEDÉS, 2013, p. 19).

Atentemos para o expressado a seguir:

Foi em relação a esta capacidade do racismo atuar em nome de seus próprios parâmetros, perpetuar-se e legitimar-se produzindo privilégios, que Gary King chamou atenção para o fato de que:

Pessoas e organizações que se beneficiam do racismo institucional são refratárias a mudanças voluntárias do status quo. (King, Gary. Institutional Racism and the Medical/Health Complex: a conceptual analysis, p. 33, 1996) (GELEDÉS, 2013, p. 20).

Ainda a respeito do tema ocupação/invasão, mais um trecho de Santos (2001), quando refere a quem caberia o papel de abrir a universidade pública à diversidade. Faço uma espécie de piada, chiste, galhofa: o *chaveiro*, ou seja, a pessoa que abriria a porta das universidades públicas às diversidades, seria aquela pessoa que tem acesso a essa a ela, no caso da UFRGS, seria o Reitor, a autoridade máxima, que responde junto ao Ministério da Educação pela universidade.

No patamar em que as coisas estão, não são apenas os grupos subalternos que necessitam da universidade pública brasileira: esta também depende do ingresso daqueles para se oxigenar e assim poder bem cumprir o seu verdadeiro papel. A universidade tem autonomia. Portanto para abrir o cadeado da porta de entrada não adianta a choldra tentar estourá-la por fora. O acesso à universidade deve ser acionado por dentro e, consequentemente, por quem está de posse da chave (SANTOS, 2001, p. 327).

É ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que o Brasil participa da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrido em Durban, na África do Sul, África do Sul, adotada em 8 de setembro de 2001. Como signatário do Programa de Ação, o Brasil compromete-se com elaboração e implementação de políticas públicas que contribuam para a eliminação do racismo, da discriminação racial e de formas correlatas de intolerância presentes na sociedade.

Utilizando a imagem da abertura da porta da universidade pública brasileira para a diversidade étnico-racial, trazendo para o seu interior a pluralidade presente na sociedade brasileira, faço referência à invasão/ocupação da universidade pública que acontece a partir de 2003 no Brasil. Diferente dos oito anos anteriores, em que o governo nacional identificava-se com o projeto neoliberal, a partir de 2003, estabeleceu-se no país governo identificado com o campo democrático e popular. Inicia com o primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Conquistas na área da educação antirracismo se efetivam.

Em 2003, é assinada a Lei 10639/2003 que inclui a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira. É criada a SEPPIR, conforme anteriormente historiado. No primeiro governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi instituída a lei que reserva vagas nas universidades federais e institutos federais através da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Decreto Nº 7.824 de 11 de outubro de 2012 e da Portaria Nº 18 de 11 de outubro de 2012, que sofreu modificação em 2016, o objetivo era para realizar a inclusão de pessoas pretas, pardas e indígenas, advindas do ensino público.

A ocupação/invasão da UFRGS por pessoas negras visa derrubar várias portas, como a do racismo institucional; da invisibilidade das culturas africana, afro-brasileira e indígena; da dissociação da educação oferecida pela universidade com a vida real da população não-branca brasileira.

2.9 A PRESENÇA DE ATIVISTAS NEGRAS E NEGROS E INVASÃO / OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE VISIBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Acredito ser possível atribuir à Pró-Reitoria de Extensão e na sua estrutura, ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDS, o lócus dentro da UFRGS em que há alta presença do compromisso com a Educação das Relações Étnico-Raciais. Mesmo fazendo parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já lá se vai quase meio século, confesso que tenho participado de número menor de realizações feitas por aquele departamento, do que gostaria de ter-me envolvido. Um evento que muito me marcou, ocorreu em julho de 2009. Foi o Curso de Literatura Negro-Brasileira, ministrado pelo poeta, escritor, professor Luiz Silva, conhecido por Cuti. Foi um mergulhar na literatura negra brasileira, de forma intensa, *sem dó nem piedade*. Constantemente, me valho da apostila legada pelo curso. Nela, há a reunião de textos, de versos, majoritariamente escrito por pessoas negras. No Curso foi-me apresentado o poema épico *Protesto*, de autoria de Carlos de Assumpção. Trago informes sobre o autor em outra parte da tese. Desde então, utilizo aquele texto lírico-histórico em diferentes oportunidades. Trago aqui, a título de reflexão, os sete últimos versos:

[...] Ou alcanço tudo o que eu quero
 Ou gritarei a noite inteira
 Como gritam os vulcões
 Como gritam os vendavais
 Como grita o mar
 E nem a morte terá força
 Para me fazer calar

Gritar a noite/vida inteira. Gritar forte, alto e bom tom. Gritar e morrer lutando por aquilo que se deseja. Ecos dos gritos permanecerão. A morte não cala quem luta em prol da educação das relações étnico-raciais. Vide o exemplo do imortal Oliveira Silveira. Homenageado pela Coordenadoria de Ações Afirmativas - CAF, quando seu nome designou o Primeiro Salão de Ações Afirmativas. Continuarei desse assunto ao tratar desse outro espaço institucional ocupado/invadido por pessoas negras.

2.10 A OCUPAÇÃO DO DEDS PELA DIVERSIDADE

Ainda sobre a invasão ou ocupação da UFRGS, chega-se ao DEDS - Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, integrante da Pró-Reitoria de Extensão - PROREXT. O DEDS pode ser considerado o verdadeiro condutor/indutor/dínamo do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, assunto/tema que será abordado em outro capítulo. O Departamento de Educação e Desenvolvimento foi criado em “[...] 1992, pautando suas ações pelo compromisso da universidade pública em promover e garantir os valores democráticos de igualdade de direitos, de educação na cidadania e na diversidade sócio-cultural” (UNIVERSIDADE..., 2016, online).

Visitei o DEDS, instalado no prédio do Planetário no Campus da Saúde, para recolher material produzido pelo Departamento. Durante a visita, recebi da servidora técnica-administrativa, licenciada em Letras pela UFRGS, Rita de Cássia Camisolão, Diretora do DEDS, diversos materiais produzidos pelo Departamento. Conversei com o servidor técnico-administrativo e historiador José Antônio dos Santos. Relatou como ocorreu o surgimento do DEDS durante a gestão do Reitor Professor Dr. Héglio Henrique Casses Trindade. Destacou o período em que estudantes de diferentes cursos da UFRGS estagiavam em comunidades carentes. Em função da ausência dessas informações na página da PROREXT, pedi a José Antônio dos Santos que escrevesse sobre o surgimento do Departamento e sua ligação com os movimentos sociais. Segue o texto composto por José Antônio dos Santos.

O Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDS iniciou a sua história no ano de 1992, foi o resultado de ampla mobilização da sociedade e da comunidade acadêmica em defesa da democracia e de melhores condições sociais e econômicas. Naquele momento, se buscava a garantia de direitos sociais, uma vez que alguns reitores haviam sido eleitos e não haviam sido empossados pelo presidente da República, além de maior compromisso da universidade pública com os desejos da maioria da população. Portanto, o Departamento foi uma demanda dos movimentos sociais no primeiro mandato de um reitor eleito e empossado (Héglio Trindade, 1992-1996) depois da ditadura civil-militar (1964-1985). Nasceu no interior da Pró-Reitoria de Extensão com o objetivo de abrir canais de diálogos com os movimentos sociais organizados e criar mecanismos que respondessem aos anseios e necessidades da sociedade.

Continuando, o autor menciona o compromisso do DEDS/PROREXT/UFRGS com a política nacional de extensão.

A extensão universitária praticada pelo DEDS, em consonância com a política nacional de extensão, apontava para uma concepção de universidade pública comprometida com a transformação social, a cidadania e a democracia, em que a relação com os demais setores da sociedade representava parte importante da oxigenação necessária à vida acadêmica. Inicialmente, foram feitas parcerias e realizadas atividades juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, associações comunitárias e de pequenos agricultores, e que se estenderam para prefeituras municipais, EMATER, INCRA, e para as comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, dentre outras.

Ao longo de 25 anos o Departamento vem desenvolvendo múltiplas ações de extensão sempre articuladas com o ensino e a pesquisa. Todas as atividades são realizadas com estudantes, professores e técnicos da Universidade em diálogo aproximado e constante com as comunidades e seus representantes e demais instâncias públicas.

A ocupação do DEDS/PROEXT por pessoas negras comprometidas com a cultura negra ajudou a trazer para o palco central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul antes da implementação do Programa de Ações Afirmativas o compromisso com a Educação das Relações Étnico-Raciais. Ao se visitar a página da PROEXT, encontra-se a definição de sua missão:

A PROEXT é responsável por estabelecer relações sociais e culturais com diferentes segmentos da sociedade, compondo uma parte da grande tarefa educativa confiada à Universidade, a partir do processo formativo integral dos estudantes. No diálogo com a comunidade, busca subsídios que lhe permitam dar respostas permanentes às suas demandas e anseios, reiterando o compromisso social da instituição, como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos de igualdade, desenvolvimento social e inclusão (PROEXT, 2012, online).

Seguindo o compromisso com diferentes segmentos étnico-raciais, a Pró-Reitoria tem produzido eventos, construído obras para divulgação das culturas africana/afro-brasileira e indígena de modo valorativo. Faz parte de reiterações presentes na tese, salientar que o Brasil é o segundo país no mundo em população negra. É superado pela Nigéria, nação do continente africano. Apesar disso, a História de África pode-se dizer, ainda é pouco conhecida. Na UFRGS, a Pró-Reitoria de Extensão tem sido a principal responsável por romper com a ignorância sobre África.

2.11 ¿QUE PUBLICAÇÕES INVADEM / OCUPAM O DEDS?

A página do DEDS (2017, online) anuncia as Revistas do DEDS. Segue propaganda do referido material.

DEDS em Revista

DEDS EM REVISTA, publicação anual do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – DEDS, da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, propõe a cada edição a sistematização de uma das ações sob sua coordenação, a fim de recuperar a memória da mesma e ampliar as abordagens sobre temáticas tratadas ou correlatas. O nome e formato da Revista expressam o caráter dinâmico e transformador das ações que este departamento executa.

A primeira edição (2016) pode ser acessada clicando-se no link abaixo:

<http://www.ufrgs.br/deds/publicacoes/revistas>

Toda pessoa que abrir e ler qualquer um dos nove livros ganhará conhecimentos sobre o continente mais antigo do mundo e perderá pré-conceitos adquiridos ao longo da vida, fruto

de desconhecimento. Uma informação trazida pelo livro *Imigração Africana no Brasil*, é que diferente do branqueamento previsto por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, o Brasil está enegrecendo. O Brasil está escurecendo, quer pela forma como pessoas negras vem cada vez mais assumindo seu pertencimento étnico-racial, quer pela entrada de imigrantes negros oriundos de várias partes do mundo.

No período de 2010 a 2015, houve um acréscimo considerável do número de imigrantes africanos em direção ao Brasil. Em 2010, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Polícia Federal estimavam aproximadamente 10.600 africanos emigrados para o país. Cinco anos depois este número cresceu quatro vezes, chegando a 40.600 imigrantes africanos em território brasileiro.

A quantidade de imigrantes africanos registrados em 2015 equivale um pouco mais do que o total de habitantes da cidade de Dom Pedrito, localizada na fronteira do Rio Grande do Sul. Cidade que chegou a fazer parte do município de Bagé. Segundo dados do IBGE (2016).

Voltando ao material produzido pelo DEDS, sobre a educação para as relações étnico-raciais, informo que a primeira obra a que tive acesso foi *Tramando Falas e Olhares: compartilhando saberes – Contribuições Para uma Educação Anti-racista no Cotidiano Escolar*, cujos organizadores foram José Antônio dos Santos, Rita de Cássia Camisolão e Véra Neusa Lopes. A obra está dividida em três capítulos, cujos títulos são *Percebendo as Relações Étnico-Raciais*; *Descobrimo o Negro na História e na Cultura Brasileira e Africanas* e *Dialogando com o Cotidiano Escolar*. Servindo para tratar desses dois conceitos, trago fragmento do artigo de Iray Carone no artigo *Preconceito e Discriminação* que faz parte do livro. A parte selecionada faz parte do subtítulo *Racismo e Discriminação Racial*.

Não há racismo sem discriminação racial, ou seja, sem a suposição de que há uma desigualdade natural e biológica entre as raças, de modo que se nega o princípio da igualdade e mesmo da liberdade para grupos discriminados. Daí que um grupo ou grupos raciais, ao serem considerados inferiores, passam a ser objeto de discriminação; o grupo ou os grupos que se consideram superiores começam a atribuir a si mesmos direito de dominação, opressão, exploração e até extermínio dos grupos ditos inferiores (CARONE, 2008, p. 33).

Continuando, a autora trata debruça-se sobre o que entende por discriminação racial.

A discriminação é, por definição, a ação de separar e distinguir. Usada no sentido de *discriminação racial*, ela é a ação ou comportamento de um grupo dominante que toma um grupo ou grupos como objeto de distinção, exclusão, restrição ou desprezo, por causa de sua origem ou aparência racial (CARONE, 2008, p. 33).

De acordo com dados difundidos pelo IBGE, no tocante à dominação numérica, encontra-se vitoriosa desde o último censo a população negra, da qual fazem parte pessoas

pretas e pardas. O grupo branco, que exerce a capacidade de discriminar encontrar-se em número menor, porém é dominante pelos quesitos de poder político e econômico, alicerçado na opressão cultural.

Destaco ainda como invasão/ocupação substantiva feita pelo DEDS/PROEXT/UFRGS a publicação em 2016 do Volume 1, N. 1 de DEDS em Revista, tratando de *Lideranças Negras*. O número é dedicado a intelectual Carolina Maria de Jesus que em sua vida encarnou papel múltiplos. Para garantir sobrevivência própria e dos filhos é recicladora. A grandeza de seu talento a faz ocupar outros espaços. Destaca-se pela agudeza do pensamento, pela inteligência e pelo enorme talento. Vera Rodrigues, integrante da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB ao tratar dos escritos de Carolina Maria de Jesus ressalta:

Na atualidade do seu centenário, Carolina espalha-se pela cidade de São Paulo. Ela está na biblioteca do Museu Afro Brasil, em uma escola da zona leste, também em uma associação de mulheres negras, bem como em dissertações e teses acadêmicas. Todos esses espaços levam o seu nome. Assim, o legado intelectual, a memória e o patrimônio cultural de Carolina permanecem vivos, atuantes e sendo ressignificados por nós, suas herdeiras, mulheres negras produtoras de conhecimento. Um legado que aqui percorremos tendo como cenário a cidade de São Paulo e como temas entrecruzados as relações raciais, os territórios negros e as desigualdades sociais (RODRIGUES, 2016, p. 6-7).

Quem ler DEDS EM REVISTA encontrará artigos variados. *Carolina Maria de Jesus: notas sobre o pensamento de uma intelectual* é de autoria de Vera Rodrigues. Lilian Rose Marques Rocha e Maria Cristina Santos escrevem *Sarau Sopapo Poético – Ponto Negro de Poesia*. Claudia Pons Cardoso é autora de *Pensamento das Mulheres Negras Brasileiras: protagonismo e autonomia*. Georgina Elena Lima Nunes é responsável pelo texto *Liderança Como Inquietude: mulheres quilombos, lutas e protagonismos*. Marcus Vinicius de Freitas Rosa escreveu *Carnavais e Vivências no Areal da Baronesa. Sobre a Categoria Gênero na História* é o artigo escrito por Natalia Pietra Méndez. *Clube Treze de Maio: memória e resistência negra em Santa Maria* é de autoria de Giane Vargas Escobar. Sandra de Deus é responsável pelo texto *Sobre as Surpresas de uma Liderança Feminina Negra*. Ronald Augusto escreveu *A Vírgula Irritante de Oliveira Silveira: anotações à margem*. Marilise Luiza Martins dos Reis Sayão é autora de *Experiências Latino-Americanas do Movimento de Mulheres Negras: a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y da Diáspora*. Maria Conceição Lopes Fontoura escreve *A Marcha das Mulheres Negras Brasileiras*. Geanine Vargas Escobar, Marlete Andrize de Oliveira, Amanda Rosiéli Fiuza e Silva, Adriana da Silva Alves e Arianne Teixeira de Lima produziram o artigo *Juventude Negra*

Feminina de Santa Maria (JUNF) e a luta das mulheres negras na região centro-oeste do Rio Grande do Sul. José Antônio dos Santos é autor de “*Exorbiando a Grandiosa Missão de Dona de Casa*”: *mulheres negras do Rio Grande do Sul*. Camila Ribeiro da Silva e Mariana Gonçalves da Silva escrevem o artigo *Lideranças Negras e Femininas: o enfrentamento das mulheres negras do Coletivo Negração*. O livro encerra com Seleção Poética. Fazem parte: Lilian Rose Marques da Rocha, Fátima Farias, Pâmela Amaro, Mamau de Castro, Jorge “Onifade” Artur de Souza, Delma Gonçalves (compositora e poetisa), Leandro Machado e Jorge Fróes.

A produção cultural do DEDS não para. *Da África aos Indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*, livro organizado por Evandro Fernandes, Nora Cecília Lima Boccacio Cinel e Véra Neusa Lopes constitui um dos atos mais recentes de invasão/ocupação da cultura africana/afro-brasileira e indígena via DEDS/PROEXT na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na Apresentação Institucional da obra o professor Dr. José Rivair Macedo (2016, p. 3) aponta:

A publicação do livro *Da África aos Indígenas do Brasil: caminhos para o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena* prova mais uma vez o vigor e a capacidade de inovação de um trabalho coletivo desenvolvido há mais de uma década pela equipe do DEDS-PROEXT-UFRGS, em parceria com importantes núcleos institucionais de Secretarias Municipais de Educação e com profissionais interessados e capacitados a discutir alternativas pedagógicas para uma reconfiguração do ensino brasileiro, pautados no princípio estruturante da diversidade. Primeiramente, através das ações do Programa de Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico, e depois através dos primeiros passos do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS, significativo conjunto de iniciativas tem sido desenvolvido a partir da articulação entre a Universidade, a Escola Pública e a Sociedade, com a finalidade de ampliar os espaços de inclusão da memória de grupos historicamente excluídos em nossa sociedade.

Obra como essa tem o papel de apresentar de forma propositiva elementos para enfrentar os racismos, a discriminação racial e o preconceito existentes na educação brasileira. Vale lembrar que o Rio Grande do Sul é estado brasileiro com a presença de maioria de pessoas autodeclaradas brancas. A cultura europeia é cantada e decantada em todos os espaços da sociedade gaúcha. Fervilham atividades de saudação às manifestações da cultura europeia. As culturas de origem africana/afro-brasileira e indígena ficam reduzidas a folclore que é uma manifestação anônima. Não se conhece de onde procede a autoria. O livro é um instrumento potente, vigoroso e propositivo para auxiliar na desconstrução de estereótipos existentes sobre as culturas africana/afro-brasileira e indígena. O conhecimento como é e será

repetido ao longo dessa tese é instrumento necessário para a eliminação de pensamentos oriundos da ignorância, do preconceito e do desconhecimento.

2.12 O NEAB E A PROREXT

2.12.1 ¿Que setor poderia acolher o NEAB?

Caso me consultassem logo após a inclusão do Programa de Ações Afirmativas em que lugar da estrutura da UFRGS deveria ficar o NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos, diria que deveria ser na PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação, pois tem relação com todos os cursos e todos os estudantes que passam pela universidade. Mas o tempo e a realidade me mostraram que inexistia na UFRGS melhor lugar para se localizar o NEAB do que na PROREXT/DEDS.

Uso chiste para tratar um assunto sério. Carinho até um cão sem dono gosta. Imagina o que sentem as pessoas, quando são bem recebidas em um local dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mesmo sendo um bem público, mantido com o dinheiro de quem paga imposto ao adquirir qualquer produto, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul causa medo, espanto no imaginário de muitas pessoas. ¿Quantas alunas e quantos alunos com o segundo grau concluído não se atrevem a se inscrever para prestar provas no Vestibular da UFRGS.

Já está no ar o site do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Criado em fevereiro de 2014, o NEAB visa produzir, difundir e promover ações de ensino, extensão e pesquisa voltadas às suas áreas de atuação por meio da articulação entre diferentes instâncias da Universidade e da sociedade. Vinculado ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-Reitoria da Extensão, é composto por docentes, técnicos e discentes (NOVO..., 2016, online).

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos – NEAB representa papel importante para a valorização de saberes, até aqui, pouco considerados pelos currículos da UFRGS, conforme pode ser constatado no Quadro 6 – Disciplinas Curriculares da Graduação da UFRGS que abordam temáticas da Educação das Relações Étnico-Raciais–ERER, de autoria de Fernanda Nogueira.

2.12.2 Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas – CAF: espaço ocupado e invadido para promoção do Programa de Ações Afirmativas e da Educação Para as Relações Étnico-Raciais

Dentro do organograma da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Coordenadoria de Acompanhamento de Ações Afirmativas – CAF – é um espaço novo. De acordo com a sua página no portal da UFRGS, sua criação data de 2012. A esse respeito tem-se que sua criação ocorreu

Com a Resolução Nº 268/2012 que regulamenta o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS, aprovada pelo Conselho Universitário em agosto de 2012, criou-se a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas, ligada à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica, com estrutura própria e as seguintes atribuições:

I – realizar o acompanhamento dos estudantes ingressantes por este Programa, junto à Pró-Reitoria da Graduação – PROGRAD – e às Comissões de Graduação – COMGRADs – de cada curso da UFRGS, e buscar o atendimento de suas necessidades acadêmicas;

II – elaborar, ouvidas as Unidades Acadêmicas e as COMGRADs de cada curso, e encaminhar ao Conselho Universitário relatório anual de avaliação do Programa;

III – realizar e encaminhar ao Conselho Universitário relatório bianual relativo à permanência e ao desempenho do estudante ingressante por meio das vagas reservadas por este Programa;

IV – a partir das avaliações parciais realizadas, sugerir mecanismos de aperfeiçoamento do Programa ao Conselho Universitário;

V – encaminhar relatório de avaliação acerca dos resultados do Programa de Ações Afirmativas, sugerir mecanismos de aperfeiçoamento do mesmo e manifestar-se relativamente à sua prorrogação, ao final de sua vigência;

VI – implementar mecanismos de efetivação, junto às Unidades Acadêmicas, dos objetivos deste Programa, especialmente no que concerne aos incisos III e IV do Art.

VII – disponibilizar os dados referentes aos estudantes beneficiários da política de ações afirmativas para as COMGRADs e Unidades Acadêmicas, a fim de permitir o acompanhamento e qualificação dessa política no âmbito das Unidades e Cursos da UFRGS (CAF, 2017, online).

De acordo com manifestação reiterada ao longo dessa tese, o apoio a Programas de interesse da população negra brasileira tem maior fluidez, quando há na sua gestão a presença de pessoa identificada com a luta antirracismo e a promoção da igualdade racial, no caso das universidades federais e institutos federais, com o impulsionamento ao Programa de Ações Afirmativas e Educação Para as Relações Étnico-Raciais. Trago manifestação do ativista Edilson Amaral Nabarro, Vice-Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ação Afirmativa - CAF sobre políticas públicas visando a inclusão da diversidade étnico-racial no ensino de nível superior.

As Políticas Públicas de Inclusão e Diversidade, em seus vários recortes, foram fortemente demandados por específicos setores (negros, indígenas, mulheres, pequenos produtores ‘sem terra’, famílias ‘sem teto’, etc.). A institucionalização e execução dos programas e ações, por parte dos Governos, têm exigido (ou exigiriam) a

constituição de instâncias de gestão, capazes de planejar, executar e avaliar os resultados dessas políticas, bem como propor os aprimoramentos.

Assim como o Programa de Ações Afirmativas adotado pela UFRGS a partir do Concurso Vestibular 2008 foi fruto, principalmente, da demanda de integrantes do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras, a CAF é, por via de consequência, uma estrutura necessária dentro da universidade para atender com plenitude o Programa. A esse respeito, o vice-coordenador da CAF manifesta que:

A UFRGS, consciente dessas responsabilidades, instituiu a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ação Afirmativa (CAF), como órgão de gestão específica dessa política. Tendo como uma de suas atribuições principais, a CAF, desde que foi criada em 2013, já realizou 3 relatórios anuais, os quais produziram dados e indicadores sobre os resultados do programa, compreendendo, perfil de ingresso, ocupação de vagas, retenção, evasão, diplomação e permanência dos estudantes cotistas. Tais dados e análises têm sido indispensáveis para a formulação de ações de acompanhamento acadêmico e de enfrentamento das vulnerabilidades identificadas, seja no âmbito dos cursos, como dos processos institucionais de execução da reserva de vagas.

A invasão/ocupação da UFRGS pelo Programa de Ações Afirmativas, demanda legítima da população negra, tem causado certo mal-estar em pessoas que ainda não entenderam a grandeza, a necessidade e a riqueza do Programa. Oxigenar o espaço universitário. Inundá-lo com outros saberes. Oportunizar conhecimentos que destroem pré-conceitos e favorecem a convivência harmoniosa de saberes é fundamental, pois vivemos em um país que possui grupos étnicos com culturas distintas. Reduzir a riqueza das culturas africana/afro-brasileira e indígena a algumas manifestações é redução inadmissível. Do mesmo modo que realizar avaliações intempestivas, sem que haja tempo para que o Programa de Ações Afirmativas seja integralmente posto em execução na UFRGS. Em um país que levou mais de um século e meio para apresentar programa de reparação, é inadequado fazer avaliações sem que todas as condições para a execução sejam dadas. Repetindo pensamento de Hélio Santos, há que sejam abertas às escancaras as portas das universidades públicas para a diversidade, de forma a acolher talentos e culturas advindas de diferentes pessoas que constituem a população brasileira. Pessoas negras e indígenas exigem sua vez. Lembrando Abdias do Nascimento: “O Brasil é um país dos índios, construído por negros em benefício de brancos”. Sobre o estágio em que se encontra a fase de realização do Programa de Ações Afirmativas, o ativista e Vice-Coordenador da CAF afirma.

Em se tratando de uma política pública, ainda em fase de construção, a Coordenadoria de Ação Afirmativa, dentre outras atividades regulares, vem realizando cursos de capacitação em gestão e acompanhamento das ações afirmativas, de modo a contribuir para a formação de uma “vanguarda” de gestores públicos (técnicos e docentes) capazes de conduzir os rumos dessa política, enquanto a mesma continuar sendo adotada nas Instituições Federais de Ensino. Como a Lei de Cotas teve a sua vigência ampliada até 2026, existe um longo caminho a ser percorrido.

Ir além, buscar a utopia do Programa de Ações Afirmativas e da Educação das Relações Étnico-Raciais é objetivo de ocupantes e invasores da UFRGS.

2.13 ESCRITOS SOBRE A EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A invasão/ocupação de pessoas pretas e pardas pelo Programa de Ações Afirmativas na UFRGS tem várias focalizações. Aumentar o quantitativo de alunas pretas e pardas e de alunos pretos e pardos/ e indígenas, instigar o fortalecimento de nossa cumplicidade. É hora de sair do fundo da sala, dar cor à nossa voz, evidenciar nossos saberes, romper com a hegemonia da cultura única... É dentro dessa cena que encontro a professora Carla Beatriz Meinerz. Já relatei da felicidade de ter sido sua aluna. Na disciplina que ministrou, encontrei mais de dezena de pessoas identificáveis como pretas. Foi a primeira vez na minha vida estudantil que vivi tal conjuntura! Imaginem, se tivesse a companhia de equipe dessa monta ao longo dos quase quarenta anos de vida de escolar por que passei: Jardim da Infância/Primário/Ginásio/Cursos: Normal e Clássico/Curso de Letras/Mestrado. Não teria vez para frases como: os escravos vieram da África; no Brasil a escravidão foi bondosa; a situação está preta; a África é um país atrasado; pessoa negra não se dá bem na natação, tem os ossos muito pesados. Questiono: ¿E como é que se saem bem nas corridas de rua? Voltando. Há coisas piores. Essas basbaquices foram ouvidas por quem tem mais de sessenta anos. Pior é saber que, no tempo atual, crianças negras, jovens negras e jovens negros e pessoas adultas passam por similitudes. Tais comportamentos dificultam a construção da identidade com o grupo étnico-racial a que se pertence.

A participação de pessoas não negras é importante para desconstruir os racismos. Sempre em atitude solidária. Nunca de modo substitutivo. Estamos fartas/fartos da *madrinha* e do *branco mais preto do Brasil*. Viajando nessa trajetória, considero as organizadoras da edição 42.1 de Educação e Realidade, intitulada Educação e Relações Étnico Raciais excelentes parceiras.

Compartilhar reflexões sobre Educação e Relações Étnico-Raciais, através da organização de uma Seção Temática, soma-nos aos esforços de lembrar e assegurar novos dias. Inspiradas no poeta, assumimos que a temática em evidência nessa publicação está conectada com as produções academicamente situadas que se associam ao que chamamos de discriminação racial. No Brasil, a Educação das Relações Étnico-Raciais faz parte de uma política de Estado, uma vez que o país é signatário de acordos internacionais que preveem a

defesa dos direitos humanos, entre eles o reconhecimento do direito à diferença e a correlata promoção da igualdade e da equidade do ponto de vista étnico e racial (MEINERZ; PEREIRA, 2017, p. 7).

Ao visitar o exemplar, confirmei a importância da luta antirracismo empreendida por militantes dos movimentos sociais negro e de mulheres negras. Lembrei de encontros chamados pela professora estadual Vera Regina dos Santos Triumpho, já mencionada em outra parte da tese. O título era “O Negro e a Educação”. Havia a presença de professoras negras e de professores negros. Incansavelmente, produziam aprendizados para compartilhar com o alunado, sobretudo, no Dia 20 de Novembro. A data homenageava a luta heroica negra pela liberdade. Aos poucos, furando bloqueios, chega-se à oficialização da luta. O Vinte de Novembro está gravado no calendário nacional. Em alguns locais é feriado. Agora a educação brasileira tem leis a cumprir. Encontra-se instada a cumpri-las, a educação que vai desde os níveis iniciais aos cursos de pós-graduação em nível de pós-doutorado. Passou-se o período de aprender com textos reproduzidos por mimeógrafos a álcool. Chega-se à feitura de obras impressas por editoras conceituadas. Existem aquelas construídas informatizadamente, fazem parte de bibliotecas virtuais. Militantes/ativistas/intelectuais negras e negros/e simpatizantes da temática da educação das relações étnico-raciais participam de premiações diversas. Trazendo para o cenário da educação

[...] temáticas que brotam de experiências individuais e coletivas, marcadas pela dor e pelo sofrimento, pela ternura e pelo afeto, igualmente pelo compromisso social da produção de conhecimentos comprometidos com a justiça, a paz, a igualdade e a equidade (MEINERZ; PEREIRA, 2017, p. 9).

A contínua luta por educação que respeite e valorize todas as pessoas tem sido meta fundamental e incansável buscada por pessoas negras dentro do universo educacional brasileiro. Como tem sido referido ao longo dessa tese. Passar de atividades artesanais, como aquelas realizadas em um passado não muito distante, para aquelas em que possibilitam as modernas tecnologias é fundamental.

3 REFERENCIAL TEÓRICO. TEORIZANDO SOBRE OUTRA EPISTEMOLOGIA POSSÍVEL

‘Por ser negra, tive que grande dificuldade de ingressar no mundo da música erudita, apesar de ter estudado um total de onze anos’ dizia. Por conta disso abandonou definitivamente o canto lírico. Maria Zilah Machado (PEREIRA, 2012, p. 169).

3.1 POR OUTRA FORMA DE VER /E / REPRESENTAR AS CULTURAS AFRICANA / AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA UFRGS

Empeço esse capítulo confessando mal-estar, indisposição e desgosto com certas palavras. Precisando o período. Aponto para o segundo semestre de dois mil e quatorze. Manifesto o desconforto no artigo para o Seminário Avançado: Projetos de Nação e a Ideia de Universidade: Brasil X USA, ministrado pela professora Arabela Campos Oliven. O vocábulo que ponho em discussão *seria* multiculturalismo. ¿Como seria? Porque não o explicito no trabalho, entretanto ele esteve presente o tempo todo durante a construção do artigo. Poderá alguém perguntar: - ¿Como ele inticava, se não apareceu no texto? Respondo, decompondo o vocábulo. Os elementos formadores da palavra multiculturalismo são: multi: “Vem do latim *multus* e significa múltiplo, numeroso”. Cultura entendida como

[...] o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Portanto, fazem parte da **cultura** de um povo as seguintes atividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc. (2017, significado online).

e -ismo: “[...] sufixo nominal, de origem grega, que exprime ideias de *fenômeno linguístico, sistema político, doutrina religiosa, sistema filosófico, tendência literária (castelhanismo, absolutismo, budismo, kantismo, realismo)*” (2017, significado online).

Minha inconformidade resulta da inexistência de outras culturas na sociedade brasileira dentro desse construto. O multiculturalismo, com ele se mostra para mim, prescinde, não postula e deixa de requerer a existência vigorosa, concreta e efervescente de outras culturas, nesse caso as culturas seriam a africana/a afro-brasileira e a indígena. O multiculturalismo, desse jeito, propõe, aceita intervenção esporádica na cultura eurocêntrica, guindada ao lócus de centro, ao redor da qual, gravitariam elementos constitutivos de outras formas de se pôr no mundo. Tome-se o multiculturalismo. Olhe-se o Estado do Rio Grande do Sul. Situe-se na capital do estado – Porto Alegre, a *cidade sorriso*. De acordo com o blog Cidades Brasil-RS

Em Porto Alegre diferentes formações culturais delinearam uma cidade com traçados que deixam ver a pluralidade e a heterogeneidade étnica, cultural e social que configura. As crenças, as lendas, os hábitos, os costumes e as tecnologias dessas diferentes etnias e culturas, açorianos, **africanos**, italianos e alemães entre outros, formam o mosaico cultural que identifica e apresenta a Porto Alegre do século XXI (CIDADES BRASIL-RS, 2010, online, grifo nosso).

Olhando o folheto do qual foi extraída a referência acima, o local que se identifica com o grupo afrodescendente é uma foto do Parque Farroupilha, em que aparece como inscrição: Parque Farroupilha (Redenção). Após a fotografia e a legenda vem a explanação.

Bairro Farroupilha.

Nos seus 370 mil m² de passeio encontram-se 45 monumentos em cobre e mármore, uma fonte luminosa, o Monumento O Expedicionário, Mini-zôo, parque de diversão infantil, recantos solar, mercado, canchas de futebol e de bocha, passeio para bicicletas, pista de atletismo, aparelhos de ginásticas, auditório. Estrutura desfrutada por milhares de pessoas que ao parque, sistematicamente, se dirigem (CIDADES BRASIL-RS, 2010, online).

A cultura europeia mostrada no referido folheto está presente em toda a cidade. Já as culturas africana/afro-brasileira e indígena têm espaços limitados de concentração, ou não são referidas, conforme aconteceu com a cultura indígena, recebendo contínuos deslocamentos. Foi o que aconteceu com muitos moradores da Colônia Africana⁴⁹. A esse respeito, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva informa (2010, p. 14).

A Colônia Africana resultou de um loteamento. Negros que Vivian em áreas distantes do centro da cidade, foram adquirindo seus terrenos e construindo seus sólidos chalés, casas de madeira. Assim o fizeram meus bisavós Carolina e Benedito Oliveira, a casa deles, situada à rua Esperança, foi edificada em 1902, e demolida, por conta da destruição feita pelos cupins, em 1994. Ela era uma negra mina, exímia doceira, ele um preto alto, forte, exercia a profissão de pedreiro.

Ainda sobre esse espaço eminentemente negro na cidade de Porto Alegre, trago a manifestação de outro morador do local, registrada na mesma obra.

‘Nada de bandidagem nem de malandragem, a Colônia Africana era um território de gente trabalhadora, honesta correta e que estudava. Mais do que isto, era um lugar onde predominava a alegria, a amizade e não havia espaços para brigas. Como era de costume, da Primavera às Cinzas, tudo era festa na Colônia Africana’. A memória privilegiada de Jayme Moreyra da Silva – nascido em 4 de novembro de 1915, na Rua Castro Alves, 149 – nos leva a um passeio pelo passado revelador, que nos diz que o atual Bairro Rio Branco, muito antes de ser dominado pelos imigrantes italianos, alemães e judeus, foi reduto exclusivo da população negra (SANTOS, 2010, p. 76).

⁴⁹ Deslocamento para espaços da periferia da cidade. Transferência para cidades da chamada Grande Porto Alegre.

A cidade de Porto Alegre ainda é pobre em registrar nas páginas oficiais a presença negra na parte central da cidade. Pelo contrário, busca sempre afastar essas marcas. Exemplo está na contínua tentativa de eliminar o nome *Redenção* de seu principal parque. Registro para lembrar a motivação do nome no texto “O Parque”, constante de página que trata desse local.

Algum tempo depois a área ficou marcada para sempre: serviu de cenário ao importante movimento pela libertação dos escravos, sendo denominada de Campo da Redenção. Em 7 de setembro de 1884 a Câmara propõe a denominação de Campos da Redenção em homenagem a libertação dos escravos do terceiro distrito da Capital, registrando a significativa vitória da luta abolicionista local, que resultou na redenção de centenas de escravos um ano antes da libertação dos sexagenários e quatro antes da libertação geral do país. Esse nome permanece na memória dos Porto-alegrenses até hoje (PARQUE..., 2012, online).

Continuando. Tomo dois modelos de representação de cultura. Um identificado com a cultura europeia e outro com o mundo afro-brasileiro. Retrato a seguir notícia postada na página da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sob título: *Acampamento Farroupilha. Assinado termo para realização do Acampamento Farroupilha 2017.*

A assinatura do termo de permissão de uso do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia) para o Acampamento Farroupilha 2017 foi realizada na tarde desta terça-feira, dia 18, no Paço Municipal. Sem aporte de recursos por parte do município, o termo permite que o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) organize as comemorações da festa que promove a cultura gaúcha.

A cerimônia contou com a participação do prefeito Nelson Marchezan Júnior, do vice-prefeito Gustavo Paim, do presidente do MTG, Nairioli Callegaro, e dos secretários da Cultura, Luciano Alabarse, e do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, Maurício Fernandes. De acordo com o termo de permissão, entre outras determinações, caberá ao município a fiscalização das atividades e também o acompanhamento do evento para que não ocorram danos ao meio ambiente. Já o MTG ficará com a responsabilidade de planejar e gerir o Acampamento Farroupilha. ‘Esse momento da assinatura é importante pois conclui o esforço da sociedade junto à prefeitura para a construção do Acampamento Farroupilha dentro da legalidade’, diz o presidente do MTG, Nairioli Callegaro.

Com recursos financeiros limitados, devido à grave crise pela qual a prefeitura passa, e devido a apontamentos feitos pelo Ministério Público sobre o repasse feito em anos passados para a festa, a prefeitura propôs o termo para regular e profissionalizar o evento.

‘O novo modelo não tem custos diretos ou indiretos para a municipalidade’, disse o vice-prefeito, Gustavo Paim.

Durante o mês de setembro, o Parque da Harmonia será invadido/ocupado por barracas em que haverá manifestação de parte da cultura do Rio Grande do Sul, conforme acordo firmado entre atuais ocupantes do Paço Municipal e tradicionalistas. Já o carnaval, atividade cultural que envolve em número expressivo a presença de pessoas negras, ocorre na

zona norte da cidade, em local denominado de Complexo Cultural do Porto Seco⁵⁰. Rememorando, esse espaço foi construído com o objetivo de concentrar eventos da cidade, que necessitasse de infraestrutura adequada para sua manifestação. De Complexo Cultural do Porto Seco, ficou reduzido a Sambódromo. O Lugar do Samba situa-se distante do centro da cidade. Detém condição de uso razoável, requerendo ajustes a cada realização da festa momesca. Para valorização das práticas identificadas com pessoas negras, há que ampará-las em alicerces firmes, robustos e potentes. ¿Quem sabe onde está localizado o Complexo Cultural do Porto Seco? Resposta completa. O Complexo Cultural do Porto Seco está localizado na Avenida Plínio Kroeff, Bairro Rubem Berta, em Porto Alegre / RS – CEP 91159-170. ¿Você sabia que?

- A distância total do Bairro Rubem Berta para o Centro Histórico de Porto Alegre é de 20 km.
- O Bairro Restinga dista do Bairro Rubem Berta 28 km.
- Do Bairro Restinga para o Centro Histórico de Porto Alegre a distância é de 21 km.
- A lonjura do Bairro Partenon para o Bairro Rubem Berta é de 15 km.
- Já a distância do Bairro Partenon até o Centro Histórico de Porto Alegre é de 7 km.

Quadro 2 – Distância de Dois Bairros até o Complexo Cultural do Porto Seco até o Centro Histórico de Porto Alegre

Bairros	Até Centro Histórico	Até Porto Seco	Trajetória Percorrida
Rubem Berta	20 km		
Restinga	21 km	28 km	Restinga – Centro Histórico
Partenon	7 km	15 km	Partenon – Centro Histórico

Fonte: adistanciaentre.com (2017, online).

⁵⁰ Localizado na zona norte, o Complexo Cultural do Porto Seco abriga o Sambódromo, palco do carnaval da cidade de Porto Alegre. O complexo possui 15 barracões, onde são confeccionadas as fantasias, alegorias e adereços, bem como as alegorias para o desfile farroupilha. A pista de desfile tem 450m de comprimento por 10m de largura, tendo ainda, uma área de pré-desfile ou concentração com 150 metros quadrados. Conta ainda com 20 frisas (mesas com oito cadeiras) no nível da pista, permitindo uma visualização privilegiada do desfile. Atualmente o sambódromo possui capacidade para 16 mil espectadores, distribuídos entre arquibancadas e camarotes. O Complexo Cultural do Porto Seco abriga no total um público de 160 mil pessoas (COMPLEXO..., 2016, online).

Ainda no tocante ao tema do Carnaval, como festa da cultura negra, trago a seguir manifestação do comando da cidade de Porto Alegre a respeito da realização do evento neste ano de 2017.

Escolas de samba de Porto Alegre não desfilarão neste carnaval

As escolas de samba de Porto Alegre não vão desfilar neste carnaval. O samba na capital gaúcha só deverá ganhar a avenida daqui a um mês: os desfiles acontecem a partir do dia 23 de março, na semana em que a cidade completa 245 anos.

No dia 23 de março, quinta-feira, desfilam as escolas da Série Bronze. Na sexta-feira (24), as agremiações da Série Prata. No sábado (25), as escolas da Série Ouro. A apuração ocorrerá no domingo (26), a partir das 14h, no complexo Cultural do Porto Seco. 'A festa de premiação será no Auditório Araújo Vianna, com *show* da escola vice-campeã, entrega das premiações e o encerramento com *show* da escola campeã do carnaval 2017', informa o site da prefeitura de Porto Alegre (ESCOLAS..., 2017, online).

A explicação a seguir serve para justificar o descompromisso com a cultura carnavalesca, manifestação como tem sido dito, está ligada fortemente a pessoas negras da cidade de Porto Alegre e do entorno.

O adiamento do desfile é consequência da crise financeira pela qual passa Porto Alegre. No começo do ano, o prefeito Nelson Marchezan Júnior já havia descartado a destinação de recursos públicos para a festividade em reunião com representantes das escolas de samba. Os carnavalescos haviam tentado a liberação de R\$ 2,1 milhões em recursos do município para o pagamento dos cachês, dos jurados e da estrutura de som.

Na ocasião, Marchezan chegou a propor um desfile reduzido, em dia único, sem competição entre as agremiações. A possibilidade foi descartada pelas escolas. 'Nós iremos desfilar. De que forma, ainda não sabemos', disse à época o presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Porto Alegre (Liespa), Juarez Gutierrez de Souza.

Nos dias posteriores, foi acertado que o desfile aconteceria nos dias 23, 24 e 25 de março, com apuração e encerramento no dia 26. A verba para as escolas foi levantada apenas por meio de financiamento privado. A prefeitura garantiu, no entanto, o Complexo do Porto Seco como local da festa, na zona leste da cidade. Mesmo com o adiamento do desfile, o prefeito Marchezan entregou as chaves da cidade para o Rei Momo Maurício Mello na última terça-feira (21), em cerimônia que marcou a abertura oficial do carnaval em Porto Alegre (ESCOLAS..., 2017, online).

Para reforçar a ideia que defendo sobre a não existência de multiculturalismo na cidade de Porto Alegre, trago a seguir uma resposta que dei sobre carnaval, provocada por publicação do intelectual Antonio Carlos Cortes. Como considero o tema relevante, tendo em vista meu propósito para esse trabalho acadêmico, transcrevo o texto na sua integralidade. Manifestei-me na minha página em rede social.

¿Onde está o carnaval oficial na cidade de Porto Alegre, se o Rei Momo já recebeu as chaves da cidade?

Particpei dias atrás de uma sábia provocação do advogado, carnavalesco, radialista, ativista do movimento social negro... Antonio Carlos Côrtes. Em seu escrito sobre o carnaval de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul para esse ano, sugeria sua realização em espaço central da cidade, à semelhança de ocorrido anos atrás. Muitas pessoas ainda têm na lembrança. A Av. Borges de Medeiros acolheu várias realizações da maior

feira popular da cidade. Lembro que o autor propunha menos fausto, deixando de lado os tradicionais carros alegóricos. Simpatizei de plano com a ideia. Manifestei-me estar em consonância, mesmo não sendo uma carnavalesca de *nomeada*. Assim como eu, outras pessoas entraram na *canoas*. Poucos dias depois, um vivenciador consagrado das festas de momo se posicionou no Jornal do Comércio.

Há que se respeitar quem tem trajetória. Esse é o caso de José Carlos dos Reis que, de forma sutil, com sua manifestação deu-me puxão de orelha. Continuemos com o texto que escrevi.

José Carlos dos Reis, além de pessoa ligada intestivamente à festa momesca, foi Secretário Municipal de Administração. Lembrando, para aquelas pessoas que têm pouca memória, ou a tem de forma seletiva, foi em sua gestão que a política de ação afirmativa, com reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negras e pardas, foi introduzida nos concursos públicos municipais de Porto Alegre. Queria dar maiores detalhes sobre esse tema, mas minha internet não está *trabalhando* a todo vapor. Talvez já esteja vivendo com toda intensidade o feriado. Quiçá já tenha ido para o Rio de Janeiro, como faz anualmente, entre outr@s, a Banda da Saldanha.

Voltando ao *Zé Reis*, como nosso ex-secretário é conhecido, afirmou, de forma categórica, a importância de o governo municipal realizar o carnaval no local construído para tal. Caberia ter postura de gestor público para efetuar a festa. Devido à inticação de *Zé Reis* troquei novamente de ideia. Seus argumentos me convenceram. Recordei que, se as pessoas *gaudérias* têm respeitadas a sua desobediência em não ocupar a Pista de Eventos, popular Sambódromo, para fazer a sua manifestação cultural no mês de setembro, é de direito que pessoas apreciadoras do carnaval façam sua exigência de ter o carnaval com apoio da municipalidade no espaço construído para tal. Ainda sobre esse tema, vale dizer que é *falta de inteligência* de gestores desconsiderarem, essa festa. A cidade de Porto Alegre muito poderia ganhar com ela.

¿Por que valorizar o carnaval?

É público e notório que Uruguaiana não abre mão de seu *carnaval fora de época*, independente de quem se eleja para dirigir a cidade. Prefeito inteligente sabe que carnaval é cultura e é investimento. É uma manifestação cultural genuinamente brasileira, mesmo que estudiosos remetam a outras origens. Em sua construção e realização emprega pessoas. Faz a economia local crescer. Hotéis recebem turistas. Os comércios saem do vermelho, tanto o formal quanto o informal. Parece, salvo melhor juízo, que mais municípios do Rio Grande do Sul pretendem aderir ao *carnaval fora de época*, com a mesma ideia de Uruguaiana.

¿Isso é multiculturalismo? Não. No tocante às solenidades farrapas não sofrerá propostas de adiamentos por parte da chefia municipal. No período aprazado acontecerá com as festanças para homenagear uma guerra fratricida, a qual manifesta traição ao grupo negro convocado para participar, sob o mote de auferir liberdade ao fim do embate. Manifesto, ao final, inconformidade com o modo de agir da atual administração municipal.

Pena que a miopia gerencial dos novos administradores da capital do estado, os impeça de enxergar a importância do carnaval. Há quem diga que religiosos presentes na gestão municipal, apoiadores do jovem prefeito, condicionaram sua ajuda à extinção dessa festa. Vale lembrar que, vitorioso nas urnas, deve atender a diferentes demandas da população da cidade, não ficando refém de quem afirma ter lhe elegido. Vale lembrar que o gestor perdeu pra votos nulos, brancos e abstenções. ¿Onde está o carnaval oficial na cidade de Porto Alegre, se o Rei Momo já recebeu as chaves da cidade?

O tratamento diverso das duas expressões culturais demonstra que, ainda, para a sociedade brasileira, tomado o exemplo particular de Porto Alegre, inexistente a multiculturalidade. Há a dominância da cultura única, monocromática e imperativa. É a partir

dessa demonstração e do entendimento subsequente que manifesto o pensamento de que a expressão da cultura africana/afro-brasileira e indígena deve receber outro nome. Faz-se necessário o contínuo insurgir-se contra a falta de valoração do mundo cultural negro e do universo da cultura indígena, considerando o modo como costumam ser vistas e tratadas. Urge corrigir esses olhares de pouca visão, de baixo respeito e cegados pela ignorância.

As culturas africana/afro-brasileira e indígena são dotadas de conhecimentos próprios. Lidam com a vida integral, quer material, quer imaterial. São mais do que fragmentos, vez por outra delas retirados e expostos em diferentes ocasiões. As culturas africana/afro-brasileira e indígena peregrinam além da capoeira, da feitura de cestos, da possibilidade de entoar e tocar uma música. Superam manifestações da gastronomia. E por aí jornadeiam. O conceito que melhor se adéqua para esses *mundos/universos/ cosmos* não é *multiculturalismo*. Tal construto criado, divulgado e utilizado, salvo melhor juízo, com a melhor das intenções, mas que não contemplam a integralidade de outros universos culturais, como é o caso das culturas africanas/ afro-brasileira e indígena. É vivendo essa inquietação que me deparo com a palavra *epistemologia*. Encontro o artigo de Eduardo Oliveira *Epistemologia ou Ancestralidade* (2015, online), no qual o autor pontua no Preâmbulo.

As culturas africanas e afro-brasileiras foram relegadas ao campo do folclore com o propósito de confiná-las ao gueto fossilizado da memória. Folclorizar, nesse caso, é reduzir uma cultura a um conjunto de representações estereotipadas, via de regra, alheias ao contexto que produziu essa cultura. Uma estratégia de dominação sobre seus próprios signos idiossincráticos. Uma vez alienado, desvia-se a produção de significados sobre sua cultura para os sujeitos que não vivenciaram, e, pelo contrário, aproveita-se da cultura agora explorada semiótica e economicamente. Assim, a epistemologia, fonte da produção de significados, é fundamental para a afirmação ou negação de um povo e sua tradição, de uma cultura e sua dignidade.

Seguindo o pensamento explanado por Eduardo Oliveira, a epistemologia, como produtora de significados das culturas, é essencial para que se positive ou se negue um povo e a sua cultura. O autor em seu texto formula uma pergunta instigante:

Haverá uma episteme universal ou havia uma episteme de acordo com cada cultura? Sou daqueles que advogam que cada cultura produz seu próprio regime de signo, e que eles podem ser mais ou menos desterritorializados de acordo com o contexto em que surgiram e multiplicarem-se. A epistemologia, nesse caso, tem um vínculo estreito com a ética, uma vez que os signos e seus significados estão numa relação umbilical com os valores e princípios que regem um conjunto de significados e sentidos. Portanto, o viés escolhido neste artigo coloca par-a-par o tema da ética e da epistemologia.

¿Como seria possível imaginar que milhares de pessoas vivedoras do/no continente mais antigo do universo existiriam, resistiriam e sobreviveriam sem aportes de conhecimentos

que assegurassem condições necessárias para a existência? Quero dizer em relação ao construto multiculturalismo que me fazia lembrar a expressão democracia racial. ¿Em um país onde o exercício da democracia é frágil, em que manifestação da vontade de milhões é desrespeitada por cerca de pouco mais de três centenas de pessoas⁵¹, é possível haver democracia racial? Mirando o *multiculturalismo*, vê-se que a cultura de origem europeia está no centro, intocada, repleta de valor e *não se mistura*. Intocável. Se não se mistura, fica confortada dentro de seu casulo. Mesmo quando aparecem as outras culturas, a primeira *não se mistura*. Traduzindo. A cultura eurocêntrica *não se mistura*. Sobretudo em nosso Estado. ¿Duvida? Discorda? Procure no calendário de festas culturais, aquelas dedicadas às culturas africana/afro-brasileira e indígena no estado do Rio Grande do Sul, que tenham apoio da oficialidade do município ou do estado.

Lembrando o ato assinado no Paço Municipal de Porto Alegre referido anteriormente, faz-se necessário declarar que as comemorações aludidas têm como mote a decantada, louvada e engrandecida Revolução Farroupilha também conhecida como Guerra dos Farrapos. Alvo de diatribe sobretudo de integrante de movimentos sociais negro e movimentos sociais de mulheres negras conhecedoras de evento em que pessoas negras foram atraídas.

A Guerra dos Farrapos foi uma sucessão de lutas e de ideias ocorridas entre o Império brasileiro e os estancieiros gaúchos. Foi o mais longo movimento armado do Brasil. Aconteceu em território sul-riograndense entre os anos de 1835 e 1845. As causas que geraram a revolta dos líderes gaúchos foram suas preferências às ideias políticas liberais, contrárias à centralização do poder praticada pelo Império, que exercia forte pressão e cobrava altos impostos sobre os produtos feitos nas províncias (PEREIRA, 2012, p. 25)

¿E os negros com isso? Para substituir homens brancos que se negavam a defender, no combate, a causa da revolta, veja o que aconteceu.

[...] soldados negros eram mobilizados como tropas de primeira linha. Ou seja: ‘eram bucha de canhão’. A utilização dos negros nas forças de combate ocorria devido à dificuldade de encontrar homens livres dispostos a lutar pelos ideais farrapos. Bento Gonçalves da Silva, um dos líderes do movimento, convidou seus seguidores a convocar os escravizados para o combate. Nessa época o branco recrutado podia eximir-se do serviço militar desde que oferecesse em seu lugar um escravizado com carta de alforria, documento que atestava a liberdade do elemento cativo (PEREIRA, 2012, p. 25).

⁵¹ Segue notícia de Carta Capital (2016, online): “Após dias de uma batalha psicológica entre governistas e oposição a respeito do apoio parlamentar, Dilma Rousseff sofreu uma derrota dura. O 342º voto, o mínimo necessário, veio por meio de Bruno Araújo (PSDB-PE), às 23h08. Foram 367 votos contra ela e apenas 137 votos a favor, com 7 abstenções e duas ausências. Eram necessários 342 votos, ou dois terços da Câmara, para admitir o processo”.

Continuando a trajetória da Guerra dos Farrapos. Quem conta um conto, aumenta um ponto, assim acontece.

Muitos saudosistas gaúchos falam dos ideais de democracia dos líderes farrapos. Inclusive, que muitos eram contra a escravidão. Tinham como lema: 'liberdade, igualdade e humanidade'. Mas segundo o historiador Mário Maestri (1993, p. 78) os distintos estratos sociais, fazendeiros, charqueadores, homens livres, gaúchos e cativos negros foram envolvidos e participaram, muitas vezes ombro a ombro, na Revolução Farroupilha. Entretanto, terminava aí toda e qualquer comunhão de ideário político e social. Eram considerados cidadãos apenas os proprietários (PEREIRA, 2012, p. 25).

Ainda sobre essa guerra de falsos ideais decantados. No Jornal Correio do Povo o historiador e jornalista Juremir Machado da Silva (2012, online) escreve:

Todo os anos eu me pergunto: até quando?
 Sim, até quando teremos de mentir ou omitir para não incomodar os poderosos individuais ou coletivos?
 Até quando teremos que tapar o sol com a peneira para não ferir as suscetibilidades dos que homenageiam anualmente uma "revolução" que desconhecem? Até quando teremos de aliviar as críticas para não ofender os que, por não terem estudado História, acreditam que os farroupilhas foram idealistas, abolicionistas e republicanos desde sempre? Até quando teremos de fazer de conta que há dúvidas consistentes sobre a terrível traição aos negros em Porongos? Até quando teremos de justificar o horror com o argumento simplório de que eram os valores da época? Valores da traição, do escravismo, da infâmia?

Já não se cobre o sol com peneira, como informa o ditado popular. Sobre os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha.

Durante a Guerra Civil dos Farrapos, a República Rio-Grandense utilizou índios e negros nos Corpos de Lanceiros. Em 1836 o Comandante Antonio de Souza Neto já comandava em suas tropas lanceiros negros. O 1º Corpo de Lanceiros era formado basicamente por negros libertos.

[...] Havia um trato entre os escravizados que optavam por servir na Infantaria ou no Corpo de Lanceiros, com o governo republicano. Ele era liberado para lutar nas fileiras do exército farrapo, mas se fosse quebra esse trato ele retornaria à condição de escravizado. Ou seja: os escravizados preferiam ir à frente do campo de batalha a viverem naquela condição da escravidão. Lutavam pela sua liberdade com a vida (PEREIRA, 2012, p. 26).

E a traição se efetua! Nas negociações para o fim da refrega entram em cena Duque de Caxias, Davi Canabarro, Bento Gonçalves, Souza Neto, Bento Manoel Ribeiro todos cantados e decantados pela história sul-riograndense.

No dia 03 de março de 1845, o barão de Caxias baixou a ordem do dia, declarando que o Rio Grande do Sul estava em paz. A sorte dos lanceiros negros estava traçada. No Dicionário de História do Brasil, do professor Moacyr Flores, encontramos a síntese desta questão: David Canabarro acampou com 600 farrapos junto ao arroio Porongos, afluente do rio Jaguarão, colocando o bivaque [acampamento] da infantaria negra na outra margem, separado dos brancos. À noite Canabarro desarmou a infantaria e na madrugada de 14 de novembro de 1844, Francisco Pedro de Abreu atacou unicamente

os negros desarmados ‘poupando os brancos e índios’, conforme ordens do barão de Caxias. Morreram mais de 100 negros, removendo-se assim um dos empecilhos para que o Império aceitasse a paz, pois Caxias tinha instruções de não conceder liberdade aos ex-escravizados que lutaram como soldados na República Rio-grandense. Os poucos negros que estavam com o general Antônio de Souza Neto ganharam a fronteira e se refugiaram no Uruguai. Os negros sobreviventes foram levados ao Rio de Janeiro e entregues ao governo imperial: continuaram como escravizados. Canabarro sempre manteve silêncio sobre a traição de Porongos, mesmo quando interrogado por farroupilhas (PEREIRA, 2012, p. 26-27).

¿E os privilégios vão pra quem? “Quanto aos líderes farrapos, todos foram indenizados, anistiados e passaram a integrar postos de comando no exército nacional” (PEREIRA, 2012, p. 27).

Para que não haja qualquer dúvida sobre a Traição de Porongos, registro a seguir o teor da missiva escrita por Canabarro. Estão presentes nomes de partícipes do golpe aos Lanceiros Negros e os detalhes da sórdida trama arquitetada por comandantes farrapos, tomados como heróis pela história sul-riograndense.

Reservadíssimo, Ilmo. Sr. Regule V. As. suas marchas de maneira que no dia 14 às 2 horas da madrugada possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará no centro de Porongos. Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. Suas marchas deve ser o mais oculta que possível seja, inclinando-se sempre sobre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. A relação junta das pessoas a quem deve dar escapula se por casualidade caírem prisioneiras. Não receie da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e de seu General em chefe para entregar o cartuchame sobre pretexto de desconfiança dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que sabem de tudo, forem prisioneiros devem dar-lhes escapula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedemque não sejam presos, pois V. Sa. bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio que nos levará aos poucos dias ao fim da revolta desta Província. Se por acaso cair prisioneiro um cirurgião ou boticário de Santa Catarina, casado, não lhe reviste a sua bagagem e nem consinta que ninguém lhe toque, pois com ela deve estar Canabarro. Se por fatalidade não puder alcançar o lugar que lhe indico no dia 14 às horas marcadas, deverá deferir o ataque para o dia 15, às mesmas horas, ficando bem certo de que neste caso o acampamento estará mudando um quarto de légua mais ou menos por essas imediações em que estiverem no dia 14. Se o portador chegar a tempo de que esta importante empresa se possa efetuar, V. Sa. lhe dará 6 onças, pois ele promete-me entregar em suas mãos este ofício até 4 horas da tarde do dia 11 do corrente. Além de tudo quanto lhe digo nesta ocasião, já V. Sa. deverá estar bem ao fato das coisas pelo meu ofício de 28 de outubro e por isso julgo que o bote será aproveitado desta vez. Todo o segredo é indispensável nesta ocasião e eu confio no seu zelo e discernimento que não abusará deste importante segredo.

Deus vos guarde a V. Sa. Quartel General da Presidência e do Comandante em chefe do Exército em marcha nas imediações de Bagé.

09 de novembro 1844

Barão de Caxias. Sr. Coronel Francisco Pedro Abreu, Comandante da 8ª Brigada do Exército

Reservadíssima de Caxias (No verso)

Transcrição da carta de Caxias a Chico Pedro, Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Vol. 07. Porto Alegre: AHRGS. 1983. (Coleção Varela. Documento CV 3730. P. 30-31) (PEREIRA, 2012, p. 28).

Se havia dúvida sobre a traição, o teor da carta dissipa. Caminhemos para além da submissão à cultura única que ainda tem dificuldade de entender o significado de fraternidade, ao bradar que façanhas deletérias sirvam de modelo a toda a terra.

3.2 AS CULTURAS DO SUL DO MUNDO

Na tese, uso referencial teórico construído por intelectuais localizados na parte sul do mundo. A escolha tem a ver com a interpretação, a análise e o conhecimento da realidade dessa parte do mundo. O norte será majoritariamente deixado de lado. Estudos construídos na parte sul do mundo orientarão a parte teórica. Identifico a população africana e afro-brasileira como alicerce inalienável para a construção da sociedade brasileira. Pessoas africanas e afro-brasileiras conceberam a face, a feição do Brasil, quer no campo material, quer imaterial. Ancorar a tese nesse jeito de olhar é trazer para o meio acadêmico, autoras e autores que vêm ao longo do tempo construindo, divulgando e compartilhando *outro olhar* no tocante à educação brasileira. Carregar nova visão tem como consequência destruir estereótipos. Delendar pré-conceitos. Conhecer a outra pessoa. Valorizar a forma como se encontra, se apresenta e se posta no mundo. Respeitar seus valores. Aceitar suas crenças. Valorar seus conhecimentos.

Começo com fragmento do artigo *A Alma Brasileira e a Herança da Escravidão*, no qual Hélio Santos contextualiza a participação das pessoas negras na formação da *alma brasileira*. Em seu escrito, visita as variadas participações do jeito negro de ser incrustadas, embutidas e encravadas no modo de ser do povo brasileiro.

Além de firmar os alicerces da economia brasileira, o negro deu o contorno àquilo que denominamos 'alma brasileira'. É certo que o negro não riscou esse desenho cultural sozinho. De uma certa forma, todos os grupos étnicos que para aqui vieram ou que aqui estavam, como no caso dos índios, tiveram o seu papel na formação cultural. Contudo, a cultura brasileira; brasileira isto é: a forma de nós brasileiros sermos, pensarmos e reagirmos diante das coisas é imensamente negra. Não se trata apenas da música, mas da **musicalidade** e o ritmo que todos nós temos: negros, brancos, mestiços, amarelos etc... Não me refiro só a comida, mas ao tipo de **paladar** que é característico ao brasileiro. Trata-se da **religiosidade** de nosso povo. Da **alegria** e euforia das pessoas que acontece não apenas durante o carnaval, mas que ocorre sempre que há um pretexto em qualquer lugar. Da habilidade manual e capacidade de aprendizado sempre acompanhada de uma **criatividade** que espanta os estrangeiros. O que significa dizer que a maneira de nós sermos é imensamente negra? Isto vale afirmar que, de uma certa forma, todos que aqui vivem, ou têm o negro no sangue, ou na cabeça (SANTOS, 1988, p. 29, grifos do autor).

No texto o autor infere, aponta e conclui que o delineamento da sociedade brasileira conta com a participação de outros grupos étnico-raciais, porém salienta/demarca/assevera que o caráter delineador da alma brasileira é desempenhado pela cultura africana. Continuando com o pensamento do autor (1988, p. 29).

No sangue, nós sabemos que o Brasil é bem negro. Quanto à nossa cabeça, isto é, a forma de nós brasileiros sermos e pensarmos, como já foi dito, não é diferente. Esses dois aspectos do legado da escravidão, fazem a alquimia racial bem urdida que somos e que torna este país um imenso porto onde a Europa e África se contracenam na ciranda real do cotidiano.

Apesar da inegável participação na formação da alma brasileira, obstáculos existem e continuam presentes na vida de pessoas negras brasileiras. São óbices que entravam o acesso à cidadania, conforme aponta Santos (1988, p. 29).

Infelizmente, o legado não se restringe apenas à parte econômica e cultural. Apesar da imensa contribuição deixada pelos antigos escravos e pelos seus descendentes, os negros são duramente discriminados e impedidos de terem as mesmas oportunidades que os demais grupos raciais.

¿Quem protagoniza as oportunidades conseguidas por pessoas africanas e afro-brasileiras ao longo desses quinhentos e dezessete anos de Brasil? É afirmação constante, amiudada e contumaz nessa tese de que todo e qualquer avanço, mudança e passo a frente na vida de pessoas negras é de sua própria autoria. Por isso, como menciono ao longo desse trabalho justifica-se a invasão/a ocupação de espaços na sociedade brasileira. Existem muitos outros recintos a serem invadidos/ocupados. Entre esses estão mentes e corações de intelectuais, de professoras, de professores e demais pessoas envolvidas com a educação.

A concepção de invasão/de ocupação do espaço escolar por pessoas negras atravessa e sustenta essa tese. Nessa parte da tese, valho-me de escritos para sustentar esse trabalho. Menciono intelectuais cujas obras trilham o caminho da invasão e da ocupação da educação. Apoio-me, de início, no que expõe Sales Augusto dos Santos no artigo *A Lei Nº 10.639/03 Como Fruto da Luta Anti-racista do Movimento Negro* (2005, p. 17), ao expor sobre a importância da educação para pessoas negras ao longo do tempo.

A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status. Houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um 'bem supremo' e uma espécie de 'abrete sésamo' da sociedade moderna. A escola passou a ser definida socialmente pelos negros como um veículo de ascensão social, conforme pesquisa realizada pelo sociólogo Florestan Fernandes em 1951 (1978: 09, 275-276) 2. Mas antes mesmo desta data o *Jornal Quilombo*, dirigido pelo intelectual e militante negro Abdias do Nascimento, já indicava a necessidade de educação formal para os negros como uma condição necessária à superação da exclusão sócio-racial a que estavam submetidos.

Afirmava o Quilombo, em sua primeira edição, na coluna ‘Nosso Programa’, que era necessário ‘lutar para que, enquanto não for gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares’ (QUILOMBO, 2003).

Fica evidenciado que, mesmo em período no qual não existiam políticas públicas que incentivassem a busca da escolarização por pessoas negras, essa procura sempre existiu.

Outra intelectual que reforça a importância do ato de aprender, atividade desenvolvida por escolas, é Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Na Apresentação da obra *A História da Educação dos Negros no Brasil* expõe.

A escola, melhor dizendo a escolarização, é um valor para a comunidade negra. Eu o sabia, pois assim aprendi no seio da minha família, na convivência com a comunidade negra. Em pesquisa que eu e operários negros realizamos, lá em 1985, ficou explicitado que a escolarização era um valor de refúgio, para nós negras e negros. Por que valor de refúgio? Não que nos refugiemos nas escolas, onde com frequência nos submetem, por força de persistente racismo institucional, a experiências de discriminação, desrespeito, sofrimentos. Mas porque, com os conhecimentos adquiridos nas escolas, temos mais condições de expressar para além da nossa comunidade, quem somos, que projeto de sociedade defendemos enquanto descendentes de africanos. E, assim possamos, em conjunto com os demais cidadãos e cidadãs construir uma sociedade que definitivamente inclua, respeite e apoie a todos (SILVA, 2016, p. 7).

Continuando a exposição, assevera a professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2016, p. 7):

Refúgio, nesse caso, pois, não é um abrigo, mas um instrumento para fazer conhecido e reconhecido um povo, o nosso povo negro, e sua luta. É preciso manejar as linguagens que utiliza o opressor, pondera a mulher negra sulafricana Pastora Knosi, para poder combater as opressões implícitas e também as declaradas que nos são impostas

¿Se pessoas negras procuram sempre a escolarização, por que milhões estão fora de sala de aula?

A respeito de defender, propugnar e apoiar a presença de novos olhares sobre a educação envolvendo pessoas negras, creio ser importante repetir que sigo roteiro de estudos que realizo há mais de quarenta anos, tenho compromisso com outros olhares. É impossível em um país com a dimensão continental que possui o Brasil e com a pluralidade étnico-racial, ficar centrado, de forma valorativa e de modo referencial para cerca de 200 milhões de pessoas, em um único modelo de cultura. Ao se buscar, utilizar e mencionar outros saberes, não pretendo agir de forma fragmentada, estereotipada e desassentada. Por isso, possuo divergências com o pensamento de alguns autores que a academia reverencia e consagra. Em alguns momentos, faço esse apontamento. Mas o ponto focal em que laboro é trazer outras

peessoas pensadoras, sobretudo, identificadas étnico-racialmente como sendo pessoas negras. Muitos dessas/desses intelectuais construíram seus enunciados em um período no qual não era *modismo* falar do tema. Há parcerias importantes nessa construção do embasamento teórico. Como refiro ao longo dessa tese, não sou apreciadora de quem deseja incorporar o papel de pessoas negras. Sou admiradora de quem respeita e demonstra solidariedade.

Para a construção dessa parte da tese, acerquei-me de livros de autoria consagrada, como será constatado ao longo desse estudo, bem como de trabalhos acadêmicos que trilharam caminho assemelhado. Chegaram às minhas mãos dissertações e teses envolvendo o tema das ações afirmativas. Ao folhá-las gritava mentalmente: - É isso mesmo. Maravilha! Que bem escrito. A alegria que me invadia, me fazia pensar que tudo, de certa forma, já estava dito. ¿Haveria coisa para eu dizer? Como tenho compromisso, sei que não inventarei a roda, ou seja, não serei inovadora. Seguirei o construto latino ao afirmar o que abunda não prejudica. Já referido anteriormente nesse trabalho, foi depois de uma geração, período correspondente a vinte e cinco anos, conforme designa-se o tempo para uma geração que voltei aos bancos escolares, à universidade na condição de aluna regular. Nesse lapso de tempo, produziram-se alterações, consideradas por mim, significativas. Emergem no cenário educacional brasileiro centenas de intelectuais negras e centenas de intelectuais negros. Reafirmo pessoas negras sempre fizeram parte da educação brasileira, afirmação alicerçada em pessoas negras estudiosas do tema como Nilma Lino Gomes, Marcus Vinicius Fonseca, Kabengele Munanga, entre tantas outras pessoas negras dedicadas ao estudo da relação entre educação e população negra brasileira. Também me vali de pessoas estudiosas pertencentes a outras áreas como a História, a Psicologia, a Economia, a Sociologia e a Antropologia.

3.3 A BUSCA DE MUDANÇAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Sales Augusto dos Santos entre as conclusões a que chega em sua tese *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*, aduz e afirma com segurança,

[...] sustentamos a hipótese de que há indícios plausíveis de que o que está em disputa com a implementação das cotas para os negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras não é só a redistribuição de vagas nas universidades públicas brasileiras, mas a possibilidade de desracialização e renovação de uma parte das elites estatais brasileiras. Mais ainda, está em disputa também a quebra do monopólio branco sobre a representação dos negros no Brasil (Cf. Bairros, 1996). Ou, se se quiser, estão em disputa dois modelos diferentes de compreensão e análise da sociedade brasileira no que diz respeito às relações raciais: um de manutenção de colonização intelectual e outro de descolonização intelectual. Neste último, os antigos objetos de estudo, os negros, metamorfoseiam-se em sujeito

de conhecimento e passam não somente a criticar o que se fala sobre eles, mas também a produzir conhecimentos sobre si próprios e sobre os que querem ter o monopólio de sua representação. Dessa forma, não somente questionam profundamente a produção de conhecimento de renomados intelectuais brancos da área de estudos e pesquisas sobre relações raciais, mas apresentam outras possibilidades de se viver em sociedade (SANTOS, 2007, p. 518).

Permito-me aqui iniciar com uma forma jovem de concordar com o pensamento, a análise, a conclusão feita. Sales Augusto dos Santos *lacrou*⁵²! Sua conclusão, atingida com sua tese elucidativa e fecunda, sepulta de vez falas tergiversantes. A profundidade da adoção de Programas de Ações Afirmativas nos centros de excelência, como são designadas universidades públicas brasileiras, tem como fito muito mais do que formar um conjunto de pessoas negras em diferentes cursos. Mexe com todo o tecido social brasileiro. E o que seria mais importante de tudo! Faz essa transformação vir ao encontro da melhoria da sociedade brasileira.

A resistência à adoção de Programa de Ação Afirmativa tem a ver com o imenso peso do racismo existente na sociedade brasileira. Enterra-se a ideia falaciosa de que a adoção do Programa baixa o nível da universidade. Fazendo uma quebra na forma convencional de como são construídas as teses acadêmicas, insiro aqui, manifestação feita na mídia social, facebook. Manifestei minha inconformidade, meu desconforto com a madrinha de artistas talentosos. Faço esse adendo, porque enfrentar o racismo, a discriminação racial, o preconceito e ações correlatas deve estar presente sempre na vida de quem quer construir e participar de um mundo melhor.

Gentem, vou atender a um conselho de uma pessoa que respeito muito. Disse ela que para fazer um trabalho com qualidade é preciso sair do *feicibúqui*. Aceito a recomendação. Antes quero dizer que agradeço as minhas comadres, pelas afilhadas e pelos afilhados. Talvez eu deixe a desejar um pouco nesse quesito. Mas saibam que tenho tod@s nas gavetas do bem querer. Começando pelo Evandro, passando pela Rita, indo pra Denise, dirigindo-se para Camila e chegando ao Yambi. Talvez tenha cometido o *esquecídio*⁵³ e omitido o nome de alguém. Mesmo com possíveis erros, pois sou humana, não procuro lucrar com elas / eles. Por isso me chateia / me incomoda / me deixa desassossegada saber que pessoas com talento consagrado, precisaram / precisam de madrinha para terem seu valor reconhecido. Mesmo com talento compositores negros precisaram de *madrinha* para serem aceitos. Nelson Cavaquinho, Zeca Pagodinho, Martinho da Vila, Arlindo Cruz, Jorge Aragão falam da madrinha. Respeito a cantante, mas ela precisa saber que cresceu artisticamente se valendo da opressão que o racismo faz com pessoas negras talentosas. Madrinha é outra coisa. Perguntem pra Elusa, pro Adrô, já que a Tereza que me chamava de Maria Conceição, já virou estrela, pra minha irmã-comadre Graça, pra Vera Lopes e pra Dora. Também me incomoda uma afirmação do *poetinha*, que se pretendia ser o *branco mais negro do Brasil*. Tanto não era que para enfeitar seus versos da garota do bairro de Ipanema, versava: [...] *olha que coisa mais linda, mais cheia de graça* [...]. Sua musa não era uma mulher negra. Não precisamos de *madrinha*, nem de branco que se quer mais negro de que uma pessoa negra. Precisamos que não se valham do fato de serem pessoas brancas. Abolicionistas do século XXI *fora*. Respeito sim! Abraço a todas pessoas brancas que já entenderam que não precisam ocupar o nosso corpo, os nossos valores, se fantasiarem de negr@s e pard@s!

⁵² *Lacrou* é uma maneira de dizer que a pessoa foi bem em algo que fez. Realizou atividade e obteve sucesso (2017, significado online).

⁵³ Esquecídio, termo que uso à guisa de cometer o ato de esquecer.

A manifestação serve para lembrar que faltou à madrinha o entendimento de que se vive em uma sociedade racista que busca invisibilizar, abafar e destruir talentos negros em todos os setores da sociedade brasileira. Caberia a ela, juntar-se a todas aquelas pessoas, organizações que lutam contra o racismo, para juntos buscarem desconstruir esse monstro que refeniza talentos nas mãos de mulheres brancas e homens brancos. Exigindo constantemente madrinha e padrinho. Imaginem se há necessidade de madrinha para quem compõe esses dez versos cheios de sabedoria. Brada que a maldade desapareça. Exorta que a luz chegue aos corações e elimine a exploração do humano pelo humano.

Juízo Final

Compositor: Nelson Cavaquinho / Elcio Soares

O sol há de brilhar mais uma vez
 A luz há de chegar aos corações
 Do mal será queimada a semente
 O amor será eterno novamente
 É o juízo final
 A história do bem e do mal
 Quero ter olhos pra ver
 A maldade desaparecer
 O amor será eterno novamente
 O amor será eterno novamente (CAVAQUINHO, 1973).

Para amparar a manifestação sobre o triste papel de *madrinha e de branco mais negro do Brasil*, valho-me da obra *Samba Negro: espoliação branca*, que inicialmente serviu como tese de mestrado da historiadora Ana Maria Rodrigues. Em seu trabalho tem

[...] como ponto de partida o surgimento das associações lúdicas do grupo minoritário das associações lúdicas do grupo minoritário negro no século passado, a Autora mostra a situação vivida por ele, durante e após a escravidão, no que se refere ao seu relacionamento com a sociedade branca e aos controles de suas festividades. Numa segunda etapa, caracteriza o processo de transformação das escolas de samba e apreende, finalmente, o nível de conscientização do elemento negro quanto à usurpação que sofre com a infiltração de outros segmentos étnicos nessas festividades (RODRIGUES, 1984, parte interna / contracapa).

Eliminar a *madrinha*, afastar o *padrinho*, expulsar o branco que se quer mais negro é fundamental para deixar que pessoas negras sejam sujeitas, não meros objetos de investigação. Sendo muitas vezes representadas desfiguradamente.

3.4 ENCONTRANDO OUTROS SUPORTES EPISTEMOLÓGICOS

Eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. É difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, o cotidiano é sempre muito pesado para o negro. E é difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir

tranquilamente a palavra crítica (Fala do filme Encontro com Milton Santos, 2006 apud RONCOLATO, 2015, p. 84).

Para ancorar, abastecer e fortalecer a ideia de que o pensamento centrado na Europa não dá conta de questões ligadas ao povo africano, afro-brasileiro e indígena, busquei amparo na obra *Epistemologias do Sul*. A coletânea foi organizada por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. Participam, além dos organizadores, quatorze intelectuais notáveis, dotados de reconhecida autoridade no universo acadêmico mundial. Embora não tenha empreendido leitura esquadrihante de todos os capítulos, a apreciação da resenha dos escritos pelos intelectuais, contendo o sumo de cada tomo, proporcionou-me avistar novo horizonte sobre o tema epistemologia. Considero valioso dizer que, durante a realização da parte teórica do Curso de Doutorado, havia sido apresentada a autores como o próprio Boaventura Sousa Santos, Anibal Quijano, Enrique Dussel. Conhecia Nilma Lino Gomes, por ser renomada intelectual brasileira e, principalmente por abordar, de forma dedicada, a temas ligados à questão étnico-racial na educação.

Durante todo o transcurso da obra *Epistemologias do Sul*, as pensadoras e os pensadores voltam seus olhares para o sul, ofertando, valorizando e retratando culturas de pessoas negras e indígenas. Esse grupo de intelectuais provenientes de outros lugares do mundo que não a Europa trazem visões questionadoras da [já exausta] superioridade construída da cultura centrada na Europa. No Prefácio, os organizadores Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses iniciam questionando:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? **São hoje possível outras epistemologias?** (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7, grifo meu).

Continuando, o duo de organizadores indicam o caminho que a obra seguirá.

Este livro procura dar resposta a estas perguntas, partindo de duas ideias. Primeiro que não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras; segundo, que a reflexão epistemológica deve incidir, não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7).

Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses ao apontarem a finalidade da obra, salientam que o compêndio não se limita a simples crítica. Representa saberes provenientes de outras partes do mundo. Realiza diálogo desprovido de superioridade entre diferentes culturas, saberes e conhecimentos. Aludem os organizadores sobre *Epistemologias do Sul*.

Não se confinando à crítica, este livro propõe uma alternativa genericamente designada de Epistemologias do Sul. Trata-se de um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a opressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos de ecologia de saberes (SANTOS; MENESES, 2010, p.7).

O grupo de intelectuais, partícipes do livro *Epistemologias do Sul*, disponibiliza alternativas à forma *eurocentrada* de ver o mundo e ao modo de tratar as culturas de origem africana e indígena. A esse respeito, os organizadores da obra na Nota 1 grafam a seguinte explicação:

Ao contrário do multiculturalismo – que pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina – a interculturalidade pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7).

Indo ao encontro da ideia constante da obra *Epistemologias do Sul*, julgo importante reforçar que as culturas oriundas de África, continente mais antigo da terra, espalham-se além dos limites da sua geografia. Encontram-se presentes na América do Sul, na América do Norte, na América Central e na Europa. No continente europeu, aparece, sobretudo, na forma de riquezas materiais retiradas, expropriadas e extorquidas de vários países africanos. Dentro dos continentes referidos, existem *Áfricas Fora de África*⁵⁴. A história registra que milhões de pessoas africanas foram extraídas à força do continente natal e comercializadas, à guisa de mercadoria, para construírem países, que se valeram do trabalho de mulheres africanas escravizadas, de homens africanos escravizados e de sua descendência igualmente escravizada. Nessa *imigração forçada*⁵⁵, contribuíram para delineamento, definição e balizamento das culturas desses locais. É o caso do Brasil!

Faço aqui comentário que me parece pertinente nesse momento. Considerando a extensão, a profundidade e o quilate da cultura de origem africana para a formação do universo cultural brasileiro, torna-se questionável a forma estereotipada como ainda tem sido

⁵⁴ Como *Áfricas Fora de África* entendam-se países para onde africanas e africanos foram levados de modo forçado. Para esses locais interagiram com sua cultura, participando ativamente da definição da cultura do local. Tome-se como exemplo a participação no delineamento da cultura brasileira. Trago essa conceituação de modo recorrente nessa tese. Assim como o enriquecimento de países europeus com riquezas materiais levadas de África.

⁵⁵ Significa [...] entrada de indivíduo ou grupo de indivíduos estrangeiros em determinado país, para trabalhar e/ou para fixar residência, permanentemente ou não (ALMEIDA, 2017).

tratada. As culturas africana, afro-brasileira e indígena, por tratamento assemelhado, comumente aparecem no formato de apêndice. Insisto, valoriza-se sobretudo a cultura eurocêntrica. Cabendo às culturas africana, afro-brasileira e indígena o papel de elemento figurado, alegórico e fictício. Tratamento esse presente inclusive em espaços educacionais. Locais em que se deveria valorizar a pujança de culturas formadoras, delineadoras e formatadoras do jeito brasileiro de ser.

Voltando ao livro, sempre filiada à ideia de buscar suporte para a tese, destaco agora a definição de epistemologias do Sul proposta pelos organizadores.

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção de Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes, muçulmanos) foram sujeitos à dominação capitalista e colônias e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados (SANTOS; MENESES, 2010, p. 13).

Apreciar a variedade de culturas assentadas na parte sul do mundo remete ao conhecimento de universo cultural dotado de riqueza, de resistência e de valores próprios. Significa saborear epistemes de forma inteira. Sem a presença de comparativos, tendo o brilho próprio do planeta. Essas epistemologias não se comparam a satélites que giram ao redor de um astro maior. As culturas componentes da parte Sul, considerando a divisão Norte/Sul têm luz própria. Detêm conhecimentos particulares, pois pessoas ali nascidas mantêm-se integralmente através deles. As diferentes epistemes estão presentes da concepção à morte! Assentam-se nas diferentes atividades que se realizam ao longo da vida. Não fora assim. ¿Como se poderia justificar a vida nesses lugares, antes da ocupação / invasão de europeus?

Nesse momento, realizo abordagem sobre o *Capítulo 3 - Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos*, de autoria de Paulin J. Hountondji. A intenção é salientar conhecimento vindo de África.

3.5 ¿É POSSÍVEL FILOSOFAR EM ÁFRICA, OU SÓ SE FILOSOFA EM ALEMÃO?

Eu sempre achei que era impossível relacionar-me adequadamente com um lugar ou uma pessoa sem relacionar-me com todas as histórias daquele lugar ou pessoa. A consequência de uma única história é essa: **ela rouba das pessoas sua**

dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes (ADICHIE, 2015, online, grifo dos autores).

Como intimação, retrato três afirmativas ditas e ou ouvidas no cenário de sala de aula: - Os escravos vieram da África; - Na África se falam dialetos; - A África é um país atrasado. Faço essa referência, seguindo letra de música *Querelas do Brasil*, ao afirmar que o [...] Brasil não conhece o Brasil o Brasil nunca foi ao Brasil [...]. De igual condição, o Brasil ignora a História de África, o continente mais antigo do mundo e de que tem descendência mais de metade da população brasileira. Escolhi um autor presente no compêndio organizado por Sousa Santos e Meneses (2010), para demonstrar que África derrota de goleada conhecimentos preconceituosos. Sobre escravizados e escravizadores / sobre África, como continente mais antigo e não um país e/sobre línguas africanas e dialetos/há muito que se estudar em terras brasileiras!

A obra *Epistemologias do Sul* reconhece, ostenta e valoriza saberes fora do circuito da cultura europeia. Refere a diferentes culturas, a modos de viver e de pensar oriundos de outros continentes de maneira valorativa. Os saberes produzidos fora do lócus europeu são tratados como epistemologias. Provêm da parte sul do mundo, que tem sido desconsiderada pela região norte do nosso planeta. São epistemologias que defendem, postulam e advogam outros valores, diferentes daqueles representados pela cultura do norte, forjados a partir da Europa. Intelectuais provenientes de países que foram submetidos à colonização europeia, trazem olhares, vozes e conhecimentos próprios. Esses estudiosos carregam em seus escritos a visão de seu local de origem. Exemplificando, tome-se reparo na manifestação de Paulin J. Hountondji (2010, p. 117-118).

Quando falamos de estudos africanos, normalmente estamos a referir-nos não apenas a uma disciplina, mas a todo um leque de disciplinas cujo objecto de estudo é África. Entre estas incluem-se, frequentemente, disciplinas como a 'história', 'antropologia e sociologia africanas', 'linguística africana', 'política africana', 'filosofia africana', etc. Torna-se inevitável, por isso, colocar uma primeira questão: existirá algum tipo de unidade entre essas disciplinas? Será que apenas se relacionam individualmente com África, sem estarem interrelacionadas de uma qualquer forma? Será que simplesmente se sobrepõe umas às outras, estudando o mesmo objetivo a partir de perspectivas e ângulos diferentes, ou serão, pelo contrário, interdependentes ao ponto de estarem sujeitas a crescer ou desaparecer juntas? Facilmente se depreende o que isto implica: se estas disciplinas não necessitam umas das outras, se cada uma delas consegue florescer por si só sem recorrer a disciplinas vizinhas, então não há qualquer necessidade de as reunir numa mesma instituição, nem de criar institutos de estudos africanos.

Continuando, o autor pondera.

Na verdade, partindo do pressuposto de que estas disciplinas estão de algum modo interrelacionadas e temos boas razões para o fazer. Por exemplo entre a história africana e a sociologia africana existe, claramente uma complementaridade objectiva, visto que a situação presente de qualquer sociedade decorre, directa ou indirectamente, do respectivo passado. Por outro lado, um bom conhecimento do presente e da lógica dos acontecimentos na vida actual pode oferecer pontos de vistas úteis para compreender o passado. Assim, a sincronia remete para a diacronia e vice-versa. A história e a sociologia são apenas um exemplo. Podem encontrar-se relações similares em todas as disciplinas que constituem os estudos africanos (HOUNTONDI, 2010, p. 118).

Seguindo o exposto por Hountondji, ao realizar estudos sobre África, vê-se que não bastaria a incorporação de uma disciplina no currículo. A inclusão da cadeira História da África, ainda, deixa muito distante a efetiva história de África. Faltaria o apoio de outra disciplina a sociologia africana. O conhecimento integral da história africana requer compromisso profundo, sério e efetivo. ¿Por que conhecer dessa forma? Lembremos a ligação construída há mais de cinco séculos entre o continente africano e o Brasil. Milhões de pessoas africanas foram sequestradas de seu continente, para trabalhar de forma escravizada em terras brasileiras, construindo seu contorno socioeconômico e cultural. Lembremos que, devido à magnitude da importação de milhões de africanas e africanos, o Brasil é o segundo país do mundo em população de habitantes com descendência africana. Antes de continuar com o pensamento de Paulin J. Hountondji, trago informações sobre Costa do Marfim, de onde é originário.

A **Costa do Marfim** é um país situado na África Ocidental, no Golfo da Guiné. Seu território faz fronteiras com Gana a leste, com Burkina Faso a nordeste, com Mali ao norte, com a Guiné a noroeste e com a Libéria a oeste. Ao sul, o país é banhado pelo Oceano Atlântico. Possui uma área de 322.460 km, onde habitam cerca de 20,5 milhões de pessoas, o que remonta a uma densidade demográfica de 64 habitantes para cada quilômetro quadrado (PENA, 2017, online, grifo dos autores).

Assim como outros países africanos, Costa do Marfim sofreu ação deletéria da exploração de países europeus, pertencentes ao designado primeiro mundo.

A Costa do Marfim foi uma colônia francesa, mas antes era um entreposto comercial utilizado por Inglaterra, França e Portugal para negociarem, principalmente, escravos. Em 1915, os franceses consolidaram a sua dominação, exercendo um monopólio sobre a região, que só conseguiu sua independência na década de 1960 (PENA, 2017, online).

Para mostrar o modo delendante da colonização europeia em África, prestemos atenção ao relato a seguir.

Inicialmente foram os portugueses no século XV que começaram a mover a exploração colonizadora sobre o território que vem a ser hoje a Costa do Marfim. Os portugueses passaram a explorar o comércio de escravos e também de marfim, os

portugueses se mantiveram por um período, mas não tendo suficiente capital, pra iniciar um processo de colonização em larga escalada. Diante dessa brecha já no século XIX os franceses em seus esforços expansionistas penetraram no interior da Costa do Marfim. Como forma de acelerar a colonização os franceses adotaram a velha política de “dividir para dominar”, ora realizaram acordos com lideranças tribais, ora em outros casos estimularam disputas intertribais, tudo com o fundado o objetivo de impedir a formação de uma resistência homogênea ao seu avanço colonial (CONSCIÊNCIA..., 2011, online).

Pode-se perceber que herdeiros da revolução que pregava o lema: *liberdade, igualdade e fraternidade* protagonizaram lutas em África, com finalidade contrária à que pregava para si. Houve influência da França para manter pessoas cativas, beligerando entre si e impedindo que juntas enfrentassem a exploração da colônia. A ganância, a exploração e a disputa exacerbada foram heranças cruéis deixadas por franceses, habitantes do decantado primeiro mundo⁵⁶.

A exploração francesa continuou agindo após Costa do Marfim tornar-se país independente. ¿Que fez o governo de França?

Para impedir que a Costa do Marfim rumasse para um similar processo de ruptura violenta igual a dos argelinos, os franceses de antemão a evitar que o país fosse libertado por uma força revolucionária legítima, iniciaram uma estratégia de ‘independência concedida’ que se constitui basicamente em estabelecer prévias negociações com uma elite ‘nativa’ disposta a servir como títere, para se fazer uma transição pacífica e paulatina do poder. O escolhido para ser o elo dessa transição foi Félix Houphouët-Boigny que era reconhecido por seu caráter de negociador-moderado pelos tempos em que foi dirigente sindical, e porque já possuía credenciais confiáveis por ter sido eleito deputado representante para o parlamento francês pois gozava de cidadania. Sendo assim Félix Houphouët-Boigny e seus

⁵⁶ “**Primeiro Mundo**” é uma expressão atualmente usada para designar os países desenvolvidos em contraposição às expressões “segundo mundo” e “terceiro mundo”. Surgida nos tempos da Guerra Fria, no que ficaria conhecido como “Teoria dos Mundos”, a denominação, a princípio designava os países capitalistas enquanto que o “segundo mundo” seriam os países comunistas e o “terceiro mundo” os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos que não tomaram parte direta no conflito (“em cima do muro”). Finda a Guerra Fria, a expressão tomou outro sentido um pouco diferente e passou a designar todos os países de economia desenvolvida e com indicadores sociais excelentes. Estão incluídos nesta lista segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional) os Estados Unidos da América, Canadá, Alemanha, Eslovênia, Israel, Países Baixos, Andorra, Espanha, Itália, Portugal, Austrália, Japão, Reino Unido, São Marino, Liechtenstein, Finlândia, Bélgica, França, Luxemburgo, Singapura, Suécia, Mônaco, Grécia, Chipre, Coreia do Sul, Irlanda, Noruega, Suíça, Taiwan, Nova Zelândia, Islândia, Dinamarca. Vez ou outra a expressão pode ser utilizada para designar os países do G8, mas, neste caso irá incorporar bem menos países do que em sua nova definição. Alguns países, como se pode notar, não faziam parte do grupo do “primeiro mundo” de acordo com a primeira denominação, durante a Guerra Fria. Mas com a mudança de significado do termo o número de países considerados do “primeiro mundo” aumentou. Todas as nações citadas como de “primeiro mundo” possuem a característica de serem altamente consumistas e possuir tecnologias de ponta e em grande quantidade. O consumismo justifica-se pelo alto poder aquisitivo destas sociedades, a maioria de economia predominantemente industrial. Seus governos são majoritariamente democráticos, seja do tipo monarquia constitucional como em Luxemburgo, ou república presidencialista como nos EUA. Outra característica importante destes países é que eles possuem uma economia diversificada produzindo diversos tipos de bens (com exceção de alguns de menor porte ou desenvolvimento mais recente, a exemplo de Chipre que depende basicamente do turismo). Geralmente investem alto em desenvolvimento tecnológico e científico, além de contar com modernos meios de transporte e educação e ter uma população urbana bem maior que a população rural. Dentre os países de “primeiro mundo” àqueles de maior poder econômico são: EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Itália e Reino Unido (FARIA, 2017, grifos da autora).

aliados foram os homens de confiança para ficarem a cargo de um governo ‘independente’ costa-marfinense. Estando assegurado sobre a transferência do controle do poder para mãos ‘seguras’, o então presidente francês Charles de Gaulle reconhece oficialmente, a separação da Costa do Marfim (CONSCIÊNCIA..., 2011, online, grifos dos autores).

Como consta no texto acima, percebe-se que França, considerada berço da civilização para o mundo branco, atuou como carrasco para o continente africano. Primeiro pela expropriação de valores, segundo por espalhar a separação entre compatriotas. Entretanto a imagem espalhada do país francês é altamente positiva.

A França está entre os países mais ricos e desenvolvidos do mundo. Na Europa, ocupa o terceiro lugar entre as economias do continente, superada somente pela Alemanha e o Reino Unido. No âmbito global, é a sexta economia, superada pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, República Popular da China e Reino Unido. A capital, Paris, exerce um importante papel na Europa, inclusive, é uma das mais populosas do continente. Além disso, é considerada uma cidade global, ou seja, uma das mais importantes do mundo (CONSCIÊNCIA..., 2011, online).

Neste contexto tendo em vista manter privilégios, a França apoia a indicação de quem consentiria em garantir seus interesses na ex-colônia.

Félix Houphouët-Boigny ascendeu ao poder, assumindo a cadeira de presidente. Como era de se esperar manteve relações amistosas com os antigos colonizadores, mantendo intactos os interesses do imperialismo francês sobre a nação marfinense. Sua condição de sabujice, para com o imperialismo francês recebeu o nome de ‘Françafrique’. Como forma de não haver contestação sobre seu mandato Houphouët aprovou a criação de uma constituição que lhe atribuía um amplo poder, para consolidar sua hegemonia proibiu a existência de partidos políticos de oposição, fechando o regime apenas ao Partido Democrático. A perseguição a opositores, se torna um dos pilares de sustentação do regime (CONSCIÊNCIA..., 2011, online).

O africano Hountondji mostra que se filosofa em outra língua além da alemã. Diria, com outra mente, de diferente nacionalidade, que não somente a alemã. Esse estudioso usa a francofonia. Derrota, mais uma vez, a ideia de que cabeça é patrimônio de pessoas brancas. Contrapõe-se a versos da bela poesia musicada *Língua*, de autoria de Caetano Veloso (1984) ao dizer que é melhor fazer uma música, pois só em alemão se filosofa. “[...] É melhor fazer uma canção / Está provado que só é possível filosofar em alemão / Se você tem uma ideia incrível / É melhor fazer uma canção / Está provado que só é possível / Filosofar em alemão [...]”. Atente-se para essa explanação de Hountondji.

Voltei as atenções, portanto, para a existência de uma literatura filosófica africana. Logo a primeira frase do meu livro *African Philosophy, Myth and Reality*, de 1983, afirmava algo que hoje pode soar como uma verdade de La Palice, um lugar comum bastante simples mas que, devido ao panorama ideológico e intelectual da época, parecia conter uma novidade extraordinária: ‘*Por filosofia africana entendo um conjunto de textos*’ (Hountondji, 1977, 1983) (SANTOS; MENESES, 2010, p. 122).

Há muitas *lindezas* no artigo de Hountondji sobre filosofia africana e seu encontro com a filosofia que vem da Europa/do seu entendimento sobre estudos africanos/das pesquisas ligadas às sociedades africanas... Entretanto vou freando meu desejo de mergulhar mais profundamente no tema. Uma das razões é a falta de tempo, para debruçar-me nessa matéria que conheço superficialmente, que é a filosofia. Outra é que abandonaria o fulcro desse trabalho. Estabeleço comigo mesma, o compromisso de olhar melhor para essa parte do conhecimento humano, realizando estudos com o pensamento de intelectuais voltados para o mundo fora da Europa.

Vale referir que a colonização europeia deixou resquícios negativos no continente africano. A independência de antigas colônias europeias é relativamente recente. Costa do Marfim liberta-se de França em 7 de agosto de 1960. Por volta desse período, outros países africanos tornam-se independentes. Há que se entender que cerca de mais de meio século é tempo pouco para a consagração de mudanças. Ficaram, nos países submetidos à colonização, marcas indeléveis do período de exploração empreendida por países europeus. Um deles é a influência no modo de gerenciar.

Finalizo esse item em que discorro sobre o intelectual africano Paulin J. Hountondji, que escolhi para representar o continente nessa parte do trabalho. Servindo como modelo para demolir falsas afirmações como: os escravos vieram da África; na África se falam dialetos e a África é um *país* atrasado. No capítulo 3 *Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos*, escrito por Hountondji, fica estampada a ideia de que o continente africano vindica por valorização dos seus conhecimentos de forma integral. Para reforçar a demanda, registro o pensamento de Paulin J. Hountondji.

[...] Há que repor a justiça para o continente negro, fazendo com que todo o conhecimento acumulado ao longo de séculos sobre diferentes aspectos da sua vida, seja partilhado com a gente que lá vive. Há que tomar medidas adequadas no sentido de possibilitar à África proceder a uma apropriação lúcida e responsável do conhecimento disponível, bem como das discussões e interrogações desenvolvidas noutras paragens. Uma apropriação que deve ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento (SANTOS; MENESES, 2010, p. 127).

3.6 VOLTANDO OS OLHOS PARA O SUL

A condição dos africanos e seus descendentes como ‘corpos escravos’, ‘objetos a serem usados’ no período escravocrata deixou as suas consequências no pensamento e na organização social até os dias de hoje. Experimentando outras formas de exclusão, os afro-brasileiros ocupam um lugar incômodo na sociedade brasileira. A visão do corpo negro como ‘coisa’ desprovida de qualquer subjetividade deixou as suas reminiscências na literatura brasileira. Encontramos ainda textos em que

metaforicamente o negro surge aprisionado por um olhar que insiste em considerá-lo como o estranho, o diferente, o Outro. O corpo negro aprece como m simples *objeto* a ser descrito (EVARISTO, 2009, p. 23).

O olhar para o sul do mundo proposto pelos autores possibilita o aprendizado, o conhecimento e a valorização de outros grupos humanos, que possuem bagagem de vida significativa, rica e digna de respeito pelo conjunto da sociedade mundial. Fica visível, através da leitura dessa obra, a não existência de saberes únicos, passíveis de abrangerem por si toda a riqueza cultural do universo.

Epistemologia do Sul encontra-se dividido em quatro partes. A primeira denomina-se *Da Colonialidade à Descolonialidade* e: “[...] identifica algumas das linhas principais da diferença epistemológica, ou seja, do modo como a dominação econômica, política e cultura se traduziu na construção de hierarquias entre conhecimentos” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 13).

Nessa parte

Boaventura de Sousa Santos defende que a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta na ideia do que designa por pensamento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os actores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha). Segundo o autor, o pensamento abissal continua a vigorar hoje, muito para além do colonialismo político. Para o combater, propõe uma iniciativa epistemológica assente na ecologia dos saberes e na tradução intercultural (SANTOS; MENESES, 2010, p. 13).

Esse é o rumo que a obra *Epistemologias do Sul* segue.

A segunda parte, intitulada *As Modernidades das Tradições*, centra-se numa das dicotomias centrais em que foi vertida a diferença epistemológica: a dicotomia entre tradição e modernidade. A desqualificação dos saberes não-ocidentais consistiu, entre outros dispositivos conceptuais na sua designação como tradicionais e, portanto, como resíduos de um passado sem futuro. [...] O objetivo desta parte é mostrar que a dicotomização dos saberes foi um acto moderno que, paradoxalmente, investiu de modernidade, tanto os saberes que designou como modernos na forma como resistiram ao saber hegemônico e por isso devem ser concebidos como modernidades alternativas. No mesmo processo a modernidade ocidental converte-se numa tradição entre outras, uma tradição cuja característica mais específica foi prerrogativa de poder designar unilateralmente as outras tradições como tradicionais. Uma vez operada esta reconceptualização é possível resgatar epistemologicamente a modernidade ocidental (SANTOS; MENESES, 2010, p. 16).

Constroem a terceira parte de *Epistemologias do Sul* os intelectuais Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel e Nilma Lino Gomes, única representante brasileira na obra. Sobre essa seção referem os organizadores que:

Na terceira parte, intitulada *Geopolíticas e a sua Subversão*, a análise centra-se no aprofundamento dos lugares e contextos que subjazem à construção do conhecimento moderno hegemônico e do que isso significou para os saberes subalternizados e para as práticas e agentes sociais que os produziam e reproduziam. A pluralização dos lugares e contextos permite identificar a diversidade epistemológica do mundo e valorizar conhecimentos até agora desvalorizados como locais, isto é, como contextuais (SANTOS; MENESES, 2010, p. 16).

Nilma Lino Gomes é autora do Capítulo 13 - *Intelectuais Negros e Produção de Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*. ¿Que trata essa parte? A autora inicia a sua parte afirmando:

Pretendo tematizar nesse capítulo algumas reflexões referentes ao intelectual negro e o seu lugar no contexto acadêmico brasileiro. Trata-se de uma discussão e um processo que têm a sua origem na tensa dinâmica social e racial da própria sociedade e não no interior da academia, entendida aqui como a universidade, principal instituição responsável pela produção e socialização do conhecimento científico. A intervenção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção de conhecimento não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento faz parte da história das lutas sociais em prol do direito à educação e ao conhecimento assim como da luta pela superação do racismo (SANTOS; MENESES, 2010, p. 441).

Considero o conteúdo desse capítulo como uma resposta à forma como pessoas negras militantes/ativistas da luta antirracismo costumam ser tratadas pela ótica estabelecida por alguns integrantes da academia. Tentam minimizar a força dos escritos. Com isso o acesso a locais como a docência universitária fica travada. Grafam com cores fortes o ativismo/a militância. Em contrapartida, esmaecem o caráter intelectual em pessoas negras. Mais uma vez fazem a divisão do nosso corpo negro. No início, quando pessoas negras não tinham formação escolar, o corpo negro era visto do pescoço para baixo. Às mãos serviam para o exercício do trabalho manual. Poderiam também tocar instrumentos musicais. A cabeça quando entrava era para cantar. Mãos, pés e cabeças de pessoas negras ingressavam juntos, de forma valorizada, em caso de jogo de futebol.

Divisão essa que demonstra o menosprezo às atividades manuais, desenvolvidas, em muitos casos, por mãos negras. Tenta-se valorizar os feitos da mente, executados por pessoas brancas. Vale saber que essa dissociação não ocorre. Para empreender qualquer atividade cometida pelas mãos ou os pés, a mente contribui sempre. Exemplando. Em 27 de julho de 2011, jogavam Santos e Flamengo na Vila Belmiro, na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Jogador de nome Arouca, pertencente ao Santos Futebol Clube comete falta em Ronaldinho Gaúcho, jogador do Flamengo Futebol e Regatas do Rio de Janeiro. O juiz anota a infração. A vítima é escolhida para cobrar o castigo imposto ao transgressor. Preparam-se o sofrente e alguns algozes. O primeiro para cobrar a falta. Os outros, da turma do agressor,

ajeitam-se com a função de defender. Apita o árbitro. Jogadores do Santos imaginam que o atleta do time rival vai chutar por cima. Enganaram-se. A vítima, transformada agora em carrasco, chuta rasteiro e comete o gol. ¿O que foi utilizado ali? Dirão: - O pé. Erraram! Há que se reconhecer. Para edificar tal feito a inteligência é fundante. Isso é perceptível em toda atividade que envolver a parte física. O ritmo presente em artistas negros que tocam instrumentos. O varrer, o limpar aquilo que outrem sujou requer a presença da inteligência. Não fora isso verdadeiro, lembremos o compositor Cartola. Angenor de Oliveira era um homem simples, sem grande formação escolar. Com inteligência, sensibilidade e respeito construiu essa obra de arte, em que proclama:

Bate outra vez / Com esperanças o meu coração / Pois já vai terminando o verão
enfim / Volto ao jardim / Com a certeza que devo chorar / Pois bem sei que não
queres voltar para mim / Queixo-me às rosas, mas que bobagem / As rosas não
falam / Simplesmente as rosas exalam / O perfume que roubam de ti, ai... / Devias
vir / Para ver os meus olhos tristonhos / E, quem sabe, sonhavas os meus sonhos /
por fim (CARTOLA, 1976, online).

A exemplificação foi erigida para destruir afirmação a premissa, o axioma e a ideia preconceituosa de que pessoas negras são afastadas do terreno educacional devido à incapacidade de aprendizado. Localizando-se melhor realizando atividades ligadas às atividades laborais de mãos e pés. Conceito facilmente desmontável. Seguindo a teia traçada pela professora Dra. Nilma Lino Gomes sempre tivemos habilidades para buscar a escola, ou escolarização, como refere Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (FONSECA, 2016). Quem se apoia em resultados que apontam para baixos resultados, fugas e abandonos do espaço escolar, deixam de questionar o modo como nesses locais acontece a relação com pessoas negras. Com a consistente invasão / ocupação do espaço escolar, indo do grau primeiro à pós-graduação em strictu sensu, criam-se novas formas de barrar o acesso. Embora com a mesma formação, urge catar modo de excluir. Acadêmicas negras e acadêmicos negros são pintados com cores forte do viés militantes/ativistas do que com tons de intelectuais. Aproveitando versos de cantiga infantil, brademos em mais alto e bom tom:

[...] **Qui mintira qui lorota boa** (2x) [...]
Certa noite muito escura atirei de brincadeira
Espaiei dezesseis chumbo cum a minha atiradeira
No momento ia passando quinze patos no terreiro
Qui caíram fulminado, oi qui tiro mais certo
Oh, oh, oh! (2x)
Qui mintira qui lorota boa (2x) [...].

Ao parodiar a letra brejeira da música *Lorota Boa*, de autoria de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, em que se aparecem inverdades, entre elas dizer que com dezesseis chumbos

atingiram quinze aves, digo que mentira, que lorota boba. Para engodo, que busca imobilizar, estigmatizar a fim de justificar a exclusão de pessoas negras acadêmicas de lugares de brilho do universo da academia. Lembrando, lorota é sinônimo de: parolice, bazófia, intrujice, mentira, jactância, segundo o dicionário online de português.

Reiterando, pensamento constante na obra *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política* de Boaventura Sousa Santos, formula Nilma Lino Gomes:

A pluralidade externa, ou seja, a construção de outros saberes, diz respeito a abertura de uma diversidade de modos de conhecimento e as novas formas de relacionamento entre estes e a ciência. Esse processo, segundo Santos (2006), tem sido conduzido com resultados positivos, especialmente, **nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno**, onde o encontro entre saberes hegemônicos e não hegemônicos é mais desigual e violento. **É nesse contexto que se encontram os intelectuais negros brasileiros** (GOMES, 2010, p. 442, grifo meu).

Destaco o valor do texto formulado pela intelectual por trazer suportes para desconstruir amarras que buscam refenizar pensadoras negras e pensadores negros. Ainda, valendo-se de Boaventura Sousa Santos na mesma obra, assevera:

Para o autor supra citado, tal processo se dá em um contexto de luta contra uma monocultura do saber, não apenas no campo teórico, mas na prática constante dos processos de investigação. Afirmar a existência do potencial infinito da diversidade epistêmica do mundo e discutir o caráter conceitual e incompleto do conhecimento são orientações presentes na ecologia de saberes ou de práticas de saberes (GOMES, 2010, p. 442).

Afirma a seguir que

Para Santos (2006: 154) *‘a ecologia dos saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônica e pretendem contribuir para credibilizá-las e fortalecê-las’* (GOMES, 2010, p. 442).

Continuando, a autora assevera.

Ela se assenta em dois pressupostos:

1) Não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras: 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes (GOMES, 2010, p. 442).

3.7 ¿QUAL O PAPEL DA ECOLOGIA DOS SABERES EM RELAÇÃO À INTELECTUALIDADE NEGRA BRASILEIRA?

Atravessa essa tese a visão de que pessoas negras têm estado todo o tempo entregues ao seu próprio destino, seguindo tramontana que constroem *per se/de per si*, isto é, isoladamente, individualmente. É a construção de espaços de liberdade, quando não grassava esse estatuto no Brasil para pessoas africanas e afro-brasileiras. A busca de escolarizar-se. As diferentes formas utilizadas para manterem-se após uma liberdade inconclusa. Libertação que impediu de voar, como ecoam os versos de Oliveira Silveira no poema Treze de Maio.

Treze de maio traição, / liberdade sem asas / e fome sem pão. / Liberdade de asas quebradas / como / este verso. / Liberdade asa sem corpo: / sufoca no ar, / se afoga no mar. / Treze de maio – já dia 14 / o Y da encruzilhada / seguir / banzar / voltar / Treze de maio – já dia 14 / a resposta gritante: / pedir / servir / calar. / Os brancos não fizeram mais / que meia obrigação. / O que fomos de adubo / o que fomos de sola / o que fomos / o que fomos de burros cargueiros / o que fomos de resto / o que fomos de pasto / senzala porão e chiqueiro / nem com pergaminho / nem pena de ninho / nem cofre de couro / nem com lei de ouro. / O que fomos de seiva / de base / de Atlas / o que fomos de vida / e luz / chama negra em treva branca / quem sabe só com isto: / que o que temos nós lutamos / pra sobreviver / e também somos esta pátria, / em nós ela está plantada / nela crispamos raízes / de enxerto mas sentimos / e mutuamente arraigamos / Quem sabe só com isto: / que ela é nossa também, sem favor, / e sem pedir respiramos seu ar / a largos narizes livres / bebemos à vontade de suas fontes / a grosas beçadadas fartas / tapamos-destapamos horizontes / com a persiana graúda das pálpebras / escutamos seu baita coração / com nosso ouvido musical / e com nossa mão gigante / batucamos no seu mapa. / Quem sabe só com isto: / que esta bandeira deveria ser / acobreado-indígena e também / brancolusa, na essência afro-diáspora, / étnico ou de todas as cores / como a alma do Brasil. / Quem sabe nem com isto / e então **vamos rasgar / a máscara do treze / para arrancar a dívida real / com nossas próprias mãos.** (Versão 13-5-2007). (SILVEIRA, 2009, grifo meu).

Como resposta à questão, registro o que foi escrito por Nilma Lino Gomes.

[...] a ecologia dos saberes poderá nos ajudar a compreender a produção, a história, as tensões e os demais desafios vividos pela intelectualidade negra brasileira destacando o caráter inovador, contestador e a radicalidade política do conhecimento das práticas por ela produzidos (GOMES, 2010, p. 442).

Durante toda a tese, mostro, reforço e afirmo a importância da obra *Epistemologias do Sul*. Na minha visão a obra é, em linguagem coloquial, uma *sacada*, uma *tirada*, uma *proeza* à qual acrescento o adjetivo *magnífica*. Quero, entretanto, aqui externar comentário de quem conjuga ativismo-intelectual-militante. Entendo a importância da obra e do objetivo proposto, mas, mesmo assim, fico com a sensação de que os saberes, a capacidade, o talento de pessoas negras e indígenas, quer no Brasil, quer em outras partes do mundo precisam passar pelo crivo/pela apreciação/pelo apadrinhamento de pessoa branca. Pergunto: ¿Será que

Epistemologias do Sul teria a mesma recepção no meio acadêmico, caso fosse apresentada por dois intelectuais não brancos? Coloco não brancos, porque o trabalho poderia ser feito por pessoas negras ou indígenas. Não saberia responder. Fica a dúvida. Haverá quem a considere irrelevante.

O capítulo construído por Nilma Lino Gomes transita por vários caminhos. Menciona a trilha vitoriosa que a temática racial percorre a partir dos anos de 1990, tendo em vista a produção científica elaborada,

[...] na tentativa de melhor compreender as relações raciais no contexto das desigualdades sócio-raciais. As pesquisas acadêmicas e oficiais começam a considerar com mais seriedade outras dimensões e categorias para além dos aspectos socioeconômicos. [...] Representa, entre outros fatores, o resultado da pressão dos movimentos sociais de caráter identitário e os seus sujeitos sobre o campo da produção acadêmica: negros, indígenas, mulheres, homossexuais, etc. (GOMES, 2010, p. 443).

Continuando, a professora Dra. Nilma Lino Gomes enfatiza que

Dentre os pesquisadores e pesquisadoras que inauguram essa nova fase na produção de um conhecimento articulado às suas vivências nos (e com) os movimentos sociais alguns passaram a ocupar lugar de destaque no cenário acadêmico local e nacional, nas associações de pesquisa, na formação de professores e em órgãos de gestão (GOMES, 2010, p. 443).

Trago aqui, mais uma vez, a ideia de invasão/de ocupação que perpassa essa tese e que parece, mesmo sem utilizar esse conceito, no artigo de Nilma Lino Gomes. Conferindo.

A educação talvez seja o campo em que tal inserção se fez mais presente e visível. Tais sujeitos se configuram não só como pesquisadores que atuam no meio acadêmico. Eles produzem conhecimentos e localizam-se no campo científico. São intelectuais, mas um outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócio-raciais e suas vivências. Para tal, configuram-se como um coletivo, organizam-se e criam associações científicas a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento. É aqui que se localizam os intelectuais negros (GOMES, 2010, p. 443).

A autora ressalta o papel que a educação representa para pessoas negras que ocupam o papel de pesquisador na Academia a partir da consolidação dessa presença nas universidades públicas em especial. Em sua atuação, passam a produzir conhecimentos, para dar visibilidade a silêncios e omissões, até então, existentes naqueles espaços. Com a crescente participação estruturam-se em coletivos de profissionais da área científica. Lembro aqui o pensamento africano que suleia a tese. Sozinho é possível ir mais rápido. Para ir mais longe, há que se estar junto.

Nilma Lino Gomes aponta para uma característica que julgo peculiar no papel do pesquisador negro. Esse intelectual em seu trabalho acadêmico não tem como função esquadriñar *a sujeita/o* sujeito, para produzir ensaios, artigos ou teses. Existem para esses intelectuais outros atravessamentos e compromissos. A esse respeito informa:

[...] os intelectuais negros que assumem esse papel político e acadêmico não se contentam em somente produzir conhecimento sobre a realidade racial nas mais diversas áreas. Enquanto produzem conhecimento eles também se inserem politicamente na luta anti-racista e desafiam a universidade e os órgãos do Estado a implementarem políticas afirmativas. São, portanto, intelectuais engajados (GOMES, 2010, p. 445).

Continuando formula questão e dá ênfase à resposta dada ao questionamento.

Mas porque será que a ciência se tornou um espaço de disputa teórica e política dos intelectuais negros? Será que os fóruns políticos da militância negra não seriam suficientes como espaços não acadêmicos de produção de saberes sobre a realidade racial? Não podemos nos esquecer de que foi no científico do final do século XIX e início do século XX que os ‘homens da ciência’ ajudaram a produzir as pseudo-teorias raciais que, naquele momento, atestavam a existência de uma suposta inferioridade e superioridade racial. A ciência serviu, naquele momento, como um instrumento de dominação, discriminação e racismo e a universidade foi o principal espaço de divulgação dessas ideias e práticas. No decorrer do processo histórico tais teorias foram derrubadas, superadas e condenadas nos meios intelectuais e na realidade social, mas isso não isenta os prejuízos sociais e o imaginário racista que elas ajudaram a reforçar e produzir, principalmente, na trajetória dos grupos étnico-raciais sobre os quais elas incidiram. Tais resultados afetaram não somente o campo da produção intelectual e a sociedade em geral, mas de maneira específica, a vida e as trajetórias de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e negras, inclusive na educação (GOMES, 2010, p. 445).

Entre os diferentes espaços de enfrentamento ao racismo, encontram-se as diversas áreas das ciências, que deram suporte a teorias raciais que colocaram pessoas negras como seres inferiores. Isso aconteceu tanto na área das ciências designadas de exatas, como as pertencentes às humanidades. Sendo as universidades espaços de produção e reprodução desses conhecimentos, a atuação e presença de intelectuais negras são necessárias, mesmo considerando que tais inverdades já tenham sido derrotadas. Mas resíduos dessa forma de pensar povoam o imaginário de pessoas brancas que frequentam o espaço das universidades.

Nilma Lino Gomes, ao tratar da reunião de intelectuais negros em entidades, afirma:

Esse grupo de intelectuais é o principal responsável pela construção, desde o ano 2000, da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Esta associação, de caráter nacional, articula produção teórica e intervenção política e organiza o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE –, o qual se encontra na sua quinta edição. O COPENE é um momento de apresentação e mapeamento da produção científica realizada pelos intelectuais negros, discussões políticas, construção de estratégias e de diálogo sobre a temática racial com intelectuais africanos, afro-americanos e latino-americanos. E também um espaço/tempo de

vivências fortes, desde laços de solidariedade até tensões e disputas teóricas e políticas (SANTOS; MENESES, 2010, p. 449).

A respeito da abrangência do conhecimento produzido por intelectual negro sobre a temática racial e questões relativas à população negra, a autora manifesta.

O intelectual negro reconhece que, nesse contexto, ser negro ou negra é produzir conhecimento sobre a temática racial ou que contribua diretamente para a reflexão, discussão e problematização de questões concernentes à população negra e suas inter-relações na sociedade é produzir um conhecimento que extrapola o seu grupo étnico-racial específico, problematiza e traz novas questões para diferentes áreas do conhecimento, culturas e sujeitos sociais. Trata-se de uma produção do conhecimento e de uma postura acadêmica que procuram intervir. Uma produção que pode constituir novos sujeitos, subjetividades e sociabilidades e superar o epistemicídio ou o assassinio do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares (SANTOS; MENESES, 2010, p. 452).

A riqueza do capítulo oferece oportunidades de refletir sobre a vasta gama de papéis dos intelectuais negros em diversos cenários. Destaco agora a manifestação que faz sobre atuação política e acadêmica.

A atuação acadêmica e política dos intelectuais negros que tematizam e pesquisam as relações raciais possui um triplo efeito. Ela problematiza, politiza e tensiona o próprio campo do conhecimento científico a se abrir para o concurso democrático de diferentes formas de conhecer, inclusive, aquelas produzidas pelos diversos movimentos sociais, ações coletivas e grupos étnico-raciais. Ou seja, ao focar a questão racial esses intelectuais colocam em cena dimensões de gênero, de idade, de orientação sexual, da relação campo/urbano, entre outros (SANTOS; MENESES, 2010, p. 457).

Há muito mais a dizer sobre o capítulo escrito por Nilma Lino Gomes na obra organizada por Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses. Considero valioso, informativo e necessário o texto construído, no momento histórico em que universidades públicas brasileiras e institutos federais de ensino inseriram/algumas delas, antes da lei federal, já haviam inserido Programas de Ação Afirmativa em suas instâncias. Como está presente no texto, é de valia refletir sobre o papel da intelectual negra e do intelectual negro que tem seu quantitativo aumentado nos últimos tempos. Aborda a importância dos conhecimentos produzidos por intelectuais negras e negros e a sua relação com o conjunto da sociedade brasileira. O valor das associações de intelectuais negros e a produção de conhecimento foi abordado pela autora. Mesmo reconhecendo e registrando passos importantes dados na vida de intelectuais negros, a autora

Finalizando, esse texto apresenta os desafios, reflexões, tensões e novas proposições vividas pelo perfil de intelectual negro que emerge nos anos 90, dentro do qual a autora está incluída. Trata-se de um movimento dinâmico que entende a

racionalidade envolta em emoção, energia e sofrimento (SANTOS; MENESES, 2010, p. 461).

A riqueza dos escritos de Nilma Lino Gomes tem servido para *sulear* outras escrituras, inclusive aquelas que tenho feito a partir de meu retorno à academia.

Trago a seguir um pouco do pensamento de Paulo Freire que utilizo como referência importante na tese. Apesar da contribuição inestimável de Paulo Freire à área da educação, na qual coloca as pessoas aprendizes como centro do processo educativo, o educador não ficou imune a críticas. Comprometida com enfrentamentos realizados por mulheres, defendo que toda pessoa que deseje a construção de um mundo melhor, precisa estar alinhado com as lutas das mulheres. Dentre a variada gama de mulheres, encontram-se - as negras. O educador foi contestado sobretudo por feministas brancas. Na obra *Paulo Freire: poder, desejo e memórias de libertação*, organizada por Peter McLaren, Peter Leonard e Moacir Gadotti, entre intelectuais que fazem manifestação sobre o autor, encontra-se bell hooks, consagrada feminista negra. O título do artigo 5 é *bell hooks*⁵⁷ *Fala sobre Paulo Freire: o homem, seu trabalho*. A autora inicia o texto dizendo tratar-se de um diálogo consigo mesma.

Este é um diálogo divertido comigo mesma. Gloria Watkins falando com bell hooks – minha voz da escrita [pseudônimo]. Eu quis falar sobre Paulo Freire e seu trabalho dessa forma, porque ela dá uma intimidade – e familiaridade – que eu não achei possível atingir numa redação formal. Aqui encontrei uma forma de compartilhar a doçura – a solidariedade de que eu falo (hooks, 1998, p. 121).

Continuando a entrevista consigo mesma entre as perguntas que se faz, encontra-se: - “Você pode falar sobre a forma como o trabalho dele tocou sua vida tão profundamente? Em resposta bell hooks afirma ter aprendido com Paulo Freire novas formas de “pensar a realidade social” (hooks, 1998, p. 121). A entrevistada afirma

Quando me encontrei com o trabalho de Freire, exatamente num momento da minha vida em que começava a questionar profundamente as políticas de dominação, o impacto do racismo, o sexismo, a exploração de classe e o tipo de colonização doméstica que existe nos Estados Unidos, senti-me profundamente identificada com os agricultores marginalizados sobre os quais ele falava, ou com meus irmãos e minhas irmãs negras, meus companheiros na Guiné-Bissau.

Watkins pergunta sobre a ligação entre o processo de descolonização e o foco de Paulo Freire no tocante à conscientização. bell hooks (1998) oferece como resposta:

⁵⁷ A escrita do nome com letra minúscula tem como explicitação da autora que ela “[...] Adotou como pseudônimo o nome de sua avó (**bell hooks**) e prefere que seja escrito em minúsculo para que a atenção seja concentrada em sua mensagem ao invés de em si mesma”.

Oh, absolutamente, porque as forças da colonização são tão fortes neste patriarcalismo de supremacia capitalista branca, que parece que as pessoas negras estão sempre tendo que renovar um compromisso um processo de descolonizador, que deveria ser fundamental para nossas vidas e não é. [...] ele nunca falou de conscientização como um fim em si mesma, mas sempre como ela é unida à práxis significativa (hooks, 1998, p. 122).

Na entrevista de Watkins, bell hooks é chamada a responder sobre a crítica que Paulo Freire recebe de feministas. Brota a pergunta: “– Quando você leu Paulo Freire pela primeira vez, qual foi sua resposta para o sexismo da linguagem dele?” (hooks, 1998).

A feminista bell hooks refere que sempre teve conhecimento do sexismo da linguagem, como também da forma de libertação presente em líderes políticos, intelectuais e pensadores críticos do chamado Terceiro Mundo,

[...] tais como Fanon, Memmi, etc.) constrói um paradigma falocentrista de libertação – e por isso a liberdade e a experiência de virilidade patriarcal estão sempre ligados, como se fosse um e o mesmo. Para mim, isto sempre é uma fonte de angústia, porque representa um bloqueio na visão dos homens que têm profundo discernimento (hooks, 1998, p. 123).

A autora destaca a presença forte do machismo em homens que têm pensamento que visam a libertação, porém refere que essa forma de agir não impede o relacionamento entre pessoas com ideais progressistas. A seguir, bell hooks (1998, p. 123) infere:

Por isso, para mim, é difícil falar sobre sexismo no trabalho de Freire, é difícil achar uma linguagem que ofereça uma forma de delinear a crítica e, ainda manter o reconhecimento de tudo que é valorizado e respeitado no trabalho. [...] O sexismo de Freire é indicado pela linguagem em seus trabalhos iniciais, apesar de que há muito do trabalho que permanece libertador (hooks, 1998, p. 123).

O diálogo entre Watkins e hooks fica instigante, quando a feminista é solicitada a falar a respeito do trabalho de Freire e o desenvolvimento do trabalho que fazia como feminista e analista social. Respondendo, bell hooks, busca demonstrar a existência de convergência, de pontos em comum existentes entre o trabalho da pedagogia feminista e ideias defendidas por Freire.

Contrariamente às feministas, que fazem uma distinção clara entre o trabalho da pedagogia feminista e o trabalho e pensamento de Freire, para mim estas duas experiências convergem. Profundamente comprometida com a pedagogia feminista, eu acredito que, tal, como entrelaçando uma tapeçaria, utilizei as fibras do trabalho de Freire e entrelacei estas fibras na versão da pedagogia feminista, e isto materializa-se no meu trabalho como escritora e professora (hooks, 1998, p. 125).

A feminista negra bell hooks ainda respondendo a indagação feita pela própria escritora, na condição de entrevistadora, trouxe à luz o pertencimento étnico-racial, a identidade de gênero e envolvimento com o trabalho docente.

Novamente, quero afirmar que foi a interseção do pensamento de Paulo e a pedagogia vivida de muitos professores de minha infância) a maioria mulheres), que se viram como tendo uma missão libertadora para nos educar de uma maneira que poderia nos preparar para resistir efetivamente ao racismo e à supremacia dos brancos, que tiveram profundo impacto no meu pensamento sobre a arte e prática de ensinar. No entanto, estas mulheres negras não defenderam abertamente o feminismo (se elas sabiam a palavra) até porque insistiam na excelência acadêmica e no pensamento crítico para as jovens mulheres negras – uma prática anti-sexista (hooks, 1998, p. 125-126).

Como tenho repetido exaustivamente na tese, há sentimentos que somente pessoas negras expressam. Só quem sente, sabe! Por isso, é muito comum para pessoas negras mostrarem outra forma de olhar, de examinar fatos, de ver situações e de emitir opiniões. No caso em tela, bell hooks avalia de outro ângulo ideias formuladas por Freire. Age diferente de feministas brancas. É notório seu pertencimento ao mundo do feminismo. É feminista reconhecida internacionalmente. Enquanto aquelas descartam de plano o educador pelos traços machistas existentes em sua obra. Já hooks realiza avaliação que vai além de manifestações de comportamentos machistas. Virar as costas à sua contribuição intelectual seria deixar de lado aportes que ajudam pessoas negras. Ler criticamente o mundo. Conhecer e exercitar os construtos teoria/prática. Exercitar a autoestima. Atitudes fundamentais para alicerçar enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à exploração de classe e violências correlatas. Ainda sobre Freire, a feminista bell hooks arremata:

Nosso encontro teve aquela qualidade de doçura que fica, que dura por toda a vida, mesmo quando você não fala com a pessoa novamente ou quando não vê mais seu rosto, você pode retornar sempre aquele momento no seu coração, quando vocês estavam juntos, e ser renovada – esta é a solidariedade profunda (hooks, 1998, p. 129).

3.8 SULEAR UMA PALAVRA QUE NÃO EXISTE NO DICIONÁRIO, AINDA!

Não sou esperançoso por pura teimosia mas por imperativo existencial e histórico (FREIRE, 2011, p. 14).

Ao contrário do verbo nortear, que possui entre outros significados: orientar, guiar, encaminhar, conduzir, dirigir, regular, presidir, sulear ainda não existe nos dicionários comuns, não foi captado por pessoas estudiosas da língua portuguesa. Existe de forma vigorosa entre estudiosos da educação brasileira. Telmo Adams (2016), na obra *Dicionário Paulo Freire*, informa sobre o vocábulo:

O termo ‘sulear’ tem sido utilizado, de modo explícito, por Freire no livro *Pedagogia da esperança* (1994, p. 218-219), lembrando que a palavra não consta dos dicionários de língua portuguesa. Chama a atenção dos(as) leitores(as) para a conotação ideológica do termo ‘nortear’ (ADAMS, 2016, p. 385).

Continuando a leitura do escrito por Telmo Adams, refere ao caminho que Paulo Freire aponta.

Para Freire era preciso substituir as receitas transplantadas, a autodesvalorização, a autodesconfiança e a inferioridade que amortece o ânimo criador das sociedades dependentes. No lugar dos esquemas e receitas importadas, deveriam ter lugar projetos, planos autônomos. Mas esses eram inviabilizados desde um arcabouço econômico feudal e uma estrutura social onde a população vivia vencida, esmagada. Inclusive os intelectuais da época, imbuídos da lógica eurocêntrica, compreendiam a realidade do Brasil como um objeto do pensar europeu e depois norte-americano. Como conclui Freire (1976, p. 98): ‘Deram as costas ao próprio mundo, introjetando a visão europeia sobre o Brasil como país atrasado’. Tais processos de cópias de modelos estrangeiros continuam até os nossos dias, em todas as áreas da organização social, até na linguagem (ADAMS, 2016, p. 386).

A partir da explicitação coerente, aprofundada de Paulo Freire e de acordo com inconformidade manifestada em outra parte da tese, adoto o termo *sulear*. Os caminhos que penso necessários serem trilhados quer por pessoas, quer pelos conhecimentos produzidos ao *sulearem*, apontam para a possibilidade de rupturas com o pensamento atrasado, de cunho colonizador e atrasado. *Sulear* é romper grilhões. *Sulear* para ser pessoa propositiva. *Sulear* para ser protagonista da história.

A riqueza de possibilidades de interpretação da obra freireana é uma característica evolucionária de sua obra. O método de ensinar trouxe sentido ao aprendizado, sobretudo para a população adulta, para a qual as formas tradicionais não proporcionavam atrativo. *Eva viu a uva* não tinha sentido para quem não conhecia os parreirais. Ler a palavra tijolo e a partir dela fazer outras conexões, tem significado para pessoas que trabalham várias horas na construção civil. Aprender a ler o mundo, para transformá-lo, oportunizou para pessoas adultas, que passassem a perceber a educação como uma possibilidade concreta de interagir com o espaço à sua volta, buscando transformá-lo, para servir como alicerce na construção de vida melhor.

A falta de maior conhecimento e melhor entendimento do pensamento freireano, por vezes, desconcertava outras pessoas da área da educação, levando o grande educador a se questionar, sobre a sua prática educativa. Atente-se para o que diz o próprio Freire a respeito da sua prática educativa na obra *Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido*.

Para mim, pelo contrário, a prática educativa de opção progressista jamais deixará de ser uma aventura desveladora, uma experiência de desocultação da verdade. É porque sempre pensei assim que, às vezes, se discute se sou ou não um educador. [...] Criticavam em mim o que lhes parecia minha politização exagerada (FREIRE, 2011, p. 13).

De que vale a leitura linear de *Ivo viu a Eva*, se não oportunizar outras possibilidades de conexões com a realidade da vida de quem lê. Será leitura mecânica. Vazia de sentidos. A falta de relação desse modo de realizar a ação educativa é desinteressante tanto para adultos quanto para crianças e jovens. A educação, conforme Paulo Freire, precisa estar ligada à esperança.

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desdереça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo (FREIRE, 2011, p. 15).

Para quem se dedica a lutar pela construção de um mundo melhor, buscando cada vez mais a valorização de todas as pessoas, independente de seus pertencimentos: étnico-racial, de classe social, entre outros, encontra em Paulo Freire um grande aliado. Na apresentação da obra *Educação como Prática da Liberdade*, Weffort (2011, p. 9) afirma sobre Paulo Freire:

Suas ideias nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre o movimento popular. Mas cabe assinalar que se estas ideias trazem nítidos os sinais do tempo e das condições históricas brasileiras, isso não significa que se encontre inibida a possibilidade de esclarecimento de sua significação geral. Não seria ilegítimo pretender que esta visão educacional diga algo de verdadeiro para todos os povos dominados do Terceiro Mundo. E há ainda algo mais que esta intenção de generalidade para as experiências aqui referidas. Porque no campo da significação geral do movimento brasileiro de educação popular interessam-nos sobretudo suas implicações sociais e políticas. Esta preocupação, que vai além da espera pedagógica em que se move o autor, constitui um dos motivos básicos destas nossas reflexões. A experiência educacional com as massas não deveria ser considerada uma sugestão para o estudo de novas linhas para uma autêntica política popular?.

3.9 PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E A POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

Considero que ideias postuladas por Paulo Freire podem ser utilizadas de forma inteira, quando tratamos do ensino superior e de demandas do movimento social negro e do movimento de mulheres negras por escolarização que abranja de forma intensa, verdadeira e valorativa a população negra brasileira. A inserção do que Paulo Freire chama de massa, pode-se definir como integrante principal a população de origem africana. É a massa ignara, que clama por oportunidade de aprender e assumir a cidadania brasileira de fato. Deseja ler, escrever para intervir na vida nacional. Ainda do Prefácio escrito por Weffort (2011), percebo a similaridade do discurso do movimento social negro e do movimento social de mulheres

negras que, de forma contínua e contumaz, realiza a denúncia da situação de discriminação racial e de racismos por que passa, bem como elabora propostas de enfrentamento às situações de exclusão, a fim de modificar essa realidade. A denúncia da situação escravizante e o anúncio de proposição libertadora fazem parte da prática dos movimentos sociais negro e de mulheres negras, identificando-se com postulação presente no pensamento freireano, como refere Weffort (2011, p. 14-15) ao mencionar que para Freire:

[...] a visão educacional não pode deixar de ser ao mesmo tempo uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se. [...] Tal distinção não é sempre fácil e pode duvidar-se de que, em algum momento, seja correta. Teoria e denúncia se fecundam mutuamente do mesmo modo que, nos círculos de cultura, o aprendizado ou a discussão das noções de ‘trabalho’ e ‘cultura’ jamais se separa de uma tomada de consciência, pois se realiza no próprio processo desta tomada de consciência. E esta conscientização muitas vezes significa o começo da busca de uma posição de luta.

Informo na tese, de modo recorrente, que o enfrentamento ao antirracismo é mais profícuo, incisivo e produtivo no campo educacional. A agenda de lutas empreendida pelos movimentos sociais negro e de mulheres negras têm recebido significativas respostas às suas demandas. Retrato a seguir o pensamento de Nilma Lino Gomes sobre a procura por educação no período pós-abolição.

Ao estudarmos as formas de organização dos negros após a Abolição da Escravatura e depois da Proclamação da República, a literatura nos mostra que, desde meados do século XX, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós-abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura (GOMES, 2011, p. 136).

A respeito do papel da educação há que se prestar atenção ao formulado por Paulo Freire.

Ao dirigir-se diretamente para a grande massa dos superexplorados e dos pauperizados, o pensamento e a prática educativos sugerem a necessidade da política. [...] Apesar de que ninguém possa aceitar a ideia ingênua da educação como ‘a alavanca da revolução’, caberia considerar a possibilidade de que, neste caso, a educação se antecipa e uma verdadeira política popular e lhe sugere novos horizontes (FREIRE, 2011, p. 39).

Como comprovante de que a população negra busca educação comprometida com sua história de protagonismo foram construídos, sobretudo a partir do ano de 1995, vários instrumentos no campo educacional, tendo em vista atender a demandas da população negra para sua inclusão de forma integral, valorativa e propositiva. A mobilização feita pelos movimentos sociais negro e de mulheres negras tem conseguido erradicar estereótipos que

durante muitos anos estiveram presentes na educação nacional. Requisita-se que a educação cumpra o papel como elemento inalienável para a independência, para o acesso aos direitos fundamentais e para a efetiva promoção da população afrodescendente do Brasil. A Educação das Relações Étnico-Raciais é robusto exemplo desse passo dado para que a educação brasileira realize reparação necessária para a população negra brasileira.

Outra convergência que considero interessante apontar entre o pensamento freireano e a luta do movimento social negro e de mulheres negras prende-se à temática da autoestima. Ainda se encontra no grosso da população negra os efeitos nocivos do processo de escravização a que africanas e a africanos e descendentes foram submetidos em território brasileiro. Entre as heranças nefastas encontram-se a falta de conhecimento da importância da população africana e sua descendência para a construção social, econômica e cultural do Brasil. Retrato a seguir a manifestação de Freire (2011), ao retratar cena vivida durante campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva para governador de São Paulo.

Numa daquelas reuniões, um operário, de uns quarenta anos, falou para criticar e contrapor-se à candidatura de Lula. Seu argumento central era que não lhe seria possível votar num igual a ele. 'Lula', dizia o operário convencido, 'como eu, não sabe falar. Não tem o português precisado para ser governo. Lula não tem estudo. Não tem leitura. Tem mais', continuou, 'se Lula ganhar, que vai ser de nós, do vexame da gente, se a rainha da Inglaterra vier aqui de novo. A mulher de Lula não tem cancha para receber a rainha. Não pode ser primeira-dama' (FREIRE, 2011, p. 79).

Assim como falou o operário que, caso se olhasse em um espelho, poderia enxergar em si a figura de Lula, é possível encontrar-se milhões de exemplos dentro da população negra de pessoas igualmente negras que foram formadas pelo olhar eurocêntrico, discriminador e desvalorizante de seu grupo étnico-racial. Reitero mais uma vez que a obra freireana, pela sua riqueza, ainda tem muito a ser dito sobre ela.

4 **DIÁLOGO COM SEIS DOCENTES DE TRÊS CURSOS DE LICENCIATURAS (HISTÓRIA, LETRAS E PEDAGOGIA) SOBRE MUDANÇAS NA UFRGS, TENDO EM VISTA A INSERÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – ERER NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS**

E então eu comecei a perceber que minha colega de quarto americana deve ter, por toda sua vida, visto e ouvido diferentes versões de uma única história. Como um professor, que uma vez me disse que meu romance não era ‘autenticamente africano’. Bem, eu estava completamente disposta a afirmar que havia uma série de coisas erradas com o romance, que ele havia falhado em vários lugares. Mas eu nunca teria imaginado que ele havia falhado em alcançar alguma coisa chamada autenticidade africana. Na verdade, eu não sabia o que era ‘autenticidade africana’. **O professor me disse que minhas personagens pareciam-se muito com ele, um homem educado de classe média.** Minhas personagens dirigiam carros, elas não estavam famintas. Por isso elas não eram autenticamente africanos (ADICHIE, 2015, online, grifos da autora).

É no quarto capítulo que são tramadas as narrativas do grupo de pessoas convidadas para falar sobre mudanças identificáveis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir da introdução do Programa de Ações Afirmativas e da Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER. Tenho historiado, ao longo da tese, que trabalhei com seis professores da UFRGS. Era preciso deixar de esquadrihar somente estudantes. Mudei o foco para docentes. O grupo selecionado representa mais do que pessoas entrevistadas. São docentes que compõem a história de grandeza da UFRGS. Lembrando que o tripé que garante status é constituído de servidoras docentes e servidores docentes, servidoras técnicas-administrativas e servidores técnicos-administrativos e o vasto grupo de discentes. Reitero agradecimento às pessoas participantes da conversa. Deixaram de lado outra atividade da vida pessoal ou profissional, para atender o meu pedido. É válido salientar que a tese deixaria de acontecer, da forma como ocorreu, caso me fossem negados, impossibilitados e impedidos esses encontros.

Tenho por obrigação dizer que, mesmo ao ouvir respostas com as quais poderia ter pensamento contrário, procurei exercer escuta atenta, necessária e respeitosa. O contraditório faz crescer. Lembro da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015) ao falar do perigo da única história. Alguém nesse início de capítulo, poderia perguntar: - ¿Gostaste mais de falar com as pessoas cujas respostas apontavam para convergência de pensamento contigo? Responderia de plano. – Não! Confesso que descobri que, além de ser *conversadora*, sou também *escutadora*. Precisava escutar com atenção quem disponibilizou tempo precioso de suas vidas, para me ajudar a cumprir parte inalienável da tese. As respostas recebidas não eram para mim.

Saber como o Programa de Ações Afirmativas é analisado, entendido e avaliado pelas pessoas entrevistadas constitui-se em trajetória necessária para aperfeiçoar programa desenvolvido

pela UFRGS. Também foi importante saber como analisam a presença do alunado cotista e conhecer em que medida ocorre a inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER nos currículos dos cursos. Realizei os encontros em três locais diferentes. A entrevista com o professor José Rivair Macedo foi realizada em sala do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - DEDES, no prédio do Planetário, na Avenida Ipiranga. O encontro com o professor Ian Alexander ocorreu no Instituto de Letras. Realizei as entrevistas com as professoras Maria Cristina da Silva Martins, Cybele Crossetti de Almeida, Gládis Elise Kaercher e com o professor Fernando Becker no prédio da Faculdade de Educação. O total de tempo de duração das entrevistas chegou a cerca de 8 horas. Resultaram de sua transcrição 110 páginas. Nesta parte do trabalho, utilizo fragmentos das falas, para dar sustentação ao trabalho.

4.1 UM POUCO DE METODOLOGIA

Mais uma vez parto de minha história de vida, em que fervilham encontros/desencontros, sucessos/insucessos, vitórias/derrotas, porém, com a presença contínua do compromisso com o enfrentamento ao racismo no campo da educação brasileira. Para construir essa parte da tese, amparo-me em vivências que justificam a frase: – Quando faço uma pergunta, as pessoas podem responder – fantasiando, dourando a pílula, isto é, procurando dizer aquilo que elas imaginam que eu gostaria de ouvir. Há casos em que simplesmente não respondem. Outra opção é dizer exatamente o que sentem, desoneradas de preocupação com o que a interrogante venha a sentir.

¿Como tratar as respostas originadas através das entrevistas? Dentre os vários livros que chegaram até mim nesse período, alguns deles tratavam da forma de analisar o trabalho acadêmico. Em vários momentos, me questionava sobre o modo de realizar a entrevista. Minha tese não utiliza método matemático, em que os resultados sejam contabilizáveis, chegando-se a determinados percentuais. Dependendo do enfoque tratado se for para mais, o resultado/a resposta seria ótima, em caso contrário, seria negativa. Realizar trabalho na área educacional requer outros olhares. Efetuar entrevistas com docentes de universidade conceituada, então, deixou a pesquisadora de *cabelo em pé*, utilizando jargão popular. Recebi emprestada a obra *Entrevista Compreensiva: um guia para pesquisa de campo*, de autoria de Jean-Claude Kaufmann. No exemplar encontro amparo para dar conta dessa parte da tese. Destaco, da Apresentação construída por Bruno César Cavalcanti, o seguinte excerto:

Kaufmann coloca a entrevista num patamar de maior importância para a pesquisa social e ataca mitos insistentemente recorrentes, como a pretensa neutralidade do entrevistador como ideal científico; desconstrói hierarquias nas etapas de uma pesquisa e destaca a relação dialógica com o entrevistado e a intenção global do cientista com o universo nativo como algo a se considerar para termos melhores chances na obtenção de respostas não superficiais dos pesquisados. O encontro no campo instiga a reflexão sobre si no pesquisado, provoca um esboço reflexivo e autoexplicativo e, assim, pode nos revelar teoria nativa (CAVALCANTI, 2013, p. 8).

A desconstrução do mito da neutralidade da pessoa que entrevista feita por Kaufmann tranquilizou-me. Não tinha, portanto, por obrigação manter-me impassível. Essa desoneração foi importante. Inexistia a necessidade de me cobrir de serenidade. Reagia, incluindo nova questão para que a pessoa entrevistada explicitasse melhor o pensamento, e que eu pudesse dirimir dúvidas que tivesse. Houve entrevistas em que, além de questionar, expus meus pensamentos. Representaram momentos de empatia entre entrevistadora e a pessoa entrevistada, ou de reforço na busca de material para entender a forma de pensamento da pessoa envolvida.

Ao analisar cada narrativa, procurei prestar atenção ao método apresentado por Kaufmann. Seguir o compromisso efetuado com as pessoas que foram convidadas e participaram da pesquisa foi fundamental. A necessidade de correção de rumo foi atendida, para que se desse andamento e se chegasse a bom termo nessa parte da tese.

Sobre a posição de pesquisador, Kaufmann (2013, p. 99) afirma.

O pesquisador deve se convencer do seguinte: ele ocupa uma posição privilegiada de observação, de captura direta da construção social da realidade através da pessoa que fala diante dele. Essa pessoa também se dá conta disso (na medida em que o pesquisador se envolve e o obriga a ultrapassar as opiniões superficiais): torna-se impossível para ele jogar com as respostas, dizer qualquer coisa. A entrevista funciona, de fato, como uma câmara de eco da situação comum de fabricação da identidade. É preciso, diante do gravador, refletir sobre si e falar de si, mais profundamente, mais precisamente, mais explicitamente do que se faz habitualmente num quadro pouco solene para a ciência.

Para o bom êxito das entrevistas, foi importante observar essa prescrição. Perceber o comportamento de cada docente durante o encontro, não deixar o diálogo esfriar e envolver a pessoa com a conversação foram ações importantes. Durante a entrevista compreensiva foi possível a invasão/a ocupação do mundo das pessoas entrevistadas. Tanto foi possível que tivemos um total de oito horas de confabulação. Ainda seguindo Kaufmann (2013), posso afirmar que as pessoas participantes desenharam, através da entrevista uma espécie de autorretrato. Ao fazer isso, penso que cada um teve oportunidade de se autoanalisar. Ainda conforme prescrição sobre esse tipo de entrevista, fui incisiva, quando necessário, para

explicitar contradições presentes em momentos das entrevistas. Continuando, Kaufmann (2013, p. 99) refere.

Quando o investigador consegue penetrar o mundo do informante, quando encontra algumas categorias centrais de seus mecanismos identitários, aquele que fala é pego na armadilha de suas próprias palavras: quanto mais elas vão longe, mais ele se empenha, paralelamente, em ordenar aquilo que ele diz sobre si mesmo, fornecendo outras informações que exigem, por sua vez, novos ordenamentos. Aquele que fala não se limita a dar informações. Ao se envolver, ele entra em um trabalho sobre si mesmo, para construir sua unidade identitária, diretamente, diante do entrevistador, em um nível de dificuldade e de precisão que ultrapassa, de longe o que ele faz usualmente. A entrevista compreensiva constitui uma espécie de situação experimental.

No tocante ao uso da entrevista como expediente para recolher informações, creio ser importante reafirmar que, nas oportunidades em que efetivei referência às respostas dadas pelas seis pessoas entrevistadas para a tese, fiz questão de mencionar que as suas argumentações não seriam apontadas como generalizadas para todo o corpo docente da UFRGS. Sobre a possibilidade do compartilhamento do pensamento expressado nas respostas por outros docentes, não entrevistados, considero válido atentar para a manifestação de Bruno César Cavalcanti:

Por fim, com *A entrevista compreensiva* o autor reafirma a importância da pesquisa social e da Sociologia como disciplina. Não para enaltecer sua função social ou científica, mas para promover o prazer investigativo e reafirmar o primado da tradição racionalista que representa, e que preconiza a anterioridade do social sobre o individual. Mesmo que, para reconhecê-lo, dê voz aos sujeitos que falam a voz da sociedade, **quando pensam expressar unicamente a si mesmos** (Kaufmann, 2013, p. 19, grifo meu).

Sobre a diversidade de conteúdos presentes na entrevista, Kaufmann (2013, p. 114-115) infere.

O material recolhido pelas entrevistas não constitui uma massa homogênea. O informante varia fortemente de acordo com seu grau de envolvimento, podendo em poucos segundos passar de uma resposta puramente convencional a uma resposta que traga elementos essenciais: as frases têm um peso desigual que deve ser avaliado no momento do exame desigual que deve ser avaliado no momento do exame minucioso (não se dev e dar a mesma importância a uma frase pronunciada com convicção como a outra dita da boca pra fora). O estatuto do que é dito é igualmente heteróclito. Há, obviamente opiniões pessoais ou recolhidas ao léu. Mas há também sentimentos, pedaços de história de vida, autoanálises, reflexões e tentativas de análise social, observações.

Manter a atenção à entrevista foi importante. Mesmo fazendo a mesma pergunta ao conjunto de participantes da pesquisa, estiveram presentes diversos conteúdos nas respostas recebidas, devido ao mergulho feito em suas vidas. Ser questionado sobre tema que aparece,

ainda, sob o rótulo de *polêmico*, talvez em princípio intimidasse, mas no decorrer da conversa o temor, a indecisão e o receio de responder foram deixados de lado. Para alcançar sucesso na empreitada procurei sempre incentivar as diferentes manifestações que, como já dito, legaram um conjunto rico de respostas a respeito de nuances do Programa de Ações Afirmativas e da Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER nas licenciaturas de História, de Letras e de Pedagogia.

Para alcançar a plenitude possível da entrevista, busquei estar atenta às diferentes formas de responder, para valorizar a resposta de maior fôlego, em que a pessoa entrevistada deixava fluir de forma extensa sua manifestação, como a que enunciava o pensamento em poucos vocábulos. Vale atentar para o pensamento a seguir, extraído de Kaufmann (2013, p. 181).

Se o leitor quer tirar proveito teórico de sua leitura, ele deve, portanto, extrair o que ressoou nele e que lhe parece útil, mesmo que o conceito seja apenas emergente, construir transversalidades, retornar determinados instrumentos com os quais ele se deparou no trabalho, aplicá-los em outro lugar, e continuar a transformá-los. O leitor deve também entrar na lógica compreensiva e no trabalho contínuo de problematização que ela implica. Mais do que uma oferta de conceitos fechados, a entrevista compreensiva se insere em uma fábrica de ferramentas provisórias, uma fábrica permanente e aberta.

Considero que a possibilidade de êxito do trabalho de tese deveu-se à utilização de suportes que favoreceram ao recolhimento da riqueza das diferentes manifestações, oferecendo informações e subsídios necessários para ajudar na construção da tese.

4.2 IDENTIFICANDO AS PESSOAS ENTREVISTADAS

Para efetivar convite a seis docentes para a conversa fundamental para a tese, coloquei minha vontade, meu olhar e meu entendimento nessa escolha. Queria ver a representação de gênero e de raça-etnia em igual proporção. Desejava contar com a participação de pessoas que não se intimidassem com a minha figura. Digo isso, porque há no ar um mal-estar no tocante a pessoas que integram movimentos sociais. Somos taxadas de radicais. Usam o conceito radical de forma reduzida. Diferente do entendimento que professo, que *suleia* meu modo de pensar, de agir e de me mover no mundo. Radical para mim é quem busca a raiz, o cerne e o âmago de algo. A adoção do Programa de Ações Afirmativas pelas universidades públicas brasileiras exigiu *radicalidade* das pessoas que fizeram sua defesa. Demandou profundidade

de conhecimento da causa. Necessitou de argumentos sólidos para sua defesa. Nesse espectro assumo como rótulo, ser *radical*. Se for para designar pessoa intransigente e vazia: *estou fora!*

Assim, foram entrevistadas três professoras e três professores, apresentados no Quadro 3, abaixo. Participando uma docente e um docente de cada curso. Inicialmente tinha pensado em contar com três docentes identificados como pessoas negras e três identificadas como pessoas brancas. Esse intuito não foi possível no Instituto de Letras. Conversei com duas pessoas brancas. As entrevistas foram realizadas em 2016. A seguir traço quadro com dados das pessoas entrevistadas.

Quadro 3 – Docentes Participantes da Pesquisa

Nome	Origem	Formação	Idade	Raça/Cor	Área de Atuação	Tempo de Vida Docente na UFRGS / Ingresso como Docente
Maria Cristina	Porto Alegre	Letras UFRGS / Me. e Dra. UNICAMP / SP	53	Branca, caucasiana ⁵⁸	Latim	2005
Cybele Crossetti	Porto Alegre	História na UFRGS / Me. FACED / UFRGS Dra. Alemanha	52	Branca	História	março 1993
Fernando Becker	Rolante/RS	Filosofia na Fac. Filosofia dos Jesuítas em SP / Dr. Inst. Psicologia / USP / SP	73	Branco	Psicologia da educação	ago. / 1974
Gládis Elise Kercher	Jaguarão/RS	Letras Inst. Letras UFRGS / Me. e Dr. FACED/UFRGS	47	Cor Preta. Raça Negra	Pedagogia	Jan. 1997
José Rivair Macedo	Umuarama/PR	Lic. História em Mogi Mirim / SP e Dr. USP	54	Cor Negra ⁵⁹ (para fins de IBGE parda)	História	1994
Ian Alexander	Sidney, Austrália	Me na PUC/POA/RS e Doutorado UFRGS	52	Branco	Língua Inglesa	2012 (2006/2007-prof. substituto)

Fonte: Elaboração da autora (2017).

⁵⁸ Essa foi a resposta dada pela professora quando perguntei sobre sua cor.

⁵⁹ Resposta dada pelo professor, quando inquirido sobre qual era sua cor.

4.3 INICIANDO O ESQUADRINHAMENTO DA VIDA DAS PESSOAS PARTICÍPES DA PESQUISA

Das seis pessoas entrevistadas, quatro delas são naturais do estado do Rio Grande do Sul. Duas docentes nasceram em Porto Alegre. Uma é natural da cidade de Jaguarão. Um professor nasceu no município de Rolante. Um participante da pesquisa é natural do Paraná. Há um docente estrangeiro, nasceu na Austrália.

No tocante à titulação acadêmica, todas as pessoas entrevistadas detêm título de doutor. Cinco docentes realizaram essa formação em universidades brasileiras. Uma professora obteve o título em universidade da Alemanha. Dois docentes doutoraram-se pela USP, uma professora obteve o título pelo PPGEDU/UFRGS, outra obteve o título pela UNICAMP e um professor teve o grau de doutor conferido pelo Instituto de Letras da UFRGS.

Dando prosseguimento, trago informação sobre a realização de curso de pós-doutorado. A professora Cybele Crossetti fez Pós-Doutorado na Alemanha. A esse respeito disse.

Fiz, também depois de muito tempo. Em termos de cronologia, fui pra Alemanha em 1993, voltei em 1997, demorei pra juntar o doutorado, defendi a tese do doutorado em 2008 e em 2014 eu consegui sair pra fazer o pós-doc. Junto com meu marido, ele teve bolsa e eu não, pelo Ciências sem Fronteiras. Assim, sem fronteiras, fora pois aqui tu já vê que a Física, Química Medicina e nada de humanas. Então ele ganhou bolsa da CAPES e do CNPq e eu consegui ir, porque eu tinha orientador e a minha universidade me autorizou a ir. Então a gente teve 9 meses, entre agosto de 2014 e maio de 2015.

A professora Maria Cristina informou que fez Pós-Doutorado na USP. O Professor Rivair referiu ter realizado dois Pós-Doutorados.

Eu fiz um em 2001 na Universidade Nova, de Lisboa. Aí eu pesquisava sobre mouros e cristãos. Foi o início de minha chegada na questão étnico-racial em mouros e cristãos. E o segundo Pós-Doutorado foi em 2012, na Universidade de Lisboa. Aí com o projeto que eu estou desenvolvendo agora chamado *Portugueses e Africanos no Contexto da Abertura do Atlântico*, daí foi com a minha passagem para os estudos africanos.

Os professores Fernando Becker, Ian Alexander e Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher não fizeram curso de pós-doutorado.

Continuando a identificação das pessoas entrevistadas, apresento quadro em que registro o grau de instrução do pai e a atividade profissional que realizava.

Quadro 4 – Sobre o Grau de Instrução do Pai e a Atividade Desenvolvida

Docente	Instrução do Pai	Atividade Desenvolvida
Cybele Crossetti de Almeida	Acha que não concluiu segundo grau.	Comércio.
Gládis Elise Kaercher	Superior	Servidor Público
Maria Cristina da Silva Martins	Ginásio.	Motorista de empresas
Fernando Becker	Três a quatro anos de escola	Pequeno agricultor
Ian Alexander	Engenheiro	Gerenciamento de fábricas
José Rivair Macedo	Escrevia o nome	Lavrador

Fonte: Elaboração da autora (2017).

De acordo com os dados constantes no quadro, os professores Fernando Becker e Rivair Macedo têm os pais com instrução equivalente aos primeiros anos do atual ensino fundamental. Também se aproximam na atividade laboral. Eram pessoas que trabalhavam com a terra. Pequeno agricultor e lavrador eram essas as atividades dos pais do professor Fernando e do Rivair, respectivamente. O pai do professor Ian era engenheiro.

Os pais das professoras Cybele e Maria Cristina cursaram o primeiro grau de ensino. Cybele acredita que seu pai não tenha concluído o segundo grau. Os pais da professora Gládis e do professor Ian completaram o curso universitário.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos pais, tem-se que o pai de Cybele era comerciante e o da professora Maria Cristina era motorista. O pai de Gládis era servidor público.

Quadro 5 – Sobre o Grau de Instrução da Mãe e Atividade Desenvolvida

Docente	Instrução da Mãe	Atividade Desenvolvida
Cybele	Faculdade de Nutrição	Servidora pública estadual
Gládis	Superior c/Pós-graduação	Professora Estadual
Maria Cristina	Curso de Teologia na PUC	Nunca trabalhou fora.
Fernando	Menos anos de estudo do que o pai.	Dona de Casa
Ian	Segundo grau completo e certificado profissionalizante de estenografia	Trabalhou em bibliotecas de escolas públicas
Rivair	Primeiras letras	Dona de Casa e pequena comerciante

Fonte: Elaboração da autora (2017).

No tocante à instrução das mães, a genitora de Rivair conseguiu, depois dos filhos criados, cursar Faculdade de Terceira Idade, enquanto que a mãe de Fernando ficou restrita à

fase inicial da alfabetização. Ian informou que sua mãe teve formação equivalente ao ensino médio. As mães de Cybele, Maria Cristina e Gládis concluíram ensino superior.

Em relação às atividades desenvolvidas pelas mães, Rivair disse que sua genitora teve pequeno comércio. Fernando referiu que sua mãe era dona de casa e Ian mencionou que sua mãe trabalhou em biblioteca. A mãe de Gládis trabalhou na área de sua formação do curso superior. Enquanto que a mãe de Maria Cristina nunca exerceu atividade fora do lar. A mãe de Cybele, mesmo com o curso de graduação realizado, não exerceu atividade laboral na área em que se diplomou.

4.4 APROFUNDANDO A CONVERSA COM DOCENTES DE TRÊS CURSOS DE LICENCIATURA

Trago inicialmente fragmento de texto de uma convidada, Gilciane Neves, mulher negra, moradora de bairro popular, educadora social, jornalista alternativa relata violência simbólica sofrida em sala de aula.

Na escola sempre fui uma boa aluna, mas durante as aulas não suportava tanta indiferença das professoras, o tratamento diferenciado para a *menina bonita dos olhos azuis ou verdes*. Cada dia de aula era um tormento, era muita violência. Acabei concluindo o fundamental e dando graças a Deus por não precisar mais ir até aquele lugar, pois tinha alcançado meu objetivo. Já era um pouquinho mais do que minha mãe, pois ela não concluiu o fundamental e eu sim. Triste inocência a minha! Com 17 anos o emprego que me esperava era o mesmo de minha mãe: faxineira, arrumadeira, doméstica. Muito digno, mas longe da profissão que sonhei para mim. Mas entendia que não podia desistir, afinal tudo o que eu tenho foi por que mereci, foi aquilo para o qual eu me esforcei para ter. Então compreendia que a vida era justa! (Gilciane Neves, vide ANEXO N).

Para iniciar essa parte da pesquisa, retomo o objetivo principal da tese: examinar o cumprimento com o disposto para a Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER nas licenciaturas de História, de Letras e de Pedagogia. As entrevistas situam-se dentro dos objetivos específicos. Conhecer a percepção/a avaliação de professores de três cursos de licenciatura da UFRGS sobre o Programa de Ações Afirmativas, considerando aspectos referentes ao ingresso, ao desempenho de alunos cotistas e ao currículo desenvolvido pelos cursos dos entrevistados.

As entrevistas são avaliadas à luz de embasamento teórico com o qual tenho trabalhado a partir de afiliação à luta contra o racismo no campo da educação brasileira. Antes de iniciar as análises, reforço que a construção dessa tese alicerça-se em cinco elementos motivadores, expostos na parte introdutória da tese. Esses indicadores são retomados nesse capítulo, tendo em vista o diálogo realizado com as seis pessoas envolvidas na pesquisa. Um dos alicerces é simbolizado pela dissertação de mestrado, concluída no ano de 1988 e

intitulada: *A Exclusão da Cultura Afro-Brasileira dos Currículos Escolares: uma questão de desconhecimento histórico?* Na introdução da dissertação, indicava como perspectiva do estudo

[...] favorecer, como resultante, a médio e a longo prazos, o conhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro. O estudo da cultura negra, sem a presença de subterfúgios, concorrerá para o desenvolvimento de novas atitudes, tanto nos negros como em elementos de outras etnias. Os negros verão respeitados os seus valores, crenças e conhecimentos específicos, enquanto que os não-negros terão oportunidade de compartilhar conscientemente de uma cultura que influenciou sobremaneira a formação da cultura brasileira (FONTOURA, 1988, p. 3).

A invasão/ocupação da UFRGS através do Programa de Ações Afirmativas requer mais do que entrar em sala de aula, sentar no fundo da peça e ficar ouvindo professora ou professor falando de cultura da outra pessoa, deixando de lado um universo cultural inigualável. Para que outras epistemologias entrem de forma inteira, mostrando o universo cultural de origem africana/afro-brasileira e indígena ressalto outro indicador que alicerça, ampara e referenda a análise das entrevistas e da qual trago alguns excertos são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

[...] os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, **Educação Superior**, precisarão providenciar: [...]
 – Articulação entre os sistemas de ensino, **estabelecimentos de ensino superior**, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial. [...]
 – Introdução, **nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação**: de análises das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos (BRASIL, 2004, p. 23, grifo meu).

Feitas considerações sobre a necessidade do compromisso da educação brasileira com a desconstrução do racismo em todos os graus de ensino, bem como da valoração das culturas africanas/afro-brasileira e indígena, passo a confabular e analisar informações sobre aprendizagens dos docentes em sua formação a respeito desses assuntos/temas.

Ao realizar a pergunta: ¿Como foi o seu conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira nas diferentes fases de sua formação? Recebi as respostas.

Professora Cybele disse.

Praticamente nada. Pra não dizer que eu não me lembro de nada, [...] eu me lembro de imagens nos livros e tal, mas não passa disso. Na graduação eu me lembro pouco, lembro de algo em História do Brasil, escravidão, mas só isso.

Pertencente ao mesmo curso, o professor Rivair, a respeito do questionamento, relatou.

No ensino de primeiro e segundo graus eu não tive nada [...] no segundo grau... Nós tínhamos, na época, uma disciplina chamada OSPB. Eu tive uma professora de OSPB no segundo grau, na Escola Estadual Emília de Paiva Meira, que era uma professora negra. Ela trouxe uma reflexão sobre a questão da condição negra naquele momento. Isso me lembro bem, mas não foi na sala de aula. [...] foi um grupo de pessoas interessadas [...] Eu estava entre eles. Acho que foi a primeira vez que a questão do ser negro apareceu pra mim. [...] ela dizia: – Pois é no Brasil a coisa é tão complicada que se você disser que para alguma pessoa que ela é negra, ela se assusta. Por exemplo, o Rivair. Aí eu fiquei quieto, mas me assustei. Puxa, não sabia. Sou negro, né!

Gladis, da Faculdade de Educação, informou.

Eu lembro bem que eu nunca estudei a África. A geografia da África ou história da África. A África e a Oceania eram dois continentes que ficavam para o último bimestre e casualmente nunca chegava, nunca dava no cronograma. Então, nunca tive uma aula sobre geografia africana ou história africana. Durante toda a formação do ensino fundamental, quanto no ensino médio. Na graduação, eu começo a ter contato com a África, pela escolha que eu fiz na ênfase do curso de licenciatura, porque eu escolhi licenciatura de língua portuguesa como ênfase e por aí e por esse viés das literaturas de língua portuguesa eu fui descobrindo que existia Angola, que existia Moçambique que existiam escritores importantes nesses países e aí fui me interessando.

Segundo a exposição da docente, na sua formação anterior ao ingresso no Curso de Letras da UFRGS, em seus anos de escolaridade houve ausência da cultura africana. Discorre que outros continentes eram esquadrihados em sua história e geografia, mas a África que sabemos ser o berço da humanidade, não aparecia por falta de tempo. É na graduação que o mundo africano, pelo viés da literatura, entra em sua vida acadêmica.

Nessa perspectiva, Fernando afirma.

Não, não tinha nada. Vazio, completamente vazio sobre isso. Era história, praticamente europeia.

Maria Cristina respondeu.

Olha, no primeiro grau e segundo grau, eu quase não lembro de ter visto nada específico sobre cultura... [...] Mas especificamente da cultura afrodescendente, eu não me lembro. Claro a gente vê nas aulas de História aqueles movimentos e revoltas não é, muito por cima. Depois na Universidade, porque daí a gente tem no Curso de Letras, literaturas africanas [...].

A leitura das respostas dadas à questão aponta para o pouco ou quase nenhum ensinamento recebido sobre a história e cultura afro-brasileira nas diferentes fases de sua formação. Considero relevantes as manifestações feitas pelo professor Rivair. Faz referência a duas disciplinas ministradas no ensino de primeiro grau, Educação Moral e Cívica, inserida na educação brasileira no período militar e OSPB – Organização Social e Política Brasileira,

anteriormente introduzida na educação nacional por Anísio Teixeira. Passou a ter outro caráter no período da ditadura civil militar no Brasil. Relata que a professora negra de OSPB, aproveitando brecha, tratou a temática negra. Devido à curiosidade do aluno, ao participar da atividade extraclasse pode se saber negro, condição que, até então, talvez não reivindicasse para si.

Faço essa referência, aludindo mais uma vez à invasão/ocupação do espaço escolar por pessoas negras. Identifico através da manifestação feita pelo professor Rivair, que a referida professora ocupava/inviava o espaço de trabalho, valendo-se de disciplina cuja finalidade, naquele período, era *não questionar*. Entretanto, a professora negra, como ressaltou o entrevistado, ocupava/inviava o espaço escolar e introduzia debate sobre a temática racial. Cabe, a título de ilustração, mencionar que, no período em que vigorou o governo de exceção no Brasil, houve o florescimento de inúmeras organizações do movimento social negro na forma atual, que tiveram entre outras inspirações a libertação de países africanos, que durante anos foram colônias de países da Europa, bem como a luta pelos direitos humanos dos negros nos Estados Unidos. Conforme já referido, em 1971 surge em Porto Alegre o Grupo Palmares, entidade proponente do dia 20 de novembro como data magna para a população negra brasileira.

Olhando as histórias de vida do grupo de docentes entrevistados, quanto à origem familiar, percebe-se que há similitudes e afastamentos. Ser filho de pai e mãe do campo unem os professores Fernando Becker e José Rivair Macedo. Pais com pouca instrução, mas que geraram doutores. Mães com instrução de nível superior ligam as professoras Gládis e Cybele. A mãe de Gládis desempenhou função relativa ao curso frequentado, o que não aconteceu com a mãe de Cybele. Os pais de Maria Cristina e de Cybele trabalharam no ramo de serviços e tiveram instrução em nível de primeiro grau. Os pais de Ian e de Gládis tinham curso superior. O pai do primeiro exerceu atividade no ramo em que se formou. As mães de Maria Cristina e de Rivair buscaram formação depois de terem os filhos crescidos. A mãe da primeira docente graduou-se em Teologia, a de Rivair concluiu Curso Universitário de Terceira Idade.

4.5 LEMBRANÇAS DA PRESENÇA DE ALUNOS NEGROS E INDÍGENAS EM SEU PERCURSO PROFISSIONAL

Para introduzir essa parte de tese, em que abordo lembranças narradas pelas professoras e dos professores participantes da pesquisa, inicio com outro ancoradouro da pesquisa em questão. Trata-se do disposto na Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, ao Decreto Nº 7.824 de 11 de outubro de 2012 e à Portaria Normativa Nº 18 de 11 de outubro de 2012. É comumente chamada de *Lei das Quotas*. Reproduzo o primeiro artigo da lei.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita (BRASIL, 2012, online).

A legislação que regulamentou a introdução do Programa de Ações Afirmativas nas Universidades públicas federais e nos institutos federais sofreu alterações. Foram aprovadas pelo Congresso Nacional após o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff. É válido dizer que a finalidade das alterações foi diminuir o tempo de abrangência da lei e apontar para a revisão desta. Sob a capa de retificação é possível vislumbrar o desejo de extinguir o Programa de Ação Afirmativa. A leitura acurada de alterações feitas no texto legal é claro, aponta para esse caminho.

LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 3º, 5º e 7º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

.....” (NR)

“Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos,

pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

.....” (NR)

“Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de dezembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER

Alexandre de Moraes

José Mendonça Bezerra Filho (BRASIL, 2016).

Voltando à entrevista. Formulei a pergunta: - ¿Tiveram alunas negras, alunos negros ou indígenas no período anterior a 2007? Formulei essa pergunta ao grupo de docentes.

O professor Ian Alexander declarou:

Quando eu estava aqui como substituto, eu só lembro de duas alunas. E... bom, eu conversei com as duas em vários momentos sobre Ações Afirmativas e uma delas se posicionava contra, de certo com aquela ideia de: – Eu consegui, outros podem conseguir. Isso já faz bastante tempo, não sei o que ela pensaria agora, depois de ver os resultados. A outra não se posicionava contra, mas o tom nas turmas, em geral, me parecia muito mais: – Ah! Isso não pode.

O professor Ian Alexander, ao comentar a posição das duas alunas negras, transpareceu decepção com a possível falta da adesão das mesmas ao embrionário Programa de Ações Afirmativas. Agindo dessa forma, segundo seu depoimento, pareciam exibir ausência de solidariedade, sobretudo, com pessoas do seu grupo étnico-racial, para as quais o Programa garantia um percentual de vagas na UFRGS. Trago explicação necessária sobre pertencimento racial, antes de continuar tratando do que percebi na resposta do professor Ian. Fazer parte do grupo de pessoas autodeclaradas negras é decisão pessoal. É negado a outra pessoa atribuir a alguém esse quesito. Há, entretanto, marcadores externos no caso de uma pessoa preta ou parda, que olhos atentos ao fenótipo apontam o indivíduo como possível integrante desse grupo étnico-racial. Creio ter sido esse o modo de olhar, de pensar e de externar do professor.

Ainda aproveitando a explanação do professor Ian, identifico no sentimento de possível desencanto com a manifestação, que ele seria um simpatizante do Programa de Ações Afirmativas. Amparo essa suposição na resposta à pergunta: ¿O que o senhor sabe sobre a história e a cultura afro-brasileira? Trago fragmento da resposta.

Então, eu tenho o conhecimento de alguns dados de alguns eventos, da história brasileira, mas, entender mesmo, compreender, qualquer um dos dois lados, continua além de minha experiência. Obviamente, eu não tenho experiência de ser escravizado, então não posso dizer que compreendo aquele lado, mas também não tenho experiência de me achar no direito de ser dono de outra pessoa. Eu também não compreendo aquele lado, então olho tudo muito como estrangeiro. Até hoje, dizem que o Brasil não é para principiantes, continuo sendo aquele

principliante. Depois de estar chegando perto dos 20 anos, acho que vou continuar sendo aquele principiante. Tenho algumas informações, mas compreensão mesmo, não sei se eu tenho.

O docente exibiu entendimento sobre a escravidão. Em nossa conversa, fiz observações. Lembrei que escravização da forma como ocorreu, em que pessoas foram retiradas do Continente Africano e espalhadas pelas Américas, divergia de outras situações de escravidão em que vencedores assimilavam os vencidos, sem a presença de caráter exploratório e humilhante. A escravidão de pessoas africanas teve em vista o lucro. Foi uma instituição orquestrada por homens originários de países da Europa, considerados como de *primeiro mundo*. O docente também demonstrou conhecimento de malefícios causados pela escravidão.

Toda a América foi criada assim, em base do trabalho forçado por um lado e do estupro em outro lado. As populações miscigenadas não foram frutos de casamento. E na Austrália tem a relação com o colonizador-indígena que tem algumas semelhanças com essa realização colonizadora indígena em partes do Brasil. Só que mesmo naquela relação, tem muito menos miscigenação na Austrália, provavelmente por causa de atitudes diferentes dos britânicos, que foram para lá, em relação aos portugueses que vieram para cá. Não sei se mais racista ou um tipo diferente de racismo, por aqui se criou essas populações miscigenadas, baseadas no estupro... Na Austrália foi muito mais assassinato, então... Se um é mais racista que outro, acho que não dá pra dizer. Mas os resultados no presente são diferentes. Às vezes é difícil fazer comparações porque as condições no início do processo foram diferentes.

A respeito da possível adesão das alunas negras ao pensamento conservador, valho-me de Paulo Freire. O renomado pedagogo brasileiro em sua obra antológica *Conscientização* manifesta:

Quem, melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem sofre os efeitos da opressão com mais intensidade que os oprimidos? Quem com mais clareza que eles podem captar a necessidade da libertação? Os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la (FREIRE, 1980, p. 57).

Assim como refere Freire que somente os oprimidos podem vencer o sofrimento causado pelo processo de opressão, idêntica dose do entendimento, pessoas negras necessitam utilizar para fazer frente ao preconceito, à discriminação racial e aos racismos. A medicação é amarga. Encontrá-la e usar corretamente exige coragem, denodo e audácia. Para isso há que se insurgir. Freire refere que nos primeiros passos da caminhada, confunde-se o papel a ser exercido.

Mas quase sempre, durante a fase inicial do combate, em lugar de lutar pela liberdade, os oprimidos, tendem a converter-se eles mesmos em opressores ou em 'subopressores'. A própria estrutura de seu pensamento viu-se condicionada pelas contradições da situação existencial concreta que os manipulou. Seu ideal é serem homens, mas, para eles, serem homens é serem opressores. [...] Tal fenômeno

provém de que os oprimidos, num dado momento de sua experiência existencial, adotam uma atitude de ‘adesão’ em relação ao opressor. Nestas condições lhes é impossível ‘vê-lo’ com suficiente lucidez para objetivá-lo, para descobri-lo (FREIRE, 1980, p. 57-58).

A atitude de passar de oprimido para opressor é encontrável em pessoas negras que bebem indiscriminadamente o pensamento discriminador negativo. Pessoas brancas racistas elaboram e divulgam falácias sobre outros grupos étnico-raciais. Inverdades que, ao serem ingeridas, contaminam a forma de pessoas negras considerarem seus iguais. Por isso procuram fugir de rótulos nefastos imputados a quem é negra ou negro. Comportando-se assim, assumem o pensamento discriminante do racista. Passam a enxergar e considerar outras pessoas negras com cores fortes de intolerância, de rigor e de incomplacência.

¿Como agem essas pessoas ingênuas? Urge afastar-se daquilo que o grupo branco opressor aponta como *ruim*. Passa-se a buscar insanamente ser *bom*. Isto é, se quer ser vista como pessoa branca. Só que não! Usei mais uma expressão da linguagem jovem. Saber-se pessoa negra, é enxergar-se como integrante da população negra brasileira. É se ver, entender e atuar como pessoa dotada de valores inalienáveis. É demandar respeito e valorização de toda a sociedade brasileira. Os ancestrais, roubados de África e aqueles nascidos no Brasil, construíram socioeconômica e culturalmente a nação brasileira. Pessoas negras, por quase quatro séculos, foram trabalhadoras por excelência. Tudo passava pelas mãos negras!

A reparação, que incomodou as alunas negras do professor Ian Alexander, é justa, merecida e necessária. Para isso urge quebrar o verso de Querelas do Brasil. É preciso que o Brasil conheça o Brasil.

Tentando diálogo possível entre a resposta dada pelo professor Ian, sobre a presença de alunas no período anterior a 2007, e fala da professora Gládis encontro convergência. A docente refere a duas alunas.

Estava lembrando um pouco do período anterior a 2007. Tive alunos e alunas negras. Tenho relação com duas delas até os dias de hoje. Se tornaram minhas amigas. São excelentes profissionais. Profissionais destacadas. Duas exímias professoras. As duas terminaram profissionalmente trabalhando comigo há pouco tempo no UNIAFRO. São muito posicionadas. Veja bem a minha frase, lembro de duas, isso quer dizer o quê? Não significa que não tenha tido mais alunos negros antes de 2007, mas foram pouquíssimos. Então a imensa maioria dos alunos eram brancos.

A utilização dos dedos existentes nas mãos para contabilizar o número de alunas e alunos negros nos cursos de graduação na UFRGS até 2007 é significativo. Como o dedo indicador aponta. Nesse caso indigita um vazio insuportável, considerando o percentual de pessoas negras presentes na sociedade brasileira. Para ilustrar esse quadro de ausências de pessoas negras, retrato excerto constante da Introdução do alfarrábio *Educação e Ações*

Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. A obra foi organizada por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e por Valter Roberto Silvério. Os intelectuais asseveram:

Eles representam quase a metade da população brasileira. No Censo Demográfico aparecem como pretos e pardos. Nos últimos quinhentos anos, foram responsáveis por boa parte do serviço duro e pesado que resultou na construção desse País. Contudo, na hora da divisão dos frutos desse esforço, eles ficaram com as sobras. [...] Os índices só crescem quando analisamos os indicadores de analfabetismo. [...] Todos os indicadores apresentados, em especial aqueles relativos ao ensino superior, indicam que a longa caminhada que um aluno faz desde que ingressa na primeira série do ensino fundamental até o acesso ao nível superior funciona como um grande filtro racial que privilegia os brancos e bloqueia os negros e pardos (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 15; 17).

O fragmento confirma a assertiva da professora Gládis. Na FAGED, até 2007, havia baixa presença de pessoas negras em diferentes salas de aula do Curso de Pedagogia. O total de discentes identificadas como pessoas pretas e pardas não excedia ao número de dedos das duas mãos juntas, mesmo considerando a informação corrente de que o Curso de Pedagogia, como outros das áreas das humanidades, era mais frequentado por pessoas negras. A resposta da docente indica que, até 2007, isso não ocorria nas aulas que ministrava.

A mesma questão recebeu do professor Rivair a resposta.

A questão dos alunos negros. Olha na Universidade Federal do Rio do Sul... Eu acho que de uns cinco anos pra cá ela é perceptível, dentro do curso. Ela é perceptível em sala de aula. O que me deixa muito contente. Esse número aumentou.

A manifestação de Rivair foi breve. Não se aprofundou na análise do período mencionado. Avançou no tempo e demonstrou contentamento com a adoção do Programa de Ações Afirmativas pela UFRGS.

O professor Fernando Becker concedeu-me a entrevista, por deferência à professora Arabela Campos Oliven, minha primeira orientadora. Simpatiza muito com ela. Comentou que havia decidido não mais tratar em entrevista esse tema. Registro a resposta do professor à pergunta que fiz, se ele havia tido alunas negras, alunos negros ou indígenas no período anterior a 2007.

Sim. Eu tive vários alunos negros, alunas. Porque aqui na Pedagogia o plural é feminino, não é? [...] O máximo que eu tive numa turma foram quatro homens. Sempre tinha turmas que era totalmente mulheres. Então tinha vários negros sim.

Intrigada pela resposta, busquei mais informação. ¿Eram alunos da própria Pedagogia? O retorno foi.

Da Pedagogia. Porque eu lecionei em licenciatura muito tempo. [...] Na medida que eu assumia Teorias da Aprendizagem, eu passei a ficar só na Pedagogia. Então, ali tinha quantidade de... Eu diria assim uma quantidade crescente de alunas negras. E índio também.

Percebo certo desencontro entre a percepção quanto à presença de alunas negras e alunos negros na FACED, no período anterior a 2007, na manifestação dos dois docentes da mesma unidade. Fica o registro.

Cybele Crossetti de Almeida, ao responder se teve alunos negros, enuncia.

Lembro e eram ótimos alunos. Teve uma menina negra, que eu não me lembro o nome, e eu conversei com ela sobre as quotas. Ela estava terminando, quando as quotas estavam entrando. E teve um menino negro orientando do Rivair, o Rodrigo Moraes Alberto, que entrou antes das quotas e era um baita aluno, muito bom, fez mestrado.

Esbarro outra vez na estatística dos dedos. Como pessoas pretas e pardas, conforme classificação oferecida pelo IBGE, eram escassas nos cursos da UFRGS, ao serem encontradas seus dados ficam registrados. A professora mencionou nome completo do aluno. O que, quase com certeza, não aconteceria se pedisse o nome de cinco alunas ou alunos identificados como pessoas brancas no mesmo período. Lembro isso porque Cybele mencionou em vários momentos da entrevista não ter boa memória. Continuando a resposta, afirmou.

Eu me lembro de haver uma maioria branca, isso, mas lembro que no Curso de História sempre tinham alguns negros, imagino que esse número deva ter aumentado e acho bom que deva ter aumentado. Só isso do autodeclarado que eu acho que é um controle falho. Os indígenas, por exemplo, são indicados pela comunidade.

Observando o estatuído no fragmento, percebe-se, além do registro que no Curso de História há uma presença numérica maior de pessoas brancas, transparece apoio da professora à introdução do Programa de Ações Afirmativas.

Já Maria Cristina, sobre a pergunta ¿Teve alunas negras, alunos negros ou indígenas no período anterior a 2007? Respondeu.

Sim, sempre têm alunos negros. Mas não são muitos, eles não são... Eu acho que poucos, como um todo na Universidade, ainda é um número bem pequeno. Isso que dizem não é, que cursos de licenciaturas acabam tendo mais pessoas... Cotistas. Não sei se é verdade, ainda não vi o percentual, porque eu sei que as vagas existem para todos o cursos, mas o que eu quero dizer, de um modo geral, são poucos.

Continuando, a professora conjectura.

Mas a gente tem que ver que população negra do Brasil, aliás daqui do Rio Grande do Sul, não é tão alta não. A gente não poderia esperar, eu acho assim, tendo em vista que o percentual de raça negra aqui não é tão numeroso quanto é na Bahia, então se a gente lá tivesse, aí sim seria uma contradição enorme. Se numa turma lá, em Salvador, tivesse esse número, esse percentual que a gente vê aqui.

Considerarei intrigante seu pronunciamento. Aponta que, no Rio Grande do Sul, é pequena a presença da população negra. Identifica que na Bahia há maior número de pessoas negras, daí conclui que haveria uma *contradição enorme* se, em uma de aula da universidade daquele Estado, houvesse baixa presença negra. Referi como intrigante a frase devido à comparação feita. Visibilizou no outro o defeito a ser corrigido. Caberia à universidade da Bahia a obrigação de assumir a reparação, pois lá existem muitas pessoas negras. Ao reler a entrevista ficou uma pergunta não feita, por isso também não respondida. ¿E a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em relação a esse tema? Entendo que a equiparação foi feita de maneira rasa. A professora viu a carência, apontou o defeito e diagnosticou a necessidade de fazer algo. A universidade da Bahia teria que atuar. ¿E a UFRGS, estaria isenta desse compromisso? A Universidade Federal do Rio Grande do Sul está igualmente comprometida, segundo disposto na Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Veja-se o dito na legislação.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (BRASIL, 2012, online).

Para atender a legislação, portanto, cabe às universidades públicas federais de todos os estados membros obedecerem à lei, implantando e aperfeiçoando o Programa de Ações Afirmativas em seu interior, independente do quantitativo de pessoas pretas e pardas existentes na unidade da federação em que está inserida.

A finalidade da pergunta: ¿Tiveram alunas negras, alunos negros ou indígenas no período anterior a 2007? Tem a ver com os impactos que a política afirmativa tem causado no espaço da educação de terceiro e quarto graus de ensino. Os docentes entrevistados convergem para uma resposta. No período anterior, havia pouca presença de alunos negros. A efetividade do Programa de Ações Afirmativas aumentou a percentagem de pessoas pretas, pardas e indígenas nas instituições federais de ensino e nos institutos federais ao longo do país.

A amplitude da adoção do Programa de Ações Afirmativas é incomensurável. Vai além do número de alunos, dialoga com a possibilidade de se formar uma nova sociedade, em que se respeite e valorize a diversidade étnico-racial constitutiva da nação brasileira em toda sua extensão. Atente-se para o pensamento de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva no artigo *Ações Afirmativas Para Além das Cotas* (2009, p. 263).

Ações afirmativas na sociedade brasileira é hoje um tema contundente, polêmico e difícil de ser evitado. A população, em todos seus segmentos, vê-se desafiada por debates que põem em questão a sempre anunciada e raramente proporcionada educação para todos. Os excluídos de um projeto de sociedade que se concebe monocultural, meritocrática e seletiva exigem, com veemência, não direitos iguais, pois isto a Constituição Nacional assim determina, mas distintos meios para que possam efetivamente valer-se tanto dos direitos, quanto exercer os decorrentes deveres de por eles lutar e de exigir que todos indistintamente deles usufruam.

Para cada vez mais tornar comum, banal, corriqueira a discussão sobre o Programa de Ações Afirmativas na vida nacional, retirando a marca de *polêmica*, para que seja tratado como uma discussão necessária e inarredável é preciso, nesse momento, avançar no entendimento do significado do Programa de Ações Afirmativas. Atentemos para a elaboração de Petronilha Silva (2009, p. 263).

Com frequência, reduz-se a discussão sobre ações afirmativas ao âmbito do ensino superior e estritamente a uma de suas metas, cotas destinadas a garantir o ingresso de negros, indígenas e empobrecidos nesse ensino. Dessa forma não poucas vezes o termo cotas é utilizado, por falta de informação ou má intenção, como sinônimo de ações afirmativas.

A manifestação da autora dialoga com o constante no título Africanos e Afrodescendentes do Programa de Ação da Declaração de Durban (2001). Faço destaque para compromissos registrados, entre outros, nos itens a seguir:

4. Insta os Estados a facilitarem a participação de pessoas de descendência africana em todos os aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade, no avanço e no desenvolvimento econômico de seus países e a promoverem um maior reconhecimento e um maior respeito pela sua herança e cultura.

5. Solicita que os Estados, apoiados pela cooperação internacional, considerem positivamente a concentração de investimentos adicionais nos serviços de saúde, educação, saúde pública, energia elétrica, água potável e controle ambiental, bem como outras iniciativas de ações afirmativas ou de ações positivas, principalmente, nas comunidades de origem africana;

Para reforçar esse os compromissos formulados, trago fragmento de texto construído por Petronilha Silva (2009, p. 266).

Assim sendo, ‘as políticas de ações afirmativas devem ser aplicadas em todas as áreas e setores onde a discriminação, a marginalização, a exclusão se tenha institucionalizado’ (Férrandez, 2005, p. 20-21). Elas são fruto de valores que sustentam a construção de uma sociedade justa para todos, entre os quais: conhecimento, respeito e valorização das diferenças entre pessoas e grupos sociais e étnico-raciais: combate ao racismo, a intolerância e violências; garantia dos direitos sociais, políticos, civis, econômicos, culturais dos grupos excluídos do desenvolvimento econômico e social.

Finalizo esse item apontando que, de acordo com as respostas oferecidas à questão, pelos docentes participantes da pesquisa, no período anterior a 2007 havia número sub-representativo tanto de alunas quanto de alunos pertencentes ao grupo de pessoas pretas e pardas nos três cursos de licenciatura de História, Letras e Pedagogia da UFRGS.

4.6 ¿O QUE DIZEM OS PROFESSORES SOBRE O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS?

Para iniciar, informo que a análise feita nessa parte da tese assenta-se, sobretudo, no disposto na Declaração de Durban elaborada na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, adotada em 8 de setembro de 2001. Ressalte-se que o evento foi precedido de pré-conferências que ajudaram a construir o debate e as demandas presentes naquele evento. Na obra *Olhares: sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlatas*, a dupla de autores, Joselina da Silva e Amauri Mendes Pereira informam que:

A III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, como todas as Conferências Mundiais realizadas sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), foi convocada a partir de propostas aprovadas pela Assembleia Geral. As anteriores foram em 1978 e 1983. Inúmeros depoimentos são enfáticos em dizer que, desta vez, foi um embaixador brasileiro – José Roberto Lundgreen Alves – quem encaminhou, em 1997, a proposta de realização dessa última (SILVA; PEREIRA, 2013, p. 13).

Sobre a forma de organização e participação nas Conferências os autores anunciam.

As Conferências Mundiais são organizadas paralelamente em dois espaços: o oficial, onde apenas membros de delegações oficiais designadas por governos, têm voz: e o Fórum das ONGs. Embora cada uma tenha sua própria programação – em Durban, o Fórum de ONGs foi realizado de 28.08 a 01.09 e a Conferência Oficial de 31.08 a 08.09 -, há bastante interação entre ambas. Por exemplo, a Alta Comissária das Nações Unidas e principal responsável pela realização da Conferência, Mary Robinson, o Presidente da África do Sul, Thabo M'beki e a Presidenta da Conferência e Ministra das Relações Exteriores da África do Sul, N'kosazana Dlamini Zuma, estiveram presentes no Fórum de ONGs. São, também, estabelecidos canais de comunicação entre as duas instâncias de organização, para que os documentos aprovados em Assembleias de ampla participação no Fórum Paralelo de ONGs sejam entregues por seus representantes eleitos aos principais responsáveis pela Conferência Oficial (SILVA; PEREIRA, 2013, p. 13).

Ainda como informe substantivo, cabe dizer que, no Brasil, organizações de mulheres negras mobilizaram-se para participar tanto das pré-conferências, como da conferência principal, fazendo parte dos debates do setor não governamental. É nesse momento histórico

que surge a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB. Na Edição nº 1 da Revista Articulação de ONGS de Mulheres Negras Brasileiras é feita a apresentação da AMNB.

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras nasceu no contexto da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlatas ocorrida na África do Sul, Durban, de 28/8 a 8/9 de 2001. A experiência da AMNB se mostrou extremamente exitosa na execução de um processo de mobilização, capacitação e participação qualificada das mulheres negras em todos os níveis da III Conferência Mundial. Bem como mostrou uma maior capacidade de disseminação e capilarização das discussões nas diversas regiões do país.

A missão da AMNB é promover a ação política articulada de organizações de mulheres negras, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime. Ampliando e consolidando essa intervenção no cenário nacional e internacional, a partir da construção de uma plataforma de ação em defesa das mulheres negras na sociedade brasileira (AMNB, 2003, p. 2).

Reafirmo, nesta parte da tese, que a escravidão e o tráfico de africanas e africanos escravizados constituem crimes contra a humanidade, conforme está disposto no item 12 da Declaração de Durban, quando são tratadas as origens, causas, formas e manifestações contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Essa cláusula encontra-se transcrita no Capítulo 1, quando enfatizo os ancoradouros da tese.

Voltando às perguntas da entrevista, trago manifestações sobre a questão: - ¿Participou da discussão sobre a adoção do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS?

A professora Cybele informou.

Sim, pela COMGRAD. Em 2007 eu ainda era substituta. Tinha uma coordenadora e eu chefe substituta. O Alex era Pró-Reitor de Graduação e eu me lembro dele coordenando as reuniões, muitas vezes dava esses rolos e ela passava por cima de todo mundo. Ele falava uma coisa e quando as pessoas meio contestavam, ele dizia: - Estamos num voo, o avião já decolou, agora vai ser assim. Aí ficavam meio indignados, né, pra que chamar pra discussão se já foi decidido. Enfim, nesse sentido sim, dentro do departamento eu me envolvi mais na questão de alunos indígenas, porque logo de cara a gente recebeu dois alunos, um deles reprovou comigo e com o Rivair mais de uma vez, e ele tinha xerox de graça, uma monitora só pra ele e ainda assim ele não decolava. No caso dos indígenas, embora eu concorde com a maneira que eles entram, acho que como eles não fazem vestibular, só redação, eles entram com muita dificuldade e, que eu saiba, esse aluno não se formou e um outro, que entrou depois, também não. Isso é uma coisa que tem que ser resolvida, parece que na UNICAMP eles criaram um sistema que os alunos, acho que principalmente os indígenas, entram e, antes de começar o ensino formal, ele tem meio que um pré-universitário...

A narradora declarou-se participante da discussão na defesa da introdução do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS. Naquele período, era professora substituta. Também ocupava papel de substituta na Comissão de Graduação do Curso de História. Nessa condição, fez parte de reunião chamada pela Pró-Reitoria de Graduação. Quanto à efetivação do Programa, faz crítica ao despreparo que identificou em alunos indígenas. Disse que os dois

indicados pelo grupo indígena foram reprovados na sua disciplina. Mencionou que o mesmo ocorreu na disciplina ministrada pelo professor Rivair. Afirma concordar com a forma de seleção de alunos indígenas. Não sabe dizer se os alunos se graduaram. Sugere que, antes de ingressarem nos cursos, participem de um curso assemelhando à pré-vestibular. Afirma ser esse modelo utilizado pela UNICAMP.

Para a pergunta, a professora Maria Cristina fez o seguinte comunicado.

Não, eu não participei. Eu só fiquei sabendo que os debates foram aqui na Faculdade de Educação, não é, ou teve também lá no ILEA. Eu só vi o chamado pra os debates, depois votação no CONSUN. Até me lembro que eu peguei uns marcadores de livros que tinham algumas datas ali, mas essa época, em 2007 foi um período conturbado pra mim, porque eu ainda *tava* no começo. Sabe que a gente tem estágio probatório de três anos, e eu *tava* cheia de tarefas. Eu tinha que dar conta de muita coisa, de provar muita coisa, de todas as áreas assim. Além eu *dava* muitas disciplinas, então eu quase não tinha tempo para ir em debates ou coisas assim. *Tô* falando bem sinceramente. Até 2008 foi um período assim muito corrido de aulas, pesquisas e atividades dentro da minha unidade... Pra cumprir com as coisas que me colocaram, entendeu? Porque eu *tava* em várias frentes, digamos assim.

De acordo com sua resposta, observo, ela não participou da discussão que ocorreu no período de instalação do Programa de Ações Afirmativas. A seguir, temos a manifestação da professora Gládis sobre participação na fase anterior à votação no CONSUN.

Eu lembro. Eu acompanhei muito fortemente. Na época era diretora da faculdade, outra colega negra professora Leni Dornelles. Ela é além de minha amiga é minha comadre. É madrinha da minha filha, de uma das minhas filhas. A gente conversava muito sobre as reuniões do Conselho Universitário. Os embates, os protestos, as brigas, enfim. Eu acho que se fez algo muito importante, mas eu acho que a segunda medida, ela não foi tomada, que é a universidade ainda não entendeu que a Política de Ação Afirmativa exige que a universidade se transforme para acolher esse novo aluno. Tanto aluno oriundo de escola pública, quanto o aluno negro e o indígena também.

Em consonância com as respostas, percebe-se que ambas tiveram envolvimento com processo de inserção do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS.

Antes de trazer a resposta do professor Fernando Becker à questão em baila, insisto em comunicação necessária. Convidei o professor para ser meu entrevistado face à sua postura em um debate sobre a inserção do Programa de Ações Afirmativas. Trazia uma visão diferenciada, consubstanciada em sua experiência de vida e em conhecimentos adquiridos. Reproduzo trecho da minha fala inicial com ele.

Professor, inclusive um dos motivos que me fez falar bastante com a minha orientadora pra que o senhor fosse uma das pessoas entrevistadas, foi no momento em que nós conversamos informalmente, e o senhor falou que tinha posição que não é contrária, mas é uma posição crítica em relação à adoção deste sistema de cotas.

O professor Fernando antes de aceitar a tarefa que lhe propus, me interrogou sobre quem me orientava. Aceitou a tarefa, quando soube que era orientada pela professora Arabela que tratava desse tema antes de o assunto ser popularizado na universidade. Por questões

outras, a professora não está mais atuando no PPGEDU. Na parte inicial da entrevista, referindo-se à professora Arabela, o professor Fernando disse.

Eu falei com uma aluna, que foi aluna da Arabela no Mestrado ainda nos anos 90, que disse: “A Arabela já falava que se deveria, há muito tempo, ter adotado um sistema de cotas”. Ela falou isso muito antes de se ventilar esse problema em nível nacional. Que o País tinha que ter tomado uma atitude com relação a isso, há muito tempo, porque conservar uma etnia à margem do projeto social, político, econômico do país, isso é uma coisa hedionda. Aliás, o racismo é uma coisa hedionda. Então, alguma coisa tinha que ser feito. Agora, o jeito que foi feito é que nós questionamos. Por quê? Porque esse projeto desconsidera certas coisas absolutamente fundamentais.

No tocante à resposta sobre participação na discussão a respeito da introdução do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, Fernando Becker explicou.

Eu participei antes da implementação das quotas. Participei da discussão do projeto das quotas, se não me engano, em 2005. Inclusive, na ocasião, o DCE procurava alguém que questionasse o projeto e daí souberam que eu tinha algumas restrições a ele. Resisti a aceitar porque o patrulhamento ideológico estava acirrado. Era proibido discordar do projeto. O projeto não podia ser questionado. Finalmente, ingênuo, acabei aceitando. E, ainda, como o presidente do SINEPE (Sindicato das Escolas Privadas do Estado do RS) havia publicado naqueles dias um artigo no jornal *Zero Hora*, com algumas críticas ao Projeto, sugeri – santa ingenuidade! – o nome dele para participar do debate. O DCE organizou um debate, no auditório do térreo da Faculdade de Educação. A sala superlotou. Mas, aconteceu que fomos literalmente enganados. Não se tratava de um debate, mas de um comício. Não se tratava de discutir ideias, mas de impor ideias inquestionáveis.

Continuando, o professor Fernando Becker relatou.

De um lado, o Presidente do SINEPE e eu; de outro lado, um Professor do Curso de Ciências Sociais da UFRGS, um africano que se formou na própria UFRGS, tendo ingressado nela pelas antigas cotas internacionais para africanos e latino-americanos, e um advogado de um movimento negro. O professor falou com argumentos, em tom razoavelmente moderado; o advogado em tom de comício. Na plateia, um grupo de alunos de Ciências Sociais que aplaudia freneticamente cada frase proferida por esse advogado, que assumiu a postura de quem participava de um comício. Quando um aluno, que se apresentou como acadêmico de Medicina, disse que levou cinco anos fazendo sucessivos vestibulares e estudando muito, para ingressar nesse Curso, um aluno de Ciências Sociais foi aos tapas em cima dele. Um clima propício à violência se formou. Temi, pois era responsável pelo convite ao Presidente do SINEPE e por familiares meus que se encontravam no auditório, incluindo um menino de onze anos. Faço esse relato para dizer que o projeto das quotas foi aprovado como um dogma que não podia ser contestado; sequer analisado, muito menos criticado.

O docente teria manifestado desejo de discutir outra fórmula para o Programa de Ações Afirmativas. Esse modo de pensar o Programa que defendia teria sido mal-entendido. Isto o identificou como contrário à adoção da política afirmativa na UFRGS. Postulou defender fórmula utilizada por universidade do estado de São Paulo. Após fazer exposição no Jornal Zero Hora, aventando diferente modo de postular a construção do Programa de Ações Afirmativas, ficou marcado como pessoa contrária ao ingresso da política pública. Salientou que, durante debate promovido pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE - da UFRGS, em que participou, juntamente com: o Presidente do Sindicato das Escolas Privadas do Estado do

RS - SINEPE, o professor José Carlos dos Anjos e o advogado Onir Araújo passou por constrangimentos. Disse o professor.

Aconteceu que nossa argumentação simplesmente foi atropelada, não foi sequer ouvida. O advogado, que proferiu seu discurso em tom de comício, sempre freneticamente aplaudido, desconsiderou completamente nossas ponderações. O professor Dos Anjos, embora mais ponderado, também desconsiderou; melhor, simplesmente negou nossos argumentos, sem dizer por que negava. Então, o debate foi, gorou ali mesmo. O que era para ser um debate virou um comício; a racionalidade foi atropelada pela paixão. Virou um comício, inclusive gerando medo, porque eu tinha familiares presentes; porque a coisa degingolou a tal ponto que não tinha mais condições de estar ali; eu não sabia se eu ia sair inteiro de lá. Eu simplesmente disse: ‘Se uma divergência produz tal coisa, aonde é que nós estamos? Que democracia é essa que não permite ouvir o divergente?’. O ‘debate’ foi transformado numa coisa completamente ideologizada. Esse é um dos problemas que eu vejo na questão das quotas, a ideologização. Não é permitido questionar. Não há lugar para argumentos, para ponderações; só para afirmações dogmáticas. Ai de quem discorda. E assim continua até hoje.

É útil entender que o debate a que se refere o professor Fernando Becker foi organizado por uma entidade ligada à representação dos discentes da UFRGS: o Diretório Central de Estudantes - DCE. O ativista referido pertence a uma entidade do movimento social negro. Assim como a Central Única dos Trabalhadores – CUT não é, em verdade, a única central que represente pessoas que trabalham. O Movimento Negro Unificado – MNU não é a única organização que representa a luta do movimento social negro. Por disso é importante que não respingue em outros setores, ligados à UFRGS, bem como ao conjunto do movimento social negro o acontecido.

A entrevista com o professor Fernando Becker foi instigante. Trouxe argumentos que considerou importantes de serem utilizados na adoção de Programa de Ações Afirmativas. Dando atenção à metodologia de entrevistar, decidi debruçar-me um pouco mais sobre a conversa realizada com ele. Para entender a proposta de Programa de Ações Afirmativas com a qual se identificou/identifica, tornou-se necessário atentar para avaliações que foram por ele feitas. Analisou o estado da educação básica. Efetuou crítica ao Programa de Ações Afirmativas adotado pela UFRGS. Realizou considerações sobre educação básica, escola pública e ideologização.

O problema da precariedade da educação básica, da escola pública, que é onde reside o problema é simplesmente atropelado ou mesmo ignorado. O sistema de quotas adotado tem problemas graves, sérios, mas a ideologização não permite avaliá-lo. Tudo o que se ouve são avaliações políticas, elogiosas; e a gente sabe que não é assim. Quem está em sala de aula sabe que não é assim. A avaliação política faz sempre a mesma coisa, dar exemplo de um aluno cotista que deu certo; ou afirmar genericamente, sem apresentar evidências tecnicamente levantadas, de que os alunos cotistas apresentam a mesma performance da média dos demais alunos. De onde se tirou isso? Eu não sei se é hora, mas eu pretendo colocar essas questões.

Considero que o pronunciamento fez/faz eco com outras falas assemelhadas ao se tratar de inclusão de Programa de Ações Afirmativas. É referência à precariedade da educação básica, ao solapamento da educação pública, ao baixo nível salarial de servidores ligados à

área educacional e à necessidade urgente de repararem tais males. Tudo isso é inegável! Creio que não há entendimento contrário daquelas pessoas que buscam o ingresso nas universidades públicas brasileiras, de norte a sul, de leste a oeste e na parte central do país, através do Programa de Ações Afirmativas. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa bem diferente! O que digo, por fim, ao cabo, é que inexiste, isto é, não deixa de existir na luta empreendida por pessoas que defendem a inclusão de Programas de Ações Afirmativas nas universidades públicas brasileiras, o desconhecimento da inalienável necessidade, da precisão, da demanda de proporções oceânicas de se dar continência, tratamento e atendimento a todos os males existentes na educação pública brasileira, nos diferentes níveis e graus.

Postergar a discussão e inclusão de políticas afirmativas no terceiro grau, para alunos que concluíram, seja de que forma tenha ocorrido, a educação de primeiro e de segundo graus, significa desconsiderar a trajetória de vida desses sujeitos. É afastar para longe. Vale o pleonasma, a possibilidade de ingresso de alunado que, por méritos próprios, chegou até o ensino superior. Que se respeitem aqueles que ingressam na UFRGS, vencendo preconceitos, discriminações e racismos.

Muitas dessas pessoas, ao longo de sua vida escolar, talvez tenham recebido educação sucateada. Faça a UFRGS sua parte! Não volte às costas a quem ajuda a mantê-la pública, gratuita e de qualidade. ¿Qualidade sim? Mesmo para quem é contrário a essa política pública não tem como provar que, alunos cotistas rebaixaram o nível da UFRGS. Para ilustrar, no dia 05 de setembro de 2017, foi publicado no Jornal Zero Hora matéria sobre presença de universidades no ranking THE.

Três universidades do Rio Grande do Sul estão na lista das melhores instituições de Ensino Superior do mundo, segundo levantamento da consultoria britânica *Times Higher Education (THE)* divulgado nesta terça-feira (5). A Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é a melhor colocada, seguida pela Federal de Pelotas (UFPEL) e pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS).

Incluo fração do manifesto da Vice-Reitora da UFRGS, Jane Tutikian, no mesmo jornal Zero Hora do dia 05 de setembro de 2017. Para a pergunta: ¿Como a UFRGS recebe a notícia de que está entre as universidades consideradas melhores do mundo?

A Vice-Reitora responde.

Neste momento, é algo muito importante, talvez ainda mais do que em outros. A UFRGS hoje está vivendo uma crise, como as demais universidades, sobretudo federais. Estar entre as mil melhores do mundo no ranking da THE é uma grande conquista. Apesar de toda a crise, continuamos lutando pela excelência, para oferecer aos nossos estudantes ensino de alta qualidade. Essa é uma conquista de toda a comunidade acadêmica.

Em outra parte da tese, trouxe informe semelhante a respeito de desempenho da UFRGS em ranking de universidades no mundo. ¿Por que fazer disso? Salientar o desempenho da UFRGS no concerto das instituições de ensino superior no mundo é fundamental. Considero válido alardear que a UFRGS mantém alto conceito entre estabelecimentos que, através da educação, contribuem para o desenvolvimento tanto de setores das áreas tecnológicas quanto das humanidades. Assim caem por terra, são *delendadas*⁶⁰, isto é, são desconstruídas afirmações que propalam a queda da qualidade da UFRGS com a adoção do Programa de Ações Afirmativas.

Voltando à entrevista. A seguir o professor Fernando Becker expõe seu entendimento sobre o que considera como patrimônio necessário para ingressar e ter sucesso no ensino superior, devendo ser observado na construção do Programa de Ações Afirmativas.

Em primeiro lugar, o processo de aprendizagem. O maior teórico da aprendizagem humana – Piaget – nos mostrou que sem construir instrumentos cognitivos ou organizações cerebrais apropriadas não se aprendem conteúdos progressivamente complexos. Hoje, as neurociências dizem isso de outra forma, mas, no fundo, no fundo, dizem a mesma coisa com a linguagem da neurologia, isto é, que o cérebro vai se organizando progressivamente, desde que nascemos pelo menos, na medida do que fazemos. Na criança pequena, sobretudo nos primeiros anos de vida pós-nascimento, com uma rapidez impressionante de organização; e essa organização depende daquilo que o sujeito faz, da sua ação, das interações entre indivíduo e sociedade vividas pelo sujeito; o percurso escolar faz parte desse processo. Só se aprende o que essas organizações permitem; numa palavra, nada se aprende a não ser a partir das capacidades cerebrais que se construiu; na prática, a partir das aquisições anteriores. E isso tudo é função do tempo; não se fazem num passo de mágica.

Confesso que me faltam subsídios para comentar quer o processo de aprendizagem, que tem em Piaget, a maior representação, segundo informa o entrevistado, quer estudos de neurociências. Apesar da ausência desses conhecimentos específicos, fico com questionamentos. ¿Será que todos os alunos que vierem a ingressar pelo Programa de Ações Afirmativas são deficitários em aquisições anteriores? ¿Viriam todos desprovidos de conhecimentos que os impedem de atingir êxito no aprendizado de terceiro grau? Insiro manifestação de Gládis Kaercher.

Esse aluno vem de camadas menos favorecidas da população. Com uma base escolar, muitas vezes, deficitária, **nem sempre**. Eu sou exemplo, eu vim de escola pública e nem acho o nível da escola pública ruim e há muitas escolas públicas maravilhosas nessa cidade. Então, nem todo oriundo de escola pública tem déficit, digamos assim, ou conteúdos e aprendizagens não realizados, mas outros sim. E a mesma coisa o aluno negro, que majoritariamente é aluno de escola pública (grifo meu).

⁶⁰ Utilizo o verbo, partindo de “*delenda carthago* (locução latina que significa ‘Cartago deve ser destruída’). Palavras com que Catão, o Antigo, terminava todos os discursos, fosse qual fosse o assunto; cita-se como exemplo de uma ideia fixa, de uma obsessão, de um plano cuja realização se promove obstinadamente” (PRIBERAM, 2017, online).

Em seu comentário, Gládis resgata o valor da educação pública. Enfatiza que nem todas as escolas públicas são de má qualidade. Trago a seguir uma imagem. O ingresso de alunado de escolas públicas na UFRGS, através da reserva de vagas no Concurso Vestibular, pode ser representado pela figura de um funil. Na parte larga do objeto, estariam todos aqueles que concluíram o grau de ensino que os habilitam a prestar o CV. Na parte final, de menor proporção, onde está a saída, encontrar-se-iam aquelas pessoas que tiveram aportes de conhecimentos que os habilitaram a ingressar na UFRGS. Sabe-se que, em sociedade capitalista, não há lugar para todos. Saem pela parte estreita, poder-se-ia afirmar as alunas mais preparadas/os melhores alunos mais preparados.

Dando sequência à exposição sobre capacidades necessárias para aprendizado de conteúdos, Fernando Becker afirma.

Então, colocar alguém que não construiu capacidades que deem conta de conteúdos de determinada complexidade, como acontece num curso universitário, é uma barbaridade! É enganar a pessoa ao dizer a ela, institucionalmente, que ela tem condições apesar de não ter construído tais condições. Dizer para ela: ‘Olha você vai entrar neste curso, você tem condições de dar conta disso’. Isso é uma barbaridade. Note-se bem que não se trata apenas de pré-requisitos de conteúdos, trata-se de capacidades construídas que antecedem os pré-requisitos de conteúdos. E isso leva tempo; muito tempo de dedicação. Se a escola básica não fez isso, alguém vai ter que fazer; fornecer as condições para que o sujeito faça. Em desenvolvimento cognitivo, como também em aprendizagem, portanto também em educação não se faz milagres; não existem soluções mágicas. Cotas não corrigem magicamente processos não realizados, não importa em que escola, se pública ou privada, se para brancos, negros ou amarelos, se para índios ou não.

Lembrando afirmação de que teria sido atropelado pela ideologização presente no discurso em debate já citado, fico com questionamentos. ¿Será que o professor Becker não se fechou/fecha para o debate com sua postulação? E ¿Será que o conjunto de postulantes ao Programa de Ações Afirmativas é constituído somente por pessoas incapazes de frequentar com sucesso os diferentes cursos da UFRGS?

Frente à manifestação de Fernando Becker, tentei argumentar.

Como assim professor? Eu peço que o senhor me explique melhor. Por exemplo, pra ingressar, mesmo sendo pela Política de Ações Afirmativas, a pessoa tem que ter concluído o chamado... Todo aquilo que a gente fez, que o senhor fez, primeiro e segundo graus? Então nas escolas que nós temos aí e que o Estado do Rio Grande do Sul oferece, ou pode ser em outros Estados. Mas, o aluno para ingressar, ele não ingressa sem ter concluído o ensino médio.

Respondendo ao meu argumento expressou.

Bom, todo mundo sabe que a conclusão da educação básica não autoriza a enfrentar um curso universitário. Os donos de cursinhos pré-vestibulares sabem disso como ninguém... A não ser esses cursos universitários que não têm exigência nenhuma, que aprovam por qualquer motivo, que dão notas altas para qualquer suspiro do aluno, que fazem as avaliações muito ruins, muito precárias, aquelas instituições que chamamos de ‘caça níquel’ que, se você pagou, está aprovado. Então, o fato de ter cursado a educação básica, não é suficiente para enfrentar um curso universitário. Especialmente em uma Universidade como a nossa aqui, e mais especialmente quando se trata de cursos de área técnico ou tecnológica. Por exemplo, sabemos quais são os problemas que enfrenta quem

passa no vestibular para licenciatura em Matemática; mais ainda, para o bacharelado nessa disciplina, para não falar das engenharias e da medicina. Imagina então quando se atravessa o critério que o vestibular mantinha como questão de honra. Na Pedagogia desta Universidade ficou absolutamente claro que foram aprovadas pessoas que não apenas não tinham condições de dar conta dos conteúdos teóricos da área – por exemplo, teorias de aprendizagem. Pior que isso, foram colocadas para dentro do Curso pessoas que não demonstravam minimamente desejo ou vontade de estudar. Sem essas duas coisas, não há o que fazer.

Trago um pouco de minha experiência como servidora técnica-administrativa da UFRGS. Durante cerca de vinte e três anos, trabalhei na Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD. Tive oportunidade de acompanhar debates, registros escritos versando sobre problemas de aprendizado de alguns alunos da universidade na área da matemática, dificuldades essas responsáveis pela repetição em cursos que exigiam o raciocínio matemático. A disciplina de Cálculo, ministrada para os Cursos das Engenharias, possuía alto índice de reprovação.

Lembrando, naquele período, inexistia a política pública para ingresso na UFRGS. Cursos pré-vestibular renomados, como referiu o professor Fernando, eram grandes responsáveis por jogarem alunos para esses cursos. É possível encontrar registros junto ao Departamento de Consultoria em Registros Discentes - DECORDI, indicando que eram originários de escolas particulares a maioria desses alunos. Seriam aqueles que tiveram suporte dentro de casa, como livros, escrivaninha apropriada para sentar e estudar. Recordando que é a partir de 2008 que mais alunos da educação pública passam a ingressar na UFRGS.

Dando seguimento à exposição, o entrevistado informa.

Então, o princípio de aprendizagem é o seguinte: só se aprende a partir de toda uma história de aprendizagem; e de desenvolvimento cognitivo construído, que embasa a aprendizagem e que possibilita aprender o que os cursos exigem. E os cursos de áreas técnicas e tecnológicas são muito mais exigentes que os das humanas; só não vê isso quem não quer. Ou não pode?! Para mim, a questão básica é: ninguém aprende pelo simples fato de que entrou num meio em que se exigem níveis mais profundos de aprendizagem. Não há magia. Quem trabalha com o método clínico piagetiano sabe que há não poucos adultos que não são operatório-formais (nível de capacidade intelectual que aparece por volta dos 11/12 anos e se consolida pelos 15/16 anos para quem segue razoavelmente a escolarização). Sem operatoriedade formal não se dá conta de um curso universitário, nem dos conteúdos do ensino médio. Não se compreende uma teoria qualquer sem essa capacidade. Se o princípio psicológico, fundador da lei das cotas, fosse válido, não se precisaria mais de vestibular ou de ENEM; é só fazer um sorteio entre os inscritos, até preencher as vagas...

Sobre capacidades cerebrais e aquisições anteriores, destacados por Fernando Becker trago para diálogo o artigo *Negros e Educação no Brasil*, de autoria de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, do qual destaco fragmentos. De início, denuncia.

A gravidade da situação educacional dos negros aparece de forma gritante, não quando comparamos negros e brancos, mas quando comparamos negros pertencentes a gerações mais jovens (entre 20 e 40 anos) com outros negros mais idosos (entre 60 e 80 anos ou mais). Estes cuja infância e juventude estão mais

próximas do século XX, padecem de altíssimos índices de analfabetismo: por exemplo, em um total de 3 milhões, o percentual é de 70%. Entre as mulheres a situação é pior: quase 90% (GONÇALVES, 2000, p. 325).

Lendo o fragmento enxerguei minha condição de vida. Sou mulher negra privilegiada, considerando o universo de mulheres pretas e pardas de mesma idade. ¿Quantas mulheres pretas e pardas brasileiras com 67 anos tiveram/têm oportunidades de concluir o curso de doutorado? E de outro lado. ¿Quantas mulheres negras com 67 anos são analfabetas ou possuem instrução rudimentar, equivalente ao antigo primário? Não mergulhei em estudo de tal monta, mas para a primeira pergunta, talvez dedos de mãos abarquem a resposta. Já para a segunda, a resposta talvez chegue a milhares ou milhões.

A denúncia da presença do analfabetismo no meio negro é seguida do anúncio da melhora da condição escolar no grupo formado por integrantes da juventude negra. É testemunho incessante de que pessoas negras, ao longo da história brasileira, demandam por educação. Mãe e pai, com pouca ou nenhuma instrução escolar, apostam na educação. Realizam esforços para proporcionar a oportunidade de estudo. O desejo é que filha ou filho possam ter outro destino. Se habilitem para ocupar postos de trabalho diferentes do que desempenham. É mudança lenta, progressiva e eficaz. Consagra a manifestação do autor em questão (2000, p. 325).

Não é preciso muito esforço para constatar a precariedade da situação educacional desse segmento étnico. Há uma esperada inversão nas expectativas geracionais de forma que quanto mais diminui a idade mais aumenta o grau de escolarização. Desnecessário dizer que são os mais jovens (entre 20 e 40 anos) os que têm mais anos de contato com o sistema de ensino. Ao mesmo tempo, temos uma radiografia completa de como se distribuem os níveis de escolarização entre os negros brasileiros pertencentes a diferentes gerações.

Outro ponto substantivo do artigo é a inticação feita pelo autor sobre a presença do capital cultural defendido, como determinante para o sucesso escolar. Atente-se para exposição a respeito dessa característica, à qual denomina de *mito*.

De certa forma, esse estudo geracional suscita uma série de questões e questiona a universalidade de um mito da teoria crítica educacional tão em voga, de que o sucesso escolar depende, em grande medida, do capital cultural, em geral localizado na família. Diante de nossos dados brutos, a situação é outra. Podemos teoricamente vislumbrar três gerações – filhos, pais e avós – em estágios de escolaridade absolutamente diferentes uns dos outros (GONÇALVES, 2000, p. 325).

Continuando, refere à necessidade de mudar o modo de analisar a relação negro e educação. Externo minha aquiescência em gênero, número e grau com a exposição a seguir:

Ao examinar a situação educacional dos negros brasileiros, devemos mudar a direção de nossos questionamentos. Não é mais possível continuar associando mecanicamente sucesso escolar e escolaridade dos pais. A questão é saber como avós analfabetos influenciaram a pouca escolarização de seus filhos, e como estes, apesar da pouca escolaridade, têm estimulado suas gerações futuras a terem êxito na escola.

Abolir a submissão absoluta ao capital cultural é fundante, necessário e urgente, tendo em vista o bom êxito do Programa de Ações Afirmativas, bem como a valorização da vida escolar de alunos, cujas mães e pais, mesmo iletrados, buscam oferecer a oportunidade de filhas e filhos mergulharem e serem pessoas exitosas no mundo da educação. Docentes e discentes ficam/ficarão livres dessa prisão insalubre, cruel e perversa. Poder-se-á transitar livre de falsas amarras que, enquanto não forem destruídas, obstaculizam, dificultam e impedem, entre outras ações, o cumprimento e o avanço do Programa de Ações Afirmativas. Urge aproveitar na integralidade talentos surgidos nos diferentes cantos da sociedade brasileira e formados por escolas públicas, algumas sucateadas, todas com servidores ainda mal remunerados, mas que galhardamente cumprem suas obrigações. Apoio-me firmemente na explanação de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2000, p. 325-326).

Sem desmerecer a importância do papel do capital cultural da família no desempenho escolar das crianças e dos jovens, no caso da população negra no Brasil, esse papel teria que ser relativizado. Não foi por acaso que as mudanças começaram a ser significativas para as faixas etárias que, em 1990, estavam entre 20 e 40 anos, ou seja, indivíduos que nasceram no período caracterizado pela expansão das políticas públicas educacionais. Não é possível fixar o olhar apenas sobre as famílias, se se quiser saber o que aconteceu na educação das gerações mais novas é preciso fixá-lo também no Estado. A escola pública universal e gratuita teve algum peso na referida expansão.

Retornando à entrevista, abordo a forma de ingresso com a qual se identifica o professor Fernando Becker. Inicialmente temos o introito.

Bom, voltando àquele debate das quotas, antes da lei. Havia outras formas de entender as quotas. Uma dessas, eu estudei e apresentei naquele debate de 2005/2006, promovido pelo DCE. Vinha de um professor de Estatística da Unicamp. Ele havia investigado – se eu bem me lembro o nome desse professor é Sebastião Amorim – estudado estatisticamente os primeiros Exames Nacional de Ensino Médio - ENEM e os últimos vestibulares daquela ocasião. E chegou à conclusão seguinte: Quando os egressos da escola pública prestam vestibular nas universidades públicas, eles logram êxito próximo ao êxito dos demais. Qual é o problema, então? É que esses egressos, afrodescendentes ou não, se excluem antes, na sua grande maioria. Eles não vão ao vestibular, porque sabem que, em primeiro lugar, se forem aprovados, não vão poder se manter na universidade. Por falta de recursos, porque a universidade vai exigir muito tempo e, então, eles não vão poder trabalhar. As famílias não têm condições de sustenta-los. Por esses motivos, o egresso da escola pública exclui-se antes de prestar o vestibular.

Dando continuidade, o entrevistado defende a proposta. Talvez por não a ter acessado e por ter escolhido a UFRGS como campo de estudo, não procurei aprofundar-me na fórmula

como a universidade de Campinas discutiu o assunto. Mas, já de início, descartaria a proposta, pois se centra no quesito mérito, sem avaliar que esse arquétipo não tem consistência sozinho.

Então, esse professor propunha o seguinte: na época dos vestibulares das Universidades Públicas, o Governo Federal faria uma campanha intensiva, com o mote seguinte: *‘Egresso de escola pública, faça o vestibular! Se for aprovado, você receberá uma bolsa para todo o curso’*. Na previsão desse professor de Estatística, essa modalidade sairia muito mais barato para o Governo Federal do que o sistema de cotas posteriormente adotado. Podemos dizer hoje que ele tinha razão. O quê aconteceu com essa proposta? Sequer foi levada em consideração! Essa proposta tem a grande qualidade de respeitar o mérito pessoal, isto é, o trajeto cognitivo/afetivo individual do aluno que estuda, que se esforça, que se empenha, que faz de tudo para conseguir se desenvolver em compreensão e em aprendizagens; ao lado daquele outro que não está nem aí. Nós tivemos alunos aqui na Graduação... Eu tive alunos na Graduação da Pedagogia que entravam na sala de aula, se jogavam em um canto, não estava nem aí, não queriam nada com nada. Por quê? Porque foi botado para dentro Universidade. Recebeu um presente que não conquistou. Esse é um problema. Pergunto-me, por que que uma proposta, do tipo da apresentada pelo estatístico, não foi levada em consideração?

¿Quem diz que o Programa de Ações Afirmativas, desrespeita o mérito pessoal? As pessoas postulantes ao Programa precisam ter escolaridade exigida pelo certame. São selecionadas alunas e são selecionados alunos que se saíram melhor nas provas. O que varia é que há percentagem destinada para alunas autodeclaradas pretas e pardas e alunos autodeclarados pretos e pardos. As pessoas que se candidatam à reserva de vagas prestam igualmente prova, dentre todas as pessoas que concorrem, selecionam-se as que apresentarem melhor desempenho.

A seguir transcrevo fragmento em que o professor refere a motivações político-partidárias, para a aprovação do Programa de Ações Afirmativas espalhado nacionalmente.

Havia motivos políticos para isso. Em minha opinião particular, havia uma intenção político-partidária. Como uma ação de governo que seja realmente séria, não leva em conta todas as propostas para analisar... e só se contempla uma... E justamente aquela que comete a desfaçatez de atropelar os trajetos pessoais? E, para mim, é opinião muito própria, muito, digamos, intuição minha, que não tem nada de – digamos – de dedução científica, pra mim foi uma questão político-partidária. Quer dizer, o cotista tem que levar no seu subconsciente, que ele ganhou um presente e que ele tem que ser agradecido, isto é, tem que devolver, em algum momento, o favor recebido. O que me indigna foi essa surdez perante propostas alternativas que existiam na ocasião e que simplesmente não foram examinadas. A proposta desse professor da Unicamp, me pareceu ser uma proposta de grande relevância porque respeitava aquilo que eu disse sobre aprendizagem, sobre o processo de aprendizagem fundado no processo de desenvolvimento cognitivo; respeitava uma coisa fundamental que é o mérito pessoal, ou seja, o trajeto intelectual/afetivo que a pessoa fez! Como essa pessoa aproveita condições sociais que ela pode usufruir.

Pela trajetória nos movimentos sociais negro e de mulheres negras, menciono que lutas empreendidas por esses setores têm caráter político, isto é, faz-se disputa de ideias, tendo em vista o enfrentamento a situações de exclusão e a atos prejudiciais à população negra. A baixa presença na cena universitária foi uma delas. Até a inclusão do Programa de Ações Afirmativas nas universidades públicas brasileiras, havia presença majoritária de pessoas brancas e pequeno número de pessoas pretas, pardas e indígenas. A elaboração e implementação do Programa de Ações Afirmativas, no campo da educação, é fruto

basicamente da luta empreendida por ativistas do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras.

Por isso, considero inadequado, tendo em vista a dimensão de esforços realizados por pessoas negras, a tentativa de atrelar conquistas inalienáveis a benesses político-partidárias. A autonomia é marca que garante aos movimentos sociais negros e de mulheres negras atingir as metas alcançadas. Exponho ao longo da tese que pessoas negras ao realizarem enfrentamentos, dialogam com todos os níveis de governo e com os diferentes setores da sociedade brasileira. Dizer que o movimento social negro e o movimento social de mulheres negras atrelam-se a partidos políticos, é fazer julgamento precipitado. É desconhecer a importância da luta realizada por mulheres negras e por homens negros ao longo da história do Brasil. Mais uma vez digo, estamos as nossas próprias custas.

Para exemplificar, insiro fragmento de texto construído pelo ativista do movimento social negro, Edilson Amaral Nabarro no texto *O Significado Político da Marcha Zumbi dos Palmares -1995*.

A Marcha de 1995 estabeleceu um novo marco para o perfil das reivindicações do negro. Um novo ator entrou em cena: O Estado Brasileiro. Aquele Estado, que desde o Império e da República foi o responsável pela criação e manutenção das estruturas de desigualdade racial e exclusão da população negra, passaram a ser os responsáveis pela restauração dos danos provocados pela cruel e longa escravidão. Não caberia mais as vítimas, as responsabilidades pela ‘desvitimização’. O Movimento Negro não mais poderia supor responsabilidades que não são suas.

As políticas públicas de promoção da igualdade racial tiveram um marco simbólico, quando em 1995, o governo FHC, instituiu o GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. O surgimento da Fundação Palmares e posteriormente da SEPPIR – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, no âmbito do Governo, anunciaram que a Marcha Zumbi de Palmares não foi em vão.

Aproveitei a tese para trazer à luz textos que solicitei a ativistas, partícipes da história de confrontação com as iniquidades contra a população negra na sociedade brasileira. Juntos temos realizado contribuições à luta de enfrentamento aos racismos. Aprendemos e agimos de acordo com provérbio africano. *Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo*. Urge o re/e/conhecimento de embates protagonizados pelo povo negro brasileiro, a fim de atingir a plena cidadania em um país moldado pelo preconceito, pela discriminação racial e pelo racismo como é o Brasil.

A realização da *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida* fez com que o estado brasileiro se sensibilizasse para tentar assumir sua parte na busca da melhoria de vida de metade de sua população. Lembrando, era Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Naquele momento histórico, o mandatário da República reconhece oficialmente a existência de racismo no Brasil. Toma providências. Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a

finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra. A história da Marcha e os desdobramentos encontram-se na obra *Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e à Desigualdade Racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida*.

Brado. É importante re/e/conhecer que a luta encaminhada pelos movimentos sociais negro e de mulheres negras não anda a cabresto de partidos políticos. Dialoga-se com diferentes cores partidárias, tendo em vista dar continência aos postulados da agenda de lutas elaborada pelo povo negro brasileiro, para alcançar todos os seus direitos políticos, civis e sociais. Somente a autonomia garantiu que o Estado brasileiro assumisse compromissos de reparar danos causados pela escravidão transatlântica e pelos racismos existentes em solo pátrio. Pessoas negras integrantes de diferentes movimentos sociais, em determinados momentos, podem fazer parte de equipes de governo, tentando influenciar a estrutura para acolher os pleitos desses setores. Isso não torna os movimentos reféns de governos. A busca da utopia, do desejável, de atingir o ápice de sua luta continua presente nos movimentos sociais. A estrutura não torna refém a luta dos movimentos sociais negro e de mulheres negras.

Dando prosseguimento, trago manifestação de Fernando Becker sobre mérito.

Nós sabemos que têm filhos de classe-média alta e classe alta que não aproveitam nada do que a sociedade pôs em suas mãos; como há filhos da periferia, das classes C e D, que aproveitam muito o que a sociedade põe à disposição. É isso que eu chamo aqui de mérito pessoal; há quem tenha ojeriza ao mérito. Parece que o mérito não deve contar. Então, pergunto: Como? Aquilo que a pessoa faz, todo seu esforço, o empenho que ela dedica ao que faz, sua dedicação recheada de opções, às vezes difíceis, que mostram dedicação, renúncia a favor de um projeto de vida, o gosto que ela realimenta. Em nome de quê não levar isso em consideração? Como não conta?! Então, por que que nós não valorizamos isso quando pensamos em uma proposta tão importante como a das cotas?

Finalizando o diálogo com manifestação do entrevistado sobre a forma de Programa de Ações Afirmativas que defendeu/defende e dialogando com o exposto, digo que não tenho repulsa direta quanto ao mérito. Faço, entretanto, reparo no seu uso. O mérito inexistente sozinho. Precisa de adjuntos como talento e oportunidade para seu desenvolvimento. Defendo a seguinte equação: talento + oportunidade de desenvolver o talento = mérito. ¿Uma pessoa com talento, sem oportunidades para desenvolvê-lo, pode ser designada como uma pessoa sem mérito?

A próxima pergunta feita aos participantes da pesquisa foi: - ¿Nota diferença na dinâmica de sala de aula com a inclusão do Programa de Ações Afirmativas?

Maria Cristina responde:

Olha, eu acho que eu noto sim. Vamos dizer que antes não tinha e agora tem, em cada turma de vinte, uns dois. Digamos 10% assim, sabe? Mas ainda, tu vê, é pouco.

Resposta de Rivair:

O que eu percebo de 2010 pra cá, é que houve aumento. Isso aí é significativo no sentido de *tornar visível*. Todas as turmas praticamente que eu trabalhei de lá pra cá, eu percebo que há um número, minoritário ainda, mas um número de alunos negros que estão participando das atividades, então eu to colocando como professor. Em relação às atividades do departamento não são apresentadas.

Aproveitando a resposta, fiz a pergunta: ¿No currículo? Em resposta, Rivair profere.

Nunca houve uma discussão, nunca houve uma reunião específica para tratar da questão particular dos alunos negros ou dos alunos indígenas, ou alunos cotistas. Houve um momento, eu acredito, há três anos atrás, em que uma mensagem de e-mail se discutiu um relatório que a Comissão de Graduação tinha enviado a respeito do desempenho de alunos cotistas. E ali se intuiu o sentido ‘Seria importante ter discutido, não basta apenas receber esses alunos na Universidade. Temos que pensar o que oferecer para eles, como oferecer’. Enfim, começou a se esboçar uma situação nesse sentido, mas não foi muito adiante também. Então o que eu poderia falar além disso, seria de um relacionamento mais pessoal meu com eles. Embora aí também fique muito fragilizado porque há uma política de não evidenciar quais são. A gente se sente um pouco constrangido também.

Teria que se repensar as disciplinas no Brasil ou se repensar essas disciplinas, ou criar dentro delas uma área específica para trabalhar história dos afro-brasileiros, história e cultura afro-brasileira, porque me parece que dentro da Universidade ficou muito assim ‘bom, no Brasil o professor consegue dar conta daquilo, agora África não, porque a África tá muito longe, a gente não tem...’, mas não é assim! Não é qualquer professor também que consiga dar conta, das questões de afro-brasileiras dentro da história do Brasil, eu ainda tenho sérias dúvidas, mas ainda da maneira como alguns trabalham dentro da Universidade.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Gládis comentou.

[...] eu olho essa universidade e fico pensando, quantos alunos são formados, vejo que todas as áreas, todos os cursos postos no mundo do trabalho, com uma visão racista do conhecimento, da ciência, da arte, das relações humanas, então eu acho esse o maior dos desafios. E ele é muito complexo, porque ele demanda uma ação que é pedagógica, curricular que eu não vejo acontecer, os currículos não estão adaptados para mudar essa matriz, ele perpassa o fortalecimento dos espaços de discussão e de empoderamento negro dentro da universidade.

Insiro contribuição da doutoranda em Educação pela PUC/RS - Fernanda Nogueira. A autora é servidora técnica-administrativa da UFRGS. Desempenha o cargo de técnica em assuntos educacionais e exerce suas atividades na Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ação Afirmativa (CAF).

[...] iniciei em 2016 um mapeamento nos currículos de graduação da UFRGS buscando verificar a presença de disciplinas relacionadas às orientações das Leis 10.639/03, 11.645/08, Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004, todas orientadoras da proposta de Educação das Relações Étnico-Raciais-ERER nos currículos da educação básica (ensino fundamental e médio) e educação superior no país. Este estudo envolveu os currículos dos 75 cursos, com a leitura de aproximadamente 10.500 disciplinas, seus títulos, súmulas e, após a seleção inicial, os planos de ensino. As palavras-chaves que o guiou foram: cultura, afro-brasileiros, África, negros, indígenas, ameríndios, quilombolas, raça e racismo. Da totalidade visitada, foram encontradas 25 disciplinas.

O excerto faz parte do Anexo L da tese. De acordo com mapeamento de currículos dos cursos de graduação da UFRGS, constituído por cerca de 10.500 disciplinas, somente 25 atendem legislação nacional, tendo em vista o ensino de conteúdos referentes às culturas africanas/afro-brasileiras e indígenas. Encontra-se maior explicitação no artigo *Educação das Relações Étnico-Raciais como Política de Descolonização dos Saberes na Universidade: possibilidades na UFRGS* de autoria de Fernanda Nogueira - Autora⁶¹ e Marília Costa Morosini - Coautora e Prof. Orientador⁶² (2017).

Ainda sobre currículos, trago fragmento do artigo *Negros na Universidade e Produção do Conhecimento*, de autoria de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003, p. 47).

[...] cultivava-se um elitismo que expressa total desprezo por tudo que possa implicar revisão de pressupostos e crenças que têm fundamentado a formação acadêmico-científica. Em outras palavras, há recusa em avaliar as bases ideológicas e teóricas, fortemente enraizadas no século das luzes, com que se construíram saberes sobre os outros e sobre o mundo. Tal atitude não permite aceitação de novas e diversas possibilidades de olhar os outros e o mundo, mas impede de vislumbrar a importância e a necessidade tanto da reconstrução de conhecimentos como da elaboração de novos sobre grupos e pessoas construídos científica e socialmente como diferentes (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 53).

Simulo diálogo possível entre as manifestações de Rivair, de Gládis, de Fernanda e de Petronilha, com a manifestação de Hélio Santos na sequência.

Nunca houve uma discussão, nunca houve uma reunião específica para tratar da questão particular dos alunos negros ou dos alunos indígenas, ou alunos cotistas (Professor Rivair).

[...] eu olho essa universidade e fico pensando, quantos alunos são formados, vejo que todas as áreas, todos os cursos postos no mundo do trabalho, com uma visão racista do conhecimento (Professora Gládis).

[...] iniciei em 2016 um mapeamento nos currículos de graduação da UFRGS buscando verificar a presença de disciplinas relacionadas às orientações das Leis 10.639/03, 11.645/08, Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004 [...] Este estudo envolveu os currículos dos 75 cursos, com a leitura de aproximadamente 10.500 disciplinas [...] Da totalidade visitada, foram encontradas 25 disciplinas (Doutoranda Fernanda Nogueira).

[...] cultivava-se um elitismo que expressa total desprezo por tudo que possa implicar revisão de pressupostos e crenças que têm fundamentado a formação acadêmico-científica (Professora Dra. Petronilha).

Para também fazer parte desse diálogo que montei, trago o texto *Desenvolvimento e Diversidade Étnico-Racial*, de autoria de Hélio Santos (2009, p. 93).

⁶¹ Apresentadora do trabalho. Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul - PUCRS. E-mail: fernanda.nogueira@ufrgs.br.

⁶² Orientadora e Coautora. Pesquisadora A1 do CNPq. Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul - PUCRS. E-mail: marilia.morosini@gmail.com.

Podemos dizer que o consenso da democracia racial foi sepultado no País. Não faz sentido, mesmo, falar em democracia racial em um país onde a democracia *lato sensu* tem sido a exceção e não a regra. Todavia, esse consenso encontra-se metamorfoseado em uma solene omissão da sociedade em relação à população negra. Atualmente, concorda-se que exista racismo e discriminação contra negros e indígenas no País, mas permanece a invisibilidade da temática racial no Brasil. O consenso em torno dessa invisibilidade é vigoroso, trata-se talvez do fato mais ecumênico que se tem notícia do ponto de vista ideológico, ou seja, o problema existe, mas nada precisa ser feito. Essa posição é refletida, por exemplo, nos enfrentamentos criados por conta das chamadas cotas no Brasil, como quando um antropólogo europeu afirma a jornais, que lhe abrem generosos espaços, que as políticas de cotas acabam validando o conceito de raça, ou seja, diz que raça é uma invenção social, mas que as políticas de cotas terminam por validar essa invenção. Qualquer estudante de antropologia sabe que raça é – sim – uma invenção social e que o racismo é exatamente o que mantém esse conceito em uso. As políticas de cotas são uma tentativa de reverter essa situação, mas a oposição que sofrem é grande.

Mais uma vez a letra de Querelas do Brasil vem à tona. O Brasil não conhece o Brasil, por deliberada vontade. O texto de Helio Santos retrata insensibilidade da elite brasileira no enfrentamento aos racismos que dizimam vidas negras, quer através da morte física, quer pela morte psicológica. Transparece um constante desconsiderar de pautas de inclusão. Qualquer pessoa branca, que se propuser a fazer comentário rebaixado sobre a adoção do Programa de Ações Afirmativas recebe palco iluminado para a manifestação. Isso faz com que a luta pela inserção dessa política avance a passo de tartaruga. Precisa-se sempre justificar o explícito. A chamada elite brasileira pensa somente em seus interesses. Deixam, sem dó, piedade ou remorso, milhões de pessoas abandonadas, mal amparados, desprotegidos. O autor do artigo ao se referir à dificuldade que existe no Brasil para realizar a inclusão social, bradou.

A exclusão brasileira foi tecida com zelo ibérico, e não da maneira que conhecidos estudiosos supõem em suas vãs teorias. Isso vale para os países ibéricos de uma maneira geral. Gostaria de frisar duas características cruciais da cultura ibérica: a primeira é a manutenção dos privilégios: “primeiro os meus, depois os meus de novo”, hábito tão conhecido por nós. A segunda é a dissimulação, especialmente no que diz respeito aos aspectos étnico-raciais. Esse tipo de dissimulação é muito parecido em toda a América Latina. [...] mas aqui no Brasil a dissimulação atinge o seu estágio mais sofisticado (SANTOS, 2009, p. 92).

Helio Santos refere que a manutenção de privilégios e a dissimulação são marcas presentes em países da América Latina. São heranças perversas doadas por Portugal e Espanha para suas antigas colônias. Segundo o autor, o Brasil alcança o posto mais alto no quesito dissimulação. Por isso, qualquer sinal de mudança, que remeta a mexer em privilégios, em minúscula perda de espaços considerados de qualidade sofrem contínuo desmonte. Instala-se o Programa de Ações Afirmativas, mas se mantém eurocentrada a forma de realizar o processo ensino-aprendizagem. É o racismo institucional vigendo. Exige

esforços sobre-humanos por parte de defensores do Programa de Ações Afirmativas, para abrir brechas na estrutura que resiste à mudança.

¿Como abrir brechas, em estrutura hermética, contrária e que se vale da dissimulação? Revisito a ideia de invasão/ocupação que tem suleado a tese. Mesmo já tendo sido dito antes, vale aqui e agora. “A política é nossa. O espaço político é dos sujeitos, cidadãos e cidadãs [...] Ocupemos os espaços que reproduzem o racismo estrutural e institucional. [...] Que possamos encontrar novas formas de empreender a integração de posse do espaço político comum, que é nosso (Pacheco, 2016, p. 131).

4.7 ABRINDO BRECHAS E OCUPANDO ESPAÇOS

É através de invasão/ocupação de espaços que, mesmo sem a máquina, o dinheiro e a influência que possuem pessoas que exercem o controle da vida nacional, que aos poucos vai se corroendo partes da estrutura. Na entrevista a professora Gládis informa o momento em que realiza invasão/ocupação do cenário da luta antirracismo. Instigada por outra colega aceitou convite para participar de atividade da Semana da Consciência Negra. Embora fosse estudiosa de temas ligados à cultura africana e afro-brasileira, até aquele momento não invadira/não ocupara espaço de fala sobre a temática racial.

Foi a primeira vez que eu me preparei para falar sobre a questão racial. Falei a partir da literatura, falei fortemente daquilo que eu podia dizer. O professor precisava trabalhar para além da ausência, porque a literatura naquele momento era a ausência. Não havia abundância de personagens negros protagonistas. Não havia materiais, não havia bonecas, tudo era muito pouco no final dos anos 90. [...] Então eu vejo um impacto do PNBE nisso, o Programa Nacional de Biblioteca da Escola. [...]

Insiro outros extratos de textos que revelam participação da professora Gládis em invasão/ocupação do espaço acadêmico da UFRGS. Essa inserção mostra que é a partir da ocupação de espaços na estrutura, por pessoas negras que apresentam compromisso com a inclusão efetiva da temática étnico-racial, é que ocorrem possibilidades de mudança na estrutura hermética. Tanto no sentido de dar continência à legislação que propõe a inclusão no currículo da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, quanto fazendo avançar o Programa de Ações Afirmativas. Continuando, a entrevistada explanou.

Bom é como eu começo, então lá no início, pesquisando, escrevendo muito essas questões de literatura.

[...] então é a coisa de colocar o negro num cartaz, é a coisa da boneca negra, do brinquedo, do filme, do livro, abundante dentro da sala de aula, é da ação protagônica do professor que se posiciona, do professor que não dá o discurso, mas que na hora em que presencie o racismo diz não, não, isso é racismo, isso é crime, na minha frente eu não permito que tu faças isso, que é completamente sem aquelas ações que normalmente os professores

fazem, dizendo: – Ah! pede desculpa pro teu coleguinha, pra Deus todo mundo é igual. Eu até tenho um texto com material de um curso, que eu escrevo sobre essas práticas dos professores: essa talvez seja o que eu mais odeie. Pra Deus todo mundo é igual, quer dizer pros homens não, não precisa.

Fui convidada por um grupo de professores pra participar de um Curso de Extensão Semipresencial, que era produção de material didático pra diversidade.[...] Saí do curso, mas continuei escrevendo [...].

Ministério divulgou Catálogo do Curso de Formação de Professores 2013. [...] Uma das áreas, óbvio, a educação das relações étnico-racial. [...] Que a gente achava que seria um bom curso prum professor, pra ajudar a cumprir a lei. [...] Então um tema mais sólido, no sentido de fazer os professores entender as origens do racismo no estado do Rio Grande do Sul e o porquê das ações afirmativas.

¿Qual o resultado? Um índice de conclusão absurdo, para um curso semipresencial. Quase 90 por cento de conclusão.

Nós criamos um material. Eu tenho a maior alegria de ter criado. [...] Aí a gente sentou, disse: – Vamos mandar fazer um estojo de lápis com tons.

Então a gente criou aquele estojo de doze cores, que deu vinte cores. Que foi um evento bom. Foi um evento a tal ponto que fez o Ministério escolher o nosso NEAB como o melhor do país.

Assim, porque que eu ouvi relatos de pessoas e, de novo, friso majoritariamente brancas, o curso só setenta e cinco por cento de pessoas brancas. Cursistas brancos. Nesse dia eu ouvi relatos de pessoas dizendo: - Olha não sei em que país eu vivia.

Professores brancos que abertamente diziam: – Eu era racista e não sabia. Eu vivia em uma cidade e não sabia.

A gente vai lançar estojo de 24 cores de lápis. Vai abrir terceira turma gratuitamente pra não deixar o curso morrer.

Do meu ponto de vista é simples. Racismo. Essa fala é dada não em cima da concretude, da qualidade da universidade. Ela é dada a partir da visão do professor branco, que vê um alunado mais negro do que antes, e olha que não é majoritariamente negro. É mais negro do que antes e esse professor racista olha e diz: – A universidade não é mais aquela, não tem mais a mesma qualidade. Bom, porque que ele está torcendo o nariz branco e dizendo que a universidade não mais aquela. Porque. Aí vamos usar uma expressão bem das redes sociais. Porque a Casa Grande pira quando a senzala entra com uma pauta. A universidade é um reduto branco. Ela ainda é do ponto de vista de docentes um reduto branco.

Então não sejamos inocentes, este professor branco, majoritariamente branco, olha racistamente pra esse alunado que entrou na política de afirmativas e ele acha que esse alunado fez diminuir a qualidade da universidade. Esse discurso não se sustenta. E assim costumo dizer o seguinte, sempre que alguém vem com esses argumentos que eu escuto. Eu digo, ora determinada aula, determinado modo de pensar racista ele é facilmente desmanchado com estatísticas. As estatísticas, a quantificação das coisas, ela cai como uma luva na cabeça do racista, porque o racista ele é limitado, se assim não fosse não seria racista. Então ele é limitado. Alguém que é limitado quantificar o entendimento. Então, basta pegar dados das universidades que adotaram a política de ação afirmativa, dos anos 90 pra cá. E os dados são abundantes, o desempenho, a média, no impacto desse alunado quando se torna egresso. No impacto que isso trouxe para a distribuição e melhoria da qualidade de vida da população negra, né. Então assim, eu acho que em alguma medida. Bom, porque que esse discurso perdura, porque ainda majoritariamente os professores são brancos e ainda majoritariamente os professores são racistas. Enfim o que jogam nesse discurso como um dado como se tivessem observando na piora da qualidade.

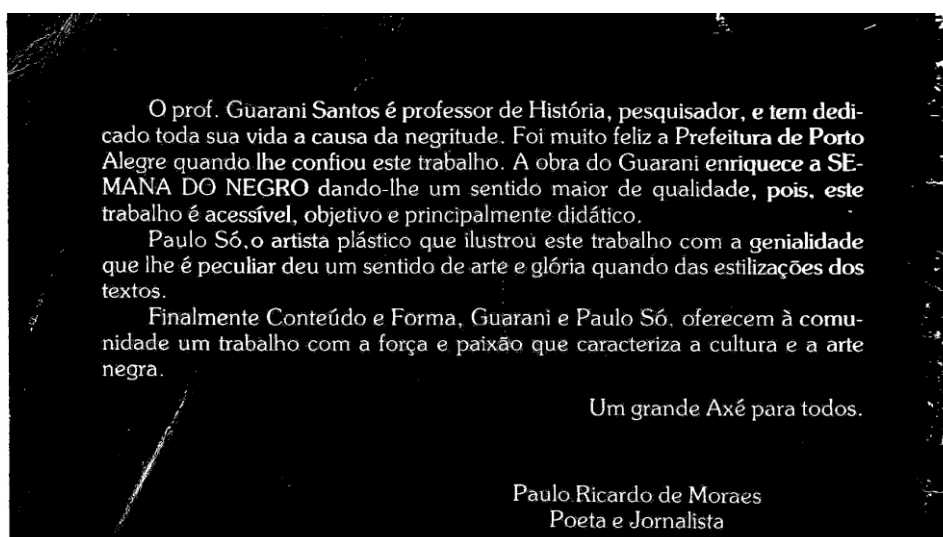
A leitura acurada de parcelas da entrevista confirma que, com sua atividade docente, a professora invade/ocupa com maestria seu lugar como ativista da luta antirracismo. O mesmo ocorre em relação à Faculdade de Educação. Assume compromisso com a Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER. Defende a permanência e a ampliação do Programa de Ações Afirmativas, envolvendo além do ingresso na UFRGS, a transformação dos currículos dos cursos, que estão eurocentrados. Em resumo, aquelas pessoas que lutam para que a

UFRGS se transforme em uma instituição de ensino plural, comprometida com a efetiva implementação do Programa de Ações Afirmativas, que exige mais do que o ingresso de alunos. Reivindica a modificação das estruturas de atendimento, da forma como estão assentados os cursos, em suma, pleiteia pela assunção pela universidade do compromisso com a construção de sociedade equânime, inclusiva e que valorize as diferenças.

A entrevista com Rivair foi muito rica. Confesso que gostaria de acrescentar quase que a totalidade da entrevista na tese. ¿Por quê? Durante o tempo de duração da entrevista, recebi informes que nunca havia recebido nos bancos escolares sobre a História da África. Ganhei sugestões de autoras e autores africanos de diversas áreas. Havia nomes que pertenciam à área da história, outros transitavam pelo campo da literatura e havia outras indicações das áreas da sociologia, da antropologia, da educação e da filosofia africanas.

Em nossa conversa, revelou, como já registrado, que iniciou seu trabalho com história medieval, depois por contatos com pessoas do movimento social negro, entre eles o também professor de história, já falecido, Guarani Amir Quites dos Santos. Assim como o professor Rivair, também considero a troca proveitosa, enriquecedora e indispensável. Nossa conversa foi profícua. Aprendi e intiquei com ele. Respondeu e espargiu conhecimentos. Talvez alguma pessoa que leia, talvez me pergunte: – ¿Por que não aproveitaste mais respostas do professor Rivair? Respondo. Guardei todo o material. Aprofundarei, quando fizer o pós-doutorado!

Figura 20 – Contracapa livro *Zumbi: a epopeia de quilombo de palmares*



Fonte: Santos (1987).

Ao mesmo tempo que há movimentos de avanços que apontam para abertura de brechas na estrutura da universidade por parte de quem se identifica com a luta por reparações, como proposta na Declaração e Programa de Ação da III CMC RDM, existe

algumas pessoas que ingressam através do Programa de Ações Afirmativas e que preferem esconder esse fato. A assertiva provoca-me um questionamento. ¿Por que esconder ser ingressante pelo sistema de quotas? Relatou o professor Rivair.

A questão do aluno cotista ela pode ser um pouco delicada, porque alguns não veem nenhum problema em se reconhecer como tais, se afirmar sim, inclusive em nome, atuar, discutir e pra enfim, realizar uma mobilização dentro da Universidade. Mas outros se sentem um pouco acuados. Eu procurei sempre me relacionar com eles, não, primeiro eu nunca perguntei pra um aluno, se ele era cotista. Eu me relaciono com alunos negros, eu estou falando isso.

Poderia pintar com cores carregadas a atitude de alunos cotistas pretos e pardos que não assumem, de peito aberto, corajosamente terem ingressado na UFRGS pelo Programa de Ações Afirmativas. Se assim agisse, mesmo entrada em anos no ativismo antirracismo, demonstraria desconhecer o papel nefasto do preconceito, da discriminação racial e dos racismos. Essas manifestações malévolas estão instintivamente instaladas em todos os setores da sociedade brasileira. Nas universidades, o racismo institucional reprime a atuação mesmo de pessoas com certo grau de conhecimento.

No mesmo tempo em que alunos pretos e pardos se *encolhem*, dá-se, por parte de alguns alunos reconhecidos como brancos, a usurpação do quesito étnico-racial. Mentem ser o que não são. Enganam, para abrigarem-se duplamente sob o manto da *Lei das Quotas*. Crescem denúncias de que alunos brancos de escolas públicas ingressaram em universidades públicas federais através do Programa de Ações Afirmativas, tendo se declarado como pessoas pretas ou pardas. Falsificam a declaração de pertencimento étnico-racial. Dizem ser etnicamente o que não são. No tocante à UFRGS, tal fato foi denunciado por grupo de alunos negros. Reproduzo excerto constante no jornal Zero Hora.

Um grupo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entregou à instituição de Ensino Superior uma denúncia em que diz reunir centenas de casos de fraude à política de cotas raciais. Na UFRGS, como definido por lei federal, parte das vagas é reservada para pretos, pardos e indígenas. De acordo com o Movimento Balanta, responsável pela denúncia, cerca de 400 pessoas brancas fraudaram a autodeclaração racial e ingressaram na instituição por meio das cotas raciais.

‘Convém ser negro para essas pessoas brancas quando isso possibilita roubar a vaga de estudantes negros, negras e indígenas, entrando na universidade sem ter que enfrentar diariamente com o racismo genocida brasileiro’, afirmou o grupo, em uma postagem no Facebook⁶³.

⁶³ “A Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) da universidade informa que aumentou, nos últimos meses, o número de denúncias registradas. No início do ano, a *Reitoria da UFRGS constituiu uma comissão de estudos* sobre possíveis critérios para a verificação da autodeclaração, visando elaborar instrumentos adicionais que possibilitassem garantir a devida destinação das vagas reservadas às ações afirmativas. ‘As denúncias sobre a existência de cerca de 400 alunos da UFRGS, supostamente fraudadores, de iniciativa dos coletivos negros da Universidade, é compreendida como busca de resguardo da política de ações afirmativas e

Enquanto alguns alunos negros intimidam-se quanto a se identificarem, se posicionarem e exigirem direitos, existem aqueles que ludibriam, cometem fraudes e maculam com suas atitudes o Programa de Ações Afirmativas. Julgo que o afrontamento ao Programa assenta-se no racismo entranhado no tecido social brasileiro. É fruto de desejo mórbido de manter pessoas negras excluídas de espaços outros, que não sejam aqueles identificados com subalternidade, exclusão e inferioridade. ¿Diante dessa enrascada, que se pode fazer?

Analisar a extensão desses atos, com certeza, originaria nova tese. Não duvidem! Essa não é a intenção. Traço breve comentário. Como ferramenta de apoio, valho-me do artigo *Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro*, de autoria de Maria Aparecida Silva Bento, integrante do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT de São Paulo. No texto, a autora refere atitudes observadas em cursos de formação no movimento sindical. Embora o escrito analise o mundo do sindicalismo, considero a mensagem válida para outros setores. Sirvo-me do enunciado para aplicar à área da educação. Grafa Maria Aparecida Bento (2012), como é carinhosamente tratada no seio dos movimentos sociais negro e de mulheres negras.

Grande parte das manifestações racistas cotidianas são clandestinas e maldimensionadas. Os legados cumulativos da discriminação, privilégios para uns, déficits para outros, bem como as desigualdades raciais que saltam aos olhos, são explicadas e, o que é pior, frequentemente ‘aceitas’, através de chavões que nenhuma lógica sustentaria, mas que possibilitam o não enfrentamento dos conflitos e a manutenção do sistema de privilégios (CARONE; BENTO, 2012, p. 148).

Pode-se depreender que alguns alunos identificáveis como pessoas brancas, ao malversarem o Programa de Ações Afirmativas, buscaram tirar vantagens. Revivem com intensidade a chamada Lei do Gerson⁶⁴. Travestindo-se de pessoas pretas ou pardas,

representam a legítima atuação no controle social realizado pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro”, informou a instituição. O movimento espera que os alunos denunciados tenham sua matrícula reavaliada. Conforme a UFRGS, o caso será transformado em processo disciplinar encaminhado à ouvidoria da UFRGS, que remete essas denúncias à Pró-Reitoria de Graduação, órgão que estabelece o vínculo dos estudantes classificados no vestibular e no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Para esse fim, a universidade informa que constituiu uma comissão para efetivar a apuração das denúncias por meio de processos administrativos individuais – atualmente, seriam oito em andamento” (ESTUDANTES..., 2017, online).

⁶⁴ [...] A tal Lei de Gerson tem origem em uma propaganda que Gerson, um dos melhores meio-campistas da história do futebol brasileiro e ex-jogador de grandes times como o São Paulo Futebol Clube, fez para os cigarros Vila Rica no ano de 1976. Na peça publicitária, o boleiro fala sobre as vantagens do cigarro e pronuncia a seguinte frase: ‘É gostoso, suave e não irrita a garganta’. Na sequência diz: ‘Por que pagar mais caro se o Vila me dá tudo aquilo que eu quero de um bom cigarro?’. Depois de propagandear o cigarro e falar sobre o quanto o produto era bom, Gerson dá um sorrisinho malandro e solta a última e infeliz frase da propaganda: ‘Gosto de levar vantagem em tudo, certo?’. Desta forma, sintetizou de uma vez só o jeitinho brasileiro de fazer o errado parecer certo [...] (ARAÚJO, 2008, online).

assentam-se em uma das formas de pensar e de agir historicamente construída na sociedade brasileira. Às pessoas brancas caberiam os privilégios. Pessoas negras herdariam toda sorte de mazelas. Para beneficiários de escravizadores destinam-se espaços de brilho. Ao grupo de legatários dos escravizados caberia continuidade do processo de exclusão. Maria Aparecida Bento, 2012 informa sobre as consequências do racismo nos dois grupos humanos.

Assim, ainda que os impactos do racismo se manifestem de modo diverso na vida de negros e brancos, não é incomum a tendência a fugir ou esquecer as condições de discriminado e discriminador. É comum que pessoas que se inscrevam voluntariamente num curso sobre relações raciais se considerem e/ou sejam consideradas progressistas e estejam interessadas nos problemas sociais e muitas vezes engajadas em diferentes formas de luta contra a opressão.

Ao discutir sobre racismo, elas esperam abordar uma opressão que “está lá” na sociedade, e não em algo que as envolva diretamente, ou que envolvam a instituição da qual fazem parte.

Nem sempre estão desejosas de admitir que, se são brancas, em alguma instância são beneficiárias do racismo. Por outro lado, a condição de discriminado, sempre associada ao insucesso, incompetência e inferioridade, nem sempre é assumida prontamente (CARONE; BENTO, 2012, p. 148).

Maria Aparecida Bento (2012) refere a necessidade de se atentar para a diferença nas condições de vida existente entre discriminado e discriminador, ao tratar de sindicalismo. Creio ser possível utilizar ensinamento similar, quando se versa sobre o mundo da educação. Tome-se a educação de nível superior. Veja-se o tripé: alunado cursa terceiro e quarto grau de ensino/ Servidores docentes detentores de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado / Servidores técnicos-administrativos cada vez mais buscando qualificar-se. Ainda à semelhança de sindicalistas mencionados por Maria Aparecida Bento (2012), integrantes da comunidade universitária concordariam, se questionados, com a existência de preconceito, de discriminação racial e de racismo.

Até haveria quem dissertasse com propriedade sobre o triângulo: preconceito/discriminação racial e racismo. Entretanto, como frisa a autora (2012) ao falar de praticantes desses atos, apontariam que preconceituosos, discriminadores e racistas *são elas, são eles*, isto é, *são pessoas outras*. Vale atentar para o fato de realizarem o exercício de apontar o dedo, para mostrar que a pessoa discriminadora está *lá, longe*, esquecem que os outros quatro dedos se voltam para si, à guisa de questionamento: - ¿E tu não te inclui nessa lista?

Tentar avaliar as respostas dadas pelos docentes entrevistados na tese sem considerar o constante do artigo produzido por Bento (2012), seria medicar pelo efeito, deixando de examinar a causa. Nesse momento, fica a questão; – ¿Será que se encontra preparado o grupo de servidores docentes da UFRGS para atuarem a partir da inclusão, na vida da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, do Programa de Ações Afirmativas, trazendo para o interior da instituição número maior de pessoas negras? Transcrevo manifestação da professora Gládis, comentando a inclusão do Programa de Ações Afirmativas.

A nossa universidade ela é como muitas universidades no mundo, uma universidade eurocentrista, ela é situada, pensada, estruturada no ideário iluminista europeu e ela desconsidera qualquer matriz de pensamento que não seja europeu. E mesmo as contribuições intelectuais norte-americanas, asiáticas elas adentram pouco, permeiam pouco o nosso universo, quiçá então, se essas penetram pouco, quiçá a matriz afrocentrista.

Seguindo a linha de pensamento da professora Gládis e o formulado no artigo de Cida Bento (2012), há que se abrir com firme vontade as portas da universidade, para se realizar o Programa de Ações Afirmativas. Urge trazer a lume temas que vulgarmente são chamados de polêmicos. Ou seja, recebem a capa de intocável para não serem questionados e/ou delendados. A manifestação a seguir de Gládis aponta para essa direção.

De fato a política de ações afirmativas têm um papel muito importante, no sentido de trazer alunos autodeclarados negros para dentro da universidade. Eu acho isso absurdamente importante. Muito pouco, mas muito importante. Eu considero que é pouco, eu acho que a universidade, hoje pra mim, um dos graves problemas da universidade, talvez o maior deles, seja justamente esse, de enfrentar o segundo passo que não foi dado, depois da ação da Política de Ação Afirmativa, que é a universidade não se universalizou, ainda. Ela ainda não é universal, embora universal no nome mas na prática não tem nada de universal.

Caminhando nesse mesmo sentido da admoestação feita por Gladis Kaercher, retrato pensamento de Ricardo Henriques no livro *Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto pós-Durban*, resultante do Seminário Internacional com o mesmo nome, organizado pelo Ministério da Educação e pela Câmara Federal, nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2005. O economista cita duas desigualdades existentes no país, que precisam ser reconhecidas e receber o tratamento adequado.

Parte-se do reconhecimento de que, no conjunto de desigualdades existentes no Brasil, a desigualdade educacional e, em particular, a desigualdade racial são questões que merecem uma atenção especial. Reconhece-se, ainda, a existência de um racismo histórico que perpassa toda a sociedade brasileira (HENRIQUES, 2009, p. 7).

Para dar conta da imensa dívida que o Brasil tem com a população afro-brasileira, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que, parcela significativa da população brasileira está, ainda, sob o domínio da desigualdade. São, em sua maioria, integrantes do grupo de pessoas pretas e pardas, conforme denominação do IBGE. Continuando, o estudioso propõe o papel a ser desempenhado pela educação.

A partir dessas duas grandes questões, procura-se redefinir o olhar e o papel da educação em uma nova agenda de políticas públicas, a curto, médio e longo prazos, que venha enfrentar, de forma explícita, a dívida histórica que o País tem com a população negra, indígena, com os povos do campo e com a população em

desvantagens socioeconômicas como um todo. Definir políticas públicas em educação com esse tipo de preocupação exige do MEC uma ação universal, organizada e sistêmica, direcionada ao ensino regular, mas também, concomitantemente, diferenciada, para que possa envolver nesse processo parte importante de nossa população historicamente excluída (HENRIQUES, 2009, p. 7).

Mesmo que a assinatura que sacramentou o compromisso com a Declaração e o Programa de Ação da Declaração de Durban na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata tenha sido feito por integrante de governo vigente no ano de 2001, o comprometimento segue com seus sucessores nas diferentes instancias de governo. Tal combinação ficou visível nos últimos quinze anos no governo federal. Nesse período, os movimentos sociais tiveram demandas legítimas reconhecidas.

Para manutenção de conquistas, no momento de turbulência por que passa a sociedade brasileira, urge que se tenha atenção, se esteja vigilante e de prontidão para defender a agenda de demandas construída. Aprofundar o Programa de Ações Afirmativas é fundamental. Para isso, é preciso a união de ativistas dos movimentos sociais negro e de mulheres negras, do alunado, de pessoas que lutam pela construção de sociedade que acolha todas as pessoas que a compõem, valorizando aos que, até aqui, têm seus direitos em fase de atendimento, como é o caso do ingresso de alunos de escolas públicas no ensino superior público, entre esses alunado pessoas pretas, pardas e indígenas.

O alcance das políticas afirmativas é incomensurável. Cabe prestar atenção em artigo escrito por Ricardo Henriques (2009), do qual destaco esse manifesto.

As políticas de ações afirmativas evidentemente não se reduzem ao sistema de cotas. De modo mais abrangente, as ações afirmativas têm como objetivo reconhecer e valorizar os saberes locais, os saberes regionais, os saberes da tradição brasileira como um todo. A questão-chave da meta de uma republicanização do sistema de ensino, no Ministério da Educação, é produzir uma abordagem sistêmica em torno da questão da diversidade. Isso significa entender a diversidade enquanto uma referência central na implantação de políticas educacionais em suas múltiplas dimensões, seja em termos étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade, de pertencimento regional (HENRIQUES, 2009, p. 9).

Ao se propor e defender a criação de Programa de Ação Afirmativa se defende a necessidade de que a universidade re/e/conheça, respeite e valorize a diversidade étnico-racial, a riqueza das culturas, expressando em seus currículos a pluralidade da nação. Agindo assim, ter-se-á a universidade afinada com a origem de seu nome: universo, expulsarão a valorização de um grupo racial e de sua cultura, conforme, até aqui, vem ocorrendo. Atuando dessa forma romper-se-á vivência de comportamentos ambíguos por parte do alunado. Há

quem se beneficie do Programa de Ações Afirmativas sem reconhecer/valorizar e lutar pela sua manutenção e aprimoramento. Ao mesmo tempo em que existem algumas pessoas brancas que falsificam sua identidade étnico-racial para auferir vantagens.

4.8 AINDA SOBRE AUSÊNCIAS E PRESENÇAS

A vida de estudante vivencia, nos diferentes graus de aprendizagem, com atividades que são permanentes. São contínuas, apresentando pequenas variações. Fazem parte dos ritos da educação. Um deles é o que se denomina de *chamada*. Trata-se de verificar quem está em sala de aula. Já participei de aulas em que a pessoa encarregada da docência terceirizava a função. Uma aluna ou um aluno ficava com a incumbência de colocar no quadradinho ao lado do nome da estudante/do estudante um pontinho. Significava discente em aula. Ou atracava um F, indicando o contrário. Houve vezes em que a cumplicidade entre colegas funcionava *a milhão*. ¿Que era isso? A colega ou o colega colocava pontinho para quem estava ausente. Também acontecia de, em turmas grandes quando o professor gritava o número, para fazer o registro, que uma colega ou um colega mudava o tom de voz e bramia: presente na vez de aluna ou aluno ausente, ou seja, a pessoa estava ausente. A verificação continua existindo pela necessidade das regras do jogo. A aprovação em uma disciplina requer, além do conhecimento de seus conteúdos, um percentil de presença da pessoa que estuda nas aulas.

Fazendo associação com a figura da chamada, para verificar a presença, formulo o questionamento: ¿Como a UFRGS de 2007 até 2017 responde a chamada no quesito presença do Programa de Ações Afirmativas nos Currículos dos Cursos de Graduação?

A resposta a essa chamada não pode ser dada terceirizando a responsabilidade, ou fingindo responder em nome de outra pessoa. A demonstração tem que vir de forma palpável, concreta e real. O Quadro elaborado por Fernanda Nogueira, fruto de estudo aprofundado das disciplinas constantes dos currículos dos cursos oferecidos pela UFRGS testemunham que a inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER ainda está ausente. No artigo *Educação das Relações Étnico-raciais como Política de Descolonização dos Saberes na Universidade: possibilidades na UFRGS*, a autora manifesta.

A Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER se configura como política normatizada pelo Estado brasileiro desde o ano de 2003 e a partir de então vem mobilizando municípios, estados e a federação, principalmente na educação básica. Constitui-se como legislação primeira em território nacional ao indicar às instituições de educação a alteração de seus currículos e inclusão de conteúdos de história e cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, na busca de romper com o percurso de invisibilidade dessas temáticas, dos grupos sociais e étnicos que

constituíram o país, de seu legado cultural e de seus conhecimentos em diversas áreas de conhecimento. Tais orientações também se estendem à educação superior.

Como informa Nogueira, o ensino de nível superior tem que responder pela Educação das Relações Étnico-raciais – EREER nos seus diferentes currículos. É, portanto, compromisso dos cursos de licenciatura em História, Letras e Pedagogia, aqui abordados, a atribuição de inserir a temática africana/afro-brasileira e indígena nos currículos de seus cursos. O mergulho feito por Fernanda Nogueira traz à lume necessárias, preciosas e importantes informações.

O mapeamento envolveu aproximadamente 10.500 disciplinas dos 75 cursos de graduação, sendo que dentre elas, 25 ministram conteúdos relacionados à EREER. Na perspectiva de sua abrangência nos cursos de licenciatura e bacharelado conforme orientações legais (BRASIL, 2004a; 2004b), das 17 licenciaturas, 10 delas possuem em seus currículos alguma disciplina desse rol. Quanto aos 71 bacharelados, 14 deles possuem tais disciplinas. É uma abrangência incipiente.

Continuando, Fernanda Nogueira manifesta que, mesmo inseridas algumas disciplinas, elas não são consumidas por todo o grupo de alunos dos cursos, possuem caráter eletivo. Isto é, cursa quem quer. ¿Como ficaria a formação para Educação das Relações Étnico-raciais nos cursos?

Outro aspecto é o caráter eletivo da maioria das disciplinas, o que significa que são atividades de ensino que têm menor centralidade nos currículos, pois não são obrigatórias, fazem parte da formação complementar das propostas de formação. Nesse caso, a procura pelos estudantes se dá por interesse pessoal. Em alguns currículos há um número determinado de disciplinas eletivas necessárias para diplomação, nessas situações elas tomam um caráter de eletivas-obrigatórias mas, mesmo assim, o rol de possibilidades de escolha de disciplinas desta natureza em cada currículo é bastante amplo.

Insiro Quadro composto por Fernanda Nogueira para verificação.

Quadro 6 – Disciplinas Curriculares da Graduação da UFRGS que abordam temáticas da Educação das Relações Étnico-Raciais–ERER

	ATIVIDADE DE ENSINO	CARÁTER	CURRÍCULOS EM QUE É OFERECIDA	Súmula
1	ÁFRICA À ÉPOCA DO MERCANTILISMO - HUM03051	ELETIVA EXTRACURRICULAR	HISTORIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA	A disciplina de caráter panorâmico trata da história das sociedades africanas e de suas relações externas no período do mercantilismo e do tráfico transoceânico de escravos (de sua origem à sua crise). Tratará, também, dos efeitos deste processo sobre a autonomia e soberania das sociedades africanas. A dimensão espacial privilegiada será a da região da África sub-sahariana.
2	AFRODESCENDÊNCIA E CIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO - HUM05055	ELETIVA EXTRACURRICULAR	CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA HISTÓRIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA POLÍTICAS PÚBLICAS BACHARELADO DANÇA LICENCIATURA ZOOTECNIA	Análise dos estudos antropológicos e etnografias sobre as experiências identitárias e trajetórias de afrodescendentes no Brasil contemporâneo. A partir do exame da gênese das leis 10.639/2003: http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/2003/L10.639.htm , das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf e do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf , a disciplina reúne informações e examina a multiplicidade de trajetórias e pesquisas atuais sobre processos identitários relacionados a expressões da afrodescendência e cidadania em uma perspectiva antropológica.
3	ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES INDÍGENAS DO CONE SUL - HUM05001	ELETIVA EXTRACURRICULAR	CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA	Etnologia das sociedades indígenas do Cone Sul, enfatizando as pesquisas atuais e introduzindo o trabalho de campo, a instrumentação para análise de laudos antropológicos, o uso da imagem, etc.
4	COLETIVOS AMERÍNDIOS E QUILOMBOLAS, POLÍTICAS E EDUCAÇÃO - HUM05056	ELETIVA EXTRACURRICULAR	CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA	Essa disciplina se propõe a discutir as políticas voltadas aos povos indígenas e quilombolas, a fim de subsidiar a aplicação da Lei 11.645/08 (que altera a Lei 10.639/03), a partir do protagonismo indígena na condução dessas políticas. De maneira introdutória, a disciplina tratará do processo histórico de embate e de invisibilização da presença desses coletivos na realidade brasileira contemporânea e nos currículos de ensino na Educação Básica e no Ensino Superior.
5	DESIGN, IDENTIDADE CULTURAL E ARTESANATO - ARQ03079	OBRIGATORIA EXTRACURRICULAR	DESIGN DE PRODUTO BACHARELADO DESIGN VISUAL BACHARELADO	Herança indígena e cultura popular. A criação no artesanato, nas manufaturas e nos parques industriais e editoriais brasileiros: tradição e rupturas. A problemática atual do artesanato na América Latina. Como dar início a um processo sistêmico e sustentado de desenvolvimento do artesanato preservando os valores e referências culturais, porém adequando os produtos às demandas e expectativas do mercado. As metodologias a serem adotadas com menor margem de erro e as condições necessárias para sua implementação. Como selecionar, capacitar e financiar a formação de técnicos e designers para atuarem nos diversos programas de artesanato, nos diversos contextos existentes na América Latina. Responsabilidades e limites de um designer frente a uma demanda de intervenção em um segmento artesanal. A criação de um diferencial qualitativo, ou de uma identidade comercial para os produtos artesanais que evidenciem e valorizem suas origens, preservando as características e diferenças regionais. As infra-estruturas adequadas para a implementação de programas de desenvolvimento e promoção do artesanato apoiados no design.
6	EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS - EDU03004	ELETIVA EXTRACURRICULAR	PEDAGOGIA LICENCIATURA SERVIÇO SOCIAL BACHARELADO	Abordagem desde uma perspectiva epistemológica do caráter educativo dos movimentos sociais populares e dos paradigmas sustentadores da criação e gestão das políticas públicas em educação. Abordagem desde uma perspectiva histórica dos movimentos sociais por educação, a organização popular e a expansão do sistema escolar: educação e movimento operário, educação e movimento negro, educação e movimento pela terra, educação popular e educação pública. Abordagem do caráter das demandas na, e por educação popular: ambiental, de saúde pública, para a cidadania, de crianças e adolescentes, etnia, especial, sexual, contra as discriminações, contra o uso de drogas, por educação

	ATIVIDADE DE ENSINO	CARÁTER	CURRÍCULOS EM QUE É OFERECIDA	Súmula
				infantil, ensino fundamental e ensino médio, ensino superior, educação e jovens e adultos, educação especial.
7	ETNOLOGIA AMERÍNDIA - HUM05039	ELETIVA EXTRACURRICULAR	CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA	Etnologia dos coletivos indígenas americanos contemporâneos. Estudo das sociedades ameríndias em diferentes contextos espaciais. Pesquisas atuais sobre a relação das sociedades ameríndias com outros agentes sociais e com políticas públicas.
8	ETNOLOGIA DAS SOCIEDADES INDÍGENAS - HUM05040	ELETIVA EXTRACURRICULAR	CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA	Formação do campo da etnologia ameríndia. Principais vertentes teóricas nos estudos com povos indígenas nas terras baixas sul-americanas. Etnografias clássicas e contemporâneas na região. Aproximação etnográfica com povos indígenas no Brasil meridional.
9	ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA DO BRASIL I - HUM05404	ELETIVA EXTRACURRICULAR	CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA GEOGRAFIA BACHARELADO GEOGRAFIA LICENCIATURA HISTÓRIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA MUSEOLOGIA	Etnias e identidade étnica: populações indígenas.
10	ETNICIDADE, MINORIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS - HUM04033	ELETIVA	FILOSOFIA BACHARELADO FILOSOFIA LICENCIATURA DESIGN VISUAL BACHARELADO POLÍTICAS PÚBLICAS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA	Emergência e a constituição do nacionalismo nos Estados modernos. Abordagem sócio-histórica das manifestações atuais de etnicidade, dos desafios sociais, políticos e éticos ligados ao fenômeno das minorias e da etnicidade. A construção na agenda pública e governamental dos conceitos de minorias, de identidade, de multiculturalismo, de transnacionalismos, de diásporas e de marginalização. Políticas públicas para minorias: exemplos internacionais com ênfase na América Latina e o caso brasileiro. Análise de uma política pública, no Brasil, para minorias: afro-brasileiros, quilombolas, indígenas, caboclos, refugiados, migrantes, pessoas com deficiência, moradores de rua, entre outros.
11	HISTÓRIA DA ÁFRICA - HUM03328	ELETIVA EXTRACURRICULAR	HISTORIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA DANÇA LICENCIATURA	O estudo da África enfocando a evolução dos sistemas político, social e econômico, tendo em vista o processo de colonização e descolonização.
12	HISTÓRIA DA ARTE AFROBRASILEIRA - ART02273	ELETIVA EXTRACURRICULAR	HISTORIA DA ARTE BACHARELADO MUSEOLOGIA BACHARELADO	Introdução ao estudo das principais manifestações e desdobramentos da arte afrobrasileira, do período colonial até a contemporaneidade.
13	HISTÓRIA DA ARTE AMERÍNDIA - ART02271	ELETIVA EXTRACURRICULAR	COMUNICAÇÃO SOCIAL: JORNALISMO PUBLICIDADE E PROPAGANDA RELAÇÕES PÚBLICAS HISTÓRIA DA ARTE BACHARELADO MUSEOLOGIA DANÇA LICENCIATURA	Introdução ao estudo do conjunto das artes ameríndias, da América do Norte à América do Sul, de suas manifestações pré-colombianas até a contemporaneidade.
14	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL I - EDU01052	OBRIGATÓRIA	PEDAGOGIA LICENCIATURA	O processo histórico de escolarização no Brasil, com destaque para as práticas educativas e visões pedagógicas presentes na institucionalização da escola. A educação e a educação escolar associadas às relações de classe, gênero e etnia, enquanto constituintes e constituidoras da produção e reprodução das desigualdades sociais, focalizando aspectos históricos da África e dos povos afro-descendentes no Brasil. Investigação das campanhas ou lutas levadas por movimentos sociais e a direção da universalização da educação escolar.
15	HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA I - ART03167	ELETIVA OBRIGATÓRIA	HISTORIA DA ARTE BACHARELADO MUSEOLOGIA BACHARELADO MÚSICA LICENCIATURA MÚSICA BACHARELADO: CANTO, COMPOSIÇÃO, CORDAS OU SOPROS, MÚSICA POPULAR, REGÊNCIA CORAL, TECLADO	Abordagem musicológica/etnomusicológica da formação do patrimônio musical brasileiro do início do período colonial até ao início do século XIX, com ênfase no estudo dos processos interculturais com os patrimônios musicais europeu, africano e ameríndio.

	ATIVIDADE DE ENSINO	CARÁTER	CURRÍCULOS EM QUE É OFERECIDA	Súmula
16	HISTÓRIA DAS ANTIGAS SOCIEDADES AFRICANAS - HUM03050	ELETIVA EXTRACURRICULAR	HISTORIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA DANÇA LICENCIATURA	Do ponto de vista cronológico, a disciplina, de caráter panorâmico, tratará do período de longuíssima duração situado entre a formação das primeiras sociedades organizadas no continente africano, desde o período da Pré-História até o século XVI. O objetivo é apontar as formas de constituição das instituições sociais, culturais, políticas e econômicas que abrangem desde a formação das primeiras comunidades de caçadores-coletores até o alvorecer de grandes organismos estatais centralizados. Quanto a abrangência espacial, serão apontadas as linhas de rumo da história dos povos que ocuparam a Bacia do Nilo, a região do Chifre da África, o litoral do Oceano Índico, o litoral Mediterrâneo, a área Saariana e subsaariana. Em seu desenvolvimento serão apresentados e discutidos fatos, contextos e estruturas inerentes às sociedades africanas, em suas especificidades e em suas articulações com influências externas ao continente - através dos contatos com o cristianismo, em sua versão copta e etíope; e do islamismo que se difundiu a partir do Egito, da costa suaflí e do Deserto do Saara.
17	HISTÓRIA INDÍGENA NA AMÉRICA - HUM03110	ELETIVA	HISTORIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA	A disciplina visa apresentar e discutir as novas abordagens sobre a temática indígena e suas implicações na produção historiográfica recente. Atualmente, as contribuições e sínteses oriundas da antropologia, arqueologia e linguística têm proporcionado avanços promissores à temática. A interface entre áreas afins tem permitido aprofundar conceitos e metodologias relativas ao estudo das sociedades indígenas nas Américas. Como objetivos específicos a disciplinas pretende: a) incentivar a pesquisa em temas de história indígena; b) estimular a consulta e manuseio de fontes históricas, séries documentais ou coleções; c) proporcionar aos alunos de graduação um espaço de iniciação à pesquisa; d) atender a Lei número 11.645/88 que determina a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro brasileira e indígena".
18	HISTÓRIA SOCIAL DO RACISMO I - HUM03117	ELETIVA	HISTORIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA	Esta disciplina tem por objetivo estudar a história do racismo contemplando os debates sobre as classificações raciais em suas diferentes perspectivas. Neste sentido vamos acompanhar as discussões pertinentes a história natural e suas taxonomias, vamos abordar os debates religiosos, a discussão em torno da monogenia e poligenia, assim como estudar alguns aspectos da craniometria, frenologia, eugenia, da antropologia física e cultural, entre outras ciências nascentes neste período. Vamos também estudar o impacto destas teorias raciais no Brasil. O recorte temporal poderá abarcar desde os debates do século XVII até a Segunda Guerra Mundial.
19	HISTÓRIA SOCIAL DO RACISMO II - HUM03118	ELETIVA	HISTORIA BACHARELADO HISTÓRIA LICENCIATURA	Esta disciplina tem por objetivo estudar a história do racismo contemplando os debates sobre as classificações raciais em suas diferentes perspectivas. Neste sentido vamos acompanhar as discussões pertinentes a eugenia, a antropologia física e cultural, darwinismo social, entre outras. Vamos estudar, principalmente, o impacto destas teorias raciais no Brasil. Importante abordar neste sentido as teorias do branqueamento e os estudos sobre branquidade, as investigações sobre a militância antirracista, entre outros aspectos. O recorte temporal poderá abranger desde os debates do final do século XIX até o final do século XX.
20	LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA - LET01130	ELETIVA ALTERNATIVA EXTRACURRICULAR	LETRAS BACHARELADO - Tradutor Português e Alemão/Espanhol /Francês/Inglês/Italiano/Japonês LETRAS LICENCIATURA Literatura de Língua Alemã/Espanhola/Francesa/Inglês/Italiana/Portuguesa/Latina	Surto e expansão das literaturas neo-africanas. Prosa e ficção angolana; estudo de autores. Prosa e poesia cabo-verdeana; estudo de autores. Prosa e poesia moçambicana; estudo de autores. A contribuição da literatura na formação da consciência nacional.

	ATIVIDADE DE ENSINO	CARÁTER	CURRÍCULOS EM QUE É OFERECIDA	Súmula
21	MÚSICAS TRADICIONAIS DO BRASIL - ART03903	ELETIVA OBRIGATÓRIA	HISTORIA DA ARTE BACHARELADO DANÇA LICENCIATURA MUSICA BACHARELADO: CANTO, COMPOSIÇÃO, CORDAS E SOPROS, MÚSICA POPULAR, REGÊNCIA CORAL, TECLADO, MÚSICA LICENCIATURA TEATRO BACHARELADO: DIREÇÃO, INTERPRETAÇÃO TEATRO LICENCIATURA	Conhecimento do patrimônio musical brasileiro tradicional. Estudo dos principais gêneros e formas vocais e instrumentais do repertório folclórico e de comunidades tradicionais indígenas e afro-brasileiras. Análise e crítica dos sistemas de classificação e interpretação dos mesmos.
22	POVOS INDÍGENAS, EDUCAÇÃO E ESCOLA - EDU01057	ELETIVA	MATEMÁTICA LICENCIATURA PEDAGOGIA LICENCIATURA	História e cultura dos povos indígenas do Brasil. Estudo dos processos educacionais. Possibilidades de abordagens da temática indígena na escola.
23	QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO: SOCIOLOGIA E HISTÓRIA - A - EDUAD083	OBRIGATÓRIA	PEDAGOGIA EAD LICENCIATURA	Entendimento de raça e etnia na educação, contextualizando os movimentos e grupos étnicos e raciais nos diferentes tempos e espaços, com ênfase no estudo das questões afro e indígenas no Brasil e no Rio Grande do Sul. Leituras e reflexões teórico-práticas que possibilitem a compreensão da diversidade étnico-racial na complexidade social em que cada um se insere e se constitui, individual e coletivamente.
24	SOCIOLOGIA DO RACISMO E DA DESIGUALDADE RACIAL - HUM04080	ELETIVA	CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA	A disciplina discute as principais teorias do racismo da literatura internacional. Também analisa o racismo brasileiro contra negros e indígenas e como isso se relaciona com as desigualdades raciais observadas no país hoje, com ênfase central nos processos que contribuem para a continuidade do racismo e para as mudanças na sua natureza. A disciplina inclui discussões de métodos para pesquisa empírica sobre o racismo e sobre as desigualdades raciais. Os alunos aplicarão as teorias e os métodos discutidos em estudos de casos específicos.
25	ENCONTRO DE SABERES - ART03946	ELETIVA EXTRACURRICULAR	MATEMÁTICA LICENCIATURA MUSEOLOGIA MÚSICA BACHARELADO: CANTO, COMPOSIÇÃO, CORDAS E SOPROS, MÚSICA POPULAR, REGÊNCIA CORAL, TECLADO MÚSICA LICENCIATURA TEATRO BACHARELADO: DIREÇÃO, INTERPRETAÇÃO TEATRO LICENCIATURA	Noções de interculturalidade, diversidade cultural e pluralidade epistêmica. Docência compartilhada com Mestres dos Saberes Tradicionais e Populares. Práticas interepistêmicas e intersubjetivas nas artes e nas ciências humanas, naturais e sociais. Criação de projetos colaborativos e de ações de intervenção social.

Fonte: Produzido por Nogueira e Morosini (2017) a partir dos Currículos de Graduação dos 75 Cursos da UFRGS (<http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos>).

Frente ao constante, em especial, nesse capítulo da tese, sacramentado pelo Quadro acima, urge denunciar que a UFRGS, mesmo tendo instituído a partir de 2008 o Programa de Ações Afirmativas, ainda mantém sua grade curricular bastante distante da Educação das Relações Étnico-Raciais-ERER, o que demonstra que ainda a educação oferecida para a UFRGS não foi democratizada, encontrando-se ao dispor da parcela da população de origem europeia. Assim é a História, as letras e o pensamento pedagógico. Insiro manifestação de Arabela Campos Oliven, na obra *A Paroquialização do Ensino Superior* (1990) referindo-se

A democratização da educação numa sociedade de classes é uma questão bastante complexa. Ela não se refere apenas aos aspectos de apropriação de conteúdos e aquisição

de habilidades socialmente significativos, mas, também, ao desenvolvimento da capacidade de gerar e disseminar novos conhecimentos, oportunizando maior participação política dos agentes sociais (OLIVEN, 1990, p. 41).

Outra recomendação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata - IIICMCRDR que dá substância ao compromisso com a Educação das Relações Étnico-Raciais-ERER que deve ser assumida pela UFRGS.

136. Convoca os Estados a assegurarem que a educação e a capacitação, especialmente a capacitação para professores, promovam o respeito pelos direitos humanos e pela luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e que as instituições educacionais implementem políticas de igualdade de oportunidades, em parceria com as autoridades pertinentes, e programas sobre igualdade de gênero, diversidade cultural, religiosa e outros, com a participação de professores, pais, mães e alunos que acompanhem sua implementação. Recomenda-se, ainda, a todos os educadores, incluindo professores em todos os níveis da educação, comunidades religiosas e a mídia impressa e eletrônica a desempenharem um papel efetivo na educação em direitos humanos, inclusive como meio de combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (DECLARAÇÃO..., 2001, p. 51).

A respeito da aprendizagem e do ensino das Relações Étnico-Raciais no Brasil dispõe Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva no artigo *Aprender, Ensinar e Relações Étnico-Raciais no Brasil* (2011):

Ciente das desigualdades e discriminações que atingem a população negra, convicto de sua função mediadora entre o Estado, sistemas de ensino e demandas da população na sua diversidade social, étnico-racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretou as determinações da Lei nº 10.639/2003, que introduziu na Lei nº 9.394/1996 – das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E, ao orientar a execução das referidas determinações, colocou, no cerne dos posicionamentos, recomendações, ordenamentos a educação das relações étnico-raciais. Desta forma, configurou política curricular que toca o âmago do convívio, trocas e confrontos em que têm se educado os brasileiros de diferentes origens étnico-raciais, particularmente descendentes de africanos e de europeus, com nítidas desvantagens para os primeiros (HENRIQUES, 2001; JACCOUD, 2002; PAIXÃO, 2006) (SILVA, 2011, p. 12).

A legislação inserida consagra a obrigação dos diferentes sistemas de educação com o ensino de outras epistemologias. No caso, trata-se de conhecer, valorizar e difundir da creche aos cursos de pós-doc o universo cultural africano/afro-brasileiro e indígena, saliento mais uma vez, a importância de referir a essa cultura pelo parentesco.

Para fins dessa tese, é importante registrar o que escreveu de forma nítida, explícita e substantiva Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011, p. 12, grifo meu), ao detalhar:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do Parecer CNE/CP nº 3/2004 (BRASIL, 2004a) e da respectiva Resolução CNE/CP1/2004 (BRASIL, 2004b), estabelecem a educação

das relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos dos procedimentos e instrumentos utilizados para sua avaliação e supervisão. Dizendo de outro modo, ao se avaliar a qualidade das condições de **oferta de educação por escolas e universidades**, tem-se, entre os quesitos a observar, a realização de atividades intencionalmente dirigidas à educação das relações étnico-raciais.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação, como já foi referido, dentro de suas competências estabelece a obrigatoriedade da educação das relações étnico-raciais. Lembrando que, até o evento do aparecimento da Lei 10639/2003, estudar História do Brasil, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Geografia do Brasil, História da Arte, História Geral, Filosofia, Matemática, entre outras disciplinas, era mergulhar em mundo completamente em branco sobre a riqueza das culturas africana, afro-brasileira e indígena. Referências eram plenas de estereótipos. Escravos vieram da África. Negros preguiçosos fugiam para quilombos. A África é um país atrasado, entre tantas estultices. Rasgar as brancas páginas da ignorância. Mergulhar por inteiro na riqueza das culturas africana e afro-brasileira. Urge conhecer o continente africano.

Conhecer um pouco de *Guiné-Bissau: desafios para educação em situações de conflito linguístico entre o português e o crioulo*, artigo escrito por Etoal Mendes, que é guinense e cursa Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRGS (2017). O escrito faz parte da Revista Semana da ÁFRICA na UFRGS. O material está disponível na página do DEDS. A título de intimação trago o fragmento.

O crioulo, ao contrário das línguas étnicas de existência milenar, surgiu a partir da expansão do colonialismo europeu, tendo uma relação com a necessidade de comunicação em sociedades multilíngues como a da Guiné Bissau. O crioulo atualmente é [...] (MENDES, 2017, p. 52).

Tendo em vista manifestação que faço em uma parte da tese, na qual mostro minha não conformidade com o vocábulo multiculturalismo, aproveito para, de forma respeitosa, tecer comentário sobre parte do artigo de Petronilha Silva (2011, p. 32) em que consta esse verbete.

O tema aprender e ensinar em meio a relações étnico-raciais, portanto em contextos de sociedades multiculturais como a nossa, é amplo, vasto e permite muitas aproximações. A que aqui venho apresentar é uma, feita a título de introdução à temática que deve ser tratada desde múltiplas perspectivas, coordenadas, encadeadas. No Brasil, temos de tratar juntos indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus e de asiáticos, sem medo das tensões, abertos a nossa diversidade, sem querer ninguém ser o melhor, o superior.

O reparo que julgo necessário fazer remonta à expressão *sociedades multiculturais*, entendo que o Brasil e outros países das Américas são formados por várias e diferentes

matrizes culturais. As formas próprias das culturas africana/afro-brasileira e indígena demandam por valorização. Esses patrimônios de saberes precisam ser colocados nos mesmos patamares, sem que haja predomínio de uma sobre outra. Assim como Santos e Meneses, (2010), entendo que na concepção da multiculturalidade a cultura europeia ocupa espaço central, ao redor dela gravitariam as culturas africana/afro-brasileira e indígena, entre outras. Por entender que multiculturalismo não dá conta da riqueza cultural do sul do mundo, utilizo o conceito de epistemologias/saberes próprios para tratar das culturas de fora da Europa. Há diferentes formas de se pôr no mundo. Os cruzamentos existem. O respeito à diversidade é fundamental. No restante concordo em tudo com o que expressa Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Encerro essa parte da tese com alguns provérbios constantes da Revista Semana da África na UFRGS do DEDS (2015, p. 68), sob o título de *Sabendo Mais*, texto de autoria de José Rivair de Macedo.

Saber mais sobre a África é saber mais sobre o Brasil. A história e a cultura brasileira são indissociáveis dos saberes africanos. Leia e reflita!
Mais vale derrapar com o pé do que com a língua (Grupo Akan, Costa do Ouro).
Quem poderá dizer ao leão: sua boca é má? (Povos Imazighen, Marrocos)
Segure a serpente pela cabeça e o resto não será mais do que uma corda (Grupo Akan, Costa do Ouro).
Sem sono, sem sonhos (Grupo Akan, Costa do Ouro).
Aquele que quer o mel deve suportar as picadas da abelha (Povos Imazighen, Marrocos).

À GUISA DE CONCLUSÃO

Fragmento do texto

O Auto dos 99% - Onde se vê como a Universidade capricha no subdesenvolvimento⁶⁵.

ESTUD. – Professor. Me entenda, professor. Sou eu que sei. A Universidade é minha, não é sua. Sou eu que sei. É ruim! Não está certa. Falta tudo. É chata, é burra, é melancólica, é desinteressada, é covarde. Nós somos gente. Tem que respeitar a minha vida, professor. É preciso fazer os outros viverem! Todos viverem! VELHO 1 – E não respeitamos a vida, criança? Não respeitamos? Meus cabelos estão encanecidos, meus olhos já perdem seu brilho, minhas mãos perderam sua firmeza. Tudo por você, criança. Tudo para ensiná-lo!

ESTUD. – Não foi por mim, professor. Foi por sua causa. Para ter prestígio, para ter posição, para não precisar lutar pela vida, para não se engalfinhar nela. Já saiu dela. Preciso ferramenta, professor. Não de palavras bonitas e empoladas. Preciso que gastem mais comigo, professor. Quero aulas melhores, professores menos cansados, quero lugar para praticar, lugar para discutir. Não posso ir cair de quatro lá fora, professor! Sou gente. Tem que respeitar minha vida. Quero que mais gente estude, quer que mais gente pense. Esta Faculdade está fechada, professor! Só entra aqui dentro quem já tem sua vida garantida à custa dos outros. Gente assim não precisa estudar. Basta se ilustrar para ter o que dizer em noites íntimas, em noites sociais! (FONTOURA et al., 1980, p. 89).

O fragmento de texto trata da universidade brasileira. Foi-me apresentado no SA: Educação Superior Brasileira no Século XXI: expansão e desafios, ministrado pela professora Arabela Campos Oliven. O texto veio à luz em 1962. Seus autores, jovens à época, fazem/ fizeram parte da vida nacional⁶⁶. Pela atualidade do que está grafado, uso para decorar essa parte da tese.

Finalizei a tese. Ficaram reflexões para serem feitas juntamente com outras pessoas de trajetória comum, parecida, ou com pessoas que sejam solidárias. Lembrando, regressei à escolarização formal após uma geração, ou seja, depois de um período de 25 anos. Enfatizo que pululam muitas dúvidas, variadas interrogações e uma só certeza, enquanto o racismo institucional fizer morada privilegiada no seio da universidade, o Programa de Ações Afirmativas e a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER não passarão de fria letra da lei. Andarão a passo de tartaruga. Ainda ficou em mim a triste realidade: - Estamos (pessoas negras na universidade) às nossas próprias custas.

⁶⁵ Segue explicação: “Elaborado em março deste ano (1962) por uma equipe do Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes, o Auto dos 99 significou, desde logo, uma das tentativas mais eficazes para a conscientização da massa estudantil com vistas a uma inadiável Reforma Universitária que, por aquela mesma época, voltava a ser debatida no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizada em Curitiba” (FONTOURA et al., 1980, p. 89).

⁶⁶ Autores do Texto: Antonio Carlos Fontoura, Armando Costa, Carlos Estevão, Cecil Thiré, Marco Aurélio Garcia, Oduvaldo Vianna Filho. Música: Armando Costa, Luís Carlos Saldanha, Cecil Thiré, Marco Aurélio Garcia.

Tomei o objetivo geral da tese: verificar o cumprimento da legislação que dispõe sobre a inserção do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS e da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, juntei os objetivos específicos: conhecer a percepção de seis docentes de cursos de licenciaturas – História, Letras e Pedagogia - sobre mudanças ocorridas na UFRGS, a partir da inclusão do Programa/ suas opiniões sobre a presença e o desempenho de alunos cotistas / e suas manifestações no tocante a alterações nos currículos dos Cursos, tendo em vista a inclusão do Programa de Ações Afirmativas e da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, construí a fórmula abaixo.

Compromisso Inexistente – não conhece o assunto e não tem compromisso com a temática.

Compromisso Fraco – tem alguns informes sobre o tema, sem participação ativa.

Compromisso Regular – possui conhecimento do tema, participação eventual.

Compromisso Bom – tem conhecimento da temática e manifestou interesse.

Compromisso Forte – se especializa no assunto e tem compromisso com a temática.

Percebi nas entrevistas realizadas que em nenhum caso se aplica o conceito *Compromisso Inexistente*, ou seja, a pessoa entrevistada não conhece e não tem compromisso quer com o Programa de Ações Afirmativas, quer com a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER.

Trago, de acordo com análise das respostas às entrevistas que encontrei representantes nos demais quesitos. *Compromisso Fraco* – tem alguns informes sobre o tema, sem participação ativa, foi o caso da professora Maria Cristina. Estava em período de estágio probatório. Soube da existência da discussão do Programa de Ações Afirmativas. Não se envolveu.

Incluo o professor Fernando Becker e a professora Cybele Crossetti no quesito *Compromisso Regular*. Possuem conhecimento do tema e tiveram participação eventual. O professor Fernando defendeu outra forma de construção do Programa de Ações Afirmativas. Expôs-se publicamente. Escreveu sobre o assunto. Participou de debate.

As ponderações que realizei, no tocante a manifestações do professor Fernando sobre alunos ingressantes pelo Programa de Ação Afirmativa, prendeu-se à dificuldade que teve/ tem de ver a sua própria imagem refletida em alunos cotistas. Embora sem dado quantitativo apurado, em um estado como o Rio Grande do Sul, em que a economia agrícola é intensa, haverá alunas e alunos que sejam filhas e filhos de pequenos agricultores. É possível que haja similaridade entre a história de vida de algumas/de alguns ingressantes pelo Programa e a situação vivenciada pelo entrevistado quando criança e jovem.

A extensa apresentação do pensamento do professor Fernando Becker, como já referi, serviu para conhecer a fórmula de política afirmativa que defendia/defende. Embora tenha robustos argumentos para sustentar seu modo de ver o Programa de Ação Afirmativa, nessa parte final, digo explicitamente que não é modelo que sirva para incluir integrantes de mais da metade da população brasileira. O molde de política afirmativa da UNICAMP, salvo melhor juízo, não contempla, de forma substantiva, aquele grupo de pessoas que trouxe para o cenário da educação de nível superior a inclusão de alunos de escolas públicas.

Sem a explícita reserva de vagas para alunos autodeclarados pretos e pardos, as universidades públicas mantêm-se e continuarão, como até então, eminentemente formada por indivíduos brancos. Uso aqui mensagem forte. Não se pode criar corvos para arrancar nossos olhos! Assim diz frase célebre. Se o Programa de Ações Afirmativas não possuir reserva de vagas para pessoas pretas e pardas, estará incluindo somente pessoas brancas, muitos descendentes de quem escravizou pessoas negras em um passado não muito distante. A fórmula favorece quem não nos respeita, quem não nos quer juntas e juntos em espaços de brilho. Seguindo versos de Carlos Assumpção, pessoas negras, queremos ser bem recebidas / recebidos. Exigimos entrar em toda parte nessa terra que construímos.

É urgente expulsar tratamento que tem semelhança a formas existentes durante o período da escravidão. Pessoas negras foram usadas para servir. Na hora da reparação/da indenização, ela não veio. Lembremos a traição sofrida pelos Lanceiros Negros na história sul-rio-grandense. Várias historiadoras e historiadores denunciam a covarde traição imposta ao grupo de pessoas negras que lutaram na Guerra dos Farrapos. Porém a história oficial permanece impassível. Insiste-se com a história discriminadora, desrespeitosa e injusta com o pelotão de negros atraído, após terem feito sua parte na guerra para a qual foram chamados a participar, para serem depois logrados.

Ainda no quesito: *Compromisso Regular* – possui conhecimento do tema, participação eventual, destaco o modo como atuou a professora Cybele Crossetti. Relatou comparecimento em reuniões nas quais o tema foi apreciado. Teve também atuação como representante do Departamento de História em encontro convocado pela Pró-Reitoria de Graduação. Pela proximidade com outro professor de história, fez questionamentos sobre *sacrifícios* de animais por parte da cultura de matriz africana e afro-brasileira. Tranquilizou-se ao receber informações do professor Rivair sobre o assunto. Eliminou preconceito. Para a desconstrução do racismo presente no meio docente da academia, seria de suma importância que, cada vez mais, dúvidas/preconceitos presentes na mente de professoras e de professores universitários viessem à tona. Poder-se-ia discutir e buscar a erradicação de ideias pré-concebidas que, não

tratadas, levam a males maior, como o desconhecimento de outras culturas que formam o universo cultural brasileiro. Além do desrespeito a outros grupos étnico-raciais.

No tocante a presença do quesito *Compromisso Bom* – tem conhecimento da temática e manifestou interesse, destaco o professor Ian Alexander. Salientei no trabalho manifestações por ele feitas, apontando para o conhecimento da temática étnico-racial. Informou que teve alunas e alunos negros. Reconheceu o aumento do quantitativo de pessoas negras no Curso de Letras. Referiu que a população miscigenada no Brasil foi, inicialmente, fruto de estupro do homem branco sobre a mulher negra escravizada. Em outra parte fez manifestação sobre comportamento de duas alunas diante da inserção do Programa de Ações Afirmativas. Relatou que utiliza texto de autora negra na disciplina em que trabalha tradução de texto.

Sobre *Compromisso Forte* – se especializa no assunto e tem compromisso com a temática, encontro tais marcas presentes na professora Gládis Kaercher e no professor Rivair. Gládis relatou ter participado da discussão e de atos tendo em vista a inclusão do Programa de Ações Afirmativas. Manifestou sua preocupação em conhecer mais sobre cultura negra. Procurou tese para se informar sobre a religiosidade de matriz africana. Leu obras de literatura africana durante realização de sua formação acadêmica. Continuando, refere que organizou e implementou junto com servidora técnica-administrativa curso de extensão sobre relações étnico-raciais. Informou que o curso foi realizado com sucesso. A formação possibilitou que professoras e professores visitassem e revisassem seus comportamentos, tendo em vista suas histórias de vida. Houve quem se percebeu como pessoa racista. E não havia vislumbrado isso antes. Professores que frequentaram o curso de extensão, passaram a ter outras formas de agir. A professora Gládis participou da criação de estojo com lápis de cor, em tons que se aproximavam da tonalidade de pele humana. Em sua fala mencionou racismo institucional. Falta de compromisso do currículo com a educação das relações étnico-raciais. Disciplinas sobre esse tema, até aqui, apresentam caráter eletivo. Não fazem parte das disciplinas necessárias para a formação de futuras pessoas licenciadas para tratar com a diversidade étnico-racial.

É encontrado na atuação do professor Rivair *forte compromisso* com a temática étnico-racial. Declarou que abandonou a disciplina de História da Idade Média, passando para História da África. Passou a fazer parte do DEDS/PROEXT, sendo responsável por publicações e atividades realizadas pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social. Em sua entrevista ofereceu vasta lista com nomes de escritores, filósofos e historiadores de origem africana. Faz também parte do NEAB/UFRGS que se encontra alojado na PROEXT. Guardei o material de sua entrevista. Renderá bons escritos.

¿Por que declaro insistentemente que *só quem sente, sabe*? A afirmação feita ao longo da tese serve para indicar que, nesse momento, o Programa de Ações Afirmativas é levado adiante, como crença inabalável nessa política, por pessoas pretas/pardas, ou por aquelas que têm ligação intestinal com pessoas negras. A invasão/ocupação das culturas africana/afro-brasileira prosperaram/prosperam/prosperarão fortemente em espaços de atuação de pessoas negras militantes, ativistas ou simpatizantes *de verdade*.

Tenho feito referência extenuadamente sobre o DEDS/PROEXT e CAF; assim como à atuação de Gládis Kercher. Valendo-me do mote *só quem sente, sabe*, incluo Ian Alexander. Relatei manifestação dele sobre duas alunas negras, identifiquei preocupação dele com a não adesão integral das mesmas ao Programa. Falou de autora negra que utilizava em aula para traduzir. Na entrevista, também falou de seu filho, menino negro.

Foi em 2008 que essa política se tornou lei. E também foi em 2008 que eu me tornei pai de um **menino negro**. Então, isso mudou a minha visão de mundo mais que a política. Então eu vejo esses alunos e alunas negros, aqui, como ... parentes do meu filho, agora da minha filha. Tenho um aluno meu de tradução que eu olho pra ele e penso: “Daqui a pouco o meu filho vai ser como ele.” E eu fico feliz com isso (grifo meu).

A seguir trago a opinião de docentes entrevistados sobre a presença da diversidade étnico-racial a partir da introdução do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS.

Presença Inexistente – não se preocupa quanto à diversidade étnico-racial.

Presença Fraca – não vê aumento na diversidade étnico-racial.

Presença Regular – percebe pouco aumento da diversidade étnico-racial.

Presença Boa – considera que houve certo aumento da diversidade étnico-racial.

Presença Forte – viu grande aumento da diversidade étnico-racial na UFRGS.

Começo a partir do quesito *presença fraca* da diversidade. Percebo que é este o pensamento da professora Maria Cristina. Uma justificativa é a baixa presença de pessoas negras no Rio Grande do Sul. Afirma que diferente seria na Bahia, local em que há grande número de pessoas pretas e pardas. Salientei anteriormente, repito agora, independe do número de pessoas negras no local. A introdução do Programa de Ações Afirmativas nas instituições federais de ensino deve fazer parte do cenário de todas elas, conforme disposto em lei.

Professor Fernando Becker refere *presença regular*. O mesmo identifico na opinião da Professora Cybele Crossetti. Para a professora Gládis e para o professor Rivair a presença é *boa*. Manifestaram desejo de que haja aumento da quantidade de alunos pretos e pardos na UFRGS. A perspicácia da professora Gládis apontou para a necessidade de que o ingresso

venha acompanhado de outros insumos, de modo a favorecer a permanência, a presença em atividades ligadas à vida acadêmica como: participação em diferentes eventos, feiras, atividades realizadas tanto pela graduação, como pela extensão atingindo também o pós-graduação.

No tocante aos suportes que elenquei para alicerçar a tese, vale dizer que em relação ao tema da dissertação que apontou para o desconhecimento da cultura negra, houve mudança com a inserção de leis que tratam da inclusão das culturas africana/afro-brasileira e indígena. ¿O que falta ainda? Compromisso com seu estrito cumprimento. O mesmo ocorre com relação à implementação da Declaração e o Plano de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata; com a Decisão 134/2007 e Decisão 26/2012 do CONSUN que instituiu o Programa de Ações Afirmativas na UFRGS e com a Lei 12.722/2012 que oficializou o Programa, e a complementar Lei 13.409/2016, que alterou o texto inicial.

E no concernente a alterações nos currículos dos Cursos de História, de Letras e de Pedagogia fica visível o ainda não cumprimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais. A prova ficou evidente no quadro elaborado por Fernanda Nogueira, já incluído no corpo dessa tese. Passados mais de vinte e cinco anos da conclusão do Mestrado que realizei na Faculdade de Educação da UFRGS, é possível dizer que os currículos das licenciaturas ainda não preparam licenciandas e licenciandos para lecionarem tendo em vista a diversidade étnico-racial de forma inteira.

O Programa de Ações Afirmativas e a Educação para as Relações Étnico-Racial para sua plena execução precisa assegurar a inclusão, a permanência de pessoas pretas/pardas e indígenas na UFRGS, bem como oferecer educação que obedeça a legislação sobre o tema. Lembrando que instituições federais de ensino superior são entes públicos, assim como escolas públicas de primeiro e de segundo graus. Muitas escolas apresentam-se sucateadas. Traduzem a falta de compromisso com o ensino público. É nesses estabelecimentos que, majoritariamente, pessoas negras recebem sua formação. Se a instrução inicial ocorre no ensino público, faço a pergunta: - ¿Por que tais alunas e alunos não podem continuar seus estudos no ensino público, quando alçam voo para terceiro e quarto graus?

Continuamos sendo aquelas pessoas que, antes enriqueceram homens brancos que se valeram de nosso trabalho braçal, agora locupletamos integrantes da academia com nossa atividade intelectual. Utilizando título de obra de Cidinha da Silva BERRO: #Parem de nos matar#. Matar não somente com a eliminação física. O extermínio da matéria ocorre nas ruas. Dentro dos muros da academia, a destruição toma requinte de crueldade. É o extermínio

intelectual. A breve viagem desta tese foi concebida, alimentada e veio à luz em nove meses. Creio que isso foi possível devido ao conhecimento, à vivência, ao tempo de vida dentro da UFRGS. Acrescentei os anos de participação militante. Mesmo de posse de sinais, evitei possuir certezas, queria ser surpreendida.

¿Sobre sinais, que foi que vi? Avistei de forma nítida que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul está intimamente atravessada pela presença negra. Invadimos/ocupamos a UFRGS desde sempre. Estamos nos três setores: alunado, aumentando a presença pela execução do Programa de Ações Afirmativas. Servidoras técnicas-administrativas e servidores técnicos-administrativos também com inclusão pela reserva de vagas em concursos públicos federais. Há algumas pessoas pretas/pardas na docência. Esse setor precisa cumprir a política de reserva de vagas para pessoas autodeclaradas pretas/pardas/indígenas. Urge romper com as *panelinhas*⁶⁷ na seara docente. A esse respeito reproduzo Cidinha da Silva, (2016, p. 176).

A universidade negra quer que essa Iyá e esse Babá negros que socorrem e acolhem a todas as pessoas, indistintamente, sentem-se nos bancos escolares para obterem a titulação universitária no grau máximo. Mais do que isso, a universidade negra os quer como professores, como mestres de saberes, cujos títulos foram outorgados pela tradição e pela sabedoria ancestral e que por isso, podem (e devem) ministrar aulas na universidade, no mesmo patamar de doutores, pós-doutores e professores titulares.

Nesses quase trinta anos de conclusão do Curso de Mestrado muitas outras pessoas negras passaram pelo PPGEDU/FACED/UFRGS depois de mim. Coursaram o doutorado, que somente faço agora. Creio que há mais de dúzia entre doutoras pretas/pardas e doutores pretos/pardos. Três, quatro, cinco ... vezes mais pessoas brancas passaram pelo mesmo espaço. Desse último grupo, várias pessoas tornaram-se docentes. Já do grupo negro o número não contempla a quantidade de dedos de uma mão. Aprofundar o alcance do Programa de Ações Afirmativas em todos os setores das universidades públicas brasileiras é fundamental. Finalizo com excerto do Poema Protesto, de autoria de Carlos Assumpção

[...] Mas irmão fica sabendo
Piedade não é o que eu quero
Piedade não me interessa

⁶⁷ **Panelinha** é o diminutivo do substantivo feminino panela e tem como significado, **conluio**, **conspiração** ou **grupo restrito**, mas também pode se estender a **igrejinha**. O termo ou gíria é empregado para se referir a um grupo fechado de pessoas que compartilham dos mesmos ideais ou objetivos, que tanto podem ser bons quanto ruins e não permitem a entrada de novas pessoas. Em outro sentido, pode também se referir a um grupo de pessoas que possuem grande afinidade e são assim muito próximas. Entretanto, em um sentido pejorativo, o termo é atribuído a **tramoia** ou **cilada** quando este mesmo grupo se une com o intuito de prejudicar alguém lhe dando algum tipo de golpe (2017, significado online, grifo do autor).

Os fracos pedem piedade
 Eu quero coisa melhor
 Eu não quero mais viver
 No porão da sociedade
 Não quero ser marginal
 Quero entrar em toda parte
 Quero ser bem recebido
 Basta de humilhações
 Minha alma já está cansada
 Eu quero o sol que é de todos
 Quero a vida que é de todos
 Ou alcanço tudo o que eu quero
 Ou gritarei a noite inteira
 Como gritam os vulcões
 Como gritam os vendavais
 Como grita o mar
 E nem a morte terá força
 Para me fazer calar.

PS: (post scriptum⁶⁸) Iniciei a tese com a inticação. ¿É possível identificar diferença entre trabalho acadêmico realizado por pessoas negras e aquele feito por pessoas não negras? Deixo para as pessoas que tiverem acesso a este trabalho acadêmico a resposta. A provocação teve o fito de incitar a leitura da tese até o final, visando ao encontro da resposta.

A TÍTULO DE POSFÁCIO

Esta é uma tese incompleta. Quem a ler, encontrará nela copiosas incompletudes. Estão por vir intelectuais negras/negras intelectuais: graduandas e pós-graduandas e intelectuais negros/negros intelectuais, graduandos e pós-graduandos. ¿Onde andam? 1. Estão em construção. 2. Ainda não ingressaram no ensino de terceiro grau, quer na UFRGS, quer em outra instituição de ensino superior/cursam o ensino médio/estão no ensino fundamental / muit@s pertencem à educação infantil/milhares estão sendo gestados/outr@s milhares ainda encontram aguardando sua vez de encarnar / de entrar no mundo material. Mas tod@s virão. Executarão sua parte. Não completar o que está por fazer. Uma alegria tenho. *Gerundiando e participando*. Tenho andado, procurando ir construindo a minha tarefa sempre incompletada.

Seria pretensão que não tenho, fazer um trabalho completo, sem deixar espaço para aquelas pessoas que virão!

⁶⁸ “P.S. é a sigla em latim para *post scriptum* e que significa ‘escrito depois’, na tradução para a língua portuguesa. Normalmente, esta sigla é usada no fim de algumas cartas, com o intuito de **adicionar informações que tenham sido esquecidas** de serem mencionadas no corpo do texto” (2017, significado online).

REFERÊNCIAS

10 CURIOSIDADES sobre a vida de Lupicínio Rodrigues. **Zero Hora**, Porto Alegre, Reportagem de Gustavo Foster, 16 jul. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/07/10-curiosidades-sobre-a-vida-de-lupicinio-rodrigues-4551816.html>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

ACAMPAMENTO Farroupilha. Assinado termo para realização do Acampamento Farroupilha 2017. **Prefeitura de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/acampamentofarroupilha/default.php?p_noticia=999191533>. Acesso em: 07 jun. 2017.

ACERVO do Instituto de Artes UFRGS. **Maria Lídia Magliani**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervoartes/artistas/m/magliani-maria-lidia>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ADAMS, Telmo. Sular. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. P. 385-387.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. In: PIRES, Jader. **Papo de Homem** (site), 29 mar. 2015. Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

ALMEIDA, Doris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de. Um Lugar Memorável: a Faculdade da Educação/UFRGS, entre afetos e trabalho (1970-2016). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. especial, p. 1347-1370, 2016.

ALMEIDA, Guilherme do Couto de. Invasão ou ocupação? Ensaio sobre a função social da propriedade. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1158, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8882>>. Acesso em: 04 set. 2006.

ALMEIDA, Regis Rodrigues de. Tipos de migração. **Brasil Escola**. São Paulo: UOL, 2017. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/tipos-migracao.htm>>. Acesso em: 02 out. 2017.

AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. **Revista Articulação de ONGS de Mulheres Negras Brasileiras**, n. 1, p. 2, 2003.

APARTHEID (significado). **Significados** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/apartheid/>>. Acesso em: 13 maio 2017.

ARAÚJO, Felipe. Lei de Gérson. **Infoescola**, 2017. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/curiosidades/lei-de-gerson/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

ARQUIVOS de Cultura Contemporânea. Vultos Negros no Rio Grande do Sul. In: **RELAÇÕES Raciais**\Coleção Centenário da Abolição\Cartazes. 2011. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&pagfis=9149>. Acesso em: 06 fev. 2017.

ASTUTA (sinônimo). **Dicionário de sinônimos online**. 2017. Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/astuta/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

BALDUINO Antonio Andreola. Currículo Lattes. Atualizado em 01 dez. 2016. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780077Z5>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BOLA DA VEZ (significado). **Dicionário Informal** (site). 2017. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/bola+da+vez/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

BOTAFOGO de Futebol e Regatas (significado). **Botafogo FR** (site). 2017. Disponível em: <<http://www.botafogo.com.br/historia.php?cat=oclube>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. Decreto de 20 de novembro de 1995. Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 nov. 1995. P. 18618. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1995/Dnn3531.htm>. Acesso em: 09 fev. 2017.

BRASIL. Decreto N. 7.824 de 11 de outubro de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 2012. P. 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 09 fev. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. P. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

BRASIL. Lei N. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial: altera as Leis n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de junho de 1985, e 10.778; de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 2016. P. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1>. Acesso em: 01 jul. 2017.

BRASIL. Lei 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. P. 1. Disponível em:

<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.711-2012?OpenDocument>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-Racista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

BRASIL. Portaria Normativa N. 18 de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Gabinete do Ministro da Educação**, Brasília, 11 out. 2012. Disponível em: <<http://sisu.ufes.br/sites/sisu.ufes.br/files/field/anexo/Portaria%20MEC%20n%C2%BA%2018%20-%2011-10-2012.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. PARECER N.º: CNE/CP 003/2004, aprovado em 10 mar. 2004. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

CAF - Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas. **Quem somos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/coordenadoria/sobre-a-caf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

CÂMARA aprova abertura de impeachment de Dilma. **Carta Capital**, São Paulo, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-abertura-de-impeachment-de-dilma>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978)**: um movimento negro de resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CARLOS ASSUMPÇÃO referência na poesia negra no Brasil. **UNEGRO** - união de negros pela igualdade. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://unegroriodejaneiro.blogspot.com.br/2013/05/carlos-assumpcao-referencia-na-poesia.html>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Depoimento 2. In: MARCHA ZUMBI. Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida. Brasília: Cultura Gráfica e Ed. Ltda, 1996. P. 13.

CARONE, Iray. Preconceito e Discriminação Racial. In: SANTOS, José Antônio; CAMISOLÃO, Rita de Cássia; LOPES, Vera Neusa (Org.). **Tramando Falas e Olhares Compartilhando Saberes**: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARTOLA (compositor). As Rosas não Falam. Intérprete: Cartola. Álbum Cartola. São Paulo: Discos Marcus Pereira, 1976. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/cartola/44898/>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Vozes, 2008.

CAVACANTI, Bruno César. Apresentação: a entrevista compreensiva ou o elogio da pequena teoria. In: KAUFMANN, Jean-Claude. **Entrevista Compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes, 2013. P. 7-19.

CAVAQUINHO, Nelson (compositor). Juízo Final. Álbum Quatro Grande do Samba, 1973. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/nelson-cavaquinho/47647/>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

CIDADES BRASIL-RS (blog). Porto Alegre _ Cidade Sorriso. 2010. Disponível em: <<http://cidades-brasilrs.blogspot.com.br/2010/09/porto-alegre-cidade-sorriso.html>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

CIÊNCIA para Educação. Pesquisador Marilú Fontoura de Medeiros. 2016. Disponível em: <<http://cienciaparaeducacao.org/pesquisador/marilu-fontoura-de-medeiros/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

COLINA, Paulo. **A noite não pede licença**. São Paulo: Editora RK, 1987.

COLLARES e PDT tentam duplo retorno ao governo gaúcho. **UOL** (site). Reportagem: Cláudio de Souza. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2006/estados/riograndedosul/biografias/collares.jhtm>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

COMPLEXO Cultural Porto Seco. **Hagah**, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.hagah.com.br/complexo-cultural-do-porto-seco-sambodromo-plinio-kroeff>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

CONSCIÊNCIA Revolucionária. 7 de Agosto, data da independência Costa-marfinense. 07 ago. 2011. Disponível em: <http://conscienciarevolucionaria-kassan.blogspot.com.br/2011/08/7-de-agosto-data-da-independencia-costa_08.html>. Acesso em: 19 jul. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução N. 1 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1. P. 11. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

CULTURA (significado). **Dicionário Informal** (site). 2017. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/cultura/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

DECLARAÇÃO de Durban. Relatório da Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, set. 2001. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/Durban_1.htm>. Acesso em: 08 jul. 2017.

DISCRIMINAÇÃO (significado). **Significados** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pleonasma/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

É UMA GRANDE CONQUISTA, apesar de toda a crise, diz vice-reitora da UFRGS sobre ranking internacional. Reportagem de Guilherme Justino. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 set. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/09/e-uma-grande-conquista-apesar-de-toda-a-crise-diz-vice-reitora-da-ufrgs-sobreranking-internacional-9888917.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ENCONTRO com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Documentário. Direção: Sílvio Tendler. Brasil, 2006. 1 DVD.

ESCOLAS de samba de Porto Alegre não desfilarão neste carnaval. **EBC. Agência Brasil**. Reportagem de Daniel Isaia. Brasília, 25 fev. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-02/escolas-de-samba-de-porto-alegre-nao-desfilarao-neste-carnaval>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

ESTUDANTES da UFRGS denunciam fraudes no ingresso por cotas raciais. **Zero Hora**, Porto Alegre, 21 jul. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/07/estudantes-da-ufrgsdenunciam-fraudes-no-ingresso-por-cotas-raciais-9849959.html>>. Acesso em: 01 set. 2017.

EVARISTO, Conceição. Questão de Pele para Além da Pele. In: RUFFATO, Luiz (Org.). **Questão de Pele**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009. P. 19-37.

FABRE, Mardilê Friedrich. Silepse (significado). **Recanto das Letras** (site). 2017. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/gramatica/705558>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FARIA, Caroline. Primeiro Mundo. **Infoescola**, 2017. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/primeiro-mundo/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FERNANDES, Robério. A Origem da Palavra Mulato. **História e suas Curiosidades** (blog). 25 nov. 2009. Disponível em: <<http://historiaesuascuriosidades.blogspot.com.br/2009/11/origem-da-palavra-mulato.html>>. Acesso em: 30 maio 2017.

FONTOURA, Antônio Carlos et al. O Auto dos 99%: onde se vê como a Universidade capricha no subdesenvolvimento. **Arte em Revista**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 89, 1980.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. **A Exclusão da Cultura Afro-Brasileira dos Currículos Escolares**: uma questão só de desconhecimento histórico? Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71824>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

FÓRUM Social Mundial. **Mundo Educação**, UOL 2011. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; KRAHE, Elizabeth Diefenthaler. Desenvolvimento Profissional e Pedagogia Universitária em Distintas Áreas de Conhecimento: novos tempos e novas tendências. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; KRAHE, Elizabeth Diefenthaler (Org.). **Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. P. 319-331.

FRAZÃO, Dilva. Ary Barroso: compositor brasileiro. **e-biografia**. 21 jun. 2017. Disponível em: <http://www.ebiografia.com/ary_barroso/>. Acesso em: 30 maio 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Décio. **O Escravismo Brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1983.

FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973.

GELEDÉS. Instituto da mulher negra; CFEMEA. Centro feminista de estudos e assessoria. **Guia de enfrentamento do racismo institucional**. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-uma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO, 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: CJF,

2003. 272 p. (Série Cadernos do CEJ, v. 24). Disponível em: <<http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações sociais no Brasil: uma breve discussão. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. Impressão. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2000. P. 137-149.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. P. 441-463.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v, 10, n, 18, p. 133-154, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/21757984.2011v10n18p133/17537>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

GONÇALVES DIAS, Antônio. Canção do Exílio. In: GONÇALVES DIAS, Antônio. **Primeiros Cantos**. 2017. Disponível em:<<http://www.horizonte.unam.mx/brasil/gdias.html>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 325-343.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O Silêncio**: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial – (um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau 1ª à 4ª série). Minas Gerais: UFMG, 1985. 333 f. Tese (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1985.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O Jogo das Diferenças**: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto (compositor). Lorota boa. **Luiz Gonzaga – Meus sucessos com Humberto Teixeira**. RCA Camden, 1968.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1982.

GUIMARÃES, Diva. “Na escola, seguimos escravos”, diz professora que emocionou a Flip. In: SOARES, Wellington. **Nova Escola** (site). 03 ago. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/5325/na-escola-seguimos-escravos-diz-professora-que-emocionou-a-flip?utm_source=tag_novaescola&utm_medium=facebook&utm_campaign=mat%C3%A9ria&utm_content=link>. Acesso em: 04 ago. 2017.

HENRIQUES, Ricardo. Apresentação. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Org.). **Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto Pós-Durban**. São Carlos: EduFSCar, 2009. P. 7-10.

HISTORICIZANDO (significado). **Dicionário Informal** (site). 2017. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/historicizando/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

hooks, bell. bell hooks Fala sobre Paulo Freire: o homem, seu trabalho. In: MACLAREN, Peter; LEONARD, Peter; GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. P. 121-129.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010. P. 117-130.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@: Rio Grande do Sul - Dom Pedrito**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430660&search=rio-grande-do-sul|dom-pedrito>>. Acesso em: 15 set. 2017.

INZONEIRO (sinônimo). **Dicionário de sinônimos online**. 2017. Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/inzoneiro/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

-ISMO (significado). **Dicionário Infopédia** (site). Porto: Porto Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/-ismo>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

JOSÉ Antônio dos Santos. **Escavador** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/8374612/jose-antonio-dos-santos>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Entrevista Compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LACROU (significado). **Dicionário Informal** (site). 2017. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/lacrou/4946/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

LEITE, Denise; BRAGA, Ana Maria e Souza (Org.). **Inovação e Avaliação da Universidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LOROTA (significado). **DICIO - Dicionário Online de Português** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/lorota/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

LUZ, Marco Aurélio (Org.). **Identidade Negra e Educação**. Salvador: Ianamá, 1989.

MACEDO, José Rivair. Apresentação. In: FERNANDES, Evandro; CINEL, Nora Cecília Lima; LOPES, Véra Neusa (Org.). **Da África aos Indígenas do Brasil**: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MACEDO, José Rivair. Saber Proverbial e Sistemas de Valores Africanos. **Revista Semana da África na UFRGS**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 68-71, maio 2015.

MAGLIANI, Maria Lídia. Acervo do Instituto de Artes UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervoartes/artistas/m/magliani-maria-lidia>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MARCHA ZUMBI. Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida. Brasília: Cultura Gráfica e Ed. Ltda, 1996.

MARIA MULHER - organização de mulheres negras. Nossa Missão. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.mariamulher.org.br/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

MEINERZ, Carla Beatriz; PEREIRA, Júnia Sales. Apresentação da Seção Temática - Educação e Relações Étnico-Raciais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 7-12, jan./mar. 2017.

MENDES, Etoal. Guiné-Bissau: desafios para a educação em situação de conflito linguístico entre o português e o crioulo. **Revista Semana da África na UFRGS**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 52-55, maio 2017.

MINUTO, Lelia. O artista/The artista. In: **J. Altair Naif** (blog). 2013. Disponível em: <<http://jaltairnaif.blogspot.com.br/p/o-artista.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MORAES, Paulo Ricardo de. Punhos. In: SANTOS, Guarani Amir Quites dos. **Zumbi**: a epopeia do Quilombo dos Palmares. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1987. P. 1.

MORAES, Camila Lopes; FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A hora da reparação na UFRGS. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 20, 15 jun. 2007.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Sem Terra (MST). **Resumo Escolar**, 2017. Disponível em: <<https://www.resumoescolar.com.br/geografia-do-brasil/movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MULTI (SIGNIFICADO). **Dicionário Informal** (site). 2017. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/multi/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. Impressão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 15-20.

NOGUEIRA, Fernanda; MOROSINI, Marília. Educação das Relações Étnico-raciais como Política de Descolonização dos Saberes na Universidade: possibilidades na UFRGS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR, 5., 2017, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2017.

NOVO site do NEAB já está no ar. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, PROEXT, Porto Alegre, 14 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/proext/novo-site-do-neab-ja-esta-no-ar/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

OLIVEIRA, Eduardo. Epistemologia da Ancestralidade. **Filosofia Africana** (site). 2015. Disponível em: <http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

OLIVEN, Arabela Campos. **A Paroquialização do Ensino Superior**. Petrópolis: Vozes, 1990.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras: uma questão política, um desafio pedagógico. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; KRAHE, Elizabeth Diefenthaler (Org.). **Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2007a. P. 151-160.

OLIVEN, Arabela Campos. **Educação**, Porto Alegre/RS, v. 30, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007b.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal de Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.

P.S. (significado). **Significados** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/ps/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

PACHECO, Ronilso. Ocupações são a “reintegração de posse”, da política a partir de baixo. In: PACHECO, Ronilso. **Ocupar, Resistir, Subverter**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2016.

PALMARES - Fundação Cultural. Personalidades Negras - Oliveira Silveira. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?=3162>>. Acesso em: 06 maio 2017.

PANELINHA (significado). **Meus Dicionários** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.meusdicionarios.com.br/panelinha>>. Acesso em: 30 set. 2017.

PARQUE da Redenção. O Parque. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.parque-redencao.com.br/o-parque/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PENA, Rodolfo Alves. Costa do Marfim. **Alunos online**, 2017. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/costa-marfim.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

PEREIRA, Junia Sales. Diálogos sobre o Exercício da Docência – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 147-172, 2011.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **A África está em Nós: história e cultura afro-brasileira: africanidades Sul-Rio-Grandenses**. João Pessoa: Editora Grafset, 2012.

PETRONILHA Beatriz Gonçalves e Silva. Biblioteca Virtual da FAPESP - Fonte referencial de informação para a Pesquisa Apoiada pela FAPESP. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/87194/petronilha-beatriz-goncalves-e-silva/>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

PLEONASMO (significado). **Significados** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pleonasma/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

POR DENTRO da História: O massacre de Sharpeville durante o apartheid. **Por Dentro da África** (site). 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/noticias/por-dentro-da-historia-o-massacre-de-sharpeville-durante-o-apartheid>>. Acesso em: 14 maio 2017.

PRIBERAM – Dicionário (site). **delenda carthago** (significado). Brasil-Portugal, 2017. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/delenda%20carthago>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PROFICIÊNCIA - Informação sobre profissões em ciência. Ciências Sociais: o que é. 2017. Disponível em: <http://proficiencia.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=80>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/proext-siteantigo/proext-1>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

PT - Partido dos Trabalhadores. Estrutura Partidária. 2017. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/estrutura-partidaria/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

RADICAL (significado). **Dicionário Etimológico** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/radical/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

RÁDIO ITAÍ. **Discomentando**: o site da memória da música mundial. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.discomentando.com.br/itai.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

REGINA, Elis (Intérprete). Querelas do Brasil. Composição: Aldir Blanc. Álbum Transversal do Tempo. 1978. Disponível: <<https://www.letras.mus.br/elis-regina/140808/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

RODRIGUES, Ana Maria. **Samba Negro, Espoliação Branca**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RODRIGUES, Vera. Carolina Maria de Jesus: notas sobre o pensamento de uma intelectual. **DEDS em Revista**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 3-7, 2016.

RONCOLATO, Murilo. O Pescador do Espaço em Movimento. **Os Negros**. História do Negro no Brasil. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2015. P. 84-87 (Coleções Caros Amigos).

RS tem três universidades em ranking de melhores do mundo. Reportagem de Angela Chagas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 set. 2017. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2017/09/rs-tem-tres-universidades-em-ranking-de-melhores-do-mundo-9888665.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SANDRA de Fatima Batista de Deus. Currículo Lattes informado por UFRGS. Atualizado em 25 jun. 2017. Disponível em: <<https://lattes.ufrgs.br/servlet/jpkFltGeral.cFltVisualizador?&pTipoIdentif=2&pTipoRelat=1&pSearch=I3VmcmdzI2NwZCMyNDMzODQ4NjAxNSN1ZnJncyNjcGQj>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

SANTA CRUZ, Victoria. Poesia Me Gritaram Negra. s. d. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/victoria-santa-cruz-forca-de-uma-voz-afro-peruana/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SANTOS, Guarani Amir Quites dos. **Zumbi**: a epopeia do Quilombo dos Palmares. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

SANTOS, Hélio. **A Busca de um Caminho para o Brasil**. A trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SANTOS, Hélio. Desenvolvimento e Diversidade Étnico-Racial. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Org.). **Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais**: o contexto Pós-Durban. São Carlos: EduFSCar, 2009. P. 91-98.

SANTOS, Hélio. **Salve 13 de Maio?** São Paulo: Secretaria de Educação; Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros, 1988.

SANTOS, Irene (Coord.). **Colonos e Quilombolas**: memória fotográfica das colônias. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo?** 8. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SANTOS, Renato Emerson dos. Política de Cotas Raciais nas Universidades Brasileiras: o caso da UERJ. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Tempos de Lutas**: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2006. 119p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1113-temposdeluta-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 jul. 2017.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos). P. 21-37.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Brasília: UnB, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, Sales Augusto; CAVALLEIRO, Eliane; BARBOSA, Maria Inês da Silva; RIBEIRO, Matilde. Ações Afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913-929, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300012/9150>>. Acesso em: 07 set. 2017.

SEPPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Estrutura. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/estrutura-1>>. Acesso em 02 fev. 2017.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Ação afirmativa para negros(as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. P. 99-114.

SILVA, Ana Célia da. **Ideologia do Embranquecimento**. Identidade Negra e Educação. Salvador: Inamá, 1989. P. 53-63.

SILVA, Cidinha da. **#Parem de Nos Matar!**. São Paulo: Editora Ijuma, 2016.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. **Olhares sobre a Mobilização Brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Brasília: Fundação Cultural Palmares-MinC; Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. Até quando vamos endeusar a revolução farroupilha?. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 set. 2012. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2012/09/3241/ate-quando-vamos-endeusar-a-revolucao-farroupilha/>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Ações Afirmativas Para Além das Cotas. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Org.). **Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto Pós-Durban**. São Carlos: EduFSCar, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, Ensinar e Relações Étnico-Raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da;

FERNANDES, Alessandra Borges (Org.). **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2011. P. 11-37.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Apresentação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich (Org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. P. 7-10.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Apresentação. In: SANTOS, Irene (Coord.). **Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias**. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.

SILVA, Silvane Aparecida da. **Racismo e Sexualidade nas Representações de Negras e Mestiças no Final do Século XIX e Início do XX**. São Paulo: PUC, 2008. Dissertação (Mestrado em História em Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. **Poemas: antologia**. Porto Alegre: Edição dos Vinte, 2009. 132 p.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. P. 19-42.

SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Org.). **Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto Pós-Durban**. São Carlos: EduFSCar, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Graal Edições, 1983.

SOUZA, Paulo Renato. Prefácio à 1ª edição. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 7-8.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (regimento). Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/>>. Acesso em: 21 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário. Decisão 134, de 29 de junho de 2007. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/eenf/ensino/graduacao/saude-coletiva/documentos-legais/decisao-consun-134_2007>. Acesso em: 19 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário. Decisão 268/2012, de 10 de agosto de 2012. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/Dec429-12>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - DEDS. Apresentação. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/deds/o-deds>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - DEDS. Revistas. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/deds/publicacoes/revistas>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário (regimento). Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/>>. Acesso em: 21 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Coordenadoria das Licenciaturas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (COORLICEN). Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coorlicen/coorlicen.php>>. Acesso em: 23 maio 2017.

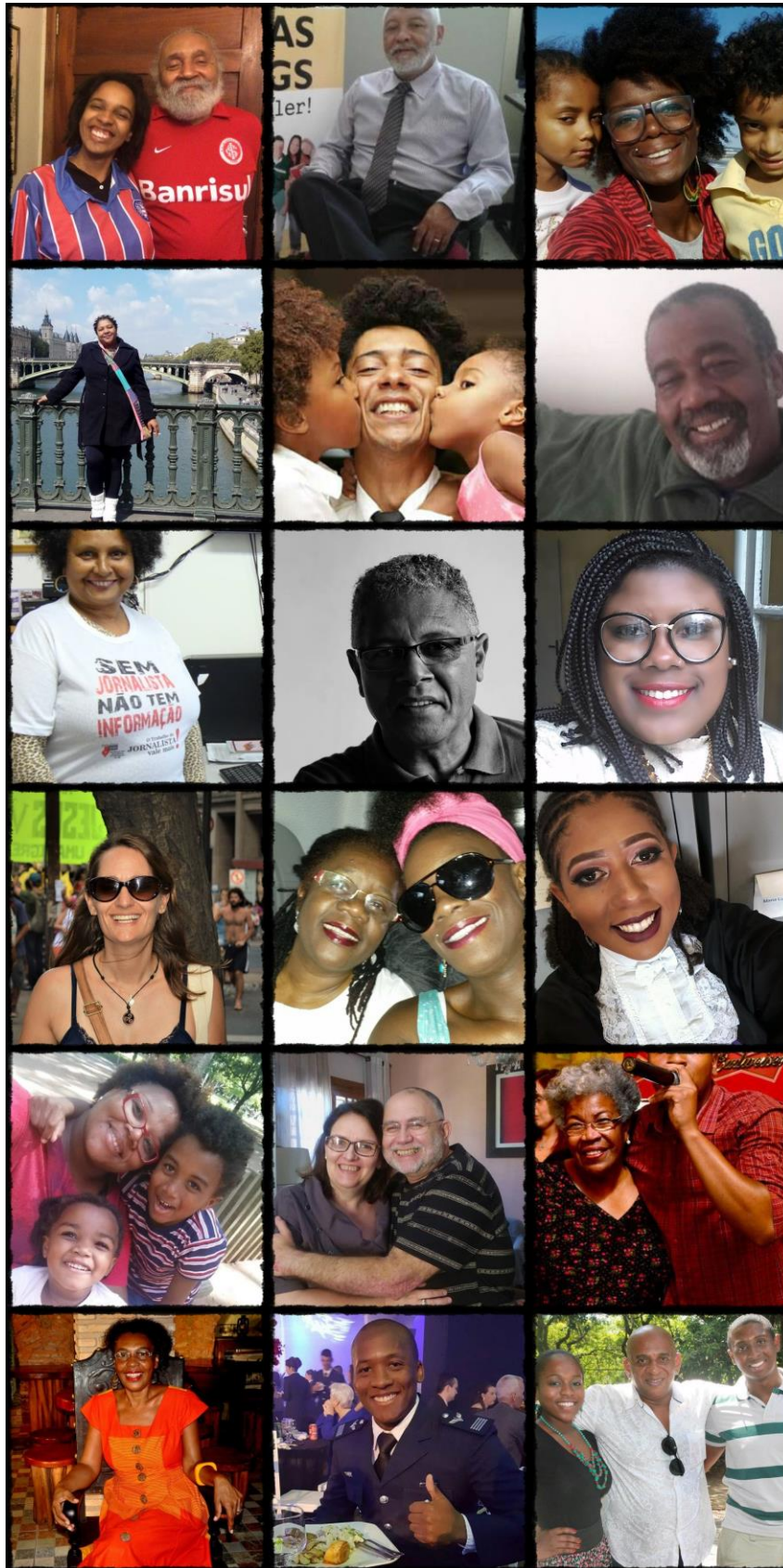
VELOSO, Caetano (compositor). Língua (letra). Álbum Velô. Rio de Janeiro: Philips Records, 1984. Disponível em: <<https://www.letras.com.br/caetano-veloso/lingua>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

VERA Rosane Rodrigues de Oliveira. **Escavador** (site). 2017. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/6778096/vera-rosane-rodrigues-de-oliveira>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

VILLAÇA, Túlio Ceci. Discoteca Brasília: Brasil, Querelas do. **Blog Sobre a Canção**. 2012. Disponível em: <<https://tuliovillaca.wordpress.com/2012/02/01/discoteca-brasilica-brasil-querelas-do/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

WEFFORT, Francisco C. Educação e Política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In: FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Figura 21 – Militantes e Simpatizantes da Luta Antirracismo que Contribuíram com Textos-Depoimentos



Fonte: Arquivos pessoais.

ANEXO A – O Jornalismo Como Essência do Meu Viver e Instrumento de Luta nos Movimentos Sociais

Vera Daisy Barcellos*

Sou filha de Eva Barcellos, mulher negra, analfabeta, cozinheira, lavadeira, passadeira e visionária. Dos cinco filhos escolheu uma das suas crianças, eu, e a soltou no mundo. Deixou, sem olhar para trás, na casa-grande de uma família de alta classe média porto-alegrense. Custei a entender o porquê da sua escolha. Hoje, sei. Ela soube entender que a criança de quatro anos, como se fosse, e era, possível, fazia e decidia as suas escolhas. A menina de tranças e laço de fita fugia, todos os dias, da sua pequena casa de madeira. Tropeçava, com suas curtas pernas, nos paralelepípedos da Travessa dos Venezianos e marcava o seu destino empurrando o portão do grande jardim de uma antiga casa na Cidade Baixa... a pequena pessoa havia definido o seu destino.

Corta cena! Junho de 1971. O Brasil vive o período cruel da ditadura militar. Uma jovem de 23 anos, única negra da sua turma, conquista seu diploma de Jornalista na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E alça voos. Sem dúvida alguma, dona Eva sabia bem das coisas...

O convite à escrita feito pela Mestra em Educação e doutoranda Maria Conceição Lopes Fontoura é gratificante para o exercício e jogo de memória de uma caminhada de militância iniciada há 46 anos. Estávamos juntas, nos idos anos 70, nas intermináveis reuniões do Grupo Palmares, ali no prédio do laboratório da Faculdade de Química da UFRGS, propositor do 20 de Novembro, celebração máxima ao grande líder libertário Zumbi, em contraponto à alforria do 13 de Maio de 1888. Compartilhamos parcerias na Revista Tição, marco inovador do jornalismo afro-gaúcho, na qual fui editora responsável com a obrigatoriedade de apresentações dos conteúdos aos agentes da repressão e censores no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Os anos passaram, mas a revista guarda pautas de incrível atualidade.

Eu e tu, Maria Conceição, acompanhamos irmanadas o nascedouro, no Rio Grande do Sul e no país, das organizações feministas das mulheres negras, quando detectamos que o machismo acorrentava, igualmente, os homens negros que nos silenciavam e nos oprimiam. Como também percebemos que o avanço da luta emancipatória das mulheres brancas carecia, para além da sororidade, da percepção de que o racismo determina de forma inequívoca o lugar destinados às mulheres negras em todos os espaços da sociedade brasileira. Ontem era assim. Hoje, ainda persiste.

Minha trajetória foi feita por diferentes e múltiplos caminhos. Sobram vivências... a atuação no serviço público e a mobilização de companheiros e companheiras para as questões da

assistência social e os direitos das populações vulneráveis; a interiorização na década de 90 que se confirmou numa associação com outra jornalista e com o registro de uma agência de notícias no Alto Uruguai que conquistou reconhecimento público; a volta a Porto Alegre, no início do século XXI, e a retomada com intensa e visceral dedicação aos movimentos sociais - em especial à luta pelos direitos das mulheres e o enfrentamento à violência de gênero e racial - e sindicalista com ênfase no campo da Comunicação e do Jornalismo.

O Jornalismo tem sido a essência do meu viver. Uma opção profissional que rompeu com alguns paradigmas. Um deles de ter sido uma das primeiras profissionais negras a fazer cobertura esportiva aqui neste território com 20,24% de pretas e pretos do total da população gaúcha (Censo 2010). Nas redações dos veículos de comunicação somos pouquíssimos negros e negras e na mídia televisiva gaúcha a presença nas bancadas dos telejornais é inexpressiva.

A constatação não é de hoje. O movimento sindical antirracista, através das Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojiras - e mais o Núcleo dos Jornalistas Afrobrasileiros, do RS, um dois pioneiros na provocação desta discussão específica, tem observado a negação da mídia hegemônica para com a população negra. O tratamento dado tem se caracterizado pela invisibilidade e pela manutenção de estereótipos, bem como a ausência na programação diária da diversidade étnica, restringindo, desta forma, a socialização democrática dos valores plurais da sociedade brasileira.

Sabemos, negras e negros, que temos uma longa estrada a percorrer, enquanto a crítica e a população se surpreenderem com a inserção da porcentagem homeopática e anual de novelas ou programas especiais protagonizados por atrizes e atores negros em papéis de destaque. Chego ao final com uma afirmativa às juventudes: - o fazer no Jornalismo, para além das matérias e reportagens diárias, tem que ser propositivo e ponto de partida para reflexões, luta e práticas revolucionárias que só a democratização da mídia permitirá. O ano de 2017 e os que virão sinalizam que isto é urgente!

*Jornalista Profissional Diplomada Reg. 3.804. Integra a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, é presidente da Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas e é ativista do movimento feminista das mulheres negras, integrando a ONG Sempre Mulher Instituto de Pesquisa e Intervenção Racial.

ANEXO B – “Mas tu é a Rita?” “Ela é a Rita?”

Rita Helena Lopes Soares Brito*

A Prefeitura de Porto Alegre através da Lei Municipal 494 de 10 setembro de 2003, garantiu a Reserva de vagas para afro-brasileiros em concursos públicos para provimento de cargos efetivos, um percentual de 12% (doze por cento) das vagas oferecidas aos afros descendentes. Meu ingresso deu-se em março de 2012, fui chamada no final de janeiro daquele ano porém com estava inscrita pelas cotas dependia da reunião da CAIA - Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afro-brasileiros, comissão esta formada por entidades, grupos ou organizações do movimento social negro bem como componentes da própria Prefeitura. Minha classificação no concurso CP 429 para o cargo de administrador foi a 205 na listagem geral e na lista de candidatos Afro fui a 10º classificada. A reunião da CAIA me surpreendeu, não tinha ideia de como ocorria, vi muitos candidatos emocionados ao serem questionados por qual motivo se inscreveram pelas cotas, cada um colocando ali um pouco da sua história, do seu passado e todo o esforço feito para chegar até aquele momento. Quando assumi meu cargo voltei para a mesma coordenação onde trabalhava anteriormente como assistente administrativo, trabalho que há muito tempo já não desenvolvia mais, trabalhava como assessora da coordenação da CGADSS, recursos humanos da Secretaria de Saúde. Ao ser nomeada ouvi de um colega que também fez o concurso, e não passou, que achava injusto eu ter entrado pelas cotas pois era inteligente e não precisaria das mesmas, tivemos uma discussão mas não evoluímos porque ele era totalmente contra as cotas e eu a favor. Sempre tem alguém que pergunta duas vezes se eu sou a Rita. “Mas tu é a Rita?” “Ela é a Rita?” Por diversas vezes assumi o cargo de Coordenadora-Geral e, entre 2015 e 2016 respondi durante 9 meses pelo cargo, devido a um afastamento prolongado da titular. Tive resistência de antigos colegas no novo cargo, por algumas vezes fui desconsiderada, atualmente a maioria dos meus colegas me respeitam, mas ainda há resistência, embora meu conhecimento em relação ao trabalho seja inquestionável.

* Rita Helena Lopes Soares Brito - Administradora da Prefeitura de Porto Alegre. Trabalho atualmente na CGADSS – Coordenadoria-Geral de Administração e Desenvolvimento dos Servidores da Saúde. Atuei em Maria Mulher desde 2005 junto as adolescentes, atuei com assessora financeira e Coordenadora Financeira até 2011.

ANEXO C – Minha Trajetória na UFRGS

José Reis*

Minha trajetória na UFRGS, passa por ter estudado em dois cursos: Licenciatura em Matemática e Ciências Econômicas. O primeiro ficou inconcluso, por ter sido abandonado em 1984, por conta de a época ser um curso diurno, dificultando a vida de quem trabalha, o que passou a acontecer comigo em setembro de 1983, quando passei a ser funcionário público. O segundo, foi concluído em 1989, com a colação de grau em janeiro de 1990. Foram 10 anos como discente da Universidade, em uma época, onde os negros e negras estudantes eram raros.

No início dos anos 2000, quando do debate do estabelecimento da política de cotas, fiz um pequeno apanhado dessa experiência em um texto chamado “ A Mosca no Leite”, pois era assim que me sentia. Um ponto “preto” em meio a uma comunidade alva. Evidentemente, o quadro de funcionários administrativos e de apoio, já era composto por um número massivo de negros e negras. O quadro docente mantinha a regra do quadro discente, dominado pela etnia branca. Isso fazia, com que a identificação dos alunos afrodescendentes era muito mais com o quadro funcional, do que com a comunidade estudantil. Também, era perceptível a satisfação dos funcionários e funcionárias negras ao se depararem com os poucos estudantes negros.

Em 1997, voltei a UFRGS como “Professor Substituto do Departamento de Ciências Econômicas”, lecionando por dois semestres cadeiras no Curso de Administração, e o quadro de composição étnica não havia se alterado.

Logo, é extremamente satisfatório saber das mudanças ocorridas nas últimas duas décadas, onde o ingresso de afrodescendentes foi incentivado e ampliado. Certamente, hoje, a Universidade está mais perto do que é a sociedade brasileira tanto para o bem, como para o mal, uma vez que o ambiente acadêmico não está livre do mesmo clima de intolerância racial e outras, vigente fora dos seus muros.

Após a conclusão do Curso de Economia, consolidei minha carreira como funcionário público, tendo ascendido ao cargo de Economista do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, tendo sido aprovado em 1º lugar no respectivo concurso público, em 1992. Em 2001, tendo percorrido uma trajetória administrativa e política tanto nos governos municipais, como no governo estadual, fui nomeado Secretário de Administração do Município de Porto Alegre, experiência muito rica, a qual me permitiu, entre tantas ações e após intenso debate no governo e com a comunidade negra, encaminhar o projeto de Lei que venho a constituir a

política de reserva de vagas nos concursos públicos do município, através da Lei Complementar 494, de 10 de setembro 2003.

A consolidação do projeto de Lei e, posteriormente, da referida Lei, além da experiência política, foi uma grata satisfação pessoal, pois me permitiu devolver à toda sociedade e à comunidade negra, em especial, um acúmulo de ideias e ações que me formaram como pessoa, funcionário público, gestor e político, fruto da militância e dos debates do movimento negro. Nada mais justo, que um negro ocupando um cargo de destaque no município, pudesse ser o gestor que implementasse essa política.

Para mim, foi mais um passo de uma trajetória e quiçá possa servir de exemplo para o futuro. Exemplo esse, que sei se reflete nas trajetórias de meus filhos Kizzy Terra Fernanda dos Reis e Mahal Terra Ferreira dos Reis, que se funde também com a experiência e trajetória profissional e militante da genitora deles, Márcia Terra.

Formada hoje, em Ciências da Computação, pelo Instituto Militar de Engenharia, e Mestre em Modelagem Matemática, pela Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), tendo tido uma experiência de um semestre na Academia de West Point (EUA), a Kizzy Fernanda, não esqueceu de suas origens étnicas e reafirma sua identidade racial em cada passo.

Meu filho, Mahal, também reafirma sua identidade racial a cada passo na carreira estudantil, estando por concluir o Curso de Ciências Econômicas da PUCRS e na incipiente carreira profissional, ainda como estagiário, mas já desenvolvendo programas computacionais aplicando os ensinamentos de economia e controle de custos na empresa onde atua.

Olhando de hoje, 2017, para 1981, quando ingressei na UFRGS, não há como não admitir a expressiva contribuição dessa experiência na minha formação pessoal e profissional e ter a certeza de que de alguma forma eu pude retransmitir os ensinamentos acumulados e recebidos.

*** CURRICULUM VITAE**

1. Dados Pessoais -

1.1. Nome - José Carlos Ferreira dos Reis

1.2. Data Nascimento - 04/01/62

1.3. Estado Civil - Divorciado

1.4. Formação - Especialista em Ciência Política/PUCRS

1.5. Documento de Identidade - 3015447273/SSPRS

1.6. Profissão - Servidor Público Municipal - Cargo – Economista

Ocupação atual – Assessor Legislativo da ALERGS

Endereço Profissional – Praça Marechal Deodoro, 101 / sala 1202

Telefone Comercial – 32101330

Endereço Residencial – Av. Eudoro Berlink, 496

Telefone – 99839229

Filiação - Antônio Carlos Alves dos Reis e Maria Helena Ferreira dos Reis

2. Formação Educacional -

2.1. jan/1991 - Colou grau como Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

2.2. mar/1996- Concluiu o Curso de Especialização em Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

3. Experiência Profissional -

3.1. jul/1992 - Ingressou no Departamento Municipal de Limpeza Urbana(DMLU) no cargo de Economista, após aprovação em Concurso Público no qual foi classificado em 1º lugar;

3.2. jan/1993 - tomou posse no Cargo de Diretor-Geral Substituto, acumulando a função de Supervisor Administrativo-Financeiro do DMLU, gestão 93/96;

3.4. jan/1997 - reconduzido ao Cargo de Diretor-Geral Substituto e Supervisor Administrativo-Financeiro do DMLU;

3.5. jan/1999 - nomeado Coordenador-Adjunto do Gabinete de Relações Comunitárias do Estado do Rio Grande do Sul;

3.6. jan/2001 - nomeado Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre;

3.7. jan/2003 – nomeado Diretor-Geral do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre;

3.8. mai/2005 – cedido à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para prestar assessoria parlamentar no Gabinete do Deputado Estadual Estilac Xavier.

3.9. mai/2007 – cedido à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, para prestar assessoria parlamentar a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

3.10. jan/2011 – cedido ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Assessor Técnico, nas áreas de economia, previdência e política, da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SECDES).

3.11. jan/15 - cedido à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, para prestar assessoria parlamentar à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

4. Experiência Docente -

4.1. abr/1997 - contratado, através de contrato temporário de 12 meses, para exercer o cargo de Professor Substituto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo ministrado as disciplinas de Economia Internacional II, Política e Programação Econômica e Moeda e Bancos.

5. Experiência Voluntária –

5.1. mar/05 – professor voluntário, de matemática, e Coordenador do Pré-Vestibular da Associação Satélite Prontidão, dirigido a Afro-descendentes e Carentes.

José Carlos Ferreira dos Reis

julho/2017

ANEXO D – O Impacto da Revista *Tição* na Comunidade Negra Repercuta Até Hoje

Jeanice Dias Ramos*

Éramos jovens, negros, bonitos e rebeldes. Anos 1970. Uma nova juventude estava surgindo. Das camadas mais baixas da sociedade rebentos conseguiram quebrar regras e fazer parte do mundo acadêmico. Uma nova visão, um novo jeito de ver os fatos. Sem subserviência, com arrojo. Um grupo formado por Vera Daisy Barcellos, Edilson Nabarro, Emílio Chagas, Jones Lopes, Oliveira Silveira e Jorge Freitas, alguns jornalistas querem um veículo que fale a linguagem do negro no Rio Grande do Sul, sem amarras, libertador. São muitas as pautas, mas tudo amplamente discutido pelo grupo. Muitos profissionais se agregam ao grupo inicial. As reuniões envolvem mais de 50 pessoas, todas ávidas em participar de alguma forma. São operários, empregadas domésticas, office-boys, agentes administrativos, secretárias, estudantes prontos para dar a sua contribuição.

Figura 22 – Revista *Tição*



Fonte: Arquivo pessoal.

Receberíamos propagandas de produtos politicamente incorretos? Era mais um motivo de debate. A opinião de cada um era importante, falava-se até a exaustão. Reuniões que começavam às 18h30min entravam noite adentro, tendo por local o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e o Instituto de Química, na UFRGS.

Éramos tratados como heróis nos clubes negros Satélite Prontidão, Floresta Aurora e Clube Náutico Marcílio Dias.

Fazer a revista já era uma *odisseia*, distribuí-la mais ainda. Cada um pegava um número xis de exemplares e colocava nas bancas mais centrais.

Eram peregrinações por bares noturnos frequentados por negros para tentar dissuadi-los a adquirir um número, afinal o custo era de uma cerveja. Não fazia muita diferença no cômputo final.

O impacto da revista *Tição* na comunidade negra repercute até hoje. Muito já foi feito de TCC, tese a respeito. Mexeu com a autoestima, com o bem querer da negritude local. Pela primeira vez o negro é visto como um cidadão que tem opinião, seus ídolos e referências.

Currículo:

Jornalista, Bibliotecária e Museóloga. Especialista em Estilo Jornalístico (PUC), Projetos Sociais e Culturais (UFRGS) e Gestão em Políticas Públicas com Ênfase em Igualdade Racial e Gênero (PUC).

ANEXO E – Sou Camila de Moraes, Jornalista, Cineasta, Produtora Cultural, uma Mulher Negra Brasileira

Camila Lopes de Moraes*

Estamos vivas! Com 30 anos de existência e contrariando as estatísticas desse país racista, conhecido como Brasil. Não apenas a minha pessoa resiste nesse território, mas os meus também cuja a sua sobrevivência foi possível devido aos seus pais militantes do movimento negro ao lado de grandes mulheres e homens negros fizeram e fazem a história da nossa sociedade. Além de ser oriunda dessa família também sou filha do sistema de cotas no ensino superior. Vinda de uma rede pública de ensino na educação infantil, fundamental, e ensino médio. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Metodista do Sul - IPA, em Porto Alegre - RS, com bolsa de 100% para estudantes negras/negros, e atualmente graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Artes da Universidade Federal da Bahia, com cotas para estudantes negras/negros. Analisando essa história e de tantas outras pessoas negras é possível perceber a importância da implementação de políticas de ações afirmativas e as mudanças positivas que geram na população, pois a educação é matéria de todo o tempo. O conhecimento é o nosso maior poder. A partir dessa trajetória de estudos foi possível realizar tantos sonhos como a criação de um veículo de comunicação destinado para comunidade negra, a revista eletrônica Acho Digno. A troca de experiências, a inspiração no trabalho do outro, o espelho, a admiração por uma população negra que tanto luta por direitos e vida digna nos permitiu realizar uma residência artística de dois meses em New York (EUA) para conhecer mais sobre as nossas identidades transatlânticas. A luta está no nosso DNA, o caminho escolhido por mim foi por meio da comunicação e da arte, seja com a revista Acho Digno ou no cinema com o longa-metragem O Caso do Homem Errado, denunciamos o estado genocida que mata a nossa juventude negra, mas também mostramos as nossas conquistas, vitórias, assumimos o papel de protagonistas da nossa história. Nossos passos vêm de longe e sigo no caminho já trilhado por Dona Iolanda Soares de Moraes, Seu Zé Soares de Moraes, Volmes Lopes, Luiz Orlando da Silva, Paulo Ricardo de Moraes, Vera Lopes, Horácio Lopes de Moraes, Quênia Lopes de Moraes. Há família de sangue e a família do movimento negro que tanto nos ensina, meu máximo respeito. Que os nossos sobrinhos, em nome de Aluiatan Roza de Moraes e Tainá de Moraes e a nova geração possam usufruir de um país mais justo e igualitário. Que nunca percamos as nossas referências. Como sempre lembra a socióloga baiana Vilma Reis parafrazeando Lélia Gonzalez, “em uma sociedade racista, uma pessoa negra tem que ter

nome e sobrenome, senão o racismo coloca o nome que quiser”, então me apresento, sou Camila de Moraes, jornalista, cineasta, produtora cultural, uma mulher negra brasileira.

* Jornalista graduada pelo Centro Universitário Metodista do Sul – IPA, no Rio Grande do Sul. Graduanda no curso B.I. de Artes da Universidade Federal da Bahia. Atualmente trabalha na InterAGIR Cultural – Assessoria de Comunicação, também atua como produtora cultural e é editora chefe da revista eletrônica Acho Digno, revista sobre temática negra. Na área do audiovisual dirigiu o longa-metragem “O Caso do Homem Errado”, que aborda a questão do genocídio da juventude negra no Brasil. Dirigiu o curta-metragem “A Escrita do Seu Corpo”, que trata sobre a questão de identidade racial e de gênero por meio da poesia. Produziu e co-roterizou o documentário “Mãe de Gay” vencedor de dois Galgos de Ouro no Festival de Gramado. Fez produção do curta-metragem de ficção “Marcelina - com os olhos que a terra há de comer”, de Alison Almeida, e assistência de produção do documentário “Poesia Azeviche”, de Ailton Pinheiro. No ano de 2016 participou de intercâmbio cultural em Nova Iorque, por meio do projeto Identidades Transatlânticas, realizado através do Edital Mobilidade Artística 2016, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) com objetivo de, “destrinchar os acontecimentos do ocidente negro para além das fronteiras territoriais e conseguir dialogar como bons aliados nesse mundo de cultura digital”. Camila de Moraes é gaúcha, mas reside em Salvador há sete anos.

ANEXO F – Atitude Precursora e Polêmica

Horácio Lopes de Moraes*

“Quando entrei no palco da cerimônia e sentei, na fileira da frente, lembrei do Hino. Não havia pensado em alguma ação, apenas sabia que precisava reagir àquilo. Não levantei!” Essa foi a explicação que dei ao programa Nação da TVE, num especial sobre o hino sul-rio-grandense, ocasião em que fui questionado pela atitude precursora e polêmica, ocorrida na formatura do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em março de 2016. Filho de pais ativistas, a mãe, Vera Lopes, atriz e funcionária pública; o pai, Paulo Ricardo Soares de Moraes, o Baiano, poeta, escritor e jornalista, foi dentro de casa e desde muito cedo que aprendi, junto com as minhas irmãs, Quênia e Camila Lopes de Moraes, os primeiros mecanismos de defesa ao racismo. A defesa de nossa autoestima, valorizando nossos referenciais negros e nos definindo enquanto seres humanos dignos de respeito como quaisquer outros foram as estratégias para reconhecermos nossa identidade em meio a uma infância muito hostil para qualquer criança negra, no Brasil. O racismo permeia não só as relações, como também todas as referências de entretenimento, o que impacta diretamente na nossa formação. Eu nunca soube o que era um príncipe negro e muito menos identifiquei minhas irmãs nas bonecas que elas chamavam de princesas. Na televisão ou no material escolar a invisibilidade e a diminuição da cultura negra eram, e ainda são, acintosas. Assim como o número de jovens negros mortos diariamente. É acintoso, absurdo e irreal para uma sociedade que se diz igual. Passar a ter consciência dessas realidades é um processo doloroso, pois todos a sua volta afirmam que, apesar das dificuldades, as coisas hoje vão bem melhor do que antes e que, embora o passado de escravização, hoje todos somos iguais. Quem reclama é coitadinho e perde tempo ao invés de fazer algo para sua própria mudança. Foi contra essa onda perversa de senso comum que o seio familiar se tornou o porto seguro nos momentos de amargura e frustração nas diversas ocasiões de racismo. E felizmente foi no seio familiar que pude ter as primeiras noções que moldaram meu caráter e me levaram a tomar a decisão de ficar sentado durante a exibição do famigerado hino sul-rio-grandense.

Curriculum Vitae: Bancário. Arquiteto formado pela UFRGS. Pós-graduando em Engenharia de Segurança do Trabalho.

ANEXO G – Militante Vó Doutora – Nós Podemos!

Vera Lucia Lopes*

*Se você quiser ir rápido, vá sozinho
Mas se quiser ir longe, vá acompanhado*
(Provérbio Africano).

Foi com o provérbio africano, epígrafe desse texto, que a Doutoranda em Educação Maria Conceição Lopes Fontoura, provocou-instigou-solicitou a presente visita ao nosso comum passado de militância.

Quando estamos vivendo, no tempo hoje, o futuro de um passado que parece tão recente, somente uma pausa, longa, para pensar e tentar dimensionar o que foram esses últimos 36/37 anos de intensa, por vezes tensa, convivência pelos caminhos, nem sempre favoráveis, percorridos por pessoas negras preocupadas com a sua sobrevivência, seu direito ao bem viver, a dignidade e a garantia do direito a VIDA, sua, dos seus/suas iguais, em uma sociedade racista e excludente como a nossa.

Conheci Maria Conceição na década de 1980. Antes conhecera Maria da Graça Lopes Fontoura, sua irmã, minha amiga. O final da década de 1970, mais precisamente o ano de 1978, foi decisivo na minha transição. Até então eu e minhas amigas, jovens, muito jovens, negras, tínhamos como diversão maior ir aos bailes no “Metal”–Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Também gostávamos de ir aos ensaios das escolas de samba, Bambas, Imperadores, Acadêmicos da Orgia, embora as quadras não fossem perto uma das outras, transitávamos por todas, a pé.

Minha estreia no teatro foi em 1978, com a peça *O Pulo do Gato* direção de Décio Antunes, e, também, no mesmo ano, através do Décio Antunes ouvi falar pela primeira vez na Revista Tição. Na Tição, a jornalista Vera Daisy Barcellos foi quem primeiro me recebeu, acolheu, e, literalmente adotou. Vera Daisy facilitou a difícil jornada da jovem que gostava de bailes, principalmente daqueles que o “Café Som e Leite” animava, das escolas de samba, em especial da “Bambas da Orgia”, de teatro... e, que nada sabia de teatro negro, jornalistas negras/negros, jazz, literatura negra, sistema de governo, direita, esquerda, resistência...

O aprendizado não foi fácil, mas foi maravilhoso, dolorosamente maravilhoso, a partir daí um mundo negro me foi apresentado, e tanto havia - e há - para descobrir, aprender, apreender... e, eis que chega a década de 1980 e com ela mais e mais mudanças, transformações gigantescas, nos tornamos mães, nesta década nasceram nossas filhas e filhos.

Nesta mesma década, na contramão da vida, experimentamos a dor de perder um dos nossos, assassinado pelo braço armado do Estado, no entanto, essa dor nos fez fortes, nos fez ficar juntos/juntas até levar ao banco dos réus alguns dos que friamente assassinaram o jovem negro Julio César de Melo Pinto, desmontando, assim, a farsa de que todo o jovem negro que tomba pela mão da polícia é bandido, como se o fato de ser “bandido” desse a estes o direito de matar...

Contudo, o dinamismo e protagonismo das mulheres negras, propiciaram nesta mesma década, a criação da Organização de Mulheres Negras Maria Mulher, do grupo de Teatro Iyá Dudu, da mostra de filmes com a temática negra na SBPC, trazidos por Luiz Orlando da Silva, aquele que nos oportunizou encurtar a distância entre o sul e o nordeste do Brasil, aproximando realidades distintas, porém, unidas pelas histórias de negras vidas.

Em todos esses feitos, da década de 1980 e nos muitos e muitos outros, das décadas que se seguiram, Maria Conceição Lopes Fontoura, estivemos presente. Em muitos atuamos como protagonista, ou como co-protagonista, ou como assistentes, ou fosse como fosse, sempre atuantes. As funções que “bem” exercemos ajudaram a forjar nossa militância, e não permitiram que vivenciássemos tais “cenários” apenas como espectadoras.

Sim Maria Conceição, por tudo aqui lembrado, por tantos e tantos outros fatos/feitos não falados, mas revisitados, demos horas e horas de sono não dormido, de estudo, de brigas... compartilhamos alegrias, sentimento de estar no caminho certo... vivenciamos frustrações, realizações...

E, chegamos a avós... para mim, essa é a nossa maior vitória, somos avós, nossas filhas e filho estão vivas, vivo. São jovens negras e negro que escaparam à escandalosa estatística de mortes da juventude negra brasileira. Em tempos de genocídio, nossas filhas e filho, seguindo os “passos que vem de longe”, resistem, existem e fazem a diferença. Criam filhas e filhos negros, mostram para quem quiser e puder ver que “O caso do homem errado” para nós, é a afirmação de que não existe pessoa errada, existe racismo, contra ele desde sempre lutamos, e, nos somamos aos que afirmam: “vidas negras importam”.

Vera Lopes é atriz com atuação em teatro, cinema, recitais poético musicais, comerciais etc., Estreou no teatro no ano de 1978 no espetáculo “Pulo do Gato” direção de Décio. Fez parte do elenco da “A farsa da Esposa Perfeita”/1983, direção Nilo Cruz; “Negra Ano Zero da Abolição”/1988, direção Coletiva; “Negra Consciência”/1990 - direção Coletiva; “Brasil Um Sonho Intenso”, direção Paulo Conte. Foi uma das fundadoras do Grupo de Teatro Caixa-Preta, no qual atuou como atriz nos espetáculos “Transegun” e “Hamlet Sincrético” ambos com direção Jessé Oliveira. No cinema gaúcho teve sua estréia no premiadíssimo curta “O Dia em que Dorival encarou a Guarda”/1986. Atuou nos longas “Neto Perde sua Alma”, direção Beto Souza e Tabajara Ruas/1998 e “Neto e o Domador de Cavalos”/2005, direção

Tabajara Ruas. Foi protagonista no curta “Antes que Chova”/2009 direção: Daniel Marvel. Ainda no cinema participou de: Tolerância/2000 - Carlos Gerbase; “Da Colônia Africana a Cidade Negra”, Paulo Ricardo de Moraes; “Brasil um Eterno Quilombo”/2006 de Julio Ferreira; “Sou”/2010 de Andréia Vigo; “Gosto”/2011 de Patsy Cecato; “O caso do homem errado”/2017 de Camila de Moraes, e, dos curtas “A escrita do seu corpo”; “Vídeo poema: Não vou mais lavar os pratos” ambos de Camila de Moraes. Pesquisou, roteirizou e atuou nos espetáculos: Batuque tuque tuque, baseado na obra poética de Oliveira Silveira; Minas de Conceição Evaristo, baseado obra poética de Conceição Evaristo; Quadros, baseado na obra de Carolina Maria de Jesus. Destaca a participação com Recitais Poéticos Musicais em todas as edições do Fórum Social Mundial no RS; nas edições da Feira do Livro de Porto Alegre de 2000 a 2011, ininterruptamente. Com o escritor CUTI assina a coautoria do texto “Tenho Medo de Monólogo”, publicado no livro “Tenho Medo de Monólogo & Uma Farsa de dois Gumes”- Peças de teatro negro-brasileiro de CUTI/2017. Vive em Salvador/BA, tem como foco atuar com expressões artísticas baseadas na cultura negra é Bacharel em Direito.

ANEXO H – O Significado Político da Marcha Zumbi dos Palmares -1995

Edilson Amaral Nabarro*

Os trezentos anos da morte do herói Zumbi dos Palmares, significou a maior celebração pública já efetuada pelo movimento negro contemporâneo. Rumo a Brasília partiram milhares de ativistas negros, vindos de todas as partes do Brasil. Apesar da marcha revisar todas as vicissitudes dos negros no passado: do escravismo às lutas de resistência, da morte de Zumbi à vida e esperança, estávamos em 1995 no limiar de um novo ciclo do protesto racial saído de um grande vácuo histórico. Da extinção da frente Negra Brasileira, do período que perpassa o Estado novo, o sopro de democracia da era JK e Jango e a ditadura militar, ressurgem o inconformismo e o protesto negro represados por mais de três décadas. Somente com o surgimento do MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978, os negros brasileiros recompõem velhas agendas interrompidas em um novo contexto político institucional.

A Marcha de 1995 estabeleceu um novo marco para o perfil das reivindicações do negro. Um novo ator entrou em cena: O Estado Brasileiro. Aquele Estado, que desde o Império e da República foi o responsável pela criação e manutenção das estruturas de desigualdade racial e exclusão da população negra, passaram a ser os responsáveis pela restauração dos danos provocados pela cruel e longa escravidão. Não caberia mais as vítimas, as responsabilidades pela “desvitimização”. O Movimento Negro não mais poderia supor responsabilidades que não são suas.

As políticas públicas de promoção da igualdade racial tiveram um marco simbólico, quando em 1995, o governo FHC, instituiu o GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. O surgimento da Fundação Palmares e posteriormente da SEPPIR – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, no âmbito do Governo, anunciaram que a Marcha Zumbi de Palmares não foi em vão.

A implementação das cotas raciais no ingresso nas Universidades Públicas (Lei 12.711/2012) e para os Concursos Públicos no âmbito da União (Lei 12.990/2014) culminam com o início do ciclo efetivo das políticas de materialidade e de impacto econômico, fatores indispensáveis para a humanização da população negra.

ANEXO I – O Programa de Ação Afirmativa na UFRGS – 10 Anos Depois

Edilson Amaral Nabarro*

A implantação do Programa de Ação Afirmativa na UFRGS, através de Decisão do Conselho Universitário (Decisão 134/2007) se constituiu na mais significativa ação institucional de inclusão social e étnico-racial na Universidade. Trata-se da efetivação dos processos reparatórios, cujo objetivo é o de igualizar oportunidades de ingresso no sistema de ensino superior público, para milhares de jovens oriundos de escolas públicas e da população negra.

O surgimento de cotas raciais nas Universidades, tendo como pioneiras as UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a UNB – Universidade de Brasília, inauguraram o debate sobre a tardia efetivação das ações afirmativas no Brasil e estimulou a implantação dessa política pública em outras Universidades.

A UFRGS sensível a esse novo ciclo de políticas de inclusão educacional e pressionado pelo movimento social negro, bem como outros setores da sociedade. Reservou no vestibular de 2008, 30% do total de suas vagas em todos os cursos para estudantes egressos de escola pública e desse percentual 15% para estudantes autodeclarados negros.

Passados 10 anos dessa política, cerca de 3700 estudantes negros ingressaram na Universidade pelo sistema de cotas, número ostensivamente maior do que seria a “UFRGS sem cotas”. Além de atender seus objetivos estratégicos de igualizar oportunidades e efetivação de diplomação, as ações afirmativas auxiliaram na valorização da cultura da diversidade, como fator indispensável à melhoria da qualidade do ambiente universitário.

Em se tratando de uma política pública inovadora, muitos são os desafios a serem superados para a sua consolidação e garantia de resultados, contudo os esforços do movimento social negro valeram à pena, e temos muito a celebrar.

ANEXO J – Gestão das Ações Afirmativas

Edilson Amaral Nabarro*

As Políticas Públicas de Inclusão e Diversidade em seus vários recortes, foram fortemente demandados por específicos setores (negros, indígenas, mulheres, pequenos produtores “sem terra”, famílias “sem teto”, etc.). A institucionalização e execução dos programas e ações, por parte dos Governos, têm exigido (ou exigiriam) a constituição de instâncias de gestão, capazes de planejar, executar e avaliar os resultados dessas políticas, bem como propor os aprimoramentos.

A UFRGS, consciente dessas responsabilidades, instituiu a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ação Afirmativa (CAF), como órgão de gestão específica dessa política. Tendo como uma de suas atribuições principais, a CAF, desde que foi criada em 2013, já realizou 3 relatórios anuais, os quais produziram dados e indicadores sobre os resultados do programa, compreendendo, perfil de ingresso, ocupação de vagas, retenção, evasão, diplomação e permanência dos estudantes cotistas. Tais dados e análises têm sido indispensáveis para a formulação de ações de acompanhamento acadêmico e de enfrentamento das vulnerabilidades identificadas, seja no âmbito dos cursos, como dos processos institucionais de execução da reserva de vagas.

Em se tratando de uma política pública, ainda em fase de construção, a Coordenadoria de Ação Afirmativa, dentre outras atividades regulares, vem realizando cursos de capacitação em gestão e acompanhamento das ações afirmativas, de modo a contribuir para a formação de uma “vanguarda” de gestores públicos (técnicos e docentes) capazes de conduzir os rumos dessa política, enquanto a mesma continuar sendo adotadas nas Instituições Federais de Ensino. Como a Lei de Cotas teve a sua vigência ampliada até 2026, existe um longo caminho a ser percorrido.

***Dados Pessoais**

Edilson Amaral Nabarro, 61 anos, casado, 3 filhos, funcionário público federal (UFRGS), natural de Cruz Alta.

Formação Acadêmica e Capacitações Recentes

Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS, 1981);

Extensão Universitária em Pesquisa Empírica (UFRGS, 1981);

Metodologia do Ensino Superior – 60h (UFRGS, 1997);

Pós-Graduação a nível de Especialização em Sociologia Rural (IEPE/UFRGS, 1984); Pós-

Graduação a nível de Especialização em Gestão Universitária (PPGA/UFRGS 1996);

Mestrando em Economia Aplicada – UFRGS (2017);

Capacitação em Administração Pública (Fund. Palmares e Fundação Ford – Brasília, 1998-150h);
 Sistema de Informações (ENAP- 1999);
 Processo Administrativo Disciplinar/Formação de Membros de Comissão (Controladoria-Geral da União, 2003-
 Relações Humanas no Trabalho (Capacitação EAD, CENED, Brasília, 180h).

Experiências Profissionais

Prefeitura de Porto Alegre (DEMHAB, 1986-1988) Sociólogo do Serviço Social do DEHMAB, Coordenador do Centro Administrativo da Zona Norte e Gerente do Programa de Desenvolvimento Comunitário.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (concursado desde 1985)

- a) Secretário do Departamento e PPG do Departamento de Fisiologia;
- b) Assessor Administrativo do Instituto de Biociências;
- c) Técnico da área de Desenvolvimento de Recursos Humanos da PRORH;
- d) Responsável Técnico pela Pesquisa “ Perfil dos Servidores Técnicos-Administrativos da UFRGS”;
- e) Diretor da Divisão de Qualificação e Aperfeiçoamento da PRORH/UFRGS;
- f) Secretário de Assistência Estudantil da UFRGS (2008-2012);
- g) Coordenador Regional do FONAPRACE (Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis);
- h) Presidente da Comissão de Acompanhamento e Permanência do Estudantes Indígenas. (2008-2012);
- i) Vice-Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ação Afirmativa da Universidade (2012...);
- j) Membro do Conselho Universitário da Ufrgs em 5 mandatos;
- k) Vice-Presidente da Comissão Especial do Consun/Cepe que elaborou o Programa de Ação Afirmativa em 2007 e 2012;

Produção Intelectual

- a) Projeto de Dissertação de Mestrado “ O Artesanato no Rio Grande do Sul”-IEPE, UFRGS, 1983;
- b) Pesquisa “O Setor de Trabalho Informal em Porto Alegre” – Comissão de Economia e Estatística da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1984;
- c) Pesquisa “ Perfil dos Servidores Técnico-Administrativos da UFRGS” – 1999;
- d) Livro “ Concurso Histórias do Trabalho “ Prefeitura de Porto Alegre, Ensaio Premiado “ A Cor do Trabalho e da Exclusão” – 1997;
- e) Livro “Teoria e Fazeres – Caminhos da Educação Popular” – SME, Gravataí, 1999, Participação em Artigo;
- f) Livro “ Na Própria Pele” CORAG, Artigo “ O Movimento Negro no Rio Grande do Sul”, 2000;
- g) Pesquisa e Publicação “A História do Sindicato dos Gráficos de Porto Alegre”, Coautor, 2002;
- h) Ministrante do módulo “ Educação Anti-racista” junto ao Programa de Formação Continuada em Raça e Etnia da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Porto Alegre, 2002-2004;
- i) Livro “ Imagens em Preto e Branco”, Participação em Artigo, Fumproarte, 2005.

Participação em Órgãos de Representação e no Movimento Social

- I) Fundador da Revista Tição (1978);

- II)** Fundador do Movimento Negro Unificado/RS (1979), Membro do Grupo de Trabalho de Política Sociais e Anti-racistas da Fasubra (1994-1997);
- III)** Membro da Comissão Estadual do Projeto Negro no Currículo Escolar, SE-RS (1994-1997);
- IV)** Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros do IFCH-UFRGS (1994-1995);
- V)** Membro do Conselho Editorial do Jornal Cecune (1995-1996);
- VI)** Coordenador do Projeto Universidade Livre do Cecune-Unisinos (1997-2003);
- VII)** Membro do Conselho Universitário da UFRGS (1993-1998 e 2002012...);
- VIII)** Membro do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do RS – CODENE (1997-2000);
- IX)** Membro da Comissão de Avaliação e Seleção do Fumproarte (Fundo Municipal de Apoio a Produção Artística e Cultural), SMC (1994-1999);
- X)** Membro do Conselho Político de Governo – Pref. Municipal de Porto Alegre (2000-2002);
- XI)** Membro Nato do Conselho Deliberativo da SR Imperatriz Dona Leopoldina (1985...)

Participação em Simpósios, Seminários e Conferências

- VIII Congresso Nacional dos Pesquisadores Negros – Belém (Pará) – observador;
- Fundação do Fórum de Ação Afirmativa das Universidades Federais da Região Sul - UFSC– organizador;
- Seminário Internacional “ Ciência e Conhecimento a Serviço da Igualdade Racial: Produções e Contribuições Brasil e Estados Unidos – Fac. Zumbi dos Palmares – SP-observador;
- Seminário: Perspectivas da Segurança Cidadã – “Racismo Institucional e o Genocídio da Juventude Negra” ILEA/UFRGS – palestrante;
- Seminário: Cultura na Paz nos Estádios e Erradicação do Racismo e Intolerância-Movimento Grêmio Vencedor/Grêmio Football Porto-alegrense – P. Alegre – coordenador e palestrante.

ANEXO K – Nossos Desafios São Grandes

Laura Sito*

O MURO

eu bato contra o muro
duro
esfolo minhas mãos no muro
tento longe o salto e pulo
dou nas paredes do muro
duro
não desisto de forçá-lo
hei de encontrar um furo
por onde ultrapassá-lo (*Oliveira Silveira*).

Hoje, no meu último semestre do curso de jornalismo, me sinto mais a vontade para refletir sobre o processo da política de cotas na universidade. Pois após 8 anos na graduação é possível falar da vivência do programa de ações afirmativas e de suas transformações.

Entrei na UFRGS em 2010/1 no curso de história, o qual cursei até 2012. Mesmo em um curso de licenciatura, de baixa densidade, a presença de negros era limitada. Assim como no conjunto das graduações. Após adequações na metodologia de seleção, mudando do ponto de corte da prova de redação, a realidade se alterou visivelmente. E a maioria dos cursos passou a preencher a totalidade da reserva étnico-racial. Foi nesta leva que mudei de curso ao fazer um novo vestibular.

O engajamento dos estudantes negros sempre foi muito forte em nossa universidade. Lembro das primeiras mobilizações pela implementação da política de cotas que participei, ainda estava no ensino médio, eram protagonizadas pelos estudantes negros da UFRGS. Com a efetivação da política este processo se diferenciou, já que hoje somos muitos, permitindo a existência de diversos coletivos de auto-organização. O próprio processo de avaliação do programa em 2011/2012 foi protagonizado pelos estudantes cotistas.

Talvez hoje vivamos um momento extremamente contraditório. Enquanto debatemos a ampliação da política de ações afirmativas para a pós-graduação, temos um desmonte na assistência estudantil que ameaça a permanência dos estudantes cotistas. Nossos desafios são grandes, pois a maior parte dos currículos ainda não abordam temas que contemplem a diversidade. Além das próprias estruturas que ainda refletem um conceito elitista de educação superior, tornando um ambiente ríspido aos estudantes de origem popular”.

*Laura Sito é estudante de Jornalismo da UFRGS e Membro da Executiva Estadual e do Diretório Nacional do PT.

ANEXO L – Cultura, Afrobrasileiros, África, Negros, Indígenas, Ameríndios, Quilombolas, Raça e Racismo

Fernanda Nogueira*

Minha apresentação

Meu nome é Fernanda Nogueira, sou pedagoga, atuo na UFRGS desde o ano de 2009 como Técnica em Assuntos Educacionais, cargo que exige formação em cursos de licenciatura. Atualmente desenvolvo atividades na Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas - CAF, mas já trabalhei em Comissão de Graduação - COMGRAD, no contato direto com estudantes e professores, desenvolvendo projetos pedagógicos; na Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD envolvida na gestão dos cursos de graduação, e hoje, além do contato com estudantes indígenas e negros de diversos cursos, atuo na gestão da política e muitas questões que a ela se relacionam.

Logo que iniciei as atividades, engajei-me em espaços que discutiam os meandros da política de ações afirmativas, iniciada um ano antes na universidade. Realizei entre 2013-2015 Mestrado em Educação pesquisando a cotas raciais para estudantes negros no contexto do curso de Medicina da UFRGS e hoje percorro estudos de doutorado traçando questionamentos sobre a produção de conhecimento nos currículos da UFRGS, problematizando a colonialidade e eurocentrismo que estruturaram as universidades brasileiras. Tanto a legislação quanto a incipiente presença das comunidades originárias no contexto acadêmico, tensionam por uma revolução epistemológica desta herança histórica, à luz de saberes afrobrasileiros, africanos, latinos, afrolatinos, ameríndios, quilombolas, e muitos outros que estiveram marginalizados em relação aos conteúdos ditos científicos.

Sobre o Estudo

Nesse sentido, iniciei em 2016 um mapeamento nos currículos de graduação da UFRGS buscando verificar a presença de disciplinas relacionadas às orientações das Leis 10.639/03, 11.645/08, Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004, todas orientadoras da proposta de Educação das Relações Étnico-Raciais-ERER nos currículos da educação básica (ensino fundamental e médio) e educação superior no país. Este estudo envolveu os currículos dos 75 cursos, com a leitura de aproximadamente 10.500 disciplinas, seus títulos, súmulas e, após a seleção inicial, os planos de ensino. As palavras-chaves que o

guiou foram: cultura, afrobrasileiros, África, negros, indígenas, ameríndios, quilombolas, raça e racismo. Da totalidade visitada, foram encontradas 25 disciplinas.

Avalio que após quatorze anos da promulgação da primeira legislação nacional e dez anos de políticas afirmativa na UFRGS, é bastante incipiente o número de disciplinas de graduação que possuam relação com os conteúdos de EREER (25 em aproximadamente 10.500), bem como sua abrangência (poucos cursos e currículos), sua natureza (eletivas) e seu oferecimento (sazonal – anuais ou bianuais). As existentes são importantes referências e propõem temas articulados com áreas de conhecimento a que estão vinculadas, enriquecendo as perspectivas de discussão das temáticas centrais deste estudo. No entanto, somente uma delas traz as proposições de ‘Educação das Relações Étnico-Raciais’, ou seja, não só discutir o cânone dos conhecimentos/teóricos e campos epistêmicos, mas relacioná-los com configurações sócio-históricas que se estabeleceram no Brasil a partir do estudo de conteúdos de história e cultura afrobrasileiras, africanas e indígenas, educando ou re-educando, assim, as relações étnico-raciais. Tais conteúdos devem ser o ensejo na busca da valorização e a construção de uma perspectiva positiva da presença negra e indígena nas relações sociais. Ademais, uma pesquisa junto aos professores ministrantes e estudantes das 25 disciplinas mapeadas poderia explicitar, ou confirmar o silêncio, de outras intencionalidades formativas ao encontro de descolonizações de saberes e relações na produção do conhecimento, não registradas nos documentos analisados.

Tal percurso ainda está por ser percorrido na UFRGS em termos de planejamento e proposição de uma política curricular efetiva de EREER. Uma disciplina de EREER vem sendo gestada no curso de Pedagogia em reforma curricular. No âmbito da gestão na CAF, estamos iniciando a composição de um projeto buscando esta materialidade nos currículos de todos os cursos, e em especial nos de formação de professores, projeto que enfrenta muitas barreiras.

Currículo

* Doutoranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2017), Mestre em Educação pela PUCRS (2015), Linha de Pesquisa: Formação, Políticas e Práticas em Educação. Especialista em Orientação Educacional e Gestão (2009). Graduada em Pedagogia (2008). Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2009). Atua na Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Afirmativas - CAF da UFRGS, desenvolvendo atividades de formação, planejamento e avaliação. Extensionista na UFRGS. (Texto informado pelo autor).

ANEXO M – Não Fosse a Desconfiança Natural dos Técnicos-Administrativos em Educação

Silvio Roberto Ramos Correa*

A colega, companheira de lutas, mulher, negra, mãe, avó e doutoranda Maria Conceição me pediu que escrevesse alguma coisa sobre a desastrosa tentativa de modificar o Programa de Ações Afirmativas, encaminhada pela PROGRAD em outubro de 2016, que iria excluir alunos cotistas. Para nós, a Conceição, eu e outros tantos colegas, que estávamos na luta quando a UFRGS implantou as cotas, antes mesmo da lei federal, isso era inaceitável. Poderia ser mais uma daquelas reuniões do CONSUN, com várias manifestações no expediente, algumas eleições de membros de comissões e leitura, com pequenas intervenções, de incontáveis pareceres de processos de convênios e de outros temas relevantes para a UFRGS. Mas acabou não sendo, nessa reunião seria analisado o parecer referente à proposta de alteração do Programa de Ações Afirmativas encaminhada pela PROGRAD, que, não fosse a desconfiança natural dos técnicos- administrativos em educação com tudo que seja proposto para alterar direitos conquistados, teria sido aprovada como estava sendo proposta e causaria a exclusão imediata de pelo menos 104 cotistas e de tantos outros nos ingressos futuros. Foram feitos dois pedidos de vista, ambos por técnicos-administrativos em educação, que geraram dois pareceres de vista, que foram negociados com a administração central e geraram um novo parecer que evitou a desastrosa alteração proposta pela PROGRAD no Programa de Ações Afirmativas e as irremediáveis consequências que ocorreriam caso fosse aprovada.

*Currículo: Sou chato, brigão, rabugento e não desisto nunca da luta.

ANEXO N – Aprendi que não Podemos Fraquejar e Desistir

Gilciane Beatriz Aguiar das Neves*

Nasci em Porto Alegre no ano de 1977. Sou mulher, negra, pobre, trabalhadora e moradora da Grande Cruzeiro. Minha mãe, também mulher negra e pobre da periferia, sempre trabalhou muito para sustentar 4 filhos. Ela só fazia duas exigências para nós: que estudássemos e que nunca, independente da situação, roubássemos. E assim fomos levando uma vida pacata sem muitas oportunidades.

Tentamos, cada filho a seu modo, cumprir e realizar o desejo de minha mãe, mas a vida não era mole não! A escola nunca foi um lugar acolhedor e respeitoso para nós negros. Ela sempre foi um espaço excludente, que despertava em mim, em especial, a vontade de não estar lá.

Aos doze anos eu queria tanta coisa, queria uma profissão: repórter, doutora, advogada. Queria ser um pouquinho mais do que minha mãe. Eu sempre dizia isso na escola, quando faziam a pergunta tradicional: - O que você quer ser quando crescer? Como se todos pudessem ter a mesma chance. Fui percorrendo meu sonho, lutando para conquistar meus desejos.

Na escola sempre fui uma boa aluna, mas durante as aulas não suportava tanta indiferença das professoras, o tratamento diferenciado para a *menina bonita dos olhos azuis ou verdes*. Cada dia de aula era um tormento, era muita violência. Acabei concluindo o fundamental e dando graças a Deus por não precisar mais ir até aquele lugar, pois tinha alcançado meu objetivo. Já era um pouquinho mais que minha mãe, pois ela não concluiu o fundamental e eu sim. Triste inocência a minha! Com 17 anos o emprego que me esperava era o mesmo de minha mãe: faxineira, arrumadeira, doméstica. Muito digno, mas longe da profissão que sonhei para mim. Mas entendia que não podia desistir, afinal tudo o que eu tenho foi por que mereci, foi aquilo para o qual eu me esforcei para ter. Então compreendia que a vida era justa!

Aos 19 anos me apaixonei. O amor é um negócio muito lindo para nós mulheres de periferia, especialmente para nós negras, ele serve especificamente para encher nossa barriga. De filho!

Nessa cultura do patriarcado, o papel do homem no amor é amar varias e não se comprometer com nada. Confesso tentei mais duas vezes esse tal de amor, mas não rolou. O que rolou foi mais dois filhos lindos por sinal. Deste momento em diante se a vida já não era fácil fiou muito pior. Era trabalhar e trabalhar para sustentar três filhos.

Foi neste período que conheci Maria Mulher Organização de Mulheres Negras, as mulheres trabalhadoras em Maria Mulher tiveram um papel fundamental na trajetória dos meus próximos 20 anos. Ao conhecer Maria Mulher pude compreender e aprender como se davam as relações de poder, as relações de classe e o sistema de violência racial e de gênero.

Esse momento foi de fato um divisor de águas na minha vida. Percebi que todo o sofrimento que vivenciei é resultado do sistema capitalista que tem seu foco no lucro através da escravização do povo negro bem como dos trabalhadores e trabalhadoras. Tomado posse de todo esse conhecimento, percebi que tinha que lutar e resistir de alguma forma para contrapor esse *sistema* e toda a violência que ele gera para as pessoas.

Então me engajei a diversos movimentos populares e organizações: Maria Mulher, movimento de mulheres negras, Levante Popular da Juventude, movimento de trabalhadores por direitos, Themis, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Nacional de Luta por Moradia e movimento de economia solidária. Participei de todos esses movimentos por entender que a minha vida não é uma caixinha com divisões, onde a cada momento eu sou uma. Eu sou um ser humano inteiro que precisa de saúde, de educação de qualidade, de moradia, de trabalho, de teto, de dignidade enfim.

Em cada movimento que participei ou participo aprendi que não podemos fraquejar e desistir. Cada pessoa que conheci nestes lugares contribuiu para que eu continuasse me caminhada. Voltei a acreditar que eu poderia ser o que eu quisesse e agora repasso esses conhecimentos e essa garra aos meus filhos. Hoje, sou formada em Curso Técnico de Administração pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. Sou Educadora Popular, Jornalista Alternativa, Assessora Técnica e Sócia Fundadora do Empreendimento Econômico Solidário ECOPAPEL.

E caminho a cada dia com a certeza a través da luta cotidiana eu posso ser o que eu quiser!

Ah! Cumpri as duas exigências da minha mãe.

***CURRICULUM VITAE:**

Nome: Gilciane Beatriz Aguiar das Neves

Data de Nascimento: 09/05/1977

Brasileira. Solteira

Dona Cristina, nº 50 – Bairro Cristal – Porto Alegre – CEP: 90830-560

Email: gilcianeneves@yahoo.com.br

Educadora Social

ESCOLARIDADE

Cursando Gestão de Cooperativas – Escola do Cooperativismo da OCERGS

Técnico de Administração no Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Junho de 2016

Segundo Grau Completo: Instituto Federal do Rio Grande do Sul centro de Porto Alegre

Ano de conclusão: 2012

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Assessoria Técnica e Educadora Popular no Projeto ECOSOL POP RUA

Atual – Com 30 horas Semanais.

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Assessoria Técnica no Projeto Fundos solidários 2015/2016

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Assessoria Técnica no Projeto CEFES 2013/2015/2016

Coordenadora do Empreendimento de Economia Solidaria Ecopapel

2009- 2015

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Educador Social

2012– 2014

Associação Estadual Carlos Dorneles

Secretaria Executiva

2010- 2012

Associação Cultural beneficente ILÊ MULHER

2007

Educadora Popular

MARIA MULHER – Organização de Mulheres Negras

Coordenadora Adjunta

2005 - 2006

Educadora Popular do tele centro

2002 –2006

Educadora Popular do Programa Brasil Alfabetizado

2005 – 2006

Educadora Popular do Movimento de Alfabetização de Porto Alegre – MOVA/SMED

2003 –2005

CAPACITAÇÕES, EVENTOS E CURSOS

Jornalismo Alternativo - Nonada Mídia Livre - 2017

Curso de atendimento ao cliente – TotalBiz 2015

Encontro Regional dos Fundos Solidários - CAMP

2014

Plano Regional De Formação – PRF - 2014

1° Projeto Popular e alternativas Frente a Crise Capitalista – Porto Alegre

2° Historias e Lutas Sociais no Brasil e na Região Sul – São José SC

3°Experiencias de Poder Popular na América Latina – PR

Encontro Nacional de diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidaria e Feminismo.

2011

Seminário de Formação Economia Popular e Solidaria e vida.

2010.

III Conferencia Municipal de Políticas para as Mulheres

2007

Curso Ministrado para as transparências – Parceiros Voluntários de junho 2010 – a Fevereiro de 2011.

Curso aprendendo o SICONV – ABONG Setembro de 2011.

Encontro Estadual de Coordenadores de Programas, projetos e serviços de Redução de danos da Secretaria de Saúde do RS. 2006.

13º ENONG – Encontro Nacional de ONGs/AIDS

03 a 07 de Setembro de 2005 – Curitiba/PR

11º ERONG – Encontro Estadual de ONGs/AIDS da Região Sul

05 a 07 de Agosto de 2005 – Lages/SC

Curso de Informática da Fundação Pensamento Digital

Construção de páginas na Internet - HTML

Setembro/2004 a Janeiro/2005

III Seminário Estadual Caminhando para a Igualdade Racial

12 Agosto/2005 – Porto Alegre - RS

VI Conferência Municipal de Assistência Social

04 a 06 de Outubro de 2004

Curso de Promotoras Legais Populares. Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

Maior/2003 a Janeiro/2004

Curso o Papel da Linguagem nos atendimentos a mulheres em situação de vulnerabilidade –

American Association of University Women Educational Foundation/UNISINOS/Themis

08 horas – 13 de Março de 2004

III Seminário da Cultura Negra na Educação – Escola Municipal Infantil Osmar Freitas

08 horas – 29 de Novembro de 2003

Curso de Reciclagem de Papel – MARIA MULHER – Organização de Mulheres Negras

60 horas – Junho a Dezembro de 2002.

120 horas – Conselho Escolar da Escola Infantil Osmar dos Santos Freitas

2000 – 2002

Curso de Windows 95 SENAC RS

20 horas – 2001

Curso de Produção de Alimento 6670 – SENAC

80 horas – 11 a 29 de Dezembro de 2000

ANEXO O – Se Pudessem Voltar no Tempo, Faria Novamente Tudo Igual

Vilmar Fontoura da Silva Junior*

Desde criança eu já pensava em um dia seguir a carreira militar, principalmente por admirar o garbo e a marcialidade presentes nos desfiles de 7 de Setembro em Porto Alegre. O alinhamento das tropas e a sincronia presente em seus movimentos sempre chamaram a minha atenção.

Terminei o Ensino Fundamental no ano de 2007, na Escola Estadual Brigadeiro Silva Paes, na Zona Sul de Porto Alegre (RS). No ano seguinte, mudei-me para a casa do meu pai em Águas Lindas de Goiás, cidade a 40 minutos de Brasília, com o intuito de me preparar para os concursos militares. No ano de 2009 comecei a estudar para a prova da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr), escola de Ensino Médio que prepara jovens com idade entre 14 e 20 anos para se tornarem Oficiais Aviadores, Infantes e Intendentes da Força Aérea Brasileira (FAB).

Na primeira tentativa não obtive um bom resultado na prova da EPCAr, porém, no final daquele mesmo ano, tive a grata satisfação de ficar em 2º colocado no concurso do Colégio Militar de Brasília (CMB). Porém, eu já estava aprovado no 2º ano do Ensino Médio e, para estudar no CMB, eu teria de refazer todo o 2º grau. Foi uma decisão aparentemente complicada no início, mas quando pensei na oportunidade de estudar em uma excelente instituição de ensino, não houve dúvidas quanto ao caminho a ser seguido. Devido a esse resultado, consegui também 100% de bolsa em um Curso preparatório para Vestibular em Brasília.

No ano de 2010, estava um pouco desanimado por causa do primeiro resultado, porém, decidi tentar novamente. E, dessa vez, as coisas ocorreram diferente: fui classificado dentro do número de vagas e convocado para as próximas etapas, que envolviam teste físico, psicológico e uma rigorosa inspeção de saúde. Aprovado nas etapas seguintes, mudei-me para Barbacena (MG) em Janeiro de 2011 para iniciar o Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAr) ministrado na EPCAr, com a duração de 3 anos. Mais uma vez tive de recomeçar o Ensino Médio, enquanto meus amigos já tinham iniciado o Ensino Superior. Para muitos o que eu estava fazendo era uma tremenda loucura: terminar o 2º grau em 6 anos e por vontade própria, mas não me arrependo em momento algum dessa experiência, pois cada escola que estudei me proporcionou diferentes aprendizados. Pude conhecer pessoas de diversos lugares do país e do mundo, viajar pelo país, participar das Olimpíadas de Matemática, Física e Astronomia, ter aulas com excelentes profissionais, dentre outras.

Foram 3 anos vivendo em Barbacena. E, apesar da distância de casa, pude me sentir bastante acolhido por um grupo que hoje é pra mim como uma família. No terceiro ano de CPCAr - Curso Preparatório de Cadetes do Ar, após uma série de testes, recebi uma das melhores notícias que poderia ter recebido: estava apto para ser piloto da Força Aérea Brasileira. Só de lembrar desse momento, sinto um grande arrepio. Aquilo pra mim foi a prova de que todo o esforço tinha valido a pena. Infelizmente, nem todos meus companheiros tiveram a mesma sorte. Porém, hoje estão muito bem, seguindo outros caminhos dentro e fora da FAB. Com o término do CPCAr em 2013, a próxima etapa foi o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), iniciado em 2014 e com duração de 4 anos na Academia da Força Aérea (AFA), em Pirassununga (SP). O CFOAV tem sido um dos maiores desafios da minha vida. Por conta da dificuldade da formação, muitos dos nossos companheiros – em torno de 50% daqueles que entraram em 2011 na EPCAr – acabaram ficando pelo caminho. A maior parte por desistência e o restante por diferentes motivos, como reprovação em provas e por atingir o limite de punição.

Já no 1º ano da AFA, tive a oportunidade de saltar de paraquedas e de me tornar piloto de planador do Clube de Voo a Vela da AFA (CVV-AFA), um hobby que contribuiu bastante para que eu tivesse uma boa noção de como era pilotar uma aeronave. No 2º ano, em 2015, iniciou-se a atividade aérea propriamente dita, com o curso primário de piloto da aeronave Neiva T-25 Universal. Aquela foi a primeira vez que pilotei uma aeronave motorizada, o que, sem dúvidas, foi um grande desafio para mim e para meus companheiros. No dia 15 de maio desse mesmo ano, realizei meu primeiro voo solo no T-25, uma oportunidade ímpar que me motivou ainda mais a seguir em frente. Mais uma vez, alguns companheiros não tiveram sucesso na aviação por não conseguirem se adaptar à atividade aérea e, por isso, foram desligados da Aviação. No terceiro ano de AFA, ficamos afastados da atividade aérea e focamos nas matérias referentes ao curso de administração. No início do quarto e último ano, começamos o Curso Básico de piloto do Embraer 312 (T-27 Tucano), uma aeronave mais potente que o T-25 e com maior autonomia.

Após 7 anos de formação, estamos prestes a nos tornarmos oficiais da Força Aérea e vamos, enfim, estar livres para alçar voos cada vez maiores. E se há uma coisa da qual tenho certeza: é a de que, se pudesse voltar no tempo, faria novamente tudo igual. AD ASTRA!

*Currículo:

Brasileiro, solteiro, 23 anos

Rua Sepé Tiarajú

Porto Alegre - RS

Telefone: 32991042166 / 32991042166

E-mail: vilmarpqno@gmail.com

Formação

Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Academia da Força Aérea, previsão de conclusão em 2017.

Curso Preparatório de Cadetes do Ar. Escola Preparatória de Cadetes do Ar, conclusão em 2013.

Experiência Profissional

2010-2010 - Curso Magister

Cargo: Monitor

Principais atividades: Dava monitorias de Português e Matemática para alunos que iam prestar

concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr), Colégio Naval e Colégio Militar de Brasília (CMB).

Qualificações e Atividades Complementares

8º Programa de Iniciação Científica da OBMEP (PIC 2012)

Informações Adicionais

Medalhista de Prata na XVI Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA) 2013

Medalhista de Bronze na VIII Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) 2012

Menção Honrosa nas V, VI e VII edições da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

Bolsista do CNPq na modalidade Iniciação Científica Júnior, no âmbito do Programa de Iniciação

Científica Junior de 01/04/2013 a 31/03/2014

Dava aulas particulares de Matemática e Física referentes ao 1º ano do Ensino Médio

ANEXO P – É Preciso Sonhar e Acreditar

Mariana Boeno*

Meu nome? Mariana Boeno Ramos. Hoje estudante do último semestre de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mas até chegar aqui passei por coisas que muitos diriam que meu destino seria outro. Outro dia em uma palestra sobre o empoderamento das mulheres, escutei de uma menina branca que se dizia empoderada que ela tinha entrado para a estatística de jovens abusadas sexualmente. É grande e triste esta estatística mas felizmente desta não faço parte diretamente. Só indiretamente, pois quando uma jovem é abusada todas são. Faço parte de outras estatísticas desde dentro do ventre de minha mãe, quando o cidadão que eu deveria chamar de pai, decidiu não assumir minha mãe e eu. Não quero minimizar a dor desta menina branca, só a usei como exemplo porque me chamou a atenção a forma com que ela se colocou: - *Que tinha entrado para uma estatística*. E é assim através de números que vemos a dimensão das desigualdades do mundo, enquanto uma menina branca da mesma idade estava chocada por fazer parte de uma estatística, eu poderia sem esforço algum citar umas cinco estatísticas de que faço parte. Sou uma jovem negra, filha de mãe solteira que ficou órfã aos seis anos de idade, moradora de uma comunidade onde o tráfico de drogas educa e mata muita gente, principalmente jovens. Só por estes fatos já se pode imaginar em quantas estatísticas estou. Continuemos, passada a infância turbulenta, quando eu tinha treze anos de idade ingressei no movimento social, sem saber o que era movimento social e o quanto isso mudaria a minha vida e a da minha família. Morando com minha irmã, comecei a fazer um curso de papel reciclado em uma ONG na vila onde moro, atividade que para minha família era só um curso para eu ficar no turno inverso da escola, para não ficar em casa sem fazer nada, para mim também era um lugar para passar as tardes e não ficar em casa limpando a casa. Para a organização era um lugar de oportunizar jovens a se empoderar a se reconhecerem como pessoas com direitos. Desde então luto por esses direitos, que descobri que tenho e me são negados de várias formas e em vários lugares.

De folha em folha artesanal me tornei oficina de papel reciclado para outras meninas em situação de vulnerabilidade social da comunidade, além de dar oficinas com o Projeto Papel Social da Secretaria de Cultura para as escolas municipais de Porto Alegre. Através desse projeto tive a oportunidade de participar do Fórum Social Mundial no ano de 2005. Ajudei a confeccionar mais dez mil crachás para o acampamento da juventude. Como artesã fiz pastas para a Secretaria de Educação e Secretaria da Cultura de Porto Alegre. Particpei de eventos da Semana do Meio Ambiente da cidade e da Feira do Livro. Assim, fui conquistando minha independência financeira. Nesses momentos aquela menina negra do início, reescrevia sua história mudando as estatísticas.

Simultaneamente eu participava de outro projeto da ONG de redução de danos, no qual eu e mais quatro pessoas distribuíamos preservativos na comunidade para todas as pessoas, mas principalmente para jovens. Também fazíamos festas de rua na comunidade com artistas locais a fim de chamar atenção para a prevenção de HIV/AIDS através do uso de preservativo (camisinha). Fui vice-diretora na produção de um documentário sobre as coisas boas que acontecem na Vila Cruzeiro. Voei literalmente junto com outras meninas até Salvador para fazer um intercâmbio com meninas da periferia de lá. Posso dizer que foi um momento mágico em nossas vidas, porque acho que nunca nenhuma de nós tinha ousado sonhar em voar, em andar de avião. Foi uma excitação que nem sei explicar. Foi um momento de nos sentirmos gente importante. Acho que era essa a visão que tínhamos de pessoas que andam de avião. Tudo oportunizado por esta ONG chamada de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, que não só nos oportunizava momentos como esse, como nos servia como referência de lugar acolhedor, onde tínhamos o exemplo de mulher negra empoderada que faltava em casa, falo nos faltava, porque éramos um grupo de meninas, ainda somos agora mulheres, porque temos um vínculo até hoje, sabemos da história de cada uma, nos respeitamos e reconhecemos como mulher negra.

Na condição de mulher negra que fui aprendendo a ser, conquistei minha casa, minha independência e por isso diariamente sou questionada se não vou casar, se não vou ter filhos, se sou lésbica e também porque não aliso meu cabelo para *ficar mais bonita*, preconceitos que só uma mulher negra sabe o que é. E que hoje me incomoda o questionamento, mas sei como responder, diferente da maioria de minhas colegas negras universitárias que, quando se sentiam desconfortáveis pelas discriminações sofridas na academia, pediam para eu intervir. É bom ser esta referência para outras jovens, ser o exemplo a ser seguido, mas me preocupa esta falta de empoderamento das meninas e não tenho dúvida que hoje só sou o que sou, porque tive e tenho ainda bons exemplos de mulheres negras. Antes mencionei minha família, mas agora vou falar especificamente dela, ninguém antes de mim tinha participado de movimento social algum. Era mais uma família tradicional brasileira, se é que isso existe, mas que assim é denominada, em que os personagens têm papel definido. A mulher cuida da casa, dos filhos e do marido. O homem é responsável por trazer o feijão para a casa e os filhos só estudam. No meu caso minha irmã no papel de mãe. Trabalhava fora como auxiliar de cozinheira, profissão herdada de minha mãe antes de falecer, cuidava da casa, de mim, do meu cunhado, do cachorro, ajudava algumas amigas e uma tia idosa. Fazia isso antes de ter filhos. Depois teve dois filhos. Meu cunhado, no papel de pai, era flanelinha e só. Não lavava nem as cuecas dele e eu, no papel de filha, estudava e pensava no que eu poderia trabalhar para comprar as coisas para mim. Acho importante descrever a família, pois há na sociedade uma ideia de família da qual desconheço, mas aqui também descrevi, porque com a

minha participação no movimento de mulheres negras, onde comecei a auto me declarar com negra, as mulheres da minha família começaram a se reconhecerem com tal também. Os meus questionamentos e atitudes em relação às tarefas de casa onde minha irmã trabalhava fora e ainda fazia tudo em casa, fizeram com que ela começasse a cobrar de seu marido sua participação nas tarefas da casa, e as questões de gênero começaram a entrar em pauta. Em seguida ela já estava participando de grupos com outras mulheres e assim foi se empoderando. Hoje ela já fala que é negra, palavra antes não utilizada, pois se sentia ofendida e conseqüentemente minha sobrinha já cresceu se autodeclarando e hoje é mais uma jovem universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul do curso de Biomedicina que teve acesso pelo Programa de Ações Afirmativas.

Também outro fato importante para mim é que hoje sou chamada de professora mesmo sem o canudo que me dá a tal habilitação. E como professora não posso e não fujo da responsabilidade que tenho com as alunas e alunos negros e muito mais que conteúdos, eles se identificam com a professora negra que vai de trança nagô para a escola. Um dia, no final de uma aula, um menino veio me perguntar como eu fazia minhas tranças, porque ele queria fazer igual. Em outro curso que eu ministrava duas meninas trançaram o cabelo para ficar parecidas comigo. Com isso percebo a importância da representatividade. Sem falar na possibilidade que tive de ser professora na escola onde eu estudei, e poder plantar a sementinha nos que não tiveram a oportunidade que tive de sonhar com algo mais.

Para finalizar volto à questão da estatística. Sei que continuo fazendo parte daquelas estatísticas mencionadas no início, mas também sei que através dos movimentos sociais negro e de mulheres negras de que participo, pude mudar algumas estatísticas e que não faço parte de algumas estatísticas que muitas meninas jovens da periferia fazem. Assim como minha sobrinha já não fez parte de algumas estatísticas que eu fiz. A luta precisa ser diária para que a pequena mudança aconteça. É preciso sonhar e acreditar que algo melhor. Por fim nessa última semana junto com outras colegas negras universitárias criamos o Coletivo Negros e Negros da Faced que tem por objetivo promover ações que deem visibilidade à temática das relações étnico-raciais na Faculdade de Educação da UFRGS.

Essa é um pouco da minha luta diária como mulher negra, pobre, moradora da Vila Cruzeiro e universitária. Sou acadêmica de Pedagogia da UFRGS. Encontro-me na fase final do curso, em fase de construção do TCC.

ANEXO Q – Essas pessoas são TERRORISTAS!

Jaime da Silva*

As histórias que os outros contam sobre nós e as histórias que nós mesmos contamos - quais delas se aproximam da verdade? É tão certo assim que sejam as próprias histórias? Somos autoridades para nós mesmos? Mas não é essa questão que me preocupa. A verdadeira questão é: existe, nessas histórias, alguma diferença entre o certo e o errado? Nas histórias sobre as coisas exteriores, sim. Mas quando tentamos compreender alguém em seu interior? Esta viagem algum dia chega ao fim? Será a alma um lugar de fatos? Ou seriam os supostos fatos apenas uma sombra fictícia das nossas histórias? (BIER, Peter. Trem noturno para Lisboa)

O que poderei falar sobre mim? Quando recebi tal desafio de escrever sobre minha história, confesso que foi um momento de parar e pensar sobre cada momento dentro de minha construção da identidade quanto homem, e um homem negro. Meu nome é Jaime da Silva sou filho de Manoel Tomé da Silva e Maria da Silva, sou o segundo filho de uma família composta de oito irmãos, sendo eu seis são homens e duas mulheres.

Meus pais nasceram em Santa Catarina, na cidade de Criciúma, mais precisamente em Urussanga, na época entre as décadas de 1920 e 1930. Nessa região havia uma população negra muito grande, devido as minas de carvão nessa região, onde absorvia muitos trabalhadores braçais. Boa parte das pessoas que trabalhavam nessas minas eram negros, as minas eram a céu aberto. O manejo para a execução do trabalho precisava de mão de obra em abundância. Meus pais trabalhavam nessas minas e foram nesse lugar que se conheceram. O pai de minha mãe participava de um sindicato e foi na década de 1940 que se casaram, na mesma época que começou o declínio da mineração, pois esse processo era feito por lote de terra em que os mineiros compravam as terras, exploravam e daí tiravam o seu sustento, era uma espécie de economia solidária. Pouco a pouco, a forma de trabalho mais artesanal nas minas a céu aberto, deu espaço para a tecnologia eis que entra os equipamentos para a extração do carvão e a mão de obra foi se extinguindo.

Meus pais recém-casados decidiram vir para Porto Alegre, e foram morar na zona Norte na Vila Ipiranga. Na época essa região era habitada por operários devido às inúmeras fábricas localizadas na região.

Constituíram uma família numerosa, e era muito comum na época, meu pai era um homem muito católico e começou a se integrar com uma comunidade de descendentes de alemães, italianos e poloneses, vindos da 2ª guerra e fomos criados juntos com os filhos destes imigrantes. Foram tempos difíceis, pois éramos muitos irmãos e pouca comida, e meu pai talvez por uma questão de sobrevivência se integrou à igreja Nossa Senhora do Trabalho, que era muito próxima de nossa casa e isso facilitou a mim e ao meu irmão mais velho Tomé

a termos oportunidade de estudar em um seminário, a congregação Servos da Caridade em Canela. Eu tinha 9 anos na época e meu irmão tinha 11 anos. Éramos os únicos negros, os meninos eram todos filhos de colonos vindos de outras cidades do Rio Grande do Sul. Ficamos internos na instituição, ficamos longe da família e só podíamos voltar para a casa uma vez por ano, 20 dias.

Foi no seminário que conheci a discriminação era lá que “os filhos choravam e a mãe não via”. Eu adorava desenhar e fazia história em quadrinho, certo dia durante uma aula, estava desenhando durante a aula e o padre que nos dava aula pegou meus desenhos e colocou fora. Fiquei muito triste, não entendia direito aquela atitude e percebi que tinha que me adequar para sobreviver aquele lugar. Apesar de tudo nesse lugar recebi uma formação que provavelmente se tivesse na casa dos meus pais jamais teria a oportunidade, pois aprendi latim, alemão, italiano, tive acesso a obras literárias, fiquei no seminário até os meus 16 anos. Sai por não ter vocação mas cheguei a cursar 1 ano de filosofia.

Voltei pra casa, éramos 10 em uma casa de madeira, 2 quartos e 1 sala, não havia espaço, era bem difícil, mas meus pais mantinham a unidade da família.

Pouco a pouco nosso bairro começou a mudar, as casas de madeira deram lugar a casas de alvenaria. Nossos vizinhos foram para municípios mais afastados como Gravataí, Viamão, Cachoeirinha. O bairro foi mudando o perfil, tornando-se classe média.

Logo que sai do seminário, comecei a procurar trabalho, e consegui emprego no Hospital Ernesto Dorneles, como auxiliar de serviços gerais, mesmo tendo uma boa formação, porém pensava, que já era um começo, pois pelo menos era uma forma de ajudar em casa, pois meus irmãos eram pequenos e era difícil manter a casa. Fiquei no hospital por 2 anos, em 1970 fui servir na base aérea em Canoas, fui promovido como soldado de primeira classe Bombeiro trabalhando na pista de pouso, nessa época comecei a entender o que acontecia no país, estávamos na ditadura militar, como trabalhava na pista de pouso, hora e outra via gente bem jovem, e pessoas mais velhas, algemadas, eu em minha ignorância perguntava aos soldados mais antigos, “quem eram aquelas pessoas?” e eles me respondiam:

-Essas pessoas são TERRORISTAS, essa gente quer o comunismo e a gente está eliminando.

Foi aí que comecei a procurar saber o que realmente acontecia, era para eu fazer carreira na base aérea, mas acabei saindo.

Para que minha curiosidade fosse atendida, tive a ideia de procurar ler, me informar, foi então que a Biblioteca Pública teve uma grande importância nessa época, gostava do

ambiente, ar solene, cadeira confortável e o silêncio, coisa que não tinha em casa, pois não tinha um ambiente de estudo e a Biblioteca era um outro mundo.

Iniciei nas obras literárias de Jorge Amado, devorei até achei que ele fosse negro, pois o jeito que ele descrevia aquela Bahia me deixava encucado, também gostava dos desenhos nas obras do autor, e achava que o desenhista fosse negro, mas descobri que era um argentino.

Fui entendendo que a Bahia mesmo tão negra, não tinha oportunidade para os negros.

Certo dia na biblioteca, observei um senhor com óculos fundo de garrafa, cabelo Black Power, perguntei para a moça que fazia empréstimo de livros qual o livro que aquele homem lia, daí ela falou que era Nina Rodrigues, então pedi para ler o mesmo livro.

Levei uma semana para ler e não entendi nada, após um tempo estava na esquina da Rua da Praia vi o senhor da Biblioteca, me aproximei timidamente e perguntei:

- O que o senhor acha do Nina Rodrigues? Eu li e não entendi nada.

E ele olhou pra mim sorriu e disse:

-Eu não gosto dele.

Foi então que conheci o professor Oliveira Silveira, neste dia ele me disse que iria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul numa reunião de um grupo chamado Palmares e me convidou para ir junto. Eu não sabia o que era Palmares e ir para a universidade era algo surreal, porque achava que aquela universidade não era pra pobre, dei uma desculpa e não fui. Mesmo assim continuei me encontrando com o Oliveira, e sedento fazia muitas perguntas, e ele me falava muita coisa, me falava sobre negritude, posso dizer que o meu aprendizado sobre o movimento negro se deu com o mestre Oliveira Silveira.

Fui seguindo meu caminho, gostava de desenhar, fiz um curso de desenho industrial, depois fui estudar engenharia com uma bolsa na Unisinos, mas não concluí, trabalhei como projetista nas empresas Aços Finos Piratini, Olvebra e Ambev. Me casei com uma mulher negra (naquela época não se via muitos casais interracialis). Paralelo a minha vida privada, tinha meus grupos do movimento negro. No início fui me integrando com os negros que estavam na universidade e, mesmo na ditadura nos reuníamos, discutíamos sobre questões do ser negro, depois comecei a andar com o grupo Cultural Razão Negra. Esse grupo iniciou com o trabalho de uma aluna Isamara dos Angelos, filha de militante antigo, senhor Elói dos Angelos. Essa moça fazia jornalismo e o trabalho de conclusão foi uma fotonovela que saiu na Revista Família Cristã onde os atores eram todos negros.

Logo após isso Oliveira Silveira se juntou ao grupo e propôs fazermos uma peça de teatro do escritor Osvaldo de Camargo: *Esperando o Embaixador* foi apresentado no clube negro Salélite Prontidão, localizado, naquele período, na Avenida Aparício Borges com a

presença do autor, após isso o Oliveira se afastou do grupo e o pessoal sentiu a necessidade de continuar o trabalho de teatro, foi então que o presidente do Floresta Aurora, Senhor Mauro Pará deu continuidade ao trabalho de teatro. Nesse momento me desafiei a escrever, e nisso produzi duas peças os participantes do trabalho foram: Osvaldo Ferreira, o *Vavá*, Isamara dos Angelos, as irmãs Barboza, Tomé da Silva (meu irmão), Ubirajara Toledo, José Reis Ferreira, Marcia Terra, Gloria Terra, Cristina e Cristina Ferreira, em nossa apresentação tivemos a presença na plateia da Zezé Motta. E em outra ocasião fomos visitados pelo João Jorge um dos fundadores da Banda Olodum da Bahia.

Na metade da década de 1970 surge em Porto Alegre uma revista chamada *Tiçã* feita por jornalistas negros onde teve duas edições, a revista tinha um cunho político de conscientização, uma reportagem cujo título era *Mansão Black* chamava atenção para o desvio do objetivo do Floresta Aurora, nesta época o Razão Negra não estava mais no clube. Neste mesmo período surgia os mais diversos partidos que em sua plataforma incluía a questão negra o MDB depois PMDB nesta busca criou um departamento negro e quem liderava esta área foi um negro apadrinhado por Pedro Simon chamado Gustavo Paiva que chegou a direção do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e tinha um bom futuro neste partido, mas infelizmente se perdeu no caminho, assim como Movimento de Integração da Raça Negra - MOTIRAN abrigado pelo PDT. O PT também criou este setor. Vejo que até hoje nenhum partido conseguiu atender de forma efetiva com respeito as nossas questões, e tento entender por que razão os negros que entram nos partidos se tornam capitão do mato?

Quando eu estava no Razão Negra observava as pessoas que circulavam nesse espaço e seus motivos para estar ali, uns iram para namorar, outros pra se divertir. A base do grupo era na Eudoro Berlink no Mont Serrat era na casa no Zé Pretinho e no mesmo pátio morava Vavá e José Reis, todos jovens, se fazia muita festa, saíram muitos casamentos. Com o fim do teatro fui me afastando.

Neste período conheci Paulo Ricardo de Moraes, vulgo Baiano que vez ou outra circulava no grupo Razão. Ele era muito amigo do Julio Cesar conhecido como Boneco, eles estavam sempre juntos. Eu achava que eles eram irmãos, os dois bem jovens e tímidos, me aproximei deles, o Baiano queria escrever peça de teatro para o grupo, mas eu já tinha me afastado, mesmo assim nos encontrávamos na Rua da Praia. Baiano tinha 17 anos e já trabalhava no Diário de Notícias que ficava na Rua São Pedro, como eu trabalhava em Guaíba nos encontrávamos na Praça Pinheiro onde Baiano mostrava suas poesias e discutíamos sobre o movimento negro e pouco a pouco essa amizade foi se solidificando e fizemos juntos um livro artesanal junto com Ronald chamado *Negro Três Vezes Negro*, como esse trabalho

participamos da Feira do Livro e fomos ao Rio de Janeiro como convidados para apresentar o livro, para nossa alegria conseguimos vender todos os livros.

Neste período aconteceu uma tragédia, Julio César o Boneco, foi assassinado covardemente pela brigada militar, este fato teve uma repercussão muito grande na imprensa gaúcha devido a garra do Baiano e algumas pessoas como o Juiz Barbosa e um fotógrafo da Zero Hora e o movimento negro em todas as suas instâncias, este assunto após 30 anos vem sendo mostrado através de um documentário que descreve o fato chamado O Caso do Homem Errado, dirigido pela filha do Baiano, a jornalista Camila de Moraes.

Depois que os partidos políticos se setorizaram e criaram as ovelhas dos partidos, um grupo de negros, não sei se por deboche ou por não quererem ficar submetidos aos caciques, tiveram uma ideia: criar um partido negro, esse partido incomodou muita gente, era chamado de Negro Duro, formado por Guarani Amir Quites, Anélio Cruz, Paulo Ricardo de Moraes, Miguel KGB, Ireno Jardim e eu Jaime de Silva.

O Guarani era o velho do partido, era professor de história, irônico, rápido no gatilho, companheiro, sempre de bom astral.

Anelio Cruz foi um perseguido político foi funcionário público, pessoa muito generosa, comprometido com a causa dos negros.

Paulo Ricardo Moraes, jornalista, meu amigo de todas as horas, não farei muito elogio para não encher a bola dele.

Miguel KGB era o nosso relações públicas, saía com sua pasta surrada com um cartaz que dizia: *1 milhão de filiados*, um grande sonhador, era o nosso Xango clamando justiça.

Ireno Jardim, nosso fotógrafo oficial, grande figura é um artista da foto estava em todos eventos da negrada era militante discreto e efetivo.

Nesta época o movimento negro era composto por muitos homens, eram poucas as mulheres, acredito que éramos machistas. Então surgiu o Maria Mulher, uma ONG com a preocupação específica para as mulheres negras, esse grupo era muito organizado, comprometido, fez muito barulho, algumas lideranças que conheci desse grupo eram: Conceição, Vera Lopes, Sandra.

Vejo que hoje o movimento negro, tem outra cara, são muitos movimentos, e a participação das mulheres é bem forte, é calcado no empoderamento, estética feminina, busca de representatividade, que parte de um protagonismo do negro de forma mais efetiva.

Hoje minha militância é mais tímida, deixo minha contribuição fazendo arte, participo de alguns eventos na comunidade negra com os meus produtos Fios de Esperança é um trabalho artesanal feito em barbante inspirado nos negros que foram escravizados e que

viviam na região do Vale dos Sinos ali em Novo Hamburgo no século 17 e 18 onde no período de *folga* criavam seu artesanato de linho cânhamo ou algodão e vendiam. Esse dinheiro era um importante recurso para comprar sua liberdade.

Hoje sou aposentado, tenho 66 anos, sou viúvo, mas me casei de novo (também com uma mulher negra) tenho uma filha do meu primeiro casamento que tem 34 anos, uma negra linda, argumentativa, meu orgulho, ela é tarada por concurso público, trabalha no município de Sapucaia do Sul é supervisora escolar, se formou em Pedagogia, está na luta pelo seu espaço. Quando olho pra trás e vejo tudo que fiz, e olho pra minha cria e vejo que pude dar bons exemplo, mas agora é só com ela.

Meus pais já faleceram, meus irmãos estão vivos e estamos todos bem, passamos muitas dificuldades, mas dentro do possível preservamos a nossa unidade a partir do que nossos pais nos deixaram.

ANEXO R – A Paixão Negra nos Hinos do Grêmio e Inter

Jones Lopes da Silva*

Os hinos do Grêmio e do Internacional nasceram do mesmo caldo fervilhante de uma Porto Alegre repleta de músicos que se apresentavam nos anos 1950 em longos programas de rádios e avançavam a madrugada em chorosas serestas pelos bares, restaurantes e churrascarias de uma cidade mais acolhedora. Há outra coincidência. O fulgurante Lupicínio Rodrigues, autor do hino tricolor em 1953, tinha a mesma pele negra luzidia do radialista Nelson Silva, o criador do hino colorado em 1957. Ambos frequentavam estúdios de rádios como profissão e ambos se divertiam em noitadas de boemia nos mesmos bares de ruelas da Ilhota e da Cidade Baixa de Porto Alegre. Mas Nelson era carioca. Quando chegou ao Sul em 1943 com o seu conjunto musical “Águias da Meia Noite”, gostou da cidade e por aqui se estabeleceu, Lupi já desfrutava um prestígio nacional. Seu samba “Se Acaso Você Chegasse” já era sucesso no país pela voz do grande cantor Ciro Monteiro, desde 1938. Era personalidade, embora convivesse com encontros e desencontros amorosos de dor de cotovelo pela vila Ilhota, que ficava perto da Praça Garibaldi. A maior parte dos 11 irmãos dos Rodrigues era de colorados. Ele porém seguiu gremista convicto – e muitos à época não entendiam por que um negro torcia justamente para o clube que não aceitava negros no time, ainda que o Inter e seu Rolo Compressor de Tesourinha ganhasse tudo nos anos 1940. Por ocasião de uma greve de bondes, Lupi criou em uma noite o hino do Grêmio e consagrou o refrão “Até a pé nós iremos”. Curiosamente a marchinha foi adotada um ano depois de o clube ter oficialmente aberto suas portas aos jogadores negros, com a contratação de Tesourinha - neste mesmo ano de 1953, Lupi nos herdou a toada “Felicidade”, gravada pelo Conjunto Farroupilha. O hino tricolor pegou, no campo da Baixada e no Olímpico, a partir de 1954. Do estádio dos Eucaliptos, o Inter tinha de dar uma resposta. Foi o que fez Nelson Silva. Ator e criador do famoso programa da Rádio Farroupilha, o “Rádio Sequência”, Nelson se identificou com o sentimento de “clube do povo” que os colorados propalavam desde que o Inter passou a utilizar os jogadores negros buscados no campeonato da Liga da Canela Preta na década de 1930. Assim nasceu o “Celeiro de Ases” e o refrão “Glória do desporto nacional, Oh Internacional...” com a mesma carga épica de “Até a pé nós iremos” porque assim são oshinos e porque ambos são a cara da paixão do Inter e do Grêmio

Jornalista de 63 anos, natural de Porto Alegre, Jones Lopes da Silva trabalhou como repórter e editor do jornal Zero Hora por quase quatro décadas. Participou de várias coberturas especiais, como a dos Jogos Olímpicos de Sydney, na Austrália, em 2000. Nos últimos anos

atuou como repórter especial de esportes do jornal e do site de ZH. Conquistou prêmios ARI (Associação Riograndense de Imprensa), dois Prêmio Esso Regional e foi finalista do Prêmio Embratel em uma edição. É autor de “No Último Minuto: a história de Escurinho”, lançado na Feira do Livro de 2011. A obra conta a saga de um ídolo do futebol e investiga uma Porto Alegre romântica, pobre e negra dos anos 1970, espécie de lado B e invisível da capital gaúcha. Jones também fez parte do grupo que editou a Revista Tição, uma publicação então pioneira em seu gênero no país na luta contra o racismo.

ANEXO S – Respeitar as Diferenças

Malizi Fontoura Gonçalves*

Dedico este texto a Maria Mulher Organização de Mulheres Negras, que surge em 8 de março de 1987, no período em que eu completava 5 anos de idade. Lembro de reuniões na garagem da Cláudia e do Marcelo. De certa forma eu acabava fazendo parte das reuniões, porque minha mãe, Maria Conceição, compunha o grupo. Como costuma relembrar NoHomero, chegava um momento da reunião em que meus olhos cansados pediam o fim do encontro. Hoje eu sei, criança não tem paciência pra ficar sentada. Eu, cansada de esperar, queria muito ir com a minha mãe para casa.

Mesmo estando próxima de boa parcela das integrantes, desde cedo, foi com o passar do tempo que comecei a ter consciência do que tratavam as reuniões e da relevância das atividades realizadas. E até hoje permaneço assim. É observando o comportamento de mulheres negras e não negras, como ocorre na prática do dia a dia, que percebo a dimensão e a responsabilidade do que é ser uma mulher negra numa sociedade racista, sexista e desrespeitadora da diversidade humana.

De posse de ensinamentos aprendidos nessa caminhada com as participantes de Maria Mulher é que hoje posso defender sem medo meus direitos. Utilizo conhecimentos colhidos na luta, para enfrentar atitudes que tentam impedir o exercício da minha cidadania. Reajo sempre que é necessário. Assim mostro para meu filho Kamau e para minha filha Talita, com exemplos, que precisamos sempre lutar pelos nossos direitos. Afinal, como aprendi, quem não luta por seus direitos, não tem direitos a reclamar.

Por último e não menos importante, quero registrar que a existência da Maria Mulher Organização de Mulheres Negras, da qual posso dizer, sou participante há trinta anos, me inspira e me faz sentir privilegiada, pois cresci e convivi com mulheres negras que sempre me colocam pra cima. Dizendo que meus sonhos não têm limites. Dando conta dessa afirmação, concluí Curso de Tecnólogo em Design de Moda recentemente na Faculdade SENAC. Lembro de outras jovens que fazem parte de Maria Mulher e que estudam na UFRGS e em outras faculdades particulares. Todas nós aprendemos com as integrantes de Maria Mulher que nossos sonhos são do tamanho dos sonhos que tivermos. Mulheres negras sonhemos e vamos realizá-los!

* Tecnóloga em Design de Moda pela Faculdade SENAC / Porto Alegre/ RS.

ANEXO T – Homenagem às Servidoras e aos Servidores Técnico-Administrativos da FACED na Inauguração da Memória da FACED

Maria Conceição Lopes Fontoura

Felicidade foi-se embora
E a saudade no meu peito ainda mora
E é por isso que eu gosto lá de fora
Porque sei que a falsidade não vigora.
A minha casa fica lá de trás do mundo
Mas eu vou em um segundo
Quando eu começo a cantar...
Meu pensamento parece uma coisa à toa
Mas como é que a gente voa
Quando começa a pensar.

- É com estes versos de autoria de Lupicínio Rodrigues, que foi bedel da Faculdade de Direito que saúdo a todas as pessoas presentes a este evento. O que é Bedel? O dicionário registra como sendo um substantivo masculino. Significa empregado subalterno de uma universidade. Espécie de contínuo de alguns estabelecimentos de ensino. Se Lupi, como é, ainda, carinhosamente tratado, fosse vivo e tivesse continuado na UFRGS, seria hoje um servidor técnico-administrativo do nível de apoio.

- Caras colegas técnicas-administrativas homenageadas e caros colegas técnicos administrativos homenageados, é com grande alegria e satisfação que recebi o convite para fazer esta saudação para quem dedicou muitos anos de sua vida ao trabalho de tornar grande a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, em especial, a Faculdade de Educação, ou como carinhosamente a chamamos - FACED.

- Colegas, para organizar esta fala, passei pelo sítio da UFRGS e na página inicial do domínio da Faculdade de Educação encontrei a Missão de nossa faculdade. “A FACED, em consonância com o Princípio estabelecido no Art. 2º do Estatuto da UFRGS, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito ao outro e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas, políticas e culturais.”

- Para que a Faculdade de Educação – FACED – realize a sua missão institucional, todas e todos vocês, queridas colegas e queridos colegas, têm sido fundamentais.

- Colegas homenagead@s é importante referir, que esta homenagem faz parte da atividade de lançamento do Projeto Memória da Faculdade de Educação. Com certeza, ao registrar a memória de nossa querida Faculdade de Educação, todas as pessoas encarregadas de executar este trabalho encontrarão, de forma inquestionável, a presença de servidoras técnicas-administrativas e de servidores técnicos-administrativos nos diferentes setores da faculdade, executando atividades, que têm construído a grandeza da Faculdade de Educação.

- Começo a homenagem com as colegas e os colegas da Biblioteca Setorial da Educação que nestes 40 anos de FACED, têm trabalhado para fornecer a quem a procura, todos os recursos disponíveis para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Disponibilizando o acervo totalmente informatizado através do Sistema de Automação de Bibliotecas - SABi, que pode ser consultado via Internet. Prestam serviços de orientação para elaboração de trabalhos acadêmicos (dissertações, teses, TCG de Pedagogia, TCE de Especialização), treinamento de usuários, entre outras trabalhos que realizam.

- Como seria a Biblioteca da FACED, sem a presença dedicada da **Maria Catarina Moraes Prietto**, da **Maria de Fátima** Ribeiro Castellán, da **Maria Lúcia** da Luz, da **Neliana Schirmer Antunes Menezes**, do **Rubem** Andrade Neckel Filho e do **Zildomar** da Silva Grisa – Zildo - .

- Imagino, quantas vezes, vocês tiveram de atender aquele aluno, aquela aluna que chega no último momento, buscando um livro pra fazer o trabalho para entregar no dia seguinte. Só lembra de uma parte do sobrenome do autor, que o livro tinha uma capa azul e que o professor/a professora tal usa sempre no primeiro semestre do curso. Quantos alunos/alunas do PG, em seus diferentes níveis, solicitam ajuda pra compor a bibliografia necessária para a montagem do trabalho. Assim, é um pouco da vida de quem trabalha na biblioteca.

- Central de Produções – vídeo – editoração e arte. Realiza gravação de eventos, produção de vídeos, gravação de tomada para VT, edição de vídeos, cópias DVD. Cópias VHS para DVD. Cópias VHS para VHS são algumas das atividades realizadas pela Central. A Central de Produções é responsável pela produção visual da Revista Educação e Realidade desde 1994. E todo este trabalho tem sido realizado com dedicação por **Aldo** Luiz Jung, **Ana Paula** Lautert, **Kundry** Lyra Klippel, **Roberto Alejandro Wild** – o Billy, **Sandra Mara** Fagundes de Souza, a **Vera Lúcia** Gliese.

- É impossível imaginar funcionamento pleno dos diversos setores da FACED, sem a presença de todas vocês, queridas servidoras técnicas-administrativas e de vocês, queridos servidores técnicos-administrativos.

- Também na página da FACED, encontram-se os objetivos gerais do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São eles: “[...] oferecer Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação; - formar profissionais qualificados para o exercício das atividades de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da produção de conhecimentos no campo da educação”. Para que os objetivos gerais do PPGEDU se concretizem, **Cecilia** Castellan Costamilan, **Margareth** Rennhack Panizzutti, **Marisa** Bohn Rolim e **Neusa** Maria D’Ávila Sumariva têm sido fundamentais.

- Neste momento de alegria, lembramos com saudade de Mary Igenes Pires, que por muitos anos trabalhou no Curso de Pós-Graduação. Faço, aqui, uma manifestação pessoal, conheci a colega Mary em 1981, quando ingressei no Mestrado, e durante todo o tempo em que estive ligada ao Curso de Pós-Graduação sempre recebi de Mary atenção e consideração. Para prestar nossa homenagem a colega Mary que ajudou a construir a grandeza do nosso Pós, peço a todas as pessoas presentes que manifestemos a grande saudade que sentimos dela, através de uma salva de palmas.

- Continuando, salve nossa querida Sílvia Maria Lehnemann Ramos. Vejo Sílvia com sua vida laboral imbricada com o Departamento de Estudos Básicos – o DEBAS. O Departamento de Estudos Básicos que é constituído pelas áreas de Filosofia da Educação, História da Educação, Psicologia da Educação e Sociologia da Educação. O DEBAS, a cada semestre, atende a mais de mil alunos dos cursos de graduação em pedagogia, licenciaturas e pós-graduação em Educação da UFRGS. Lembro de Sílvia, quando juntas tratávamos dos concursos docentes.

- Roseli da Rosa Pereira, com seu sorriso contagiante e arrasador, está ligada umbilicalmente ao Departamento de Estudos Especializados - o DEE, que é constituído pelas áreas de Política e Administração da Educação, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Psicopedagogia e Tecnologia em Educação. A cada semestre, são atendidos mais de mil alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação da UFRGS. Dar conta do trabalho burocrático do departamento, de forma irrepreensível, demonstra a grande capacidade de nossa querida Roseli.

- Iara Bahi de Oliveira realiza, com competência, as atividades próprias da Comissão de Graduação – COMGRAD, que coordena o curso de graduação em Pedagogia, tratando de todos os assuntos que tenham a ver com sua estrutura curricular.

- Vou aqui cometer uma inconfidência, não encontrei na página da FACED, referência à Secretaria da Faculdade. É na secretaria que **Antonieta – Toti** - de Azevedo Alves, **Luiz Eduardo – Dudu** - de Oliveira Nogueira e **José Francisco – Zeca** - Flores ajudam a garantir o ótimo funcionamento do prédio da FACED. Pessoas de dentro e pessoas de fora da UFRGS, procuram salas para diferentes eventos. Férias, licenças de várias ordens, certificações de pedidos solicitados, entre outras atividades aqui não listadas, fazem parte do trabalho da secretaria.

- **Suzana** Rumpel Leal trata da Educação à Distância. Que tem como missão primordial propiciar conhecimento às populações localizadas longe dos grandes centros educacionais, impossibilitadas de frequentar os cursos presenciais.

- Para me ajudar na construção desta homenagem, fiz uma intimação com cada uma das pessoas homenageadas. Pedi a elas que escolhessem uma palavra, uma única palavra, que pudesse significar o tempo de trabalho, as relações humanas construídas, as lutas, os encontros e os desencontros do conjunto de anos que têm trabalhado na UFRGS, sobretudo na FACED.

- Confesso que adorei o painel que foi montado pelas colegas e pelos colegas servidores técnicos-administrativos. Dentre as pessoas homenageadas, somente duas escolheram uma mesma palavra, as outras pessoas trouxeram uma nova palavra.

- Trabalhar mais de vinte anos na Universidade e a maioria deles na Faculdade de Educação significa

ALDO – VIDA / ANA PAULA – FAMÍLIA / ANTONIETA – CARINHO / CECILIA – VIDA / IARA – RELACIONAMENTO / JOSÉ FRANCISCO – CRIATIVIDADE / KUNDRY – PARTICIPAÇÃO / LUIZ EDUARDO – SABER / MARGARETH – DESENVOLVIMENTO / MARIA **CATARINA** – UNIÃO / MARIA LÚCIA – RESPEITO / MARISA – APRENDIZADO / NELIANA – CAMINHADA / NEUSA – SIMPATIA / ROBERTO – TEMPO/ ROSELI – AMOR / RUBEM – REALIZAÇÃO / SANDRA – ENGAJAMENTO / SILVIA – AMIZADE / SUZANA – CONHECIMENTO / VERA – EVOLUÇÃO / **ZILDOMAR** – AMIGOS /

- Ousei juntar as palavras e montei este mosaico.

- Vida é família, é carinho. Vida é relacionamento com criatividade e participação visando o saber e o desenvolvimento. A união, o respeito e o aprendizado fazem parte da caminhada. A simpatia e o tempo consolidam o amor. A realização, o engajamento e a amizade vêm através do conhecimento e da evolução, nos fazendo a todas e todos amigos.

Finalizo com versos de outro servidor público, Carlos Drummond de Andrade com sua

RECEITA DE ANO NOVO

Para você ganhar belíssimo Ano Novo
 cor do arco-íris, ou da cor da sua paz,
 Ano Novo sem comparação com todo o tempo já vivido
 (mal vivido talvez ou sem sentido)
 para você ganhar um ano
 não apenas pintado de novo, remendado às carreiras,
 mas novo nas sementinhas do vir-a-ser;
 novo
 até no coração das coisas menos percebidas
 (a começar pelo seu interior)
 novo, espontâneo, que de tão perfeito nem se nota,
 mas com ele se come, se passeia,
 se ama, se compreende, se trabalha,
 você não precisa beber champanha ou qualquer outra birita,
 não precisa expedir nem receber mensagens
 (planta recebe mensagens?
 passa telegramas?)

Não precisa
 fazer lista de boas intenções
 para arquivá-las na gaveta.
 Não precisa chorar arrependido
 pelas besteiras consumadas
 nem parvamente acreditar
 que por decreto de esperança
 a partir de janeiro as coisas mudem
 e seja tudo claridade, recompensa,
 justiça entre os homens e as nações,
 liberdade com cheiro e gosto de pão matinal,
 direitos respeitados, começando
 pelo direito augusto de viver.

Para ganhar um Ano Novo
 que mereça este nome,
 você, meu caro, tem de merecê-lo,
 tem de fazê-lo novo, eu sei que não é fácil,

mas tente, experimente, consciente.
É dentro de você que o Ano Novo
cochila e espera desde sempre.

Porto Alegre, 2 de dezembro de 2011.